



Universidade de Brasília  
Instituto de Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História

**Relações Brasil-Japão:  
prosperidade, guerra e reconciliação (1937-1952)**

Vitor Puech Bahia Diniz

Brasília

2022



Universidade de Brasília  
Instituto de Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História

Vitor Puech Bahia Diniz

Relações Brasil-Japão: prosperidade, guerra e reconciliação (1937-1952)

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília.

Área de Concentração: Sociedade, cultura, política

Linha de Pesquisa: Política, Instituições e Relações de Poder

Orientador: Prof. Dr. Francisco Fernando Monteoliva Doratioto

BRASÍLIA

2022



Vitor Puech Bahia Diniz

Relações Brasil-Japão: prosperidade, guerra e reconciliação (1937-1952)

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília.

Aprovada em 13.05.2022

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Francisco Fernando Monteoliva Doratioto - Presidente da Banca  
Universidade de Brasília

---

Prof. Dr. Eugênio Vargas Garcia

---

Prof. Dr. Rogério de Souza Farias



*Para Viviane, que me fez descobrir o  
Japão; Alice, que nasceu em Tóquio; e  
Rosa, que lá foi concebida — todas  
inspirações para este trabalho.*



## **Agradecimentos**

Esta dissertação está intimamente ligada à carreira diplomática, na qual ingressei há 14 anos. Foi o trabalho na embaixada do Brasil em Tóquio, entre 2013 e 2016, que despertou a curiosidade e o interesse que se transformaram nas páginas que se seguem. E foi nos arquivos do Itamaraty que encontrei boa parte da documentação citada nas notas de rodapé.

Começo, assim, agradecendo o apoio dos chefes e colegas no Ministério das Relações Exteriores, de quem recebi indicações de leitura, tomei livros emprestados e ouvi sugestões valiosas. Agradeço também aos funcionários da embaixada em Tóquio, sem cuja ajuda não teria conseguido acesso ao acervo da Biblioteca da Dieta e a outros arquivos japoneses.

De volta ao Brasil, contei com a incansável paciência e boa vontade dos guardiões dos arquivos históricos do Ministério das Relações Exteriores, tanto em Brasília quanto no Rio de Janeiro, apesar das dificuldades impostas pela pandemia. Também tive acesso a material relevante graças à ajuda dos funcionários da Biblioteca Azeredo da Silveira e do Instituto Rio Branco.

Todo esse material não teria se transformado em algo minimamente coerente sem a orientação precisa do Professor Francisco Doratioto e as interações com os colegas mestrands e doutorands da UnB. Mesmo com a distância imposta pela pandemia e as aulas remotas, as ideias continuaram a circular, para grande benefício do presente trabalho. Os documentos japoneses, em particular, não me teriam servido de nada sem o trabalho das pessoas que os traduziram.

Agradeço também a meus pais, que desde cedo ensinaram-me o gosto pela leitura, tão essencial a um trabalho como este. Devo a meu pai, que nunca abandonou o hábito da leitura, algumas das notas de rodapé, e a minha mãe — mesmo aposentada, eterna professora de português da família — a correção gramatical e ortográfica. Os erros são as passagens sobre as quais cometi a ousadia de não consultar.

Por fim, e acima de tudo, agradeço à minha esposa e fiel companheira, Viviane, que me acompanhou em cada passo ao longo dos anos que dediquei a esta empreitada, antes mesmo que tomasse a forma de uma dissertação de Mestrado. Desde as primeiras incursões à Biblioteca da Dieta, em Tóquio, até a revisão dos últimos rascunhos, em Brasília, ela esteve ao meu lado. Suas ideias enriqueceram o trabalho, e sua leitura atenta tornou o texto mais claro — os trechos que permanecem confusos são aqueles em que não acatei suas sugestões.

## **Resumo**

Recorrendo amplamente a fontes primárias, esta dissertação analisa o relacionamento Brasil-Japão de 1937, ano em que se instalou o Estado Novo varguista e iniciou-se a guerra sino-japonesa, a 1952, quando foram restabelecidas as relações diplomáticas entre os dois países, interrompidas em 1942. No final da década de 1930, conviviam no Brasil admiração pelo rápido processo de modernização do Japão, de um lado, e preconceito contra os "amarelos", de outro. Nesse contexto, as relações bilaterais experimentaram adensamento inédito, com o comércio em expansão e a retórica anti-comunista gerando afinidade entre os dois regimes. A Segunda Guerra Mundial interrompeu esse processo, mas, em 1942, o Brasil poupou o Japão da declaração de guerra, dirigida apenas à Alemanha e à Itália. Somente em junho de 1945, já terminado o conflito europeu, o Rio de Janeiro declarou guerra a Tóquio, que nunca respondeu. A exemplo da aproximação da década anterior, a ameaça comunista teve papel importante na reconciliação entre os dois países no pós-guerra: os primeiros diplomatas brasileiros a pisar no Japão saíram da China, fugindo de tropas comunistas, e a Guerra Fria levou os Estados Unidos a acelerar a reabertura do Japão ocupado ao comércio internacional.

**Palavras-chave:** Relações Brasil-Japão; Diplomacia; Segunda Guerra Mundial.

## **Abstract**

Making extensive use of primary sources, this Dissertation analyzes Brazil-Japan relations from 1937, the year in which president Getulio Vargas' "Estado Novo" was installed and the Sino-Japanese War began, to 1952, when diplomatic ties between the two countries, severed in 1942, were reestablished. At the end of the 1930s, admiration for Japan's rapid modernization, on the one hand, and prejudice against the "yellows", on the other, coexisted in Brazil. In this context, bilateral relations experienced unprecedented strengthening, with expanding trade and anti-communist rhetoric generating affinity between the two regimes. The Second World War interrupted this process, yet, in 1942, Brazil declared war only to Germany and Italy, sparing Japan. It was not until June 1945, with the European conflict already over, that Rio de Janeiro declared war on Tokyo, which never responded. Just as it had influenced the rapprochement of the previous decade, the communist threat played an important role in the reconciliation between the two countries in the post-war period: the first Brazilian diplomats to set foot in Japan traveled from China fleeing communist troops, and the Cold War led the United States to accelerate the reopening of occupied Japan to international trade.

**Keywords:** Brazil-Japan Relations; Diplomacy; Second World War.

## アブストラクト

本論文は広範な一次資料に基づき、ジェットウリオ・ヴァルガス大統領のエスタド・ノヴォ（新国家体制）が発足し日中戦争が始まる1937年から、1942年に断絶した国交が1952年に回復するまでの日伯関係を分析する。1930年代末のブラジルでは、日本の急速な近代化への憧れと、「黄色人種」に対する偏見が共存していた。その中で、貿易の拡大や反共産主義的レトリックにより両政権のあいだで親近感が醸成され、二国間関係はかつてないほど緊密化した。第二次世界大戦がこの流れを中断したが、1942年にブラジルは日本に対する宣戦布告を避け、ドイツとイタリアにのみこれを告げた。1945年6月の欧州戦線における終戦の後、ブラジル政府は初めて日本政府に宣戦布告したが、日本政府はこれに応じなかった。過去10年間の緊密化と同様、共産主義の脅威は戦後の両国の和解に重要な役割を果たした。日本の地を最初に踏んだブラジルの外交官は共産主義者の軍隊から逃れて中国を後にした人々であり、冷戦により米国は占領下の日本の国際貿易の再開を加速させた。

**キーワード**：日伯関係、日本・ブラジル関係、外交、第二次世界大戦

## Lista de Figuras

<b>Figura 1:</b> Despedida do embaixador Hayashi (1934)	34
<b>Figura 2:</b> Missão japonesa ao Brasil (1935)	36
<b>Figura 3:</b> Café brasileiro no Japão (1936)	38
<b>Figura 4:</b> Missão brasileira ao Japão (1936)	40
<b>Figura 5:</b> Major Lima Figueiredo no Japão (1938 ou 1939)	52
<b>Figura 6:</b> Crianças viajam para estudar (1939)	57
<b>Figura 7:</b> Condecoração de Vargas (1941)	77
<b>Figura 8:</b> Imprensa japonesa (1942)	96
<b>Figura 9:</b> Imperador Hirohito na imprensa brasileira (1942)	98
<b>Figura 10:</b> Tensão após o rompimento (1942)	112
<b>Figura 11:</b> Diário de bordo do <i>USS Plunger</i> (1942)	118
<b>Figura 12:</b> Chegada do <i>Gripsholm</i> Rio de Janeiro (1942)	123
<b>Figura 13:</b> Imprensa japonesa (1942)	135
<b>Figura 14:</b> Ilha das Flores (1936 e 1942)	143
<b>Figura 15:</b> “La Conspiración Japonesa en América” (1943)	159
<b>Figura 16:</b> Declaração de guerra do Brasil ao Japão (1945)	177
<b>Figura 17:</b> Treinamento de pilotos brasileiros para lutar no Pacífico (1945)	181
<b>Figura 18:</b> Reações do <i>Foreign Office</i> à declaração de guerra brasileira (1945)	188
<b>Figura 19:</b> Repatriação de japoneses (1943, 1945)	198
<b>Figura 20:</b> Combate à <i>Shindo Renmei</i> (1946)	201
<b>Figura 21:</b> Petroleiros japoneses para o Brasil (1951)	216
<b>Figura 22:</b> Japão na imprensa brasileira (1951)	217
<b>Figura 23:</b> Vargas e a retomada da imigração (1952)	219
<b>Figura 24:</b> Assinatura do Tratado de São Francisco (1951)	226
<b>Figura 25:</b> Restabelecimento formal de relações (1952)	229
<b>Figura 26:</b> "Primeiro de maio sangrento" (1952)	230
<b>Figura 27:</b> Primeiros embaixadores no pós-guerra (1952)	233
<b>Figura 28:</b> Condecoração de Suetaka Hayao (1953)	241

## Sumário

<b>Introdução</b>	15
<b>I. Aproximação e prosperidade (1937 - 1941)</b>	19
I.1) Dos primeiros contatos à imigração e à intensificação do comércio	21
I.2) 1937: Guerra sino-japonesa e Estado Novo	43
I.3) Imigração "blindada"	49
I.4) O Brasil como fornecedor de matérias-primas	61
I.5) A propaganda japonesa	68
<b>II. Tensão e rompimento (1941 - 1942)</b>	81
II.1) O Brasil e o caminho até Pearl Harbor	81
II.2) A Conferência do Rio de Janeiro e o rompimento de relações	89
II.3) A troca de diplomatas	103
II.4) Declaração de guerra à Itália e à Alemanha (mas não ao Japão)	129
<b>III. Declaração de guerra brasileira (1942 - 1945)</b>	137
III.1) A situação dos japoneses no Brasil	137
III. 2) A Espanha e a proteção dos interesses japoneses no Brasil	151
III. 3) A última declaração de guerra do Brasil	163
<b>IV. Do fim da guerra ao restabelecimento de relações (1945 - 1952)</b>	189
IV.1) O Brasil e o Japão rendido e ocupado	189
IV.2) Os primeiros contatos oficiais	207
IV.3) O Tratado de São Francisco e o restabelecimento de relações diplomáticas	219
<b>Conclusão</b>	235
<b>Fontes</b>	242

## Introdução

As relações entre Brasil e Japão são fortemente ligadas aos vínculos que se criaram ao longo de mais de um século de imigração, inicialmente do Japão para o Brasil; e, mais recentemente, no sentido inverso. Da mesma maneira, a historiografia do relacionamento entre os dois países é majoritariamente associada ao estudo dessas correntes migratórias.<sup>1</sup> O fluxo de trabalhadores nipônicos para as lavouras brasileiras foi, de fato, elemento central da agenda política entre Tóquio e o Rio de Janeiro nas primeiras décadas após o estabelecimento de relações diplomáticas, em 1895, e motivou a primeira grande crise, quando o Brasil limitou a entrada de japoneses, em 1934.<sup>2</sup>

Mesmo no período em que a imigração esteve interrompida, de 1941 a 1953, os estudos sobre o relacionamento bilateral concentram-se na situação dos japoneses que já residiam no Brasil.<sup>3</sup> As relações políticas, contudo, experimentaram fase extremamente turbulenta — com destaque o rompimento de relações diplomáticas, em 1942, e a declaração de guerra do Brasil contra o Japão, em 1945. Além disso, a guerra interrompeu não apenas a imigração, mas também o comércio, que já era relevante, embora a literatura cubra, sobretudo, sua evolução na segunda metade do século XX.<sup>4</sup> De modo que as relações entre os dois países ao longo da

---

<sup>1</sup> Vide, entre muitos exemplos, COMISSÃO de Elaboração da História dos 80 anos da Imigração Japonesa no Brasil. **Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: HUCITEC e Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.

<sup>2</sup> TAKEUCHI, Marica Yumi. A diplomacia brasileira diante da imigração japonesa (1897-1942). **Estudos Japoneses**, [S. 1.] n. 28, p. 99-112, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2447-7125.v0i28p99-112>>. Acesso em: 03.03.2021. E também LEÃO NETO, Valdemar Carneiro. **A crise da imigração japonesa no Brasil (1930-1934): contornos diplomáticos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989.

<sup>3</sup> Vide, por exemplo: FUKUNAGA, Patrick Makoto. **The Brazilian experience : the Japanese immigrants during the period of the Vargas regime and the immediate aftermath, 1930-1946**. 1983. Tese (Doutorado em História) — Universidade da Califórnia, Santa Barbara; MAKINO, Rogério. **As Relações Nipo-Brasileiras (1895-1973): o lugar da imigração japonesa**. 2010. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) — Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília; Takeuchi, op. cit.; QUINTANEIRO, Tania. Plantando nos campos do inimigo: japoneses no Brasil na Segunda Guerra Mundial. **Estudos Ibero-Americanos**. v. 32, n. 2, p. 155-169. 19 dez. 2006. Disponível em <<https://doi.org/10.15448/1980-864X.2006.2.1361>>. Acesso em 03.03.2022; SHIZUNO, Elena Camargo. **Bandeirantes do Oriente ou Perigo Amarelo: os imigrantes japoneses e a DOPS na década de 40**. 2001. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) — do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível Em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/24690>>. Acesso em 03.03.2022.

<sup>4</sup> KOTARO, Horisaka. **Diplomacia empresarial entre o Japão e o Brasil: os passos das reuniões conjuntas da CNI e do Keidanren em 40 anos**. In: UEHARA, Alexandre Ratsuo (Org.). 120 Anos: Construindo os Alicerces para o Futuro das Relações Brasil-Japão. São Paulo: Lexia, 2016. E também SHIMIZU, Masako. **Reabertura do comércio entre o Brasil e o Japão após a segunda Guerra Mundial : (1949-1959)**. 1987. Dissertação (Mestrado em História) Disponível em: <<https://hdl.handle.net/1884/27113>>. Acesso em 03.03.2022.

década de 1940, bem como os períodos imediatamente anterior e posterior, merecem estudo mais aprofundado.

O objetivo do presente trabalho é analisar as relações entre Brasil e Japão de 1937 a 1952. No Rio de Janeiro, 1937 é o ano em que, sob pretexto de debelar uma suposta ameaça comunista, Getúlio Vargas suspende as liberdades constitucionais e, com o advento do Estado Novo, inicia um processo de centralização de poder sem paralelos na República. No Japão parlamentarista, nenhum líder político teria a longevidade de Vargas, mas a guerra contra a China, iniciada em julho daquele ano, não deixa de ser um divisor de águas a partir do qual a elite política e militar do país uniu-se em torno do objetivo de encerrar esse "incidente", como insistiam em chamar, de modo a afastar intervenções de outros países. Para as relações bilaterais, o ano de 1937 marca o início de uma aproximação inédita, com o comércio em franca expansão e os dois regimes compartilhando a retórica anticomunista.

O ano de 1952, por sua vez, talvez seja ainda mais simbólico. Em 28 de abril, as relações bilaterais, interrompidas desde 1942, foram formalmente restabelecidas. A luta contra o comunismo voltou a colocar Brasil e Japão no mesmo lado de um conflito — a Guerra Fria —, mas as realidades em ambos os países haviam sido profundamente modificadas desde o fim da guerra. Embora o imperador Hirohito houvesse permanecido no trono e Vargas estivesse de volta ao poder, a ocupação do Japão pelos EUA e a redemocratização do Brasil, inclusive com a reabertura do Congresso, criaram um ambiente novo, no qual se retomaram a imigração, o comércio e, de maneira geral, o intercâmbio bilateral.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos, com recortes cronológicos sucessivos, que acompanham os principais aspectos do relacionamento bilateral antes, durante e depois da Segunda Guerra Mundial. Após breve apresentação dos antecedentes, desde os primeiros contatos entre os dois países, o primeiro capítulo aborda a aproximação entre o Brasil do Estado Novo e um Japão cada vez mais assertivo em suas pretensões territoriais, principalmente na China, no período de 1937 a 1941. As crescentes necessidades de matéria-prima, e as dificuldades de suprimento impostas pelo prolongamento do conflito sino-japonês acabaram levando o Japão a voltar-se para a América Latina, e para o Brasil em particular. Além do comércio em crescimento, a imigração ganhava contornos progressivamente políticos, à medida que qualquer discriminação aos japoneses poderia ser percebida como ofensa grave pelo Império nipônico em expansão. Nesse contexto, e com o início da guerra na Europa, surgiram as primeiras tensões no relacionamento bilateral.

O segundo capítulo contém o menor recorte temporal (1941-1942), mas analisa alguns dos eventos mais relevantes para o relacionamento bilateral, a começar pela decisão brasileira de romper relações diplomáticas com os países do Eixo. São detalhadas as atuações de Brasil e Japão na Conferência do Rio de Janeiro, bem como o papel decisivo dos EUA, de um lado — buscando que o maior número de repúblicas americanas rompesse com o Eixo —, e Argentina e Chile, de outro — inflexíveis em não quebrar a neutralidade. Ao rompimento seguiram-se difíceis negociações sobre o repatriamento dos diplomatas de lado a lado, cujo estudo é revelador das transformações que a guerra trazia ao Brasil e ao Japão. Por fim, analisam-se as razões e as consequências da decisão brasileira de deixar o Japão de fora da declaração de guerra de agosto de 1942, dirigida apenas à Itália e à Alemanha.

O terceiro capítulo debruça-se, primeiramente, sobre a situação dos japoneses no Brasil, que, após o rompimento de relações diplomáticas — e tendo em vista que a colônia brasileira no Japão era quase inexistente — passou a ser o principal tema da agenda bilateral, levada a cabo pelos bons ofícios da Espanha, na proteção dos interesses japoneses junto ao Brasil, e de Portugal, no sentido inverso. Em junho de 1945 — depois de encerrado o conflito na Europa e finda, portanto, a missão da Força Expedicionária Brasileira (FEB) —, o Brasil declarou guerra ao Japão, e a análise dessa decisão encerra o recorte temporal do capítulo: 1942-1945.

Finalmente, o quarto capítulo contempla o período entre o fim do conflito mundial e o restabelecimento formal de relações diplomáticas (1945-1952). As profundas transformações trazidas pelo final da guerra — ao Brasil, com o fim do Estado Novo, mas sobretudo ao Japão, com as amplas reformas impostas pela ocupação estadunidense — são analisadas em meio à gestação e ao início de um novo conflito: a Guerra Fria. Nesse contexto, são descritos os primeiros contatos oficiais entre os dois países no pós-guerra, bem como as negociações que culminaram no Tratado de São Francisco, cuja análise é ilustrativa do ambiente político tanto no Rio de Janeiro quanto em Tóquio.

Do ponto de vista metodológico, o trabalho apoia-se, sobretudo, em fontes primárias, inclusive em razão da já citada lacuna historiográfica que se pretende contribuir para sanar. A correspondência diplomática brasileira é a mais citada, mas também se faz uso de fontes das principais potências da época, como Estados Unidos e Reino Unido. Documentos japoneses — não apenas comunicações interceptadas, decifradas e publicadas nos EUA, mas também material sob custódia de arquivos nipônicos — são particularmente úteis para a reconstituição e a análise equilibradas do processo histórico das relações bilaterais, a partir do confronto entre

interpretações diversas, quando não contraditórias. Excertos da imprensa da época — brasileira, japonesa e de outros países — contribuem, ainda, para o acervo de fontes deste trabalho. Além de maior originalidade, o recurso extensivo a fontes primárias procura fugir da mera repetição de interpretações, bem como tornar possíveis novas leituras. Graças a elas, foi possível identificar a reincidência em erros factuais, alguns dos quais amplamente difundidos.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Não são raros, por exemplo, trabalhos segundo os quais o Brasil teria declarado guerra ao Japão em 1942 — e não em 1945, como, de fato, aconteceu. Uma lista não exaustiva de publicações com esse erro figura em KOIFMAN, Fábio e ODA, Humberto Manabu. **A declaração brasileira de guerra ao Japão**. XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal. *Anais...* Associação Nacional de História (ANPUH), 2013, p. 7. Disponível em: <[https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548875806\\_b4ab823e9690b5fe705d931a1ba0014b.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548875806_b4ab823e9690b5fe705d931a1ba0014b.pdf)>. Acesso em 27 de junho de 2020.

## I. Aproximação e prosperidade (1937 - 1941)

*Existirá entre os Territórios e Possessões das duas Altas Partes Contractantes Liberdade recíproca de comércio e de navegação.*

*(Artigo 3º do Tratado Brasil-Japão de Amizade, Comércio e Navegação)<sup>6</sup>*

No fim da década de 1930, as tensões que culminariam no início da guerra na Europa, em 1939, dominavam a política externa do Brasil, que buscava manter uma postura ambígua perante as principais potências rivais, Estados Unidos (EUA) e Alemanha.<sup>7</sup> Nesse contexto, o Japão estava longe do centro das atenções brasileiras, conforme resumiu um estudioso do período:

O Japão não ocupa posição importante nas preocupações brasileiras de política externa. Há apenas dois aspectos dignos de nota. De um lado, o comércio pelo qual o Brasil fornece algodão ao Japão e recebe divisas. De outro, há a política brasileira de imigração que não constitui grande problema, pois cada país de emigração possui uma quota e o Japão não escapa à regra.<sup>8</sup>

Embora não esteja incorreta, essa avaliação parece superficial. O comércio de algodão não era assunto trivial. Em 1937, o produto já respondia por 19% de todas as exportações do país, atrás apenas do café (42%). E o Japão se tornaria o principal comprador entre 1939 e 1940.<sup>9</sup>

---

<sup>6</sup> Tratado de Amizade, Comércio e Navegação firmado em Paris pelos Estados Unidos do Brasil e o Império do Japão, 05.11.1895. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/212>>. Acesso em 18.02.2022.

<sup>7</sup> FAUSTO, Boris. A vida política. In GOMES, Angela de Castro (coord). **Olhando para Dentro: 1930-1964**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013, p. 104.

<sup>8</sup> SEITENFUS, Ricardo. **A Entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000, p. 202.

<sup>9</sup> Anuário Estatístico do IBGE 1939-1940. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_1939\\_1940.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1939_1940.pdf)>. Anuário Estatístico do IBGE 1941-1945. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_1941\\_1945.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1941_1945.pdf)>. Acesso em 11.05.2021. Fontes distintas apontam datas diferentes para quando o Japão se tornou o primeiro comprador de algodão brasileiro, possivelmente em função de como entravam nas estatísticas os territórios chineses ocupados pelo Japão. Vide, por exemplo, Intercâmbio Nipo-Brasileiro, nov.1941, p. 15. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/352098/1>>. Acesso em 25.05.2021. De todo modo, todas coincidem na tendência geral de aumento dos volumes comercializados.

Justamente pela importância do Japão como fonte de divisas, a imigração tampouco era assunto de menor monta. Empenhado em propalar seu prestígio como potência, o Império nipônico mostrava-se cada vez mais cioso de não ser discriminado, como havia sido pelos EUA — que, em 1924, proibiram o ingresso de japoneses em seu território — e como esteve perto de ser pela constituição brasileira de 1934. Não faltava, no entanto, quem defendesse que o Brasil fechasse suas portas à entrada de japoneses.

Essa aversão aos japoneses convivia com a admiração pela rápida modernização que o pequeno país insular vinha empreendendo desde o fim do século XIX, com resultados expressivos nas mais diversas áreas, inclusive militar. De modo que o olhar brasileiro sobre o Japão era cheio de contradições, como fica evidente, por exemplo, em trecho de artigo do *Jornal do Comércio*, tradicional palanque de vozes contrárias à imigração japonesa:

"Nada nos anima contra o grande Império do Oriente, admiramos a sua gente e enalteçemos a pujança da potência que ela soube construir. Mas não vamos ao ponto de achar justo que a força dessa raça diferente se venha a exercitar sobre a nossa imprevidência e a nossa incapacidade para domínio da terra que é nossa e da qual nos orgulhamos hoje pelo que já fizemos, certos de que as gerações vindouras hão de colher os frutos dos nossos esforços se estivermos sempre à altura da missão que nos cabe pelo Brasil nesta hora de renovação mundial.<sup>10</sup>

O Japão, por sua vez, afundava-se na guerra contra a China. As vitórias militares de 1937 e do início de 1938, que valeram a conquista de cidades importantes como Xangai e Nanquim, permitiram que se vislumbrasse a perspectiva de um fim iminente para o conflito, ou pelo menos de um cessar-fogo. Os combates, porém, prosseguiram e ficou claro que não cessariam tão cedo quando, em junho de 1938, Chiang Kai-shek ordenou a destruição de uma represa do Rio Amarelo, como forma de conter o avanço inimigo. Entre chineses e japoneses, as inundações mataram cerca de 400 mil pessoas,<sup>11</sup> constituindo metáfora apropriada para o atoleiro que drenaria mais e mais recursos diplomáticos, militares, econômicos e humanos e do qual o Japão só sairia com a derrota de 1945.

À guerra na China somavam-se as tensões com as grandes potências, como EUA e URSS. Nesse contexto, a América Latina ocupava posição periférica na política externa japonesa. A tenaz resistência chinesa, contudo, inviabilizava o projeto japonês de adquirir no

---

<sup>10</sup> *A Infiltração Japonesa no Brasil*, *Jornal do Commercio*, 15.08.1937, p. 11. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_12/49925](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/49925)>. Acesso em 11.05.2021. Grifo nosso.

<sup>11</sup> MITTER, Rana. *China's War with Japan, 1937-1945: The Struggle for Survival*. Londres: Allen Lane, 2013, p. 157-162.

seu entorno regional as matérias-primas tão necessárias a seu formidável complexo industrial-militar. Assim, Tóquio teve que se voltar, justamente, para a América Latina, e para o Brasil em particular, ainda que empregando recursos limitados — basicamente, diplomacia e propaganda — para tentar manter ali alguma influência.

O advento do Estado Novo no Brasil e a invasão da China pelo Japão marcaram, assim, o início de uma aproximação inédita entre os dois países. Antes de chegar ao importante ano de 1937, porém, cabe traçar um histórico dos antecedentes, desde os primeiros contatos entre as populações antípodas até o já bastante documentado advento da imigração, passando pelo estabelecimento de relações diplomáticas, em 1895.

### I.1) Dos primeiros contatos à imigração e à intensificação do comércio

As relações oficiais entre o Brasil e o Japão foram estabelecidas em 1895, conjugando o desejo mútuo de fomentar a imigração, bem como a disposição de ambos os países em firmar tratados "iguais". Os contatos iniciais entre habitantes dos dois países, porém, remontam a quase um século antes.

O primeiro encontro de que se identificou registro ocorreu em dezembro de 1803, quando o Brasil sequer era independente. Na tarde do dia 21, dois navios russos lançaram âncora ao largo do Forte de Santa Cruz, na entrada norte do estreito que separa a ilha de Santa Catarina do continente.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> A data precisa da chegada desses navios é objeto de certa controvérsia, possivelmente oriunda da coexistência entre os calendários japonês (lunar), russo (juliano) e ocidental (gregoriano). Baseando-se em depoimentos dos japoneses que estavam a bordo, e nas respectivas traduções, Gaudioso situa-a em 29 de novembro (GAUDIOSO, Tomoko Kimura. *Kankai Ibun - Informações exóticas ouvidas na viagem ao redor do mundo - tradução. Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito*, Volume Especial, p. 19-35, novembro de 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.22456/2317-8558.48589>>. Acesso em 11.04.2021, p. 27), ao passo que Porto fala em 19 de novembro (PORTO, Luiz de Almeida Nogueira. *Estranhas histórias de além mar. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)*, Rio de Janeiro, vol 238, p. 430-434, jan-mar. 1958). Tais japoneses, porém, não faziam anotações, contando apenas com a memória, e seus relatos são entremeados com anotações relativas ao calendário russo, mas não ao ocidental. Assim, parecem-nos mais confiáveis as anotações coincidentes do capitão da expedição (“*we anchored at five o'clock in the evening of the 21st*”, KRUSENSTERN, Adam Johann von. *Voyage Round the World, in the Years 1803, 1804, 1805, & 1806, By order of His Imperial Majesty Alexander the First, on board the ships Nadeshda and Neva, under the command of Captain A. J. von Krusenstern, of the Imperial Navy. In two volumes. Translated from the original German by Richard Belgrave Hoppner, Esq. Vol. I.* Londres: Printed by C. Roworth for John Murray, 1813. Disponível em [https://archive.org/details/bub\\_gb\\_QgTI9yOecisC](https://archive.org/details/bub_gb_QgTI9yOecisC), p. 67) e de um dos naturalistas (“*and dropped our anchor, on the twenty-first, near a small fortress called Santa Cruz, upon the island of Atomeri*”, LANGSDORFF, Georg Heinrich von. *Voyages and travels in various parts of the world, during the years 1803, 1804, 1805, 1806, and 1807* Carlisle: Printed by George Philips, 1817. Disponível em:

Eles compunham uma expedição cujo objetivo inicial havia sido eminentemente comercial: estabelecer uma rota direta pela qual navios russos pudessem levar até a China, prescindindo de intermediários estrangeiros, peles de focas, leões-marinhos, morsas e outros animais capturados na costa oeste da América do Norte. Ao encampar a missão, porém, o czar Alexandre I transformara-a em algo muito mais grandioso: a primeira circumnavegação russa e uma missão diplomática ao Japão, que vivia praticamente isolado.<sup>13</sup> Para viabilizar esse último objetivo, os russos levavam a bordo quatro japoneses, que viviam na Rússia desde que, anos antes, tinham sido resgatados de um naufrágio, nas ilhas Aleutas.

Quando chegaram a Florianópolis (então Nossa Senhora do Desterro), a cidade contava meros dois ou três mil habitantes,<sup>14</sup> e a ilha de Santa Catarina, cerca de 10 mil.<sup>15</sup> O clima mais ameno e a ausência da burocracia alfandegária que os faria perder muito tempo levaram o capitão a preferir o Rio de Janeiro, principal porto da então colônia. Ironicamente, a falta de

---

<<https://archive.org/details/voyagesandtrave00langgoog>>, p. 43. Acesso em 14.03.2022). Embora russo, o capitão havia servido na marinha inglesa e é explícito ao especificar que usa o “novo sistema”, *New System*, ou simplesmente N. S.: “*On the 4th August, N. S. (which I shall constantly use) the wind shifted to the eastward, and I immediately made the signal to weigh*” (KRUSENSTERN, op. cit., p. 19). Quanto ao naturalista, sua origem alemã e suas experiências prévias em Portugal, França e Inglaterra não poderiam levá-lo a usar outro calendário que não o gregoriano. Faz-se referência à traduções para o inglês dos relatos de Krusenstern e Langsdorff, mas a leitura das publicações originais, em alemão, levaram Alfredo de Carvalho à mesma conclusão: “a 12 de dezembro passaram à vista do Cabo Frio, e, na tarde de 21, fundearam próximo à ilha de Santa Catharina, distante uma légua da fortaleza de Santa-Cruz (CARVALHO, Alfredo de. Uma visita a Santa Catarina em 1803-1804. **Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**, Florianópolis, vol. IV, I a IV trimestres, p. 3-32, 1915. Disponível em: <[http://fortalezas.org/imprensa01.php?ct=bibliografia&id\\_bibliografia=2029&muda\\_idioma=PT](http://fortalezas.org/imprensa01.php?ct=bibliografia&id_bibliografia=2029&muda_idioma=PT)>, p. 4. Acesso em 14.03.2022). Na mesma linha, em sua dissertação sobre o referido naturalista, Luvizotto afirma que “A estada na ilha durou de 20 de dezembro de 1803 a 4 de fevereiro de 1804” (LUVIZOTTO, Rodrigo. **Os diários de Langsdorff: prelúdios paisagísticos**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia Física) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-26022013-120021/pt-br.php>>, p. 62. Acesso em 14.03.2022). Com efeito, já no dia 20 de dezembro, os navios chegaram ao largo de Santa Catarina, mas só lançaram âncora no dia seguinte, quando o mar e o vento acalmaram-se. E partiram, de fato, no dia 4 de fevereiro, conforme relatos tanto do capitão (“*The same happened during the morning of the 4th; but about half past tree in the afternoon, a violent thunderstorm arose with a strong southerly wind. I immediately made signal for sailing, and about four, both ships were under weigh*”. KRUSENSTERN, op. cit., p. 84) quanto do naturalista (“*On the fourth, in the afternoon, the wind being sufficiently abated, the anchors of both ships were weighed, and we were soon under sail with a fresh breeze from the south*”. LANGSDORFF, op. cit., p. 79). Para afastar a hipótese de o naturalista e o capitão terem reproduzido equívocos um do outro, vale notar que, nas poucas passagens em que trocaram notas, houve menção específica, por exemplo quando descrevem a tempestade que enfrentaram pouco antes de chegar ao Japão: “*Here follows a concise description of an almost unparalleled hurricane. In order to be somewhat more complete, I have judged it expedient to join some of the observations made by Captain Krusenstern with my own*”; ibidem, p. 185). Ora, nos relatos da chegada, permanência e partida de Santa Catarina, não há qualquer anotação nesse sentido.

<sup>13</sup> KRUSENSTERN, op. cit., p. xxvii-xxx, 3. LENSEN, George Alexander. Early Russo-Japanese Relations. **The Far Eastern Quarterly**, vol. 10, No. 1, nov., 1950, p. 2-37. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/2049650>>. Acesso em 15.03.2022, p. 25.

<sup>14</sup> KRUSENSTERN, op. cit., p. 73.

<sup>15</sup> LANGSDORFF, op. cit., p. 44.

estrutura e comércio acabou estendendo para sete semanas a permanência no Brasil, onde o capitão planejava apenas reabastecer os navios, pois descobriu-se que uma das naus estava avariada, e novos mastros tiveram que ser fabricados.<sup>16</sup>

Essa longa permanência deu aos japoneses várias ocasiões de interagir com a população local. Ao voltarem à terra natal, relataram seu estranhamento:

Os nativos tinham peles escuras. Os negros vistos em *Peterburca* [São Petersburgo] eram totalmente pretos mas os nativos deste lugar tinham cores um pouco menos escuras do que aqueles [...] Assemelhavam-se às pessoas vistas nas Ilhas Canárias. Eles tinham cabelos e pêlos do corpo crespos<sup>17</sup>

Originários do norte do Japão, tampouco estavam acostumados com o clima quente (“Ouvimos dizer que este lugar é muito quente o ano todo e não conhece o inverno. Tomávamos banho duas ou três vezes ao dia.”) e demonstraram surpresa diante de frutas tropicais, como banana (“Também vimos frutas que cresciam em cacho, cada uma medindo cerca de duas polegadas de comprimento, de cor verde quando não madura e amarela nesse caso. A fruta é branca e doce.”) e coco (“Havia também uma espécie de fruta com casca duríssima, com um líquido dentro. Os vendedores dela vinham a bordo e comprávamos muitas, porque esse líquido constituía um excelente refresco”).<sup>18</sup>

A julgar pelo relato do célebre naturalista Georg Heinrich von Langsdorff, que, dez anos depois, voltaria ao Brasil como cônsul da Rússia, a estada parece ter sido agradável. Ao partir de “one of the finest and richest spots upon the globe”, ele registrou o “luxurious living we had enjoyed for some weeks”.<sup>19</sup> Os navios zarparam no dia 4 de fevereiro de 1804.<sup>20</sup>

Depois desse encontro quase fortuito, passaram-se décadas sem novos contatos entre japoneses e brasileiros. Nesse período, o Brasil se tornou independente, e o Japão iniciou sua abertura e modernização, depois de dois séculos e meio em que os contatos com estrangeiros só eram autorizados no porto de Nagasaki, e apenas com holandeses e chineses. Esse processo foi deflagrado pela chegada da esquadra estadunidense comandada pelo comodoro Matthew Perry, em 1853.<sup>21</sup> Secundado pelo poderio naval, Perry negociou em posição de força para que

---

<sup>16</sup> KRUSENSTERN, op. cit., p. 70-76.

<sup>17</sup> GAUDIOSO, op. cit., p. 28.

<sup>18</sup> PORTO, op. cit., p. 432-433.

<sup>19</sup> LANGSDORFF, op. cit., p. 78

<sup>20</sup> KRUSENSTERN, op. cit., p. 84; e LANGSDORFF, op. cit., p. 79

<sup>21</sup> O início do intercâmbio com outras potências é apontado por alguns japoneses como prenúncio, senão mesmo causa, de muitas das ações posteriores do Japão, que viriam a ser condenadas pela comunidade internacional. Acusado de crimes de no Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente, o general Kanji Ishiwara "lashed

os dois países pudessem enviar representantes diplomáticos um ao outro. E, em 1856, chegou ao Japão o primeiro cônsul estadunidense, Townsend Harris, que, dois anos depois, concluiu um tratado que pôs formalmente fim à política japonesa de isolamento.

A partir daí, o Japão demonstrou grande capacidade em mimetizar as técnicas e as instituições ocidentais. Ilustrativo disso é o fato de que, em 1860, a missão que levou aos EUA o termo de ratificação do tratado de 1858 atravessou o Pacífico em navio fabricado no Japão, cuja indústria naval, até a chegada de Perry, era proibida de construir embarcações dessa natureza, em consonância com a vedação legal de contatos com o estrangeiro.

A abertura ao mundo estava longe de fazer unanimidade, e o país foi palco de calorosos debates, que, não raro, levavam a assassinatos políticos (que, como se verá mais adiante, perduraram até o século XX). Nesse contexto conturbado e vendo seu poder ameaçado, "o Shogunato empreende duas tentativas fracassadas de expulsar os estrangeiros em meados dos anos 1860, sendo que a primeira delas ocorreu contra os americanos e a segunda quase resultou em uma guerra contra as potências imperialistas ocidentais aliadas."<sup>22</sup>

Prevaleceu, porém, a determinação de modernizar o país, inclusive como forma de evitar a submissão e as humilhações por que passava a vizinha China. Assim, o governo japonês acabou embarcando decisivamente num ambicioso programa de modernização. Num primeiro momento, trouxe ao país "grande número de europeus e norte-americanos que para lá se dirigiram para atuar na esfera produtiva e na área da educação". E, para assegurar a continuidade desses esforços, formando especialistas que pudessem substituir os técnicos estrangeiros,

---

back by lecturing his questioners with the reminder that it was Commodore Perry, whose opening of Japan to the dangers of a pitiless international system, who was to be blamed for Japan's war with America" (JANSEN, Marius B. **The making of modern Japan**. Cambridge: Harvard University Press, 2000. p. 580), acrescentando que "you might say we became your disciples" (MITTER, op. cit., p. 52). Essa mesma visão de que o Japão apenas entrou no "jogo" cujas regras lhes foram ensinadas pelas potências ocidentais permeia o acervo do principal museu de história militar de Tóquio, o *Yushukan* (visita do autor, 2013). No Brasil, essa ideia encontrava eco desde antes do conflito: "Para onde vai o Japão? Para onde a nossa atitude para com ele o levar. Fomos nós que lhe abrimos as portas ao comércio, à indústria, a todas as formas enfim da atividade moderna. Fomos nós que lhe ensinamos o prestígio da força e as ambições imperialistas. Fomos nós que o iniciamos nos processos hipócritas da diplomacia, que ele nem suspeitava. Fomos nós que dele fizemos o que ele é hoje — mistura desconcertante do velho e do novo, do bom e do mau, do banal e do grandioso." (BAHIANA, Henrique Paulo. **O Japão que eu vi**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, p. 308-309).

<sup>22</sup> HIDEKI YAMAMURA, Roberto Jimmy. O Estabelecimento das Relações Brasil - Japão no Século XIX. **T.E.X.T.O.S DE H.I.S.T.Ó.R.I.A. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB**, v. 4, n. 1, p. 125-148, 19 dez. 2011, p. 131.

"enviou ao Ocidente sucessivas missões de observação dos setores industriais e militares."<sup>23</sup>  
Mais tarde, esse processo se estenderia também a outros setores, como o cinema.<sup>24</sup>

Foi nesse contexto que passou pelo Brasil, já independente, um segundo grupo de japoneses. Em paralelo à rápida modernização da indústria naval, a abertura dos portos evidenciava a necessidade de o Japão estabelecer uma marinha de guerra capaz de protegê-los. Para tanto, adquiriu da Inglaterra e da Holanda, em 1857, os navios de guerra que constituíram o início da sua esquadra.<sup>25</sup> Uma década depois, o país comprou da Holanda mais uma embarcação, que, na viagem ao Japão, trouxe de volta alguns jovens que haviam ido estudar na Europa. Um deles era Takeaki Enomoto, descendente de família de samurais que, mais tarde, viria a ser ministro de várias pastas, inclusive dos Negócios Estrangeiros, sendo um entusiasta da emigração. Em escala no Rio de Janeiro, em 1867, foi recebido pelo imperador Pedro II.<sup>26</sup>

Em 1874, foi a vez de o primeiro brasileiro ir ao Japão. O astrônomo Francisco Antônio de Almeida Júnior estava estagiando no observatório de Paris e, a pedido do governo brasileiro, foi incluído na missão francesa que se deslocaria ao Japão, um dos melhores pontos de observação de um fenômeno raro: o trânsito de Vênus, isto é, a passagem do planeta em frente ao sol. Embora o objetivo central da expedição fosse científico, seu périplo acabou dando origem a um relato de viagem, publicado em 1879, sob o título "Da França ao Japão: Narração de viagem e descrição histórica, usos e costumes dos habitantes da China, do Japão e de outros países da Ásia".<sup>27</sup>

Após mais alguns encontros fortuitos, uma missão que o Brasil enviou à China, para negociar um tratado bilateral, passou pelo Japão, em 1880. Durante a escala em Yokohama, os oficiais foram recebidos pelo ministro da Marinha, o já citado Takeaki Enomoto (que fora ao Brasil em 1867), que lhes ofereceu almoço no qual "o serviço foi deslumbrante". O médico da

---

<sup>23</sup> BERTOLLI FILHO, Claudio. O JAPÃO COMO MODELO: relatos de dois viajantes brasileiros na década de 1930. **Cadernos de Estudos Culturais**, v. 15, p. 21-34, 2016, p. 23. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article/view/3589>>. Acesso em 15.03.2022.

<sup>24</sup> FIGUEIREDO, José de Lima. **O Japão por dentro**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1944, p. 96.

<sup>25</sup> BAHIANA, op. cit., p. 268.

<sup>26</sup> SCOMAZZON, Marli Cristina e FRANCO, Jeff. **Primeira Circum-navegação brasileira e primeira missão Brasil à China (1879)**. Florianópolis: Dois por Quatro, 2020, p. 165.

<sup>27</sup> NADER, Rundsthen Vasques de. **Eclipses e trânsitos planetários no século XIX: a modernização da astronomia observacional no Brasil de 1850 ao final do segundo império**. 2015. Tese (Doutorado em História das Ciências) — Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, p. 85-89. Disponível em: <[http://www.hcte.ufrj.br/docs/teses/2015/rundsthen\\_vasques\\_de\\_nader.pdf](http://www.hcte.ufrj.br/docs/teses/2015/rundsthen_vasques_de_nader.pdf)>. Acesso em: 15.03.2022.

expedição, ademais, fez registro positivo dos japoneses, em comparação aos chineses, como que renunciando a política migratória que mais tarde seria adotada:

O tipo japonês é inteiramente diverso do chinês. Robustos, bem conformados, agradáveis, olhar vivo e inteligente, reconhece-se neles um caráter muito franco e sincero. São excessivamente obsequiadores e extremamente delicados.<sup>28</sup>

Além de fortalecer sua base industrial, o Japão se lançava também numa modernização jurídica e institucional. No plano doméstico, já em 1871, extinguiu os privilégios dos samurais e "instituiu a educação elementar obrigatória a todas as crianças, a partir dos seis anos de idade."<sup>29</sup> No plano internacional, contudo, a igualdade ainda era um objetivo a ser perseguido.

Em 1871, o príncipe Tomomi Iwakura chefiou delegação que partiu para os EUA e Europa, com o objetivo de renegociar os tratados desiguais que tinham sido impostos pelas potências ocidentais. Ao chegar a Washington, porém, a missão teve sua autoridade questionada pelo governo dos EUA, que só aceitou sentar à mesa de negociação depois que parte da delegação japonesa voltou a Tóquio para buscar uma carta de plenos poderes devidamente firmada pelo imperador. E, mesmo assim, as tratativas não prosperaram.<sup>30</sup> Esse fracasso acabou fazendo com que a "Missão Iwakura", como ficou conhecida, se tornasse célebre pelo êxito do que inicialmente era um objetivo secundário da expedição: colher informações sobre os avanços industriais e tecnológicos das potências ocidentais, mediante visitas a correios, telégrafos, escolas, universidades, fábricas, portos, estaleiros, eclusas, linhas de ferro, escritórios de patentes, etc.<sup>31</sup> A tão desejada igualdade jurídica só viria em 1888, e, mesmo assim, com um país que não era visto como grande potência, o México.<sup>32</sup>

---

<sup>28</sup> SCOMAZZON e FRANCO, op. cit., p. 165.

<sup>29</sup> BERTOLLI FILHO, op. cit., p. 23.

<sup>30</sup> KUNITAKE, Kume. **Japan Rising: The Iwakura Embassy to the USA and Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. E-book, loc. 173-190.

<sup>31</sup> Como tributo a esse legado da missão, o rosto de Iwakura figurou na nota de 500 ienes que circulou na segunda metade do século XX, até ser substituída por uma moeda.

<sup>32</sup> Alguns autores sustentam que o primeiro tratado firmado em pé de igualdade foi aquele firmado com a Rússia, em 1875 (por exemplo, HIDEKI YAMAMURA, op. cit., p. 136). Trata-se, porém, de tratado específico sobre fronteiras, sem cláusulas mais abrangentes como os demais tratados de comércio e navegação, em que a desigualdade se expressava, por exemplo, pela extraterritorialidade do sistema jurídico das potências ocidentais, ao qual ficariam submetidos seus representantes acreditados junto ao Japão. A própria chancelaria japonesa reconhece no Tratado de Amizade, Comércio e Navegação com o México "Japan's first 'equal' treaty with a Western country" (Japan-Mexico Relations (Basic Data), disponível em: <[www.mofa.go.jp/region/latin/mexico/data.html](http://www.mofa.go.jp/region/latin/mexico/data.html)>. Acesso em: 15.03.2022).

Nessa época, o Japão, em rápida transformação, começou a estimular a emigração de sua população, que não apenas crescia, como também se deslocava para as cidades.<sup>33</sup> Do outro lado do mundo, a lavoura brasileira, especialmente paulista, precisava de braços para seus cafezais. A Europa era sua principal fonte, além de migrações internas, mas alguns obstáculos começavam a surgir.

Em 1856, colonos europeus rebelaram-se contra as condições de trabalho na fazenda Ibicaba, em Limeira (SP). Três anos depois, esse e outros incidentes levaram o governo da Prússia a restringir a emigração para o Brasil.<sup>34</sup> Em 1885, foi a vez da Itália: emigrantes que regressaram do Brasil causaram tamanha impressão nos funcionários que os receberam, que Roma emitiu uma circular descrevendo São Paulo como lugar como inóspito e insalubre, e recomendando que seus nacionais evitassem emigrar para o Brasil.<sup>35</sup>

O Brasil, porém, olhava com desconfiança para os orientais. Em 1890, um decreto condicionou a imigração de asiáticos e africanos à autorização do Congresso Nacional.<sup>36</sup> Só dois anos mais tarde é que "a pressão da lavoura alteraria essa situação",<sup>37</sup> levando o presidente Floriano Peixoto a sancionar lei que não apenas permitia a entrada de imigrantes da China e do Japão, como autorizava o governo a enviar agentes diplomáticos e consulares a esses países, a fim de "fiscalizar, de modo eficaz a evitar abusos, a imigração que desses países se dirigir para o Brasil."<sup>38</sup>

O Brasil já tinha celebrado tratado com a China, mas, em 1895, o presidente Prudente de Moraes manifestou preferência pela imigração japonesa, em relação à chinesa, e, nesse sentido, determinou a negociação de tratado com o Japão, embora fizesse ressalvas ao envio de "custosa embaixada".<sup>39</sup> Com isso, estavam dadas as bases para que os representantes

---

<sup>33</sup> O primeiro destino foi o Havaí, em 1884 (LEÃO NETO, Valdemar Carneiro. **A crise da imigração japonesa no Brasil (1930-1934): contornos diplomáticos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989, p. 18).

<sup>34</sup> CASSIDY, Eugene S. *Germanness, Civilization, and Slavery: Southern Brazil as German Colonial Space (1819-1888)*. 2015. Tese (Doutorado em História) — Universidade de Michigan, Michigan, p. 67. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2027.42/116675>>. Acesso em: 15.03.2022. A norma seria incorporada pelo Império Alemão e afrouxada apenas em 1896.

<sup>35</sup> HOLLOWAY, Thomas H. **Immigrants on the Land: Coffee and Society in Sao Paulo, 1886-1934**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1980, p. 37.

<sup>36</sup> Decreto 528, 28.06.1890. Disponível em: <[www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html)>. Acesso em: 15.03.2022.

<sup>37</sup> LEÃO NETO, op. cit., p. 19.

<sup>38</sup> Lei 97, 05.10.1892. Disponível em: <[www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-97-5-outubro-1892-541345-publicacaooriginal-44841-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-97-5-outubro-1892-541345-publicacaooriginal-44841-pl.html)>. Acesso em: 15.03.2022.

<sup>39</sup> BUENO, Clodoaldo. O Tratado de 1895 e o Início das Relações Brasil-Japão. In: HASHIMOTO, Francisco; TANNON, Janete Leiko; OKAMOTO, Mônica Setuyo (Orgs.). **Cem Anos da Imigração Japonesa – História, Memória e Arte**. São Paulo: UNESP, 2008, p. 141.

diplomáticos de Brasil e Japão em Paris dessem início à negociação do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, assinado no dia 5 de novembro de 1895.<sup>40</sup>

Interessa notar que, embora tivesse agido conforme a vontade do Legislativo, expressa sob a forma da já citada lei nº 97 (1892), o chanceler Carlos Augusto de Carvalho julgou necessário explicar ao presidente por que "se estabeleceu a reciprocidade que o Governo do Japão desejava em matéria de justiça". Argumentou que Inglaterra, EUA e Itália estavam desistindo dos privilégios de que gozavam seus nacionais, com base em tratados anteriores, de modo que "esses precedentes de nações que têm importantes relações comerciais com o Japão justificarão a resolução que tomastes."<sup>41</sup> Após debates sobre os novos encargos que o estabelecimento de legações e consulados trariam às já combalidas finanças públicas, o congresso aprovou o tratado em novembro de 1896, e os representantes em Paris trocaram instrumento de ratificação em fevereiro do ano seguinte.<sup>42</sup>

Com o tratado de 1895, estavam dadas as condições jurídicas para o início do relacionamento bilateral, e, mais especificamente, da imigração japonesa, que era o objetivo principal do Rio de Janeiro, conforme as inequívocas instruções enviadas ao representante brasileiro em Paris, na fase de negociação do acordo: "Atualmente, o interesse que temos em tratar com o Japão é a imigração."<sup>43</sup> Na prática, contudo, ainda havia resistências e receios de que os asiáticos se dispusessem a trabalhar por baixos salários, ameaçando, assim, o emprego de outros agricultores. Somente em 1908 — depois que a Itália havia proibido a emigração de seus nacionais com passagem paga pelo governo ou fazendeiros brasileiros,<sup>44</sup> e que os EUA

---

<sup>40</sup> Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, Paris, 05.11.1895. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/212>>. Acesso em: 15.03.2022.

<sup>41</sup> Relatório do Ministério das Relações Exteriores, 1895, p. 187. Disponível em: <[http://ddsnxt.crl.edu/titles/105?terms=&item\\_id=1785](http://ddsnxt.crl.edu/titles/105?terms=&item_id=1785)>. Acesso em 15.03.2022. Curioso notar que não se fez qualquer referência ao tratado que o Japão havia firmado com o México, o que não deixa de ser coerente com o "desinteresse demonstrado ante oferta do México de reconhecer o Brasil ainda em 1824", quando se buscou o reconhecimento da independência apenas junto a potências europeias e aos EUA (RANDIG, Rodrigo Wise. Argentina, primeiro país a reconhecer a independência do Brasil. **Cadernos do Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD)**, ano 16, número 31, segundo semestre 2017, p. 520. Disponível em: <[https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-277-cadernos\\_do\\_chdd\\_ano\\_16\\_numero\\_31\\_2017](https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-277-cadernos_do_chdd_ano_16_numero_31_2017)>. Acesso em 05.05.2022).

<sup>42</sup> BUENO, op. cit., p. 142-145.

<sup>43</sup> Despacho 12, da Secretaria de Estado para a Legação em Paris, 27.07.1895. Apud LEÃO NETO, op. cit, p. 21.

<sup>44</sup> Medida estabelecida pelo chamado Decreto Prinetti, que tomou emprestado o nome do chanceler Giulio Prinetti, de 26.03.1902. Vide FUKUNAGA, Patrick Makoto. *The Brazilian experience : the Japanese immigrants during the period of the Vargas regime and the immediate aftermath, 1930-1946*. 1983. Tese (Doutorado em História) — Universidade da Califórnia, Santa Barbara, p. 22.

havam fechado suas portas aos japoneses<sup>45</sup> — é que teve início o fluxo de japoneses para o Brasil. Os sucessivos embarques de imigrantes tornar-se-iam o objeto central do trabalho dos consulados que o Brasil instalara em Kobe e Yokohama, em 1898.<sup>46</sup> Em alguns casos, nossos cónsules não apenas cuidavam de questões administrativas, mas levavam a ferro e fogo a já citada lei de 1892, segundo a qual deviam evitar abusos, e fiscalizavam até o exame médico a que eram submetidos os japoneses antes do embarque.<sup>47</sup>

A evolução dessa corrente migratória já foi objeto de inúmeras obras,<sup>48</sup> de modo que não se entrará em detalhes. Para o presente trabalho, é suficiente considerar a tendência geral de aumento da presença dos japoneses no Brasil, que foi acompanhada de intensificação das relações entre os dois governos. O Japão ampliou sua rede consular: criou o consulado-geral em São Paulo (1916), com escritórios em Ribeirão Preto (1918) e Santos (1921); e o consulado em Bauru (1921).<sup>49</sup> Em 1921, os dois países firmaram um acordo regulando a troca de correspondência e malas diplomáticas.<sup>50</sup> E, em 1922-1923, as legações no Rio de Janeiro e em Tóquio foram elevadas à categoria de embaixada.

Em setembro de 1923, um terrível terremoto, seguido de inúmeros focos de incêndio, devastou Tóquio e seus arredores. O cónsul do Brasil em Yokohama, Manoel Barradas, morreu

---

<sup>45</sup> Em 1907, o Japão concordou em reduzir a emigração para os EUA, que, em contrapartida, abster-se-iam de qualquer medida nominalmente discriminatória.

<sup>46</sup> NUNES, Paulo Henrique Faria. As relações Brasil-Japão e seus reflexos no processo de ocupação do território brasileiro. **Geografia**, v. 17, n. 1, jan./jun. 2008 – Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5433/2447-1747.2008v17n1p137>>. Acesso em 15.07.2020, p. 139.

<sup>47</sup> Ofício 7, do consulado-geral do Brasil em Kobe para a Secretaria de Estado, 21.01.1941. Maço temático confidencial 3.767, Arquivo Histórico do Itamaraty em Brasília (AHI-BSB).

<sup>48</sup> Vide, por exemplo: COMISSÃO de Elaboração da História dos 80 anos da Imigração Japonesa no Brasil. **Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: HUCITEC e Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992. Disponível em: <[www.imigrantesjaponeses.com.br/iminbrasil/UMA%20EPOPEIA%20MODERNA%2080ANOS.pdf](http://www.imigrantesjaponeses.com.br/iminbrasil/UMA%20EPOPEIA%20MODERNA%2080ANOS.pdf)>;

FUKUNAGA, op. cit.; LEÃO NETO, op. cit.; MAKINO, Rogério. **As Relações Nipo-Brasileiras (1895-1973): o lugar da imigração japonesa**. 2010. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) — Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/7842>>. Acesso em 15.03.222; TAKEUCHI, Marica Yumi. A diplomacia brasileira diante da imigração japonesa (1897-1942). **Estudos Japoneses**, [S. l.] n. 28, p. 99-112, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2447-7125.v0i28p99-112>>. Acesso em: 15.03.2022.

<sup>49</sup> SHIZUNO, Elena Camargo. **Bandeirantes do Oriente ou Perigo Amarelo: os imigrantes japoneses e a DOPS na década de 40**. 2001. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) — Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, p. 95. Disponível Em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/24690>>. Acesso em: 15.03.2022.

<sup>50</sup> Acordo Administrativo entre o Brasil e o Japão para a Troca de Correspondência Diplomática em Malas Especiais, Rio de Janeiro, 16.06.1921. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/340>>. Acesso em 05.05.2021.

quando o restaurante em que almoçava desabou.<sup>51</sup> A comunidade internacional e a diáspora japonesa se mobilizaram, e o Brasil foi o sexto país que mais mandou doações ao Japão.<sup>52</sup>

A tragédia desarticulou a representação diplomática brasileira. O ministro Epaminondas Leite Chermont, que estava em Tóquio desde 1915, deixou o Japão em dezembro de 1923, e seu sucessor, que viria a ser o primeiro embaixador acreditado junto ao Japão, só chegou em 1925. Nesse período, a representação recaiu, interinamente, sobre o encarregado de negócios junto à China, Godofredo de Bulhões. Com sua morte em setembro de 1924, porém, o Brasil ficou sem representação diplomática na Ásia, de modo que apenas os consulados puderam colher informações relevantes em primeira mão, por exemplo, quando, naquele mesmo ano, o Japão alterou a lei sobre dupla nacionalidade para os emigrantes.<sup>53</sup> Maurício Nabuco, que mais tarde chefiaria as embaixadas do Brasil em Santiago, no Vaticano e em Washington, ficou contrariado com esse vácuo e, em correspondência privada, alfinetou: "Ficamos, assim, sem representante diplomático algum na Ásia. Em compensação a embaixada em Paris está agora com seis secretários."<sup>54</sup>

Nesse contexto, a imigração continuou sendo o principal foco das relações bilaterais. Sua importância e simbolismo podem ser medidos pela trégua que, em meio aos combates da Revolução Constitucionalista de 1932, permitiu que um navio com imigrantes japoneses atracasse no porto de Santos, que estava sob bloqueio da marinha.<sup>55</sup> Por outro lado, foi justamente a imigração que deflagrou a primeira grande crise diplomática entre os dois países. Um dos resultados do movimento revoltoso foi a instalação, em 15 de novembro de 1933, da Assembleia Constituinte, que logo se debruçou sobre a questão migratória. Como a corrente imigratória era a "essência mesma" das relações bilaterais, "a crise que sobre ela se abatesse contaminaria fatalmente todo o conjunto."<sup>56</sup>

Para Tóquio, o assunto era extremamente delicado. Ainda estava viva na memória dos japoneses a lembrança da traumática lei pela qual os EUA lhes haviam fechado as portas por

---

<sup>51</sup> *O Grande Terremoto no Japão*, Gazeta de Notícias, 20.09.1923, p. 2. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_05/9824](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_05/9824)>. Acesso em 05.05.2021.

<sup>52</sup> Exposição do *Great Kanto Earthquake Memorial Museum* ([https://tokyoireikyukai.or.jp/multilingual/doc/pamphlet\\_eck.pdf](https://tokyoireikyukai.or.jp/multilingual/doc/pamphlet_eck.pdf)), elaborada com dados da prefeitura de Tóquio. Visita do autor, 2016.

<sup>53</sup> Embaixadas do Brasil: Histórico dos chefes de legações e embaixadas. Disponível em: <[www.funag.gov.br/postos](http://www.funag.gov.br/postos)>. Acesso em 05.05.2021.

<sup>54</sup> NABUCO, Maurício. **Maurício Nabuco e o diário secreto da diplomacia brasileira (1919-1977)**. Manuscrito, 2020, p. 124.

<sup>55</sup> FUKUNAGA, op. cit., p. 75.

<sup>56</sup> LEÃO NETO, op. cit., p. 115.

completo, em 1924. Durante os debates no congresso estadunidense, o embaixador do Japão, Masanao Hanihara, transmitira ao Departamento de Estado sua insatisfação, sobretudo quanto ao princípio da lei, mais do que com seus efeitos práticos:

To Japan the question is not one of expediency, but of principle. To her the mere fact that a few hundreds or thousands of her nationals will or will not be admitted into the domains of other countries is immaterial, so long as no question of national susceptibilities is involved. The important question is whether Japan as a nation is or is not entitled to the proper respect and consideration of other nations.<sup>57</sup>

Em conversas reservadas, o chanceler, barão Kijuro Shidehara, fora ainda mais vocal:

Injuste, la décision des Américains de fermer l'accès de leur pays à nos compatriotes. Humiliante surtout, parce qu'elle réduit l'immigration à zéro. Passe encore si l'on avait permis l'entrée des États-Unis à un Japonais — un, vous m'entendez! — par année! Mais pas un seul! Quel geste méprisant envers notre race, quelle inutile offense!<sup>58</sup>

De fato, a imigração não era solução para o que se considerava uma "superpopulação". No começo do século 20, a população japonesa crescia cerca de 1% ao ano, o que significava aumento da ordem de 500 mil habitantes, ao passo que, exceto em alguns anos específicos, emigravam não mais do que 20 mil pessoas.<sup>59</sup> Quando muito, a possibilidade de emigrar funcionava como válvula de escape para as tensões sociais — e, ainda assim, em localidades específicas.<sup>60</sup>

O Brasil tinha ciência do precedente da lei estadunidense de 1924 e, apesar das muitas vozes contrárias à imigração nipônica dentro do Itamaraty,<sup>61</sup> entendeu que a questão poderia escalar para um incidente diplomático. Assim, logo que foram propostas à Constituinte emendas propondo restrições à entrada de japoneses, o assunto foi elevado ao mais alto nível. Entre 25 e 27 de março de 1934, o chefe do governo provisório, Getúlio Vargas, se dedicou ao “exame de

---

<sup>57</sup> The Japanese Ambassador (Hanihara) to the Secretary of State, 10.04.1924. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1924v02/d280>>. Acesso em 31.05.2021.

<sup>58</sup> Diário do ministro suíço em Tóquio, Camille Gorgé. p. 470. Disponível em: <[dodis.ch/50633](http://dodis.ch/50633)>. Acesso em: 11.06.2021.

<sup>59</sup> *One Hundred Years of Government-endorsed Emigration*, Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão. Disponível em: <[www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/1985/1985-3-5.htm](http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/1985/1985-3-5.htm)>. Acesso em 07.05.2021. Fazendo essas mesmas contas no início da década de 1930, um viajante brasileiro que esteve no Japão chegou à mesma conclusão: "Só alguns países da América do Sul — especialmente o Brasil — ainda o [o imigrante japonês] admitem, num total de cerca de 30.000 por ano, isto quando a população do Japão cresce anualmente de um milhão. Verifica-se assim que a emigração não resolve o problema." BAHIANA, op. cit., p. 299.

<sup>60</sup> FUKUNAGA, op. cit., p. 32. Note-se que a emigração era um fenômeno concentrado: nos 15 primeiros anos da emigração para o Brasil, cinco das 47 províncias japonesas responderam por nada menos que 60% dos contingente que veio ao Brasil (Ibidem, p. 36).

<sup>61</sup> Vide, por exemplo, TAKEUCHI, op. cit., p. 106 e LEÃO NETO, p. 47-48.

questões internacionais e da discussão sobre imigração japonesa", conforme anotou em seu diário.<sup>62</sup>

Ciente da gravidade da situação, o governo tratou de adiar a partida do embaixador em Tóquio, Silvino Gurgel do Amaral, "atendendo ao interesse do Brasil com o Japão no que concerne à questão imigratória."<sup>63</sup> A partida de Amaral já estava planejada, e ele teve que "conseguir, telefonicamente, que o Ministério dos Negócios Estrangeiros me devolva as notas que lhe expedira, às quatorze horas de hoje, pedindo audiência de despedida de Suas Majestades."<sup>64</sup> Tóquio entendeu o gesto e reagiu com igual cordialidade: uma semana depois, entregou a Grã-Cruz da Ordem do Sol Nascente a Amaral, que assim avaliou o gesto: "Essa alta distinção é, habitualmente, conferida aos Embaixadores, depois da audiência de despedida imperial, ao terminarem as missões. Conferida, agora, quando a minha missão ainda perdura, é honra excepcional, conforme me foi insinuado."<sup>65</sup>

Asseguradas as cortesias diplomáticas, cabia trabalhar no plano doméstico. Operando nos bastidores, "o Itamaraty logrou fazer chegar à Constituinte um verdadeiro veto à emenda discriminatória de Xavier de Oliveira, amparada em 132 assinaturas."<sup>66</sup> Com efeito, a emenda que discriminava nominalmente os imigrantes japoneses foi substituída por um dispositivo de caráter universal, que limitava a entrada anual de novos imigrantes a 2% do contingente que chegara no meio século anterior.<sup>67</sup> Na avaliação de um estudioso do assunto, "era um êxito indiscutível."<sup>68</sup>

Embora aplacado o receio de uma discriminação nominal, a promulgação da nova constituição, em 16 de julho, não deixou de levar o Japão a protestar, uma vez que, por ser uma das mais recentes, a corrente migratória nipônica seria uma das mais afetadas. Duas semanas mais tarde, o príncipe Tsunenori Kaya, primo da imperatriz, e sua esposa cancelaram a viagem

---

<sup>62</sup> VARGAS, Getúlio. **Diário, Volume I: 1930-1936**. São Paulo: Siciliano / Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995a, p. 281.

<sup>63</sup> Telegrama 28, da Secretaria de Estado para a embaixada do Brasil em Tóquio, 28.03.1934. Maço temático ostensivo 17.983, AHI-BSB.

<sup>64</sup> Telegrama 57, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 29.03.1934. Maço temático ostensivo 17.983, AHI-BSB.

<sup>65</sup> Telegrama 63, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 06.04.1934. Maço temático ostensivo 59.138, AHI-BSB.

<sup>66</sup> LEÃO NETO, op. cit., p. 176.

<sup>67</sup> Artigo 121, § 6º: "A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos." Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 16.07.1934. Disponível em <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm)>. Acesso em 05.05.2021.

<sup>68</sup> LEÃO NETO, op. cit., p. 115-125.

que fariam ao Brasil.<sup>69</sup> Além disso, pediram demissão não apenas o embaixador japonês no Rio de Janeiro, Kiujiro Hayashi, mas também o chanceler Koki Hirota. O próprio Vargas ficou preocupado e anotou em seu diário: “Azedume do Japão porque a Constituinte limitou a imigração, ameaçando retirar sua representação diplomática.”<sup>70</sup>

A preocupação, porém, era excessiva. Os pedidos de demissão eram pró-forma, apenas atendendo à tradição japonesa de pedir desculpas por qualquer falha, mesmo que alheia à própria competência.<sup>71</sup> Nesse sentido, foi destituído do cargo apenas um conselheiro da embaixada;<sup>72</sup> o imperador Hirohito telegrafou a Vargas, parabenizando-o pela eleição,<sup>73</sup> e instruiu o chanceler Hirota a perseverar na melhoria das relações com o Brasil;<sup>74</sup> e o embaixador Hayashi foi substituído sem sobressaltos em setembro, não sem antes tornar-se o primeiro japonês a receber a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul,<sup>75</sup> entregue pelo próprio Vargas.<sup>76</sup> Contribuindo para apaziguar os ânimos, a imprensa japonesa direcionou suas críticas à embaixada no Rio de Janeiro, poupando a chancelaria, e acusou EUA e Reino Unido de estarem por trás da medida.<sup>77</sup>

---

<sup>69</sup> Telegrama 140, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 31.07.1934. Maço temático ostensivo 59.144, AHI-BSB.

<sup>70</sup> VARGAS, 1995a, p. 300.

<sup>71</sup> Veja-se, por exemplo, o que diria Joseph Grew, embaixador dos EUA no Japão de 1931 a 1941, quando da demissão do primeiro-ministro Hideki Tojo e de todo o seu gabinete após derrotas militares no Pacífico, em julho de 1944: "it follows the usual Japanese pattern of acceptance of personal responsibility for failures" (maço temático ostensivo 45.988, AHI-BSB). O conhecimento de Grew sobre o Japão levou um renomado e premiado historiador a descrevê-lo como "by far the best known expert on Japan during the war", em Washington (DOWER, John W. **Embracing Defeat: Japan in the wake of World War II**. Nova York: W. W. Norton & Company, 1999, p. 217).

<sup>72</sup> MIRANDA, Mario Botelho de. **Um Brasileiro no Japão Em Guerra**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944, p. 222

<sup>73</sup> *Notas Diversas*, Jornal do Brasil, 03.08.1934, p. 6. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_05/45564](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_05/45564)>. Acesso em 18.05.2021.

<sup>74</sup> LEÃO NETO, op. cit., p. 145, 148.

<sup>75</sup> Ofício da Secretaria de Estado para a embaixada do Brasil em Tóquio, 06.12.1934. Maço temático ostensivo 59.144, AHI-BSB. A Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul é herdeira da Ordem Imperial do Cruzeiro, instituída por Decreto de 1º de dezembro de 1822 de D. Pedro I e abolida com o advento da constituição de 1891. O Decreto 22.165, de 5 de dezembro de 1932, restabeleceu a condecoração, com seu nome atual. Decreto disponível em: <[www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22165-5-dezembro-1932-560264-publicacaooriginal-82948-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22165-5-dezembro-1932-560264-publicacaooriginal-82948-pe.html)>. Acesso em 07.05.2021.

<sup>76</sup> *O Presidente da República recebeu o embaixador do Japão*, Correio da Manhã, 12.09.1934, p. 2. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/089842\\_04/23927](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_04/23927)>. Acesso em 07.05.2021.

<sup>77</sup> LEÃO NETO, op. cit., p. 135-143.

Figura 1: Despedida do embaixador Hayashi (1934)



Em 11 de setembro de 1934, o chanceler José Carlos de Macedo Soares ofereceu jantar de despedida ao embaixador Kiujiro Hayashi, cuja permanência no cargo havia sido ameaçada quando a constituição brasileira limitou a imigração japonesa.

**Fonte:** *O banquete de despedida ao embaixador Kiujiro Hayashi*, O Jornal, 12.09.1934, p. 14. Disponível em <[http://memoria.bn.br/DocReader/110523\\_03/20551](http://memoria.bn.br/DocReader/110523_03/20551)>.

Com efeito, as verdadeiras crises que a diplomacia japonesa tinha diante de si eram outras. Desde 1931, o país estava envolto na ocupação da Manchúria, colocada em prática sob a fachada de um estado fantoche, o Manchukuo, após soldados japoneses forjarem, sem o conhecimento do governo civil em Tóquio, e imputarem aos chineses a sabotagem de uma linha de trem (que sequer chegou a inviabilizar a ferrovia), no que ficou conhecido como "incidente da Manchúria" ou "incidente de Mukden".<sup>78</sup> Confrontado com um relatório crítico da Liga das Nações sobre o assunto,<sup>79</sup> o Japão se retirou espalhafatosamente do organismo em março de

<sup>78</sup> JANSEN, op. cit., p. 580-582. MITTER, op. cit., p. 49.

<sup>79</sup> Alguns autores denunciam a mudança de postura do Ocidente, que não apenas aquiescera à ocupação de Taiwan (1895), Kwantung (1905) e Coreia (1910), como entregara a Tóquio as possessões alemãs no Pacífico (1919). Vide, por exemplo, KOSHIRO, Yukiko. *Japan's World and World War II. Diplomatic History*, vol. 25, no. 3, 2001, pp. 425-441, p. 431-432.

1933.<sup>80</sup> No mesmo mês, a marinha imperial foi expurgada de almirantes moderados, fiéis ao Tratado Naval de Washington de 1922 (o qual limitara a força naval nipônica), que Tóquio, finalmente, denunciaria em dezembro de 1934. Esse mesmo ânimo armamentista levaria o Japão a abandonar a conferência na qual se negociava o Segundo Tratado Naval de Londres (1935-1936).<sup>81</sup> Parecia, pois, pouco provável que a nova constituição brasileira pudesse causar maiores comoveções no Japão, inclusive porque, como avaliaria anos depois um embaixador do Brasil no Japão, "os fatos, em seguida, vieram provar que, se a imigração é um fator importante nas relações entre os nossos dois países, ela não é o único."<sup>82</sup>

De fato, já estava em curso uma intensificação das trocas comerciais, que viriam a crescer exponencialmente nos anos seguintes. Já em meados de 1933, uma missão havia levado exposições de produtos brasileiros às principais cidades japonesas e constatado que "Kofu é o centro de lapidação de cristal no Japão e todo o cristal ali trabalhado é importado do Brasil."<sup>83</sup> E, em março de 1934, Vargas registrara em seu diário uma conversa com um conhecido "muito interessado pela nossa expansão comercial com o Japão."<sup>84</sup> Mas o impulso determinante ainda estava por vir.

Em dezembro de 1934, o Japão anunciou o envio de uma missão econômica ao Brasil, com o objetivo de "estudar e discutir com as autoridades e o setor privado brasileiros possíveis áreas para a intensificação do intercâmbio comercial."<sup>85</sup> No mês seguinte, Vargas recebeu uma carta pela qual o embaixador no Japão reiterava "a preocupação atual daquele país em desenvolver suas relações comerciais com o Brasil."<sup>86</sup>

Em maio de 1935, chegou ao Brasil a aguardada missão da Federação das Câmaras do Comércio e Indústria do Japão, chefiada pelo seu presidente e membro do parlamento, Hachisaburo Hirao. Além dos contatos com agricultores e comerciantes, Hirao recebeu o

---

<sup>80</sup> Em uma das intervenções nas quais procurava mostrar como o Japão era injustiçado, o representante japonês (e futuro chanceler), Yosuke Matsuoka, lembrou que Jesus Cristo, a seu tempo, também fora incompreendido (BAHIANA, op. cit., p. 304; JANSEN, op. cit., p. 585).

<sup>81</sup> SEIZELET, Éric. **Le Conseil privé et la politique étrangère du Japon à l'ère du "gouvernement des partis" (1920- 1930)**. Histoire@Politique, n° 41, set-dez 2020. Disponível em: < [www.histoire-politique.fr/index.php?numero=42&rub=autres-articles&item=127](http://www.histoire-politique.fr/index.php?numero=42&rub=autres-articles&item=127)>. Acesso em: 15.03.2022, p. 10

<sup>82</sup> Discurso do embaixador do Brasil no Japão, Pedro Leão Velloso, 02.03.1939. Maço temático ostensivo 17.983, AHI-BSB.

<sup>83</sup> BAHIANA, op. cit., p. 122.

<sup>84</sup> VARGAS, 1995a, p. 278.

<sup>85</sup> LEÃO NETO, op. cit., p. 152.

<sup>86</sup> VARGAS, 1995a, p. 355.

reconhecimento do governo brasileiro, sob a forma da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.<sup>87</sup> A missão logo reconheceu no algodão grandes possibilidades para o incremento não apenas do comércio, mas também de investimentos japoneses no Brasil.<sup>88</sup>

**Figura 2:** Missão japonesa ao Brasil (1935)



Em 1935, missão da Federação das Câmaras do Comércio e Indústria do Japão liderada por Hachisaburo Hirao (3º da direita para a esquerda) esteve no Brasil e foi recebida por Getúlio Vargas.

**Fonte:** Visita da Missão Econômica Japonesa ao Brasil, 1935. Exposição. Ministério das Relações Exteriores. Arm1 /Prt 1. Álbum 44. Inventário 12.515. AHI-RJ.

O potencial do comércio de algodão era diretamente proporcional à relevância da indústria têxtil japonesa, para a qual o governo lançara os primeiros estímulos em 1879, por meio de "un amplio programa de financiamiento a diez años con una tasa de cero por ciento de

<sup>87</sup> Ofício de Caio de Mello Franco, secretário do conselho da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, ao embaixador Kazue Kuwajima, 27.09.1939. Maço temático ostensivo 59.144, AHI-BSB.

<sup>88</sup> BANCO AMÉRICA DO SUL (ed.). **Breve história do Banco América do Sul S.A.** Tóquio: Gráfica Hossokawa Ltda, 1960. Disponível em: <[www.imigrantesjaponeses.com.br/iminbrasil/BREVE%20HISTORIA%20DO%20BANCO%20AMERICA%20DO%20SUL.pdf](http://www.imigrantesjaponeses.com.br/iminbrasil/BREVE%20HISTORIA%20DO%20BANCO%20AMERICA%20DO%20SUL.pdf)>, p. 14. Ver também NOGUEIRA, Arlinda Rocha. São Paulo, o algodão e o japonês na década de trinta. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [S. l.], n. 26, p. 9-26, 1986, p. 17-18. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i26p9-26>>. Acesso em: 16.03.2021.

intereses por la compra de maquinaria en el extranjero."<sup>89</sup> Meio século depois, os resultados eram significativos: em 1933, a indústria têxtil era a mais importante do país, respondendo por 1 milhão de empregos, 40% da produção industrial e 65% da exportação.<sup>90</sup> E, no mesmo ano, o Japão desbancou o Reino Unido como primeiro exportador mundial de produtos de algodão.<sup>91</sup>

O Brasil, porém, estava à margem de tudo isso. E só começou a vislumbrar a possibilidade de entrar naquele imenso mercado em 1932, quando uma desvalorização do iene levou alguns países a sobretaxar a importação de mercadorias do Japão, que reagiu, boicotando a lã australiana e o algodão indiano. Naquele ano, "graças aos esforços do nosso operoso Consul em Kobe, Sr. Raul Bopp, o algodão brasileiro foi ensaiado na grande fiação Kanegafuchi, tendo sido obtidos os melhores resultados."<sup>92</sup>

O fluxo comercial ainda era incipiente, em grande medida porque os agricultores no Brasil, incluídos aí os colonos japoneses instalados em São Paulo, ainda se dedicavam muito ao café, apesar da crise (ou, justamente, por causa das políticas de valorização que se seguiram). Ilustrativo dessa situação é o fato de o brasileiro que chefiou a já referida missão exportadora de 1933 ter julgado necessário esclarecer em seu relato de viagem que, em 1932, o Japão havia importado 447 milhões de ienes de algodão e menos de 2 milhões de ienes de café, de modo que "o produto brasileiro que mais interessa ao Japão não é o café e sim o algodão."<sup>93</sup> Nesse contexto, o decreto que proibiu o plantio de novos pés de café<sup>94</sup> acabou sendo um "'blessing in disguise' for the Japanese in Sao Paulo since they were forced to seek out other means of livelihood in agriculture."<sup>95</sup>

Isso não quer dizer, claro, que o café não tivesse importância. Desde 1932, o empresário Antonio Alves Assumpção promovia o grão brasileiro no Japão, onde conseguiu desbancar o café de Java, até então dominante. Como resultado, o produto brasileiro respondeu por 44% do

---

<sup>89</sup> LABORDE CARRANCO, Adolfo A., **Japón: una revisión histórica de su origen para comprender sus retos actuales en el contexto internacional.** *En-claves del Pensamiento*, ano V, no. 9 (2011): p.111-130. Disponível em: <[www.redalyc.org/articulo.oa?id=141119877007](http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=141119877007)>. Acesso em: 16.03.2022, p. 120

<sup>90</sup> BAHIANA, op. cit., p. 129.

<sup>91</sup> NOGUEIRA, 1986, p. 12.

<sup>92</sup> BAHIANA, op. cit., p. 144-146 e 151. Ver também LEÃO NETO, op. cit., p. 73.

<sup>93</sup> BAHIANA, op. cit., p. 139.

<sup>94</sup> Decreto 22.121, 22.11.1932. Disponível em: <[www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22121-22-novembro-1932-507149-publicacaooriginal-1-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22121-22-novembro-1932-507149-publicacaooriginal-1-pe.html)>. Acesso em 05.05.2021.

<sup>95</sup> FUKUNAGA, op. cit., p. 60.

total importado pelo Império, de 1932 a 1937.<sup>96</sup> Mas no conjunto das exportações brasileiras a participação do Japão permanecia marginal.<sup>97</sup>

**Figura 3:** Café brasileiro no Japão (1936)



Estande para promoção do café brasileiro em loja de departamentos de Osaka, 1936. Com esforços do empresário Antonio Alves Assumpção, o Brasil tornou-se o principal fornecedor de café para o Japão nos anos 1930.

**Fonte:** Lembrança da propaganda do café do Brasil no Japão. 1936 Antônio A. Assumpção s/i, 1936 40 fls 320 fts 0,35 X 0,47 8-5-2 (A - 97). Arm1 /Prt 3 97 6.396 Álbum 97. Inventário 6.396. Oferecido ao MRE por Antônio A. Assumpção. AHI-RJ.

Quanto ao algodão, o que se seguiu foi um verdadeiro *boom*. Sua participação no universo das exportações brasileiras saltou de 1% (1933) para 13% (1934) e continuou subindo até atingir pico de 20% (1939).<sup>98</sup> E o Japão tinha papel decisivo nisso: sua participação no

<sup>96</sup> BAHIANA, op. cit., p. 146. NOGUEIRA, Arlinda Rocha. O café brasileiro no mercado japonês. **Estudos Japoneses**, 2, p. 5-22, 1979, p. 16. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2447-7125.v2i0p5-22>>. Acesso em: 16.03.2022.

<sup>97</sup> Até 1937, o Japão sequer figurava entre os 11 principais compradores de café brasileiro. Anuário Estatístico do IBGE 1937, p. 382. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_1937.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1937.pdf)>. E também: Anuário Estatístico do IBGE 1938, p. 321. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_1938.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1938.pdf)>. Acesso em 07.05.2021.

<sup>98</sup> NOGUEIRA, 1986: p. 13.

conjunto das exportações brasileiras saltou de 0,15% (1933) para 0,5% (1935) e 4,3% (1936), mantendo-se entre 4% e 6% nos anos seguintes.<sup>99</sup> Essa tendência era impulsionada, em grande medida, pelos braços de imigrantes japoneses, que, na safra 1935/1936, colheram nada menos que 31% do algodão brasileiro (cifra que subiria para 40%, em 1940).<sup>100</sup>

À exitosa missão japonesa seguiu-se uma missão brasileira, em 1936, em cujos preparativos Vargas envolveu-se pessoalmente.<sup>101</sup> Liderada pelo deputado federal e ex-ministro do Trabalho Joaquim Salgado Filho, levava mostruários de produtos brasileiros e alimentava a expectativa de que "o Japão terá grande interesse em nos fazer grandes compras pelo que produzem os seus descendentes em nossa terra."<sup>102</sup> A comitiva foi acolhida com grandes honrarias, e Salgado Filho não apenas recebeu uma das mais altas condecorações do Império, como foi recebido pelo imperador Hirohito.<sup>103</sup> Além de impulsionar o já descrito incremento das exportações de algodão (que constava entre as amostras levadas), a missão contribuiu para a expansão do número de portos brasileiros atendidos pela *Osaka Shosen Kaisha*, companhia de navegação japonesa responsável pela única ligação direta entre os dois países.<sup>104</sup> A "ótima impressão"<sup>105</sup> deixada pela comitiva terá fomentado, ainda, o otimismo que levou o Itamaraty a expandir suas ambições, designando o cônsul do Brasil em Yokohama para "viagem de estudo dos mercados do Oceano Pacífico, ao sul deste Império."<sup>106</sup> Em fevereiro de 1937, Raul Bopp embarcou para "as Filipinas, Indochina, Sião, Índias Neerlandesas e Austrália."<sup>107</sup>

---

<sup>99</sup> *Comércio com o Japão*, O Observador Econômico e Financeiro, nº 196, mai. 1952, p. 65. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/123021/29246>>. Acesso em 05.05.2021.

<sup>100</sup> NOGUEIRA, 1986: p. 18 e 21.

<sup>101</sup> VARGAS, 1995a: p. 498.

<sup>102</sup> Carta de Joaquim Pedro Salgado Filho a Getúlio Vargas, 25.08.1936. GV c 1936.08.25/2. Disponível em: <[www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/7531](http://www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/7531)>. Acesso em 05.05.2021.

<sup>103</sup> DRUMOND, Cosme Degenar. **Salgado Filho - Uma biografia**. São Paulo: Editora de Cultura, 2016, p. 98.

<sup>104</sup> *Regressou ontem a missão econômica que foi ao Japão*, Correio da Manhã, 27.11.1936, p. 5. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/089842\\_04/37089](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_04/37089)>. Acesso em: 16.03.2022.

<sup>105</sup> Ofício 50, do consulado do Brasil em Yokohama para a Secretaria de Estado, 15.03.1937. Maço temático ostensivo 57.359, AHI-BSB.

<sup>106</sup> Ofício 12, do consulado do Brasil em Yokohama para a Secretaria de Estado, 08.01.1937. Maço temático ostensivo 18.343, AHI-BSB.

<sup>107</sup> Telegrama 2, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 12.02.1937. Maço temático ostensivo 17.983, AHI-BSB.

**Figura 4:** Missão brasileira ao Japão (1936)



Em 1936, foi a vez de o Brasil enviar missão ao Japão, liderada por Salgado Filho (direita) que aparece tomando café brasileiro com Hachisaburo Hirao (esquerda), que estivera no Brasil no ano anterior, e Iwataro Uchiyama (centro), que fora cônsul em São Paulo no início dos anos 1930.

**Fonte:** 100 years of Japanese Emigration to Brazil. Disponível em: <[www.ndl.go.jp/brasil/e/index.html](http://www.ndl.go.jp/brasil/e/index.html)>.

Além dos resultados comerciais, a missão procurou contribuir para o intercâmbio entre os povos. Assim, trouxe ao Brasil brinquedos ofertados por crianças japonesas, que foram distribuídos em escolas de Bangu, na presença do próprio Vargas.<sup>108</sup> Segundo a imprensa japonesa, ademais, "os sentimentos para com o Japão, na Capital da República, melhoraram sensivelmente e até um célebre jornal anti-japonês está publicando artigos amistosos para conosco" (referindo-se, provavelmente, ao *Jornal do Comércio*, ferrenho opositor da imigração japonesa); e "até o próprio Dr. Miguel Couto, grande cabeça da corrente antipática aos japoneses, não poupou as melhores referências quanto à educação nacional do Japão."<sup>109</sup>

<sup>108</sup> *Brinquedos japoneses para as crianças japonesas*, *O Imparcial*, 19.12.1936, p. 3. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/107670\\_03/6208](http://memoria.bn.br/docreader/107670_03/6208)>. Acesso em 05.05.2021.

<sup>109</sup> Ofício 176, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 25.11.1936. Maço temático ostensivo 57.359, AHI-BSB.

É difícil não enxergar um otimismo exagerado, certamente proposital, nessas colocações dos jornais japoneses. A desconfiança e o preconceito em relação aos "amarelos" era grande e continuou presente; não raro, os japoneses eram taxados de "indesejáveis", ao lado de judeus, negros, comunistas e outros grupos, inclusive em documentos oficiais.<sup>110</sup> É inegável, porém, que a rápida modernização, aliada a características tradicionais do povo, como a disciplina e o rígido respeito aos mais velhos, faziam do Japão um modelo para muitos brasileiros, nos anos 1930.<sup>111</sup> Entre os numerosos exemplos, citemos o diplomata Napoleão Reys, que servira na legação do Brasil em Tóquio na década de 1910 e sintetizou de maneira eloquente sua opinião: "não há nação mais digna de ser examinada do que o Japão."<sup>112</sup>

Também o sistema educacional, abrangente e homogêneo, deslumbrava os brasileiros que visitavam o país nos anos 1930. Um deles observou que "os ministérios funcionam em edifícios antigos, quase em ruínas, de soalho desnivelado, vidraças partidas, móveis rústicos, cadeiras desempalhadas", ao passo que "as escolas são verdadeiros palácios"; e, como muitos contemporâneos seus, constatou: "o analfabetismo não existe no Japão."<sup>113</sup> Outro foi ligeiramente mais comedido: "num país em que noventa e nove por cento de sua população é alfabetizada, é natural que a leitura seja um prazer nacional."<sup>114</sup>

Isso para não falar na cada vez mais poderosa máquina de guerra, que consumia praticamente metade do orçamento japonês<sup>115</sup> e encantava os militares brasileiros. A modernização das forças armadas era, com efeito, uma das prioridades da Aliança Liberal desde o início do governo provisório<sup>116</sup>, e "foi uma das características mais importantes dos anos 1930-1945"<sup>117</sup>. O próprio ministro da Guerra, Eurico Dutra, diria que "há muito que nós militares sentimos pelo Japão uma admiração sincera."<sup>118</sup> Em suma, "o projeto nacional varguista identificou o Japão não só como potencial parceiro comercial, mas também como uma

---

<sup>110</sup> Esse preconceito está bem documentado, inclusive com ilustrações da época, por exemplo, em SHIZUNO, op. cit., capítulos 1 a 3.

<sup>111</sup> BERTOLLI FILHO, op. cit., p. 22.

<sup>112</sup> BAHIANA, op. cit., p. 9.

<sup>113</sup> *Ibidem*, p. 30, 71.

<sup>114</sup> FIGUEIREDO, 1944, p. 89. Esse alto índice de alfabetização verificava-se também, embora em menor medida, na colônia japonesa no Brasil: entre os imigrantes do pré-guerra, os japoneses só não eram mais letrados que os alemães e os poloneses (FUKUNAGA, op. cit., p. 39).

<sup>115</sup> MITTER, op. cit., p. 78.

<sup>116</sup> SEITENFUS, op. cit., p. 24.

<sup>117</sup> FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 1998, p. 358.

<sup>118</sup> Discurso de Eurico Dutra pela oferta de uma espada feita pelo Exército Japonês, 25.07.1938. ED vp 1936.12.15. Disponível em: <[https://www.docvirt.com/docreader.net/ARQ\\_ED\\_VP/1541](https://www.docvirt.com/docreader.net/ARQ_ED_VP/1541)>. Acesso em 07.05.2021.

nação com a qual guardava algumas similaridades, pois ambas buscaram modernizar-se em períodos aproximados."<sup>119</sup>

Nesse ambiente em que coexistiam admiração e preconceito, o relacionamento bilateral expandiu-se não apenas com o comércio, mas também com intercâmbios técnicos e acadêmicos. Em agosto de 1936, o Japão propôs "inaugurar o intercâmbio estudantil entre o Brasil e o Japão", oferecendo bolsas a alunos selecionados pela Universidade do Rio de Janeiro.<sup>120</sup> Entre março e abril de 1937, o diretor da Escola Politécnica (RJ), professor Lima e Silva, levou ao Japão um grupo de estudantes, entre os quais Fumio Yamagata, "primeiro japonês que cursou a Escola de Engenharia no Brasil", segundo noticiou a imprensa japonesa.<sup>121</sup> Na mesma época, o Japão dava início ao que viria a ser uma sucessão de missões, convidando estudantes e professores da Escola Superior de Agricultura e Ciência Veterinária de Minas Gerais a visitar aquele país<sup>122</sup> e organizando a vinda ao Brasil de um renomado antropólogo — "a primeira vez que um sábio japonês vem ao Brasil", nas palavras do embaixador japonês, Setsuzo Sawada, que substituíra o embaixador Hayahsi em 1934, logo após a superação do já mencionado incidente que se seguiu à proclamação da constituição.<sup>123</sup>

O governo brasileiro estendeu todas as facilidades à missão da Escola Politécnica, acionando seus representantes não apenas no Japão e nos EUA, onde a missão também faria visitas, mas em todos os portos de escala, tanto na ida como na volta. Entre a chegada a Yokohama (15.03) e a partida de Kobe (14.04), o grupo não teve um só dia livre, e as visitas a várias localidades do Império japonês, incluindo a Coreia e o Manchukuo, onde houve até audiência com o primeiro-ministro, foram acompanhadas de perto pela imprensa japonesa.<sup>124</sup> Em seu relatório, o embaixador do Brasil no Japão, Pedro Leão Velloso, afirmou acreditar que esse tipo de visita "tenha salutares efeitos sobre as relações entre o Brasil e este país" e que "é forçoso reconhecer-se que, embora a gente aqui seja habitualmente cortês ao extremo com quem

---

<sup>119</sup> BERTOLLI FILHO, op. cit., p. 25.

<sup>120</sup> Nota 21, da embaixada do Japão no Rio de Janeiro para o Itamaraty, 10.08.1936. Maço temático ostensivo 73.799, AHI-BSB.

<sup>121</sup> Maço temático ostensivo 57.359, AHI-BSB.

<sup>122</sup> *Brazilian Students will visit Japan*, *The Japan Times & Mail*, 04.05.1937. Maço temático ostensivo 57.359, AHI-BSB.

<sup>123</sup> *No domínio da diplomacia — palestrando com o embaixador do Japão*. *A Noite Ilustrada*, 13.04.1937, p. 4-6. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/120588/10830>>. Acesso em 10.05.2021.

<sup>124</sup> Maço temático ostensivo 57.359, AHI-BSB.

a visita, os brasileiros estão entre aqueles por quem ela mais se esforça em ser gentil e atenciosa."<sup>125</sup>

## I.2) 1937: Guerra sino-japonesa e Estado Novo

Esse contexto de perspectivas otimistas sobre o relacionamento bilateral viria a ser posto à prova em duas ocasiões, no segundo semestre de 1937. Entre julho e agosto, o Japão deflagrou uma ofensiva militar sobre grande parte da China que ainda não ocupava, após escaramuças entre tropas dos dois países que ficaram conhecidas como "incidente da ponte Marco Polo".<sup>126</sup> Cada lado tentava imputar ao outro a responsabilidade pela agressão, de modo que as informações disponíveis eram desencontradas, como evidenciava reportagem do influente jornal britânico baseado em Xangai *North China Daily News*, segundo a qual, três dias depois do incidente, "who started the firing is still not clear."<sup>127</sup> A legação do Brasil em Pequim viu suas comunicações cortadas e só conseguia transmitir informações ao Itamaraty por intermédio das missões diplomáticas de outros países; e, de todo modo, não escondia que, três semanas depois de iniciada a crise, era "impossível obter qualquer informação precisa sobre a situação geral do país, a qual continua muito confusa."<sup>128</sup> Em Tóquio, o bem relacionado embaixador dos EUA, Joseph Grew, também se dizia incapaz de estabelecer as causas do conflito e, dez dias depois do "incidente", desconfiava dos que avançavam conclusões: "it's all guesswork, and all we can do is to watch developments, gather facts and try to the best of our ability to analyse them from day to day."<sup>129</sup>

Apesar desse cenário confuso, o embaixador Leão Velloso, parece ter dado amplo crédito à versão japonesa dos fatos. Nesse sentido, informou ao Rio de Janeiro que "a culpa imediata, pelo menos, cabe inteiramente aos chineses", e que o Tóquio "tudo fez, embora

---

<sup>125</sup> Ofício 53, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 22.04.1937. Maço temático ostensivo 57.359, AHI-BSB.

<sup>126</sup> Na noite de 7 para 8 de julho de 1937, soldados chineses e japoneses entraram em confronto em circunstâncias controversas, próximo à ponte conhecida no Ocidente pelo nome do célebre viajante veneziano, nos arredores de Pequim.

<sup>127</sup> MITTER, op. cit., p. 79

<sup>128</sup> Telegrama 9, da legação do Brasil em Pequim para a Secretaria de Estado (transmitido por intermédio da embaixada do Brasil em Washington), 30.07.1937. Maço 39-5-7, Arquivo Histórico do Itamaraty no Rio de Janeiro (AHI-RJ). Transcrito em Cadernos do Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD), ano 18, nº 35, 2º semestre de 2019, p. 367.

<sup>129</sup> GREW, Joseph. **Ten Years in Japan**. Hesperides Press, 2014. E-book, loc. 3799.

mantendo uma posição firme com respeito ao prestígio do Japão e a sua situação especial no norte da China, para evitar uma agravação do conflito." De maneira talvez ainda mais benevolente, avaliou que o envio de tropas da Coreia, do Manchukuo e até do próprio Japão para o teatro de operações chinês eram meras "precauções."<sup>130</sup>

Ora, Leão Velloso havia representado o governo brasileiro junto à China por quatro anos antes de ser nomeado embaixador em Tóquio, em 1935.<sup>131</sup> Assistira de perto à ofensiva japonesa de 1931 e à criação do Manchukuo. Sabia que China e Japão nutriam uma animosidade histórica e que o exército imperial "agia sem mesmo consultar o governo de Tóquio."<sup>132</sup> Parece, assim, que tinha desenvolvido uma certa boa vontade para com o governo que o hospedava. Como, aliás, fizeram inúmeros outros brasileiros que por lá passaram nos anos 1930 e, maravilhados com o que viram, "silenciaram-se sobre o expansionismo militarista japonês."<sup>133</sup>

De todo modo, o Rio de Janeiro não tinha intenção de tomar qualquer partido na disputa, preferindo o pragmatismo que havia pautado a postura do Brasil em duas ocasiões recentes. Em meados de 1935, Vargas articulou diretamente com o governo do Rio Grande do Sul o fornecimento de carnes para tropas italianas que acabariam invadindo a Etiópia, "pointing with enthusiasm to the possibility of supplying various products to Italian troops on their way to East Africa."<sup>134</sup> No plano diplomático, porém, a postura foi outra: em maio de 1936, o Itamaraty repreendeu veementemente o embaixador em Roma, Adalberto Guerra Duval, por ter participado da cerimônia em que Mussolini oficializou a conquista.<sup>135</sup> E, em agosto, Vargas

---

<sup>130</sup> Ofício 128, da embaixada em Tóquio para a Secretaria de Estado, 06.08.1937. Maço 46-2-3, AHI-RJ. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 18, nº 35, 2º semestre de 2019, p. 367.

<sup>131</sup> A economia resultante da proximidade entre as duas missões diplomáticas, aliás, foi decisiva para que Vargas desse o aval para sua transferência da China para o Japão (Vargas, 1995a: p. 418).

<sup>132</sup> BAHIANA, op. cit., p. 104. Outro observador ia além, afirmando que "a diplomacia teme o Exército" e especulava: "Não sei o que sucederia se um senador, na Dieta, se animasse a criticar um ato militar..." (FIGUEIREDO, José de Lima. **Um ano de observação no extremo oriente**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1941a, p. 109).

<sup>133</sup> BERTOLLI FILHO, op. cit., p. 25.

<sup>134</sup> HILTON, Stanley. Brazilian Diplomacy and the Washington-Rio de Janeiro "Axis" during the World War II Era. *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 59, No. 2 (mai. 1979), pp. 201-231. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/2514412>>. Acesso em 16.03.2022, p. 203.

<sup>135</sup> Telegrama 63, da Secretaria de Estado para a embaixada do Brasil em Roma, 11.05.1936. Maço 42-5-1, AHI-RJ. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 19, nº 37, 2º semestre de 2020, p. 359. A áspera ironia da comunicação ("V. Exa. teria feito melhor adoecendo na hora da solenidade [de] que nos dá notícia."), bem como a relevância da Itália para a política externa no Brasil de então, torna difícil crer que tenha sido expedida sem o conhecimento (senão a instrução expressa) de Vargas.

ainda resistia às pressões do embaixador da Itália, que insistia num reconhecimento formal da nova consueta.<sup>136</sup>

Em 1936, a eclosão da guerra civil na Espanha, entre nacionalistas e republicanos, colocou novamente à prova o pragmatismo brasileiro. Já naquele ano, Vargas doou açúcar e café para as tropas do general Francisco Franco.<sup>137</sup> Por outro lado, há indícios de que tenha autorizado o envio de café também a territórios controlados por tropas republicanas, ao longo da guerra.<sup>138</sup> Na mesma linha, preferiu permanecer alheio a essa "questão de política interna da Espanha que só a esta cabe intervir, não nos competindo opinar no assunto sobre o qual ninguém nos consultou"<sup>139</sup>, resistindo aos apelos do chanceler Macedo Soares pelo reconhecimento do regime de Franco, até sua vitória militar.<sup>140</sup>

Nesse contexto, era lógico que o Brasil não condenasse a invasão japonesa na China. Pelo contrário, os antecedentes recentes indicavam que o governo preferiria manter-se tão distante quanto possível, de modo a não prejudicar seus interesses. O conflito sino-japonês ainda duraria anos, mas, de imediato, seus impactos sobre as relações entre Tóquio e o Rio de Janeiro limitaram-se ao fato de que o embaixador japonês no Brasil se viu obrigado a adiar uma viagem a algumas das principais colônias japonesas em São Paulo e no Paraná.<sup>141</sup>

Três meses depois do "incidente da ponte Marco Polo", o relacionamento bilateral seria novamente chacoalhado, desta vez por turbulências no Brasil. Com a denúncia do chamado Plano Cohen, o governo decretou estado de guerra, que, antes mesmo de ser aprovado pelo

---

<sup>136</sup> VARGAS, 1995a: p. 531-532. A própria Itália acabaria por desistir de buscar reconhecimentos formais, mesmo junto a aliados que se declararam prontos a fazê-lo, como a Alemanha, contentando-se com reconhecimentos tácitos (vide V. Attitude of the United States toward recognition of Italian annexation of Ethiopia. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1936v03/ch6subch5>>. Acesso em 10.05.2021).

<sup>137</sup> Carta de Francisco Franco a Getúlio Vargas, 29.10.1936. GV c 1936.10.29/1. Disponível em: <[www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/7898](http://www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/7898)>. Acesso em 10.05.2021.

<sup>138</sup> Ofício 85, do Consulado-Geral do Brasil em Barcelona para a Secretaria de Estado, 26.10.1938. Maço 54-3-6, AHI-RJ. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 17, nº 33, 2º semestre de 2018, p. 354-355.

<sup>139</sup> VARGAS, 1995a: p. 534.

<sup>140</sup> CAMARGO, Fernando Furquim de. **O Brasil e a Guerra Civil Espanhola: fluxos econômicos e negociações oficiais (1936-1939)**. 2016. Tese (Doutorado em História Econômica) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <[www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-09032017-113715/pt-br.php](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-09032017-113715/pt-br.php)>. Acesso em: 16.03.2022, p. 88-91. SOUZA, Ismara Izepe de. **Caminhos que se cruzam: relações históricas entre Brasil e Espanha (1936-1960)**. 2009. Tese (Doutorado em História Social) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <[www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-26042010-100713/pt-br.php](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-26042010-100713/pt-br.php)>. Acesso em: 16.03.2022, p. 51.

<sup>141</sup> O roteiro previa visitas, entre 15 de julho e 4 de agosto, a São Paulo, Ribeirão Preto, Bauru, Lins, Marília, Bastos, Presidente Prudente, Ourinhos e Londrina, e a viagem acabou acontecendo em setembro de 1938 (troca de correspondência entre o Itamaraty e os governos de São Paulo e do Paraná. Maço temático ostensivo 43.519, AHI-BSB).

Legislativo, foi objeto de uma comunicação do Itamaraty a seus postos no exterior. O texto explicava que a medida era tomada após a descoberta da "existência de grandes atividades de caráter extremista e de todo um plano de propaganda tendente à subversão da ordem e aniquilamento das instituições".<sup>142</sup>

Nessa época, o Japão proclamava com vigor seu anti-comunismo, cuja expressão mais eloquente no plano internacional era o pacto anti-comintern, firmado em novembro de 1936 com a Alemanha. Essa era a justificativa para os esforços militares na China, e a assinatura do pacto de não-agressão sino-soviético, em 21 de agosto de 1937, veio a reforçar o discurso sobre a ameaça vermelha, principalmente porque circulavam rumores sobre cláusulas secretas, de caráter militar.<sup>143</sup> Alguns dos oficiais japoneses estacionados na Manchúria, incluindo o então chefe do Estado-Maior do Exército de Kwangtung (e futuro primeiro-ministro), Hideki Tojo, vinham há anos alertando sobre a necessidade de preparativos para um possível conflito com a União Soviética (URSS).<sup>144</sup> Ao selar a aproximação do Kuomintang com Moscou, o pacto consolidava a ainda tênue trégua que, no ano anterior, unira chineses comunistas e nacionalistas diante do inimigo externo comum. Com isso, Tóquio passava a contemplar a possibilidade de ter que enfrentar, ao mesmo tempo, as tropas de Chiang Kai-shek, Mao Zedong e Joseph Stálin. No *front* doméstico, a luta não era menos acirrada. Entre 1931 e 1942, nada menos que 16 complôs comunistas planejados por oficiais do Exército teriam sido desmantelados pela polícia secreta.<sup>145</sup>

Nesse contexto, a repressão imposta por Vargas foi bem recebida do outro lado do mundo, como revelam as manchetes de seis artigos da imprensa de Tóquio enviados ao Rio de Janeiro pela embaixada do Brasil: "Vargas to proclaim state of war in Brazil against Communists" (The Japan Times & Mail, 2 out.); "Brazil may order war on Communism" (The Japan Advertiser, 3 out.); "Brazil opens drive against Red Menace" (The Osaka Mainichi & The Tokyo Nichi-Nichi, Tóquio, 3 out.); "Brazil to Begin Drive Against Red Menace" (The Osaka Mainichi & The Tokyo Nichi-Nichi, 3 out.); "Brazilian Senate votes 90-day state of war

---

<sup>142</sup> Circular 1.152, da Secretaria de Estado para as embaixadas e consulados, 01.10.1937. Maço 119-05-05, AHI-RJ. Transcrita em Cadernos do CHDD, ano 5, nº 9, 2º semestre de 2006, p. 265.

<sup>143</sup> Ofícios 141 (04.09.1937) e 143 (06.09.1937), da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado. Maço 46-2-3, AHI-RJ. Transcritos em Cadernos do CHDD, ano 18, nº 35, 2º semestre de 2019, p. 501-509.

<sup>144</sup> JANSEN, op. cit., p. 619. Com efeito, em 1939, numa guerra não declarada conhecida no Japão como "incidente de Nomonhan" e na Rússia como "batalha de Khalkhin Gol", tropas japonesas avançariam sobre a URSS, mas seriam repelidas por forças comandadas pelo general Gueorgui Jukov, que, mais tarde, se tornaria célebre pela vitória contra o exército alemão, na batalha de Stalingrado.

<sup>145</sup> KOSHIRO, op. cit., p. 437-438.

to fight Communism” (The Japan Advertiser, 4 out.); e “Brazil declares state of war to fight Communism” (The Japan Times & Mail, 4 out.).<sup>146</sup>

Com a declaração do Estado Novo, o Itamaraty expediu nova circular, instruindo as embaixadas a explicar aos governos estrangeiros que a suspensão da constituição vigente dava-se em função da "necessidade de dar combate a ideologias exóticas, que por meios repugnantes procuram universalizar-se e aqui vinham tentando a subversão cruenta da ordem pública." O texto procurava tranquilizar as potências estrangeiras, assegurando que "serão escrupulosamente respeitados todos os direitos adquiridos, bem como as pessoas e bens dos estrangeiros aqui residentes e o exercício de suas atividades legítimas." Ao mesmo tempo, fazia uma espécie de proclamação solene:

O governo vai imediatamente levar a efeito um grande programa construtivo, no intuito de dar ao Brasil a situação de grande potência econômica que lhe compete e de lhe conferir a situação militar que requerem a sua defesa e segurança e a sua política exterior de nobres ideais, mas tendente também a assegurar a sua ação e influência, sobretudo no continente.<sup>147</sup>

Era música para os ouvidos de Tóquio. No encontro que o embaixador Leão Velloso solicitou, com o intuito de explicar a situação brasileira, o chanceler Hirota disse que o Japão "simpatizava inteiramente" com a atitude do Brasil, já que o comunismo era "um grave perigo para a humanidade, contra o qual não existia outro remédio senão o emprego de medidas drásticas"; e lembrou, a propósito, que a guerra na China tinha como único objetivo "livrar a Ásia desse mal."<sup>148</sup> Ao relatar ao Rio de Janeiro, o embaixador acrescentou que, também fora do governo, a repercussão havia sido "francamente favorável".<sup>149</sup>

De fato, logo que a Itália também tornou-se parte do pacto anti-comintern, no dia 6 de novembro, começou a cogitar-se a adesão do Brasil. No próprio banquete em que se celebrou, em Tóquio, a adesão de Roma, Hirota teria dito que o Brasil seria o próximo candidato.<sup>150</sup> No

---

<sup>146</sup> Ofício 161, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 04.10.1937. Maço 46-2-3, AHI-RJ. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 18, nº 35, 2º semestre de 2019, p. 511.

<sup>147</sup> Circular 1.162, da Secretaria de Estado para as embaixadas e consulados, 11.11.1937. Maço 119-05-06, AHI-RJ. Transcrita em Cadernos do CHDD, ano 5, nº 9, 2º semestre de 2006, p. 267-268.

<sup>148</sup> Com efeito, os *fronts* de combate na Manchúria eram cheios de cartazes exaltando a luta anti-comunista. Como anotou um observador brasileiro, "Não havia um canto onde não houvesse um letrado no qual estava garantido: 'O Japão e a Mongólia contra o comunismo'" (FIGUEIREDO, 1944: p. 202).

<sup>149</sup> Ofício 211, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 18.11.1937. Maço 46-2-4, AHI-RJ. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 18, nº 35, 2º semestre de 2019, p. 522-525.

<sup>150</sup> Telegrama 38, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 09.11.1937. Maço 46-5-8, AHI-RJ. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 18, nº 35, 2º semestre de 2019, p. 517. Isso talvez tenha precedido até mesmo a consulta do chanceler italiano, conde Galeazzo Ciano, ao embaixador Guerra Duval, feita no dia 8 (SEITENFUS, op. cit., p. 114).

dia 12, o porta-voz da chancelaria japonesa teria reiterado que o Brasil era um possível candidato, embora acrescentando que não tinha havido nenhum contato oficial nesse sentido.<sup>151</sup>

Ainda que o Brasil não viesse a aderir ao acordo, a retórica anti-comunista — que já era disseminada entre militares, desde a intentona de 1935 —<sup>152</sup> rendia à implementação do Estado Novo a melhor das reputações no Japão. Prova disso veio no início de dezembro: quando se tornou o terceiro país a reconhecer o regime de Franco, na Espanha (depois de Itália e Alemanha), foi ao Brasil que o Japão confiou a guarda de seus prédios e arquivos em Madri, bem como a proteção de seus interesses junto ao governo republicano. De resto, Tóquio não teria por que se preocupar com rupturas políticas no Brasil. Os anos 1930 no Japão foram uma verdadeira sequência de "incidentes" (como os já citados de 1931 e 1937), atos de insubordinação civil e militar e atentados políticos, de que era exemplo recente a tentativa de golpe que, em 1936, custou a vida a vários políticos, incluindo três ministros e dois ex-primeiros-ministros.<sup>153</sup> Pouco importava, assim, se, no Rio de Janeiro, o Congresso estivesse fechado, e as liberdades individuais, suprimidas — desde que um elemento permanecesse intocado: a imigração.

Na conversa em que expressou toda simpatia à luta anticomunista, o chanceler japonês fez uma única pergunta ao embaixador Leão Velloso: como o novo regime trataria a questão migratória?<sup>154</sup> O novo texto constitucional havia mantido as quotas da constituição de 1934, mas o embaixador brasileiro ainda não tinha conhecimento disso, de modo que não pôde responder à pergunta. No mês anterior, inclusive, havia alertado o Rio de Janeiro de que a nova regra pela qual menores de 14 anos passavam a ser contabilizados dentro da quota migratória, e não mais como dependentes, poderia ser mal recebida em Tóquio, se interpretada como sanção à guerra na China.<sup>155</sup>

Conforme já discutido anteriormente, o questionamento do chanceler japonês não se referia à quantidade de compatriotas que poderiam continuar ingressando no Brasil, até porque

---

<sup>151</sup> *Tokyo Would Welcome Brazil Into New Pact*, Nippu Jiji, 12.11.1937, p. 2. Disponível em: <<https://hojishinbun.hoover.org/en/newspapers/tnj19371112-01.1.2>>. Acesso em 10.05.2021.

<sup>152</sup> ALVES, Vágner Camilo. **Da Itália à Coreia: decisões sobre ir ou não à guerra**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007, p. 63 e 100.

<sup>153</sup> JANSEN, op. cit., p. 576-600. As ameaças eram tão constantes que muitos políticos japoneses andavam armados (GREW, op. cit., loc. 8178).

<sup>154</sup> Telegrama 39 (12.11.1937) e ofício 211, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado. Maços 46-5-8 e 46-2-4, AHI-RJ. Transcritos em Cadernos do CHDD, ano 18, nº 35, 2º semestre de 2019, p. 518-519 e 522-525.

<sup>155</sup> Telegrama 32, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 12.10.1937. Maço 46-5-8, AHI-RJ. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 18, nº 35, 2º semestre de 2019, p. 512.

a guerra na China passaria a demandar cada vez mais braços. Como o próprio Leão Velloso avaliaria, um ano mais tarde,

é um erro supor-se, todavia, que o Governo Imperial faz maior empenho, neste momento, para que o Brasil aumente a quota imigratória existente. As companhias colonizadoras e a O. S. K., empresa de navegação, são quem têm nisso um interesse imediato.<sup>156</sup>

O receio japonês eram medidas que discriminassem especificamente seus nacionais e, assim, minassem o prestígio do Império. Para Tóquio, "seria também altamente inconveniente — senão fatal mesmo para as relações entre os dois países — qualquer ato de caráter discriminatório contra o Japão, em matéria de imigração."<sup>157</sup>

### **I.3) Imigração "blindada"**

A troca de afagos anti-comunistas deixou para trás temores de que o governo japonês viesse a colocar reservas ao novo regime instalado no Brasil. Já estavam germinando, no entanto, as sementes de novas dificuldades para a relação bilateral, pois muitas vezes opunham-se à presença de asiáticos no Brasil. A maioria delas não resultava em ações concretas, contribuindo apenas para o que se descreveu como "passividade reticente".<sup>158</sup>

O embaixador Hildebrando Accioly não era uma dessas vozes passivas e trabalharia contra a imigração japonesa dentro e fora do governo até depois da guerra. Pouco antes da instalação do Estado Novo, foi nomeado secretário-geral do Itamaraty. Uma de suas primeiras medidas, ainda no governo constitucional, foi determinar que as malas diplomáticas brasileiras não fossem mais transportadas por navios japoneses, muito embora fossem os únicos a assegurar linhas diretas entre os dois países.<sup>159</sup> Quando o novo regime começou a se debruçar sobre a questão da imigração, Accioly não perdeu tempo e tratou de sugerir travas à entrada de asiáticos. E não limitou sua atuação à competência do cargo. Em janeiro de 1938, publicou

---

<sup>156</sup> Ofício da embaixada em Tóquio para a Secretaria de Estado, 17.11.1938. Maço temático confidencial 3.767, AHI-BSB.

<sup>157</sup> Ibidem.

<sup>158</sup> LEÃO NETO, op. cit., p. 48.

<sup>159</sup> Maço confidencial 4.842, AHI-BSB.

anonimamente no Jornal do Comércio um contundente artigo intitulado "Um perigo para a nacionalidade: a imigração japonesa."<sup>160</sup>

Em Tóquio, o governo estava atento ao assunto, inclusive ao "ponto de vista do Jornal do Comércio recomendando cuidado em evitar o aumento da imigração japonesa."<sup>161</sup> Sempre receosas quanto a qualquer discriminação, as autoridades ponderavam que a expansão do território chinês sob ocupação japonesa demandaria cada vez mais braços, o que já causava preocupação nas empresas ligadas ao envio de emigrantes à América do Sul. Assim, não havia qualquer perspectiva de pressão por aumento nas quotas; pelo contrário, um coronel japonês envolvido nas operações na China chegou a vaticinar que "o Brasil terá que esperar que nasçam mais japoneses."<sup>162</sup> A preocupação, conforme o embaixador Leão Velloso transmitiu ao Rio de Janeiro, era com qualquer nova disposição "que não só direta como também indiretamente possa ter caráter discriminatório contra a entrada de japoneses", a qual seria "fatalmente considerada pouco amistosa."<sup>163</sup>

No fim das contas, o Japão não apenas não foi discriminado, como, em alguma medida, até se beneficiou. O decreto-lei 406, de 4 de maio de 1938, excluía da quota os imigrantes que viessem para períodos inferiores a seis meses, os que tivessem casado com brasileiro(a)s e os que já tivessem residido no Brasil anteriormente. Além disso, priorizava a entrada de "agricultores ou técnicos de indústrias rurais", categoria em que se encaixava a imensa maioria dos japoneses. Por fim, e mais importante, abria a possibilidade de que o saldo de quotas não utilizado por determinado país fosse alocado para imigrantes de países cujas quotas tivessem sido esgotadas.<sup>164</sup> Isso era potencialmente benéfico para o Japão, que era um dos países que mais usava sua quota.<sup>165</sup>

---

<sup>160</sup> Jornal do Commercio, 11.01.1938, p. 4. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_12/52342](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/52342)>. Acesso em 13.05.2021. O artigo é assinado por "R. C. P.", mas Accioly explica que é o autor em um documento secreto apresentado ao Conselho de Segurança Nacional, em junho de 1938 (maço temático secreto 3.767, AHI-BSB).

<sup>161</sup> Telegrama 6, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado. Maço 46-5-8, AHI-RJ. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 18, nº 35, 2º semestre de 2019, p. 543-544.

<sup>162</sup> FIGUEIREDO, 1944: p. 139-140.

<sup>163</sup> Ofício 27, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 04.02.1938. Maço 46-2-4, AHI-RJ. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 18, nº 35, 2º semestre de 2019, p. 544-547.

<sup>164</sup> Decreto-lei 406, 04.05.1939. Disponível em: <[www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html)>. Acesso em: 16.03.2022. Destaque para o artigo 18: "Quando entender conveniente às necessidades econômicas do País, o Conselho de Imigração e Colonização poderá permitir que o saldo das quotas seja aproveitado na introdução de agricultores de nacionalidade cuja quota já se tenha esgotado."

<sup>165</sup> Ao regressar ao Japão, depois de finda sua missão no Brasil, o próprio embaixador Setsuzo Sawada avaliou positivamente a medida. Ofício 248, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 28.12.1938. Maço 46-2-5, AHI-RJ. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 18, nº 35, 2º semestre de 2019, p. 612-613.

Accioly desejava que esse saldo pudesse ser transferido apenas para países europeus, como, de fato, chegou a constar em uma minuta do decreto-lei. Para seu desgosto, porém, "o Governo julgou preferível suprimir a palavra europeus, e assim a mencionada disposição permitirá que o saldo das quotas seja aproveitado na introdução de agricultores de qualquer nacionalidade cuja quota se tenha esgotado."<sup>166</sup>

Além do pragmatismo de que Vargas já dera demonstrações em assuntos diplomáticos, terá contribuído para fazer prevalecer a moderação o fato de que as relações bilaterais iam bem. O Brasil se preparava para enviar um observador militar ao Japão e acabava de confirmar participação na grande exposição que o Japão preparava para celebrar os 2.600 anos da ascensão do primeiro imperador ao trono, em 1940, conforme o próprio Vargas transmitiu ao embaixador Setsuzo Sawada.<sup>167</sup> Em paralelo, crescia na sociedade brasileira a admiração pelo Japão, fato que a imprensa japonesa, orgulhosa, não deixava passar despercebido.<sup>168</sup> O resultado era um intercâmbio crescente. Além das visitas curtas, sempre bem recebidas, os brasileiros passaram a beneficiar-se de bolsas do governo imperial para estadas de até dois anos. Em julho de 1938, quatro desses bolsistas formaram, junto com outros latinoamericanos, uma associação pelo intercâmbio entre a América Latina e o Japão. O interesse por esse tipo de intercâmbio já transbordava a esfera governamental, e, em 1937, o Instituto Internacional Waseda, entidade privada, recebeu seu primeiro aluno brasileiro.<sup>169</sup>

---

<sup>166</sup> Relatório de Hildebrando Accioly intitulado "Corrente Imigratória Japonesa", 30.06.1938. Maço temático confidencial 3.767, AHI-BSB. Grifo no original.

<sup>167</sup> Ofício 119, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 11.06.1938. Maço 46-2-5, AHI-RJ. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 18, nº 35, 2º semestre de 2019, p. 570. *Recebidos pelo presidente da República os embaixadores do Japão e do Uruguai*, Correio da Manhã, 04.06.1938, p.2. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_04/46583](http://memoria.bn.br/docreader/089842_04/46583)>. Acesso em 25.05.2021. Além da exposição, em 1940 Tóquio sediaria também os Jogos Olímpicos, mas ambos os eventos acabariam sendo cancelados em razão dos conflitos militares.

<sup>168</sup> Ofício 14, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 20.01.1938. Maço 46-2-4, AHI-RJ. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 18, nº 35, 2º semestre de 2019, p. 540-541.

<sup>169</sup> Maço temático ostensivo 73.799, AHI-BSB.

**Figura 5:** Major Lima Figueiredo no Japão (1938 ou 1939)



O major Lima Figueiredo (4º da esquerda para a direita, sentado) após jantar que lhe ofereceu o embaixador Pedro Leão Velloso (5º da direita para a esquerda, sentado), em 1938 ou 1939. Ao lado do embaixador, está o general Hideki Tojo (4º da direita para a esquerda, sentado), então vice-ministro da Guerra, que se tornaria um dos principais líderes do Japão durante a guerra e acabaria condenado à morte pelo Tribunal de Tóquio.

**Fonte:** FIGUEIREDO, José de Lima. **Um ano de observação no extremo oriente**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1941a.

Mesmo remando contra essa maré, Accioly não se deu por vencido. Dois meses depois da promulgação do decreto-lei 406, dirigiu-se ao Conselho de Segurança Nacional argumentando que "a imigração japonesa constitui um perigo para a defesa nacional e, mais do que isto, uma ameaça para a nossa nacionalidade."<sup>170</sup> Em linguagem similar àquela que empregara no *Jornal do Comércio*, em janeiro, fazia alusão a planos japoneses para a dominação do mundo<sup>171</sup>, dos quais os imigrantes seriam a ponta de lança, e disparava:

a embaixada Japonesa subvenciona vastamente vários órgãos de publicidade brasileiros, a tal ponto que o único talvez de entre os diários cariocas que nunca

<sup>170</sup> Relatório de Hildebrando Accioly intitulado "Corrente Imigratória Japonesa", 30.06.1938. Maço temático confidencial 3.767, AHI-BSB.

<sup>171</sup> Accioly faz referência ao Memorando Tanaka, documento no qual o primeiro-ministro Giichi Tanaka (1927-1929) teria apresentado um plano para a dominação mundial, começando pela China. A autenticidade do documento foi contestada desde sua aparição, e, hoje, é quase consenso que seja apócrifo. Em 1940, Vargas recebeu uma carta do embaixador do Brasil na Bélgica, comentando como o livro "L'Apocalypse de notre Temps" mostrava que diversos documentos forjados tiveram impacto político relevante, entre os quais o referido memorando Tanaka. Carta de Mário de Pimentel Brandão a Getúlio Vargas, 01.05.1940. GV c 1940.05.01. Disponível em: <[www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/12149](http://www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/12149)>. Acesso em: 18.05.2021.

cedeu às tentativas de suborno ou às ameaças nipônicas e apontou sempre os perigos da imigração amarela é o "Jornal do Commercio".<sup>172</sup>

À luz de tudo isso, sugeria que o decreto-lei 406 fosse modificado de modo a priorizar imigração europeia.<sup>173</sup>

Chega a ser surpreendente que se apontasse para os japoneses como grupo étnico perigoso no momento em que alemães e italianos envolviam-se nas mais escabrosas tramas políticas.<sup>174</sup> O embaixador da Alemanha, Karl Ritter, protestava veementemente contra o decreto-lei 383, de abril de 1938, que proibia aos estrangeiros exercer atividades políticas.<sup>175</sup> A norma punha em xeque as atividades da poderosa rede de agentes e espiões da Alemanha, e o conflito escalou até a expulsão de Ritter do Brasil, em setembro.<sup>176</sup> Igual destino teve, em novembro, o embaixador da Itália, Vincenzo Lojacono, depois de auxiliar a fuga do Brasil de alguns dos mentores da tentativa de golpe da Ação Integralista, que quase custou a vida de Vargas em maio, e abrigar na embaixada um dos envolvidos.<sup>177</sup> Em contraste, o embaixador Sawada se permitia ausentar-se do Rio de Janeiro, em setembro, para fazer a viagem por São Paulo e Paraná que tivera que adiar em razão do início do conflito sino-japonês, em julho de 1937.<sup>178</sup>

Se a Alemanha e a Itália estavam envolvidas até o pescoço na política interna brasileira, o mesmo não se pode dizer do Japão, até porque sua colônia era bastante inferior, mesmo entre os descendentes nascidos no Brasil, tão frequentemente acusados de não se adaptarem: em 1940, dos 1,6 milhão de brasileiros natos que não utilizavam a língua portuguesa dentro de casa, nada menos que 644 mil (40%) eram alemães; 458 mil (28%), italianos; e meros 178 mil (11%),

---

<sup>172</sup> Relatório de Hildebrando Accioly intitulado "Corrente Imigratória Japonesa", 30.06.1938. Maço temático confidencial 3.767, AHI-BSB.

<sup>173</sup> Ofício, do secretário-geral do Itamaraty, Hildebrando Accioly, para o secretário-geral da Segurança Nacional, general Francisco José Pinto, 18.08.1938. Maço temático confidencial 3.767, AHI-BSB.

<sup>174</sup> Uma das possíveis e não excludentes explicações para a aversão aos japoneses é o fato de se concentrarem em comunidades. Em 1940, enquanto italianos respondiam por, no máximo, 6% da população de qualquer município, japoneses eram 40% dos habitantes de Pereira Barreto, 18% de Tupã, 12% de Valparaíso e 12% de Marília" (CYTRYNOWICZ, Roney. Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Geração Editorial/Edusp, 2000, p. 152). Outra é o racismo, moeda corrente no pensamento da época (Ibidem, p. 139-154).

<sup>175</sup> Decreto-lei disponível em: <[www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html)>. Acesso em 16.05.2021.

<sup>176</sup> O embaixador Karl Ritter havia se apresentado oficialmente a Vargas em dezembro de 1937. Em agosto de 1938, viajou à Alemanha e, declarado *persona non grata*, nunca mais voltou ao Brasil (SEITENFUS, op. cit., p. 155).

<sup>177</sup> Ibidem, p. 156-159.

<sup>178</sup> Maço temático ostensivo 43.519, AHI-RJ. Em dezembro de 1937, logo após a instalação do Estado Novo, Sawada fez outra viagem, a Minas Gerais.

japoneses.<sup>179</sup> Nesse sentido, não se encontrou qualquer registro de protestos japoneses ao decreto-lei 383. Uma comunicação do embaixador Leão Velloso, semanas após Berlim retaliar a expulsão de seu embaixador mandando embora o representante brasileiro, José Joaquim Moniz de Aragão, parece ilustrar o quão alheia a tudo isso era a atmosfera em Tóquio: "Rogo a Vossa Excelência informar-me se a notícia de rompimento das relações diplomáticas com a Alemanha é verdadeira."<sup>180</sup>

Nesse contexto, o embaixador Accioly e os demais oponentes da imigração japonesa foram novamente derrotados. Em 20 de agosto de 1938, o governo promulgou o decreto-lei 639, que introduziu várias alterações no decreto 406, mas manteve intocada a questão do remanejamento de quotas.<sup>181</sup> No mesmo dia, foi publicado o decreto 3.010, regulamentando os referidos decretos-leis, o qual tampouco alterou a questão das nacionalidades.<sup>182</sup>

No início de 1939, Accioly deixou o cargo para assumir a embaixada do Brasil no Vaticano, mas a cruzada contra os estrangeiros em geral, e os japoneses em particular, não cessou. Já em dezembro de 1938, boatos sobre novas disposições contrárias à imigração japonesa que estariam sendo gestadas no Conselho de Imigração e Colonização levaram o vice-chanceler japonês a reiterar ao embaixador Leão Velloso que "o Japão não tinha nenhum desígnio político com relação ao Brasil".<sup>183</sup> Em junho de 1939, o decreto-lei 1.377<sup>184</sup> tornou ainda mais discricionária a expulsão de estrangeiros — que já havia sido facilitada um ano antes, pelo decreto-lei 479.<sup>185</sup> A norma parece ter sido feita sob medida para um japonês que,

---

<sup>179</sup> SEITENFUS, op. cit., p. 62. A imigração japonesa era também a que mais se constituía de famílias, com mais de 8 mulheres para cada 10 homens, razão superior àquelas registradas nas correntes migratórias de Alemanha, Itália, Espanha ou Portugal (FUKUNAGA, op. cit., p. 40).

<sup>180</sup> Telegrama 31, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 27.10.1938. Maço 46-5-8, AHI-RJ. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 18, nº 35, 2º semestre de 2019, p. 605.

<sup>181</sup> Decreto-lei 639, 20.08.1938. Disponível em: <[www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-639-20-agosto-1938-350871-publicacaooriginal-1-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-639-20-agosto-1938-350871-publicacaooriginal-1-pe.html)>. Acesso em: 26.05.2021.

<sup>182</sup> Decreto 3.010, 20.08.1938. Disponível em: <[www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-3010-20-agosto-1938-348850-publicacaooriginal-1-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-3010-20-agosto-1938-348850-publicacaooriginal-1-pe.html)>. Acesso em: 11.06.2021. O artigo 5, em particular, trata da questão do remanejamento das quotas: "Poderá igualmente o C. I. C. [Conselho de Imigração e Colonização] permitir que o saldo real anual das quotas não utilizadas por uma nacionalidade seja aproveitado em favor de agricultores de outra nacionalidade cuja quota real já se tenha esgotado."

<sup>183</sup> Telegrama 37, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 24.12.1938. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 18, nº 35, 2º semestre de 2019, p. 611.

<sup>184</sup> Decreto-lei 1.377, 27.06.1939. Disponível em: <[www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1377-27-junho-1939-349661-publicacaooriginal-1-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1377-27-junho-1939-349661-publicacaooriginal-1-pe.html)>. Acesso em 16.05.2021. O artigo único passou a permitir a expulsão, até então vedada, de estrangeiro radicado no Brasil ou que tivesse filho brasileiro "quando, a juízo do Presidente da República, o estrangeiro houver manifestado pensamentos ou praticado atos que importem menosprezo do Brasil ou das suas instituições."

<sup>185</sup> Decreto-lei 479, 08.06.1938. Disponível em: <[www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-479-8-junho-1938-349695-publicacaooriginal-1-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-479-8-junho-1938-349695-publicacaooriginal-1-pe.html)>. Acesso em 16.05.2021. A expulsão podia ser embasada, por exemplo, no abrangente conceito de atentado "contra a dignidade da Pátria".

menos de duas semanas depois, teve a "honra" de ser o primeiro a ser nela enquadrado.<sup>186</sup> Além dele, um segundo japonês engrossaria a lista dos 11 estrangeiros expulsos em 1939.<sup>187</sup>

Nada disso, porém, parecia abalar a boa vontade de Vargas em relação ao Japão. No início de 1939, uma entrevista sua ao *Tokyo Asahi Shimbun* causou "comentários jubilosos nos círculos nipônicos ligados ao Brasil."<sup>188</sup> Em julho, logo após decretar a referida expulsão do japonês, Vargas recebeu a visita de um célebre jurista japonês de passagem pelo Brasil, Kotaro Tanaka, acompanhado do embaixador Kazue Kuwajima, que substituíra a Sawada em janeiro.<sup>189</sup> E, entre 1938 e 1939, recebeu do presidente da Associação Nipo-Brasileira de Kobe, o senador Hachisaburo Hirao, que chefiara importante missão econômica ao Brasil em 1935, duas levadas de mudas de cerejeira, tradicional árvore japonesa, para plantio em várias localidades brasileiras, inclusive no palácio Rio Negro, sua residência em Petrópolis.<sup>190</sup>

Tampouco se encontrou registro de protestos contra as restrições à posse de terras por estrangeiros<sup>191</sup> ou ao uso e ensino de outros idiomas que não o português.<sup>192</sup> Esta última medida jogou para a ilegalidade as escolas frequentadas por 20 mil crianças japonesas ou

---

<sup>186</sup> FUKUNAGA, op. cit., p. 101. O japonês em questão, Saku (ou "Sack") Miura, era jornalista e já havia sido expulso do Brasil em 1931, mas, naquela ocasião, contara com a graça de Vargas. De volta ao Japão, viria a ser preso pela polícia política japonesa, durante a ocupação estadunidense.

<sup>187</sup> Anuário Estatístico do IBGE 1939-1940 p. 1288. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_1939\\_1940.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1939_1940.pdf)>. Acesso em 16.05.2021. Entre as 97 expulsões registradas em 1937 e 1938, nenhuma havia sido de japonês.

<sup>188</sup> Ofício 35, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 10.02.1939. Maço 46-2-6, AHI-RJ. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 18, nº 35, 2º semestre de 2019, p. 632-633.

<sup>189</sup> *Recebido pelo Chefe do Governo o prof. Tanaka*, Diário de Notícias, 21.07.1939, p. 4. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/093718\\_01/40114](http://memoria.bn.br/DocReader/093718_01/40114)>. Depois da guerra, Tanaka, que era cristão, se tornaria membro da suprema corte do Japão e, nos anos 1960, da Corte Internacional de Justiça, em Haia. Quando Vargas retornou ao poder, dirigiu-lhe carta de felicitações (Carta de Kotaro Tanaka a Getúlio Vargas, 03.07.1951, GV c 1951.07.03/1. Disponível em: <[www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV4/2129](http://www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV4/2129)>. Acesso em 08.01.2022).

<sup>190</sup> Ofício 50, do consulado-geral do Brasil em Kobe para a Secretaria de Estado, 29.04.1940. Maço temático ostensivo 66.794, AHI-BSB. As cerejeiras, ou *sakuras*, podem ser consideradas um instrumento da diplomacia japonesa, sendo talvez as mais famosas as que, anualmente, embelezam o festival da floração no *National Mall*, em Washington, D.C. (EUA).

<sup>191</sup> O decreto-lei 1.202 (08.04.1939) passou a condicionar à autorização do presidente da República a venda ou arrendamento de terras de estados e municípios a pessoas físicas e jurídicas estrangeiras, aí incluídas as sociedades sediadas no Brasil que contassem com estrangeiros entre seus quadros. Disponível em: <[www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1202-8-abril-1939-349366-publicacaooriginal-1-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1202-8-abril-1939-349366-publicacaooriginal-1-pe.html)>. E o decreto-lei 1.968 (17.01.1940) restringiu as atividades de estrangeiros nas regiões a até 150 km das fronteiras, o que poderia frear, por exemplo, o avanço das colônias japonesas no oeste paranaense. Disponível em: <[www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-1968-17-janeiro-1940-411939-publicacaooriginal-1-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-1968-17-janeiro-1940-411939-publicacaooriginal-1-pe.html)>. Acesso em 16.05.2021.

<sup>192</sup> O decreto-lei 868 (18.11.1938) visava a "nacionalizar integralmente o ensino primário de todos os núcleos de população de origem estrangeira". Disponível em: <[www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-868-18-novembro-1938-350829-publicacaooriginal-1-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-868-18-novembro-1938-350829-publicacaooriginal-1-pe.html)>. Acesso em 16.05.2021.

nipodescendentes<sup>193</sup>, o que teve ampla repercussão mundo afora.<sup>194</sup> Como sintetizou um historiador, "a proibição do ensino da língua nas escolas e da circulação de jornais em japonês quebrou a espinha dorsal da comunidade japonesa."<sup>195</sup>

Sem escolas, as famílias japonesas passaram a enviar suas crianças ao Japão.<sup>196</sup> Esse movimento, amplificado pelas notícias, frequentemente exageradas, sobre as conquistas japonesas na China, fomentou ainda mais o que um jornal de grande circulação entre nipodescendentes chamou de "febre de regresso", já em 1939.<sup>197</sup> Um brasileiro que viajou ao Japão em 1940 relatou que, em seu navio, iam também "centenas de japoneses" e que "há muitas crianças a bordo, principalmente filhos de japoneses."<sup>198</sup>

Nem mesmo a proibição de que menores brasileiros saíssem do país desacompanhados conseguiu reverter essa tendência.<sup>199</sup> Os japoneses, que nunca deixaram de registrar seus filhos nos consulados do Império, ainda que fossem brasileiros natos,<sup>200</sup> pareciam decididos. Alguns, efetivamente, faziam a viagem até o Japão, onde deixavam seus filhos com algum familiar,<sup>201</sup> enquanto outros simplesmente omitiam a nacionalidade brasileira das crianças, que embarcavam sozinhas, apresentando apenas os documentos emitidos pelas repartições consulares do Japão.<sup>202</sup>

---

<sup>193</sup> Ofício 135, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 27.06.1938. Maço temático ostensivo 74.623. O Brasil era o país com mais escolas japonesas: 476, incluídas aquelas reconhecidas ou não pelo governo japonês; depois vinham Manchukuo (101 escolas), China (43) e EUA (9).

<sup>194</sup> *Brazil closes Japanese schools*, The Japan Chronicle, 02.06.1940; *Foreign schools in Brazil, Japanese text books seized*, The Cape Argus, 03.06.1940. Maço temático ostensivo 74.623, AHI-BSB.

<sup>195</sup> CYTRYNOWICZ, op. cit., p. 163.

<sup>196</sup> COMISSÃO, op. cit., p. 180 e 238-239. *Home To Study*, The Osaka Mainichi & The Tokyo Nichi Nichi, 08.01.1939. Maço temático ostensivo 73.799, AHI-BSB.

<sup>197</sup> COMISSÃO, op. cit., p. 256.

<sup>198</sup> MIRANDA, op. cit., p. 21, 45.

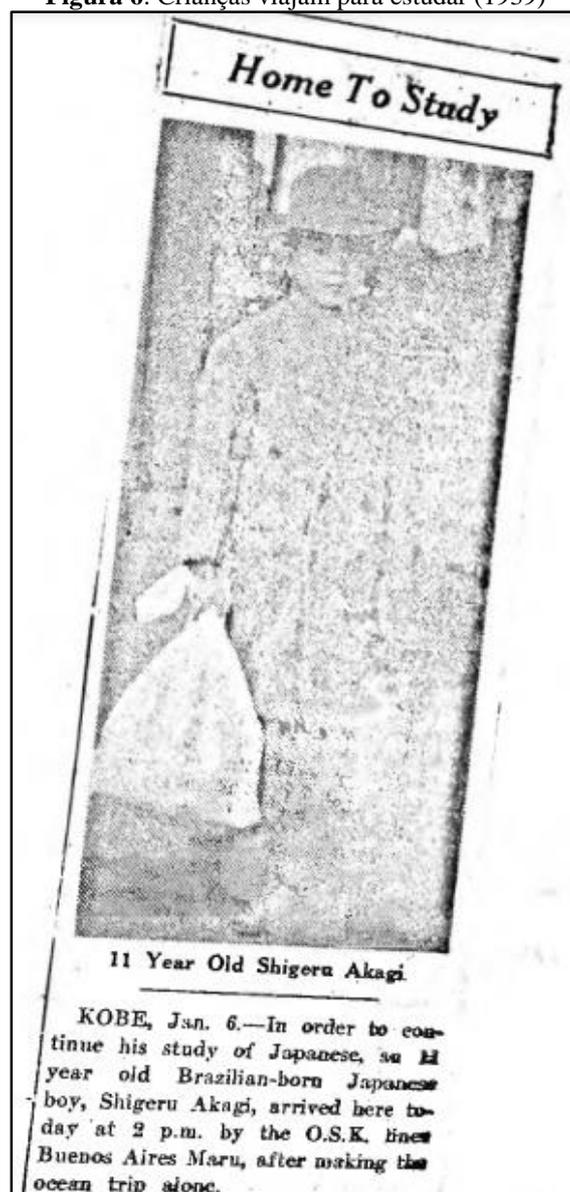
<sup>199</sup> Decreto 1.545, 25.08.1939. Disponível em: <[www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654-publicacaooriginal-1-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654-publicacaooriginal-1-pe.html)>. Acesso em 16.05.2021. Destaque para o artigo 13: "Salvo licença especial do Presidente da República, que atenderá ao interesse nacional ou a motivo de grave dano de saúde, nenhum brasileiro menor de dezoito anos poderá viajar para o estrangeiro desacompanhado de seus pais ou responsáveis, ou permanecer no estrangeiro desde que os pais ou responsáveis voltem ao país. Às autoridades policiais e consulares cumpre velar pela observância deste dispositivo."

<sup>200</sup> FUKUNAGA, op. cit., p. 115.

<sup>201</sup> Ofício 167, do secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional ao secretário-geral do Itamaraty, 24.04.1940. Maço temático ostensivo 55.947, AHI-BSB.

<sup>202</sup> Ofício 96, do consulado-geral do Brasil em Kobe para a Secretaria de Estado, 15.10.1941. Maço temático ostensivo 55.492, AHI-BSB.

**Figura 6:** Crianças viajam para estudar (1939)



Com a proibição das escolas estrangeiras no Brasil, muitos filhos de imigrantes japoneses, inclusive brasileiros natos, viajaram desacompanhados, para prosseguir os estudos no Japão.

**Fonte:** *Home To Study*, The Osaka Mainichi & The Tokyo Nichi Nichi, 08.01.1939. Maço temático ostensivo 73.799, AHI-BSB.

Mesmo diante desse drama, as autoridades japonesas parecem ter preferido não levar o assunto ao governo brasileiro. Até porque, contrariamente a alemães, que protestaram repetidamente e tiveram que ser forçados, por exemplo, a mudar o nome de estabelecimentos comerciais e prédios, os japoneses que continuaram no Brasil mantiveram perfil baixo e deram, espontaneamente, fachadas brasileiras a seus prédios, ainda que, por dentro, permanecessem

autenticamente japoneses.<sup>203</sup> Também porque os precedentes dos embaixadores Ritter e Lojacono recomendavam cautela. E, de resto, a relação bilateral ia bem.

Em novembro de 1939, o príncipe Takamatsu, irmão do imperador, prestigiou a inauguração do escritório da *Japan-Brazil Association*, entidade privada que promovia os laços entre os dois países, em Osaka.<sup>204</sup> Naquele mesmo mês, retornava do Japão o major Lima Figueiredo, para quem o Brasil devia "seguir as pegadas dos japoneses."<sup>205</sup> No período em que esteve no Oriente, observou tudo quanto pôde, e suas minuciosas anotações transformar-se-iam, depois, em três livros sobre o Japão.<sup>206</sup> Em uma ocasião, teria ignorado sua condição de observador neutro para combater o avanço de tropas chinesas, primeiro com seu próprio revólver e, finda a munição, com a espada de um soldado morto.<sup>207</sup> Foi condecorado pelo governo japonês,<sup>208</sup> e voltou tão impressionado com o que viu que colocou o Japão como uma de três forças ascendentes com capacidade de dominar o mundo: "há três concorrentes na luta para conquista da hegemonia mundial, procurando derrocar o imperialismo inglês: o nazismo, o comunismo e o niponismo."<sup>209</sup>

Em 1940, mais gestos diplomáticos atestavam a boa relação. Em fevereiro, num encontro que sintetizava os principais interesses em jogo, Vargas recebeu o embaixador Kuwajima, acompanhado de um industrial de algodão e um representante da companhia de navegação japonesa que assegurava a rota entre os dois países, que acabava de ser percorrida por um novo navio, o *Brasil Maru*, trazendo imigrantes.<sup>210</sup> Em maio, o Rio de Janeiro consultou a embaixada do Brasil em Tóquio sobre condecorações e foi informado que "o governo japonês condecorou até hoje setenta personalidades brasileiras, sendo cinco nos últimos cinco anos, enquanto que o governo brasileiro só condecorou doze personalidades japonesas desde o

---

<sup>203</sup> FUKUNAGA, op. cit., p. 90, 91, 113.

<sup>204</sup> *Japan-Brazil Branch*. The Japan Times & Mail, 06.11.1939, p. 4.

<sup>205</sup> FIGUEIREDO, 1941a, p. 206.

<sup>206</sup> *Ibidem*; FIGUEIREDO, José de Lima. **No Japão foi assim...** Rio de Janeiro: Editora Século XX; Idem, 1944.

<sup>207</sup> FIGUEIREDO, Eurico de Lima. Depoimento, 2013. Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2h50min. Disponível em: <[www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-biografica/eurico-de-lima-figueiredo](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-biografica/eurico-de-lima-figueiredo)>. Acesso em 17.03.2022. A se acreditar no relato de seu filho, o major Lima Figueiredo teria protagonizado um incidente diplomático gravíssimo, ao atacar tropas de um governo amigo, formalmente reconhecido e com o qual o Brasil mantinha boas relações.

<sup>208</sup> Ofício 189, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 30.09.1939. Maço temático ostensivo 59.139, AHI-BSB.

<sup>209</sup> FIGUEIREDO, 1941a, p. 99. Embora talvez não fosse óbvio como é hoje, não deixa de ser estranha a ausência dos EUA.

<sup>210</sup> VARGAS, 1995b, p. 296.

restabelecimento da ordem [do Cruzeiro do Sul, em 1932]”<sup>211</sup>. O que se seguiu foi uma verdadeira enxurrada, com nada menos que oito condecorações entre julho e setembro, incluindo o embaixador Kazue Kuwajima, a despeito de ter voltado ao Japão antes de cumprir o requisito regulamentar de permanência de dois anos no Brasil.<sup>212</sup> Vargas sabia o quanto os japoneses apreciavam condecorações (“eles dão um grande valor e significação a essas coisas”, anotaria em seu diário em 1941<sup>213</sup>), a despeito de ele próprio desdenhá-las, a se acreditar que era sincero para com o diário (“essas latas pintadas que fazem as delícias dos nossos diplomatas”, anotara em 1934<sup>214</sup>).

Nesse contexto, Tóquio limitou-se a desencorajar o retorno dos japoneses ao Império — até porque, como visto, muitas dessas viagens implicavam em infração da legislação brasileira. Assim, o consulado-geral em São Paulo pediu à comunidade “atenção com referência à reemigração para a Ásia Oriental ou volta ao Japão”, alertando que, devido às diferenças climáticas, “as autoridades adotam a orientação de não aprovar essas pessoas [que retornassem do Brasil] como emigrantes agricultores para a Manchúria” e que “nas áreas da China continental e da ilha de Hainan, há abundante mão-de-obra barata, inexistindo espaço para a entrada de outros”.<sup>215</sup>

Sintomático da relativa discrição praticada pela diplomacia japonesa foi o fato de que, na reunião de chanceleres americanos, em julho de 1940, “se denunciaban acciones de Alemania e Italia que, a través de sus representaciones diplomáticas en el continente y sus organizaciones políticas, realizaban propaganda, penetración ideológica y/o espionaje”, sem qualquer menção ao Japão.<sup>216</sup> Somente quando o fantasma da discriminação voltou a pairar, é que os diplomatas nipônicos entraram em campo.

Em abril de 1941, o decreto-lei 3.175 restringiu ainda mais a entrada de imigrantes no Brasil, ficando excetuados apenas portugueses e nacionais de repúblicas americanas ou aqueles

---

<sup>211</sup> Telegrama 2, da Secretaria de Estado para a embaixada do Brasil em Tóquio, 07.05.1940; e telegrama 6, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 08.05.1940. Maço temático ostensivo 59.144, AHI-BSB.

<sup>212</sup> Maço temático ostensivo 59.144, AHI-BSB. O decreto que estabelece o regulamento da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul dispõe: “Art. 12. Os diplomatas estrangeiros que houverem servido no Brasil por mais de dois anos e se tenham tornado merecedores do reconhecimento nacional receberão, ao partir, as insígnias e diplomas das classes que lhes corresponderem.” Decreto 22.610, 04.04.1933. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22610-4-abril-1933-558463-publicacaooriginal-79763-pe.html>>. Acesso em: 26.05.2021.

<sup>213</sup> VARGAS, 1995b, p. 390.

<sup>214</sup> Ibidem, p. 339.

<sup>215</sup> COMISSÃO, op. cit., p. 252-253.

<sup>216</sup> MORGENFELD, 2009, p. 157.

que preenchessem certas condições, como ser casado(a) com brasileiro(a), ter filho(a) nascido(a) no Brasil ou "agricultores ou técnicos rurais que encontrem ocupação na agricultura ou nas indústrias rurais ou se destinem a colonização previamente aprovada pelo Governo Federal".<sup>217</sup> Ao regulamentar o decreto-lei, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores deixou claro quais eram as populações visadas: "quando se tratar de judeus e de indivíduos não pertencentes à raça branca, a autoridade consular fará sempre menção dessa circunstância."<sup>218</sup>

Em Kobe, cerca de 400 japoneses se preparavam para emigrar para o Brasil, mas o embarque foi suspenso. No fim de maio, o embaixador Itaro Ishii, que havia sucedido a Kuwajima no final de 1940, levou o assunto a Vargas, a quem, no dia seguinte ao da publicação do decreto, havia entregue a Ordem Suprema do Crisântemo, mais alta honraria japonesa.<sup>219</sup> O presidente reverteu a decisão do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e mandou autorizar o embarque.<sup>220</sup> A decisão foi engolida, mas mal digerida: em pleno sábado, 31 de maio, o chanceler Oswaldo Aranha telefonou ao chefe da Divisão de Passaportes, João Severiano da Fonseca Hermes, e, ao transmitir-lhe a decisão de Vargas, solicitou também a elaboração de um "projeto de decreto suspendendo a imigração japonesa" (ideia que foi posteriormente abandonada).<sup>221</sup>

Vargas parecia entender que, se outrora a relação bilateral resumia-se à imigração, agora já havia outros interesses em jogo. As crescentes exportações de algodão mostravam-se particularmente valiosas à medida que a guerra fechava mercados na Europa, levando concorrentes, como os EUA, a emprenderem "um esforço considerável para aumentar suas vendas para outros países, em especial para o Japão".<sup>222</sup> E talvez já soubesse ou pressentisse que a tal "febre de regresso" significava que, em 1939 e 1940, mais japoneses haviam saído do Brasil do que entrado.<sup>223</sup> Nesse contexto, seu veto a qualquer discriminação contra o Japão terá

---

<sup>217</sup> Decreto-lei 3.175, 07.04.1941 Disponível em: <[www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3175-7-abril-1941-413194-publicacaooriginal-1-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3175-7-abril-1941-413194-publicacaooriginal-1-pe.html)>. Acesso em: 16.05.2021

<sup>218</sup> Memorando interno do Itamaraty, dirigido ao Secretário-Geral, 02.06.1941. Maço temático ostensivo 41.560, AHI-BSB.

<sup>219</sup> *A maior comenda do Japão ao presidente Getúlio Vargas*, A Noite, 09.04.1941, p. 3. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/348970\\_04/8181](http://memoria.bn.br/docreader/348970_04/8181)>. Acesso em 25.05.2021. E também VARGAS, 1995b, p. 390.

<sup>220</sup> Ofício 99, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 09.06.1941. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 19, nº 36, 1º semestre de 2020, p. 479-482. VARGAS, 1995b: p. 396-397.

<sup>221</sup> Memorando do chefe da Divisão de Passaportes, João Severiano da Fonseca Hermes, para o Secretário-Geral, 02.06.1941. Maço temático ostensivo 41.560, AHI-BSB.

<sup>222</sup> SEITENFUS, op. cit.: p. 199. Embora viesse a restringir a venda de uma série de produtos ao Japão, como combustíveis e metais, os EUA continuariam exportando algodão até as vésperas de Pearl Harbor.

<sup>223</sup> COMISSÃO, op. cit, p. 138. Anuário Estatístico do Brasil (IBGE) 1941-1945. Disponível em <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_1941\\_1945.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1941_1945.pdf)>. Acesso em 22.05.2021. Os números variam ligeiramente conforme a fonte, mas coincidem em que havia saída líquida de japoneses.

sido providencial para a manutenção das boas relações. A burocracia estatal, porém, não parecia enxergar as coisas da mesma maneira e, embora obediente às instruções superiores, nunca deixou de fazer ouvir seus sentimentos anti-nipônicos. Ilustrativo desse comportamento é um documento de maio de 1940, no qual o Conselho de Imigração e Colonização repisava antigos argumentos sobre o "perigo que apresenta essa imigração" e reiterava a necessidade de evitar "a formação de quistos nipônicos no Brasil", mas concluía, em tom resignado:

a imigração japonesa não nos convém, e só poderá ser tolerada nos limites estritos estabelecidos na quota, já que não podemos coibi-la de todo sem criar discriminações contra as quais o Governo japonês naturalmente reclamaria.<sup>224</sup>

A "passividade reticente"<sup>225</sup> dos críticos da imigração dava lugar ao que talvez se possa chamar de "reticência resignada" ou até mesmo "reticência reprimida".

#### **I.4) O Brasil como fornecedor de matérias-primas**

Com a África e boa parte da Ásia colonizadas por grandes potências (inclusive o próprio Japão), a América do Sul era uma espécie de "última fronteira" da busca por matérias-primas, nos anos 1930. Nesse contexto, "o Japão voltou-se para os países periféricos do Ocidente, especialmente aqueles onde havia significativos contingentes de imigrantes nipônicos."<sup>226</sup> Ocorre que havia um concorrente de peso.

Desde 1933, sob a presidência de Franklin Roosevelt, os EUA buscavam reconstruir sua imagem no continente americano, desgastada pelo intervencionismo desinibido que o corolário Roosevelt tornara política oficial, em 1904. O primeiro passo desse esforço diplomático foi a organização de uma conferência em Montevideu, em dezembro de 1933, a caminho da qual o secretário de Estado Cordell Hull passou pelo Brasil. O relato que o cônsul-geral do Japão em São Paulo, Iwataro Uchiyama, remeteu a Tóquio é revelador de como o Império via o país. Uchiyama registrou as declarações de Hull a respeito da capacidade do Brasil como exportador de *commodities* que também interessavam ao Japão, como café, cacau, borracha, algodão,

---

<sup>224</sup> Ofício do presidente do Conselho de Imigração e Colonização, João Carlos Muniz, ao secretário-geral do Itamaraty, Mauricio de Nabuco, 28.05.1940. Ofícios de igual teor, da Secretaria de Estado para a embaixada do Brasil em Tóquio, para o consulado-geral em Kobe e para o consulado em Yokohama, 10.12.1941. Maço temático confidencial 3.767, AHI-BSB.

<sup>225</sup> LEÃO NETO, op. cit., p. 48.

<sup>226</sup> BERTOLLI FILHO, op. cit., p. 24.

carnes e outros; mas silenciou sobre suas visitas ao Instituto Butantã, na própria capital, à fábrica da General Motors, em São Caetano, e à usina da Light, em Cubatão, deixando transparecer certo desinteresse sobre biotecnologia ou investimentos no Brasil.<sup>227</sup>

Por outro lado, havia em Tóquio vozes que preferiam apostar todas as fichas no entorno regional. O Japão, bem como a Alemanha e a Itália, haviam sofrido com a crise de 1929 e buscavam uma autossuficiência econômica<sup>228</sup>. No caso do Japão, isso inscrevia-se no projeto de "Esfera de Coprosperidade da Grande Ásia Oriental", eufemismo para um objetivo claro: "create a self-sufficient colonial empire, independent of both Soviet and Euro-American influences."<sup>229</sup> No Brasil, alguns observadores atentos já enxergavam isso. Em 1935, Oswaldo Aranha, então embaixador em Washington, escreveu a Vargas que "o Japão está procurando suprir-se na Ásia".<sup>230</sup>

A China tinha papel importantíssimo nessa ambição, como sintetizou o já citado major Lima Figueiredo, que esteve nos teatros de operações do conflito sino-japonês:

depois de solucionado o conflito ele [o Japão] terá quase todas as matérias primas essenciais e um comércio tão grande que alguém disse que bastava aumentar uma polegada em cada camisa de cada chinês, para dar trabalho a todas as fábricas de fiação do Japão<sup>231</sup>

Assim, passaram a conviver uma política de busca por espaço na América Latina, cujos principais adeptos estavam na chancelaria, e uma visão mais voltada para a Ásia, muito cara aos militares, mas que encontrava cada vez mais defensores entre os civis.

Tão logo iniciada a guerra na China, o governo instituiu controles sobre as importações, que afetaram produtos brasileiros. O café passou a ficar à mercê das sucessivas revisões da lista de importações proibidas e, entre o final de 1937 e o início de 1938, só não entrou no rol de mercadorias proibidas, como pleiteava o ministério do Comércio, graças aos esforços da

---

<sup>227</sup> Do consulado-geral do Japão em São Paulo para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Tóquio, 01.12.1933. JACAR B02030867800, p. 232-234. *Passou por São Paulo o sr. Cordell Hull, secretário de Estado norte-americano*, Folha da Manhã, 26.11.1933, p. 24.

<sup>228</sup> MOURA, 2012, p. 35.

<sup>229</sup> KOSHIRO, op. cit., p. 437. O mesmo objetivo é colocado em outras palavras por outro autor: "create a self-supporting zone of a size comparable to other world powers'." (KITAOKA, Shinichi. *Diplomacy and the Military in Showa Japan*. **Daedalus**, vol. 119, no. 3, 1990, pp. 155-176, p. 168. Disponível em: <[www.jstor.org/stable/20025322](http://www.jstor.org/stable/20025322)>. Acesso em: 17.03.2022).

<sup>230</sup> Carta de Aranha a Vargas, 18.06.1935. GV c 1935.06.02. Disponível em: <[www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/5930](http://www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/5930)>. Acesso em: 17.03.2022.

<sup>231</sup> FIGUEIREDO, 1941a, p. 101. Além de revelador sobre a importância atribuída ao mercado chinês, o relato deixa clara a já mencionada relevância da indústria têxtil japonesa.

chancelaria.<sup>232</sup> Mesmo autorizada, a importação do grão esbarrava em uma série de entraves burocráticos, como licenças de importação cada vez mais difíceis de serem obtidas. E, quando a venda ocorria, a dificuldade era remeter o dinheiro ao exterior. Em junho de 1938, quando o representante do café brasileiro no Japão e um diplomata da embaixada do Brasil levaram o assunto à chancelaria, ouviram que “o Japão considera o café como gênero dispensável na emergência atual”, razão pela qual “não será assim permitido para o café qualquer remessa cambial, por mínima que seja, na conjuntura presente”, até porque a haveria “péssimos efeitos de ordem moral para uma decisão diversa, diante da opinião pública, sempre vigilante, e a quem se pedem numerosos sacrifícios.”<sup>233</sup> A situação era tal que, em novembro, ao propor a compra de um imóvel para sediar a representação diplomática brasileira, o embaixador Pedro Leão Velloso sugeriu que “o dinheiro nos poderia ser adiantado pelo Escritório de Propaganda do Café, que dispõe de avultadas quantias congeladas.”<sup>234</sup>

À medida que o conflito se prolongava, a importação de café e outros bens não essenciais se tornava mais difícil. Em 1940, quando já faltavam produtos como açúcar e palito de fósforo em Tóquio,<sup>235</sup> bares e restaurantes buscavam manter as aparências — e os lucros — moendo caroços de frutas e sementes de flores junto com os grãos de café.<sup>236</sup>

Para o comércio de algodão, por outro lado, o prolongamento do conflito era puro combustível. Apesar dos esforços incessantes, o cultivo de algodão na Manchúria e na China já era difícil tecnicamente antes da guerra.<sup>237</sup> Agora, faltavam braços, capital e terras. Nesse contexto, restava ao Japão importar cada vez mais algodão do Brasil, de quem se tornou o principal comprador entre 1939 e 1940.<sup>238</sup> A guerra na China, somada às dificuldades que o

---

<sup>232</sup> Telegrama 3, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 18.01.1938. Maço 46-5-8, AHI-RJ. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 18, nº 35, 2º semestre de 2019, p. 540.

<sup>233</sup> Ofício 140, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 30.06.1938. Maço 46-2-5, AHI-RJ. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 18, nº 35, 2º semestre de 2019, p. 576-577.

<sup>234</sup> Ofício da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 17.11.1938. Maço temático secreto 3.767, AHI-BSB.

<sup>235</sup> Diário do ministro suíço em Tóquio, Camille Gorgé. p. 33. Disponível em: <[dodis.ch/50633](http://dodis.ch/50633)>. Acesso em: 02.06.2021.

<sup>236</sup> MIRANDA, op. cit., p. 81, 150 e 253.

<sup>237</sup> BAHIANA, op. cit., p. 144.

<sup>238</sup> Anuário Estatístico do IBGE 1939-1940. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_1939\\_1940.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1939_1940.pdf)>. Anuário Estatístico do IBGE 1941-1945. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_1941\\_1945.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1941_1945.pdf)>. Acesso em 11.05.2021. Fontes distintas apontam datas diferentes para quando o Japão se tornou o primeiro comprador de algodão brasileiro, possivelmente em função de como entravam nas estatísticas os territórios chineses ocupados pelo Japão (vide, por exemplo, Intercâmbio Nipo-Brasileiro, nov. 1941, p. 15. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/352098/1>>. Acesso em 25.05.2021), de todo modo, todas coincidem na tendência geral de aumento dos volumes comercializados.

conflito na Europa impôs à navegação mundial, contribuíram, ademais, para fazer do Japão o principal importador de outros produtos brasileiros, como cristais de rocha, mica e diamantes carbonados, em 1940.<sup>239</sup>

Outro efeito do prolongamento da guerra na China foi a dificuldade para as exportações japonesas. Produtos que conquistariam os mercados mundiais como sinônimos de qualidade depois da guerra, tais quais os automóveis Nissan e Toyota, já eram realidade no Império,<sup>240</sup> mas o esforço de guerra canalizava os recursos industriais para as tropas. O próprio embaixador Kuwajima recebeu de diversas autoridades brasileiras, civis e militares, "encomendas num valor total de 150 milhões de yens, as quais, infelizmente, não puderam ser atendidas pelo Japão."<sup>241</sup> E, em artigo no qual louvava a qualidade da indústria japonesa, um de seus assessores também reconheceu que "enquanto perdurar o incidente atual no Extremo Oriente, porém, é pouca a possibilidade de exportação dos produtos dessas indústrias."<sup>242</sup>

O resultado eram déficits comerciais crescentes para o Japão, que até 1935 acumulara superávits (embora insignificantes, pois o comércio bilateral era muito reduzido até então). Como colocou o presidente da Câmara de Comércio Nipo-Brasileira, Orlando Soares de Carvalho, o Brasil "vendia 4 e importava 1." Nesse contexto, mesmo um empresário do ramo do algodão, que se beneficiava da tendência, avaliou que "era natural que aparecessem opiniões reclamando a necessidade da correção dessa tendência parcial!"<sup>243</sup> E, de fato, surgiam críticas ao desequilíbrio no comércio, que drenava as escassas reservas japonesas, de modo que a embaixada do Brasil em Tóquio sentiu a necessidade de

revidar o eterno e decantado chavão da 'balança comercial desfavorável ao Japão', acentuando não haver má vontade, nem discriminação no Brasil contra os japoneses e ser a situação da balança comercial, nos últimos quatro anos, apenas, explicável pela impossibilidade em que se encontra este país de atender a encomendas de certo valor, em particular produtos metalúrgicos e navios mercantes, enquanto durar o conflito sino-japonês (nos 23 anos anteriores, fora muito considerável o déficit contra o Brasil).<sup>244</sup>

---

<sup>239</sup> Intercâmbio Nipo-Brasileiro, nov. 1941, p. 4, 16-18. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/352098/1>>. Acesso em 25.05.2021.

<sup>240</sup> *Automóveis Japoneses*, Intercâmbio Nipo-brasileiro, nov. 1941, p. 22. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/352098/24>>. Acesso em: 2 jun. 2021.

<sup>241</sup> Ofício 43, da embaixada em Tóquio para a Secretaria de Estado, 11.03.1941. Maço temático ostensivo 46.081, AHI-BSB. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 19, nº 36, 1º semestre de 2020, p. 445-450.

<sup>242</sup> Intercâmbio Nipo-Brasileiro, nov. 1941, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/352098/6>>. Acesso em 02.06.2021.

<sup>243</sup> *Ibidem*, p. 10 e 16.

<sup>244</sup> Ofício 43, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 11.03.1941. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 19, nº 36, 1º semestre de 2020, p. 445-446.

Os pagamentos atrasavam, e os embarques de algodão brasileiro para o Japão chegaram a cair de 1939 para 1940,<sup>245</sup> em meio a racionamento de roupas<sup>246</sup> e utilização crescente de fibras sintéticas.<sup>247</sup> Sem alternativa viável, porém, o Japão continuava voltando-se para bens exportados pelo Brasil, muitos dos quais escapavam às restrições à importação por serem produzidos por japoneses.<sup>248</sup> A valorização do fruto do trabalho dos compatriotas talvez fosse uma forma de a ala moderada do governo japonês (cada vez mais marginalizada) tentar sensibilizar os elementos mais radicais quanto a importância dessas importações. O governo, com efeito, estava dividido, e, enquanto muitos dos militares insistiam em apostar numa vitória na China, "the Japanese Ministry of Foreign Affairs (hereafter Gaimusho) strengthened its political and strategic presence in South America in order to protect its diplomatic and commercial interests."<sup>249</sup>

O resultado é que, no primeiro semestre de 1941, os embarques de algodão brasileiro para o Japão praticamente dobraram em relação ao mesmo período do ano anterior.<sup>250</sup> Ao mesmo tempo, Tóquio procurou o Rio de Janeiro para tentar iniciar a importação de outros produtos, como arroz e sal.<sup>251</sup> De modo que a tendência parecia ser um aumento exponencial das exportações brasileiras.

Os EUA, porém, tinham outros planos. Em maio de 1941, um acordo bilateral passou a destinar toda a produção de alguns produtos estratégicos brasileiros para os EUA, cujo governo, em contrapartida, se comprometia a comprar eventuais excedentes que a iniciativa privada não

---

<sup>245</sup> SEITENFUS, op. cit., p. 198. Ofício 26, do consulado-geral do Brasil em Kobe para a Secretaria de Estado, 28.02.1941. Maço temático ostensivo 45.390, AHI-BSB.

<sup>246</sup> Maço temático ostensivo 78.490, AHI-BSB.

<sup>247</sup> MIRANDA, op. cit., p. 150.

<sup>248</sup> Ofício do consulado-geral do Brasil em Kobe para a Secretaria de Estado, 29.04.1940. Maço temático ostensivo 66.794, AHI-BSB. Ofício 61, do consulado-geral do Brasil em Kobe para a Secretaria de Estado, 25.06.1941. Maço temático ostensivo 78.490, AHI-BSB.

<sup>249</sup> ICAOBELLI, Pedro. Japan's Intelligence Network in Chile During the Second World War. **Journal of Contemporary History**. 2021; 56(1):77-95. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0022009419884631>>. Acesso em 28.05.2021, p. 82. A chancelaria japonesa é internacionalmente conhecida pela romanização de seu nome em japonês, "Gaimusho".

<sup>250</sup> Intercâmbio Nipo-Brasileiro, nov. 1941, p. 15. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/352098/17>>. Acesso em 25.05.2021.

<sup>251</sup> Maço temático ostensivo 66.101, AHI-BSB. *Japan Negotiating To Buy Brazil Rice*, Shin Sekai Asahi Shinbun, 04.01.1941, p. 1. Disponível em: <<https://hojishinbun.hoover.org/en/newspapers/nws19410104-01.1.7>>. Acesso em 25.05.2021.

adquirisse. O objetivo do acordo era "fechar as portas destas fontes [de materiais estratégicos] ao Eixo", mais do que garantir o abastecimento dos EUA.<sup>252</sup>

A escassez de matérias primas no Japão já era gritante e levava o governo a "exigir do povo que aceite de bom grado as provações presentes, cada dia agravadas pelo desdobramento draconiano do controle do Estado sobre o indivíduo."<sup>253</sup> Recolhia-se todo o ferro disponível para uso na indústria pesada, inclusive "grades de jardins públicos, placas comemorativas, e mesmo, ao que consta, as correntes de bronze que adornam o soberbo edifício da Dieta Imperial."<sup>254</sup> Até troféus de torneios de golfe eram requisitados e "melted up for the good of the nation."<sup>255</sup> E, embora já se aproximasse o verão, um alto funcionário da chancelaria japonesa pedia a um diplomata estrangeiro que levasse carvão vegetal do interior para Tóquio, de modo a escapar às restrições à circulação entre províncias do precioso bem.<sup>256</sup>

Nesse contexto, o acordo Brasil-EUA foi um golpe duríssimo, e, ao receberem informações de que os embarques não estavam acontecendo no Brasil, os importadores foram bater à porta do consulado-geral do Brasil em Kobe.<sup>257</sup> No Rio de Janeiro, o embaixador Ishii procurou Aranha para pedir que fossem liberadas, ao menos, as transações que já estavam contratadas e, se possível, negociadas quotas para exportações futuras. Mas o chanceler brasileiro respondeu que qualquer medida nesse sentido violaria o acordo com os EUA.<sup>258</sup>

Sem que o Japão soubesse, os EUA estavam negociando acordos similares com outros países e, agravando ainda mais a situação, determinaram o fechamento do canal do Panamá a navios japoneses, em julho de 1941.<sup>259</sup> No mesmo mês, concluíram acordo de exclusividade

---

<sup>252</sup> MOURA, Gerson. **Relações Exteriores do Brasil 1939-1950: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p. 101.

<sup>253</sup> Ofício 26, do consulado-geral do Brasil em Kobe para a Secretaria de Estado, 28.02.1941. Maço temático ostensivo 45.398, AHI-BSB.

<sup>254</sup> Ofício 13, do consulado do Brasil em Yokohama para a Secretaria de Estado, 08.04.1941. Maço temático ostensivo 45.439, AHI-BSB.

<sup>255</sup> GREW, op. cit., loc. 5833.

<sup>256</sup> Diário do ministro suíço em Tóquio, Camille Gorgé, p. 16. Disponível em: <dodis.ch/50633>. Acesso em: 02.06.2021.

<sup>257</sup> Maço temático ostensivo 64.576, AHI-BSB.

<sup>258</sup> Carta do embaixador do Japão no Brasil (24.06.1941) e resposta do chanceler Oswaldo Aranha (02.08.1941). Maço temático ostensivo 64.591, AHI-BSB.

<sup>259</sup> *Não mais virão à América os navios japoneses*. Correio Paulistano, 25.07.1941, p. 5. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/090972\\_09/7340](http://memoria.bn.br/docreader/090972_09/7340)>. Acesso em 25.05.2021. O *Buenos Aires Maru*, que levava ao Brasil os imigrantes que haviam partido de Kobe graças à decisão de Vargas, contrária ao parecer do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, já estava no Pacífico quando recebeu a notícia e teve que navegar pelo estreito de Magalhães. Transportou a última leva de imigrantes antes da guerra.

com o México.<sup>260</sup> Até mesmo a Argentina fechava suas portas, como o Japão perceberia em setembro, ao não conseguir embarcar carregamento de tungstênio de Buenos Aires.<sup>261</sup>

O Japão ainda tentou reagir. Em julho, enviou uma missão de deputados a diversas cidades, em sua maioria portuárias, nos EUA, México, Panamá, Colômbia, Peru, Chile, Argentina e Brasil.<sup>262</sup> E despachou ao Brasil e à Argentina uma exposição de máquinas a bordo do *Montevideu Maru*, organizada por associações empresariais.<sup>263</sup> Essa e outras exposições ilustravam o "grande esforço que está fazendo o Japão em prol da regularização de seu comércio exterior."<sup>264</sup> Com efeito, em setembro, a embaixada do Japão procurou o Itamaraty para informar que queria restabelecer uma rota de navegação regular entre os dois países, mas o governo brasileiro alegou que não tinha como garantir o combustível necessário para o reabastecimento dos navios no Rio de Janeiro.<sup>265</sup>

Era tarde demais. A guerra na China havia tornado o Japão dependente do Brasil e de outros países da América Latina, mas os EUA estavam fechando esses mercados. A guerra na Europa vinha favorecendo aproximação entre Washington e o resto do continente, segundo avaliação dos próprios japoneses.<sup>266</sup> Restavam a Tóquio tentar manter alguma presença na região e lutar para que as últimas portas comerciais não se fechassem. Sem o poderio econômico de Washington, empregaria ferramentas de baixo custo, como a propaganda.

---

<sup>260</sup> Ofício 238, de 10 out. 1941, da embaixada do Brasil no México para a Secretaria de Estado, 10.10.1941. Maço temático ostensivo 62.258, AHI-BSB.

<sup>261</sup> FROM: Buenos Aires (Tomii) TO: Tokyo, 25.10.1941. Disponível em: <[www.ibiblio.org/pha/magic/vol-4-app.html](http://www.ibiblio.org/pha/magic/vol-4-app.html)>. Acesso em 11.06.2021. Embora contrário ao projeto pan-americanista dos EUA, o governo argentino, pragmático, buscava uma aproximação discreta com Washington (DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. Paraguai, Uruguai, a II Guerra Mundial e o reequilíbrio de forças no Rio de Prata. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)**, Rio de Janeiro, a. 181(483): p. 269-302, mai./ago. 2020, p.290).

<sup>262</sup> IACOBELLI, Pedro; CAMINO, Nicolás. Diplomacia pública japonesa en la prensa chilena durante la Segunda Guerra Mundial. **Cuadernos de Historia**, n. 49, p. 73-97, dezembro 2018. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.4067/S0719-12432018000200073>>. Acesso em: 22.06.2020, p. 84-85

<sup>263</sup> *Exposição flutuante de máquinas modernas japonesas*, Correio Paulistano, 10.07.1941, p. 3. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/090972\\_09/7138](http://memoria.bn.br/docreader/090972_09/7138)>. Acesso em 25.05.2021.

<sup>264</sup> Ofício 23, do consulado do Brasil em Yokohama para a Secretaria de Estado. 08.06.1941. Maço temático ostensivo 45.439, AHI-BSB.

<sup>265</sup> Maço temático ostensivo 72.434, AHI-BSB.

<sup>266</sup> Japan Center for Asian Historical Records (JACAR), documento B02032914900, p. 2.

## I.5) A propaganda japonesa

A despeito da euforia inicial com que Tóquio recebeu a instalação do Estado Novo, a embaixada no Rio de Janeiro estava atenta à crescente influência dos EUA no Brasil. Quando Oswaldo Aranha tornou-se chanceler, em março de 1938, o embaixador Sawada percebeu o que aquilo poderia representar.<sup>267</sup> Registrou o discurso que o novo chanceler dirigiu aos EUA por rádio<sup>268</sup> e remeteu a Tóquio avaliações que desencorajavam o otimismo exagerado que havia feito com que se cogitasse a entrada do Brasil no pacto anticomintern. Em agosto, recomendou "atenção e cautela" às palavras de Accioly, ao relatar uma palestra intitulada "O reconhecimento da Independência do Brasil e o Monroísmo" que o secretário-geral proferiu no recém-criado Instituto Brasil Estados-Unidos.<sup>269</sup> Em setembro, ao responder a consulta de Tóquio quanto às implicações do Estado Novo para as atividades comunistas, Sawada fez um diagnóstico ainda mais claro, em longo relatório. Reiterou a crescente aproximação entre o Rio de Janeiro e Washington, em detrimento de Berlim, sobretudo desde a primavera do hemisfério norte (que coincidia com os já citados atritos entre o embaixador alemão e o governo brasileiro, a respeito da proibição de atividades políticas por estrangeiros). Registrava, ainda, que depois da visita de navios de guerra estadunidenses (que o próprio Vargas visitou<sup>270</sup>), periódicos brasileiros emitiram avaliação segundo a qual os EUA viriam defender o litoral da América do Sul, em caso de ataque por uma potência estrangeira.<sup>271</sup>

Diante desse cenário, o Japão não ficou inerte. Mobilizado na guerra com a China, o país não tinha os meios de Itália ou Alemanha para imiscuir-se na política brasileira, nem dos EUA ou, em menor medida, do Reino Unido, para brigar por espaço econômico ou militar. Mas, como já se viu, dispunha de um precioso capital político na figura dos que admiravam seu

---

<sup>267</sup> Décadas depois, um importante historiador da época avaliaria que, "a partir de então, fica claro entre os dois homens que cada um deles se ocupará exclusivamente de uma única face da política brasileira: a externa cabe a Aranha e a interna a Vargas" (SEITENFUS, op. cit., p. 103). Tal avaliação, ao colocar o presidente e um ministro em pé de igualdade, talvez seja exagerada, ou pelo menos momentânea, e outros trabalhos relativizam o poder de Aranha, mas não negam sua grande influência (ver, por exemplo: ALVES, op. cit., p. 94).

<sup>268</sup> O discurso foi transcrito em quase todos os principais jornais de então. Vide, por exemplo, *Brasil-Estados Unidos: a saudação do sr. ministro Oswaldo Aranha ao povo norteamericano*, Jornal do Comércio, 25.03.1938, p. 3. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_12/53399](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/53399)>. Acesso em 31.05.2021.

<sup>269</sup> JACAR B02030867800, p. 243-246 e 268-269. Difícil saber o quanto Sawada conhecia das opiniões de Accioly a respeito da imigração japonesa, que não eram públicas (como se viu anteriormente), mas, de todo modo, seu alerta era certo.

<sup>270</sup> *O Presidente da República a bordo do "Enterprise"*, O Imparcial, 04.09.1938, p. 1. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/107670\\_03/14236](http://memoria.bn.br/DocReader/107670_03/14236)>. Acesso em 25.05.2021.

<sup>271</sup> JACAR B02030867800, p. 270-272.

progresso. E tratou de colocá-lo a seu serviço. Até porque, em setembro de 1938, a embaixada no Rio de Janeiro informou Tóquio que, em Washington, o Departamento de Estado estaria cogitando a criação de um departamento para projetos culturais da América do Sul, em meio ao crescente intercâmbio Brasil-EUA de jornalistas e empresários da comunicação.<sup>272</sup>

Tóquio acabava de consolidar sua rede de relacionamentos com todas as nações americanas, ao estabelecer relações diplomáticas com a Venezuela, em agosto.<sup>273</sup> E contava com um Escritório para Assuntos Culturais na chancelaria, além da "Sociedade para o desenvolvimento das relações culturais internacionais, magnificamente instalada".<sup>274</sup> Passou então a instrumentalizar cada vez mais os contatos acadêmicos e culturais. O embaixador Leão Velloso avaliara positivamente a ida dos primeiros intercambistas brasileiros ao Japão, mas no início de 1939, foi nomeado embaixador na Itália,<sup>275</sup> e seu sucessor em Tóquio, o embaixador Frederico de Castello Branco Clark, não compartilhava da mesma visão. Depois de constatar — como já haviam feito outros brasileiros<sup>276</sup> — que as missões seguiam roteiros muito similares, concluiu que os japoneses convidavam excursões com o objetivo de "proporcionar-lhes, num programa invariável, oportunidade de verem aquilo que é considerado digno de simpática repercussão no exterior."<sup>277</sup> Na mesma linha, o encarregado do consulado-geral em Kobe, Aluísio de Magalhães, avaliava que "tais visitas fazem parte do plano japonês do conquistar amigos que, de regresso a suas pátrias, e mercê da generosa hospitalidade recebida, venham a constituir verdadeiras brigadas de propaganda", razão pela qual sugeria que "a aceitação dos convites dessa natureza estivesse sujeita à aprovação do governo brasileiro, a fim dos interesses imediatos particulares não se poderem sobrepor às conveniências gerais do país."<sup>278</sup>

---

<sup>272</sup> Ibidem, p. 270-272. Possivelmente, se referiam ao Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations between the American Republics, criado em 1940 e, mais tarde, transformado no Office for Inter-American Affairs, que foi chefiado por Nelson Rockefeller, até 1944, quando assumiu o cargo de Subsecretário de Estado para Assuntos das Repúblicas Americanas.

<sup>273</sup> ROMERO HOSHINO, Isami. ¿Reencuentro fortuito? Japón, América Latina y la ocupación. **ISTOR: Revista de Historia Internacional**, vol. 51, 2012, pp. 59-90, p. 64.

<sup>274</sup> Ofício 227, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 06.12.1939. Maço temático ostensivo 57.359, AHI-BSB.

<sup>275</sup> Carta de Pedro Leão Veloso a Getúlio Vargas, 24.01.1939. GV c 1939.01.24. Disponível em: <[www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/11183](http://www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/11183)>. Acesso em: 31.05.2021.

<sup>276</sup> BERTOLLI FILHO, op. cit., p. 26.

<sup>277</sup> Ofício 206, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 31.10.1939. Maço temático ostensivo 57.359, AHI-BSB.

<sup>278</sup> Ofício 59, do consulado-geral em Kobe para a Secretaria de Estado, 17.05.1940. Maço temático ostensivo 57.359, AHI-BSB.

De fato, as missões se repetiam, inclusive em visitas às mais altas autoridades do Manchukuo, que o Brasil não reconhecia.<sup>279</sup> De modo que a avaliação sobre os objetivos japoneses transcendia os meios oficiais. Em 1933, um brasileiro que se fez guiar por um amigo japonês conheceu com ele "muitos fatos e muitos lugares que jamais teríamos descoberto, se houéssemos contado apenas com os cicerones oficiais postos à nossa disposição pelo Gaimusho."<sup>280</sup> E, em 1940, um brasileiro que resolveu estender, por conta própria, sua permanência no Japão ao final de uma excursão com outros compatriotas viu várias portas se fecharem e concluiu que "os ocidentais e, principalmente, um sul-americano, não devem permanecer muito tempo no Japão, porque podem ficar sabendo *até* (o grifo é meu) o que houver de ruim no país..." Assim, os estrangeiros eram "convidados" a regressar a seu país de origem, tão logo terminassem as atividades previstas no intercâmbio, sob pena de perderem a passagem que lhes pagava o governo japonês.<sup>281</sup>

Nesse contexto, ao constatar que "os japoneses são sôfregos por pactos culturais com várias nações", inclusive o Brasil, o embaixador Clark questionou a real intenção por trás disso:

Não seria muito exagerada, diante do narrado, a dúvida de que o Japão atribua real mérito intrínseco a pactos culturais. De formação mental tão diferente da dos ocidentais, talvez pretendam os japoneses, sob a capa de intercâmbio intelectual, mostrar que desfrutam de prestígio internacional.<sup>282</sup>

Essa avaliação não impediu que fosse celebrado, em setembro de 1940, o acordo cultural Brasil-Japão.<sup>283</sup> Na cerimônia de assinatura, contudo, os discursos foram reveladores: em tom grandiloquente, o embaixador Kuwajima falou em "nova etapa nos anais de nossas relações" e manifestou a expectativa de que os dois países "trabalhem pela causa comum do progresso, da amizade e da paz", ao passo que Aranha, sóbrio, disse que "não nos anima nem ao Japão nem ao Brasil nesse ato nenhum fim propriamente político, mas unicamente o de aproximar nossos

---

<sup>279</sup> FIGUEIREDO, 1944: p. 313. Maço temático ostensivo 57.359, AHI-BSB. O mesmo tipo de visita era organizado também para jornalistas de vários países sulamericanos (IACOBELLI, 2021, p. 82 e FROM: Tokyo (Togo) TO: Panama, 02.12.1941, disponível em: <[www.ibiblio.org/pha/magic/vol-4-app.html](http://www.ibiblio.org/pha/magic/vol-4-app.html)>, acesso em: 09.06.2021).

<sup>280</sup> BAHIANA, op. cit., p. 28.

<sup>281</sup> MIRANDA, op. cit., p. 162-164.

<sup>282</sup> Ofício 227, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 06.12.1939. Maço temático ostensivo 57.359, AHI-BSB.

<sup>283</sup> Convênio de Intercâmbio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e o Império do Japão, 23.09.1940. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/604>>. Na mesma ocasião também foi assinado o Acordo sobre Assistência Judiciária, disponível em <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/603>>. Acesso em 16.03.2022.

povos pela cultura, pela ciência, pelas artes, enfim, pelo mútuo conhecimento de suas conquistas intelectuais e espirituais".<sup>284</sup>

Em Tóquio, porém, havia cada vez menos espaço para a sobriedade. Os militares ocupavam espaço crescente na política, e o papel da chancelaria vinha sendo gradualmente erodido desde 1938, quando fora criada uma agência especificamente voltada para os assuntos do que era o principal item da política externa do país: a China.<sup>285</sup> Em 1940, o departamento de inteligência do Gaimusho foi extinto e suas funções, transferidas para uma agência governamental recém criada, “numa manobra para controlar as missões diplomáticas.”<sup>286</sup> E, antes que seu papel fosse ainda mais reduzido, com a criação do ministério da Grande Ásia Oriental (1942), a chancelaria foi sendo alinhada à mentalidade belicosa, cada vez mais dominante.

Em julho de 1940, foi nomeado chanceler Yosuke Matsuoka, que, em 1933, anunciara a espalhafatosa saída de seu país da Liga das Nações. Segundo um diplomata estrangeiro, Matsuoka era um "fanático", "l'homme à sauter tous les Rubicons qu'on voudra."<sup>287</sup> Logo que assumiu o cargo, escolheu "homens de mentalidade afinada pelos verdadeiros sentimentos do país" para substituir 40 diplomatas tidos como demasiado próximos das ideias ocidentais.<sup>288</sup> Os longos períodos no exterior e o apreço pelo diálogo, visto como fraqueza, já eram motivos de críticas aos diplomatas desde os anos 1930,<sup>289</sup> de modo que tanto a opinião pública quanto a imprensa aprovaram as novas nomeações: "plus servile que jamais, la presse a bruyamment applaudi au massacre des innocents."<sup>290</sup>

O “ciclone Matsuoka”, como as substituições ficaram conhecidas, não poupou um único chefe de missão nas Américas,<sup>291</sup> e o embaixador Kuwajima teve que deixar o Brasil, embora

---

<sup>284</sup> Foi assinado o convênio cultural brasileiro-nipônico, Brasil Asahi, 25.09.1940, p. 1. Disponível em: <[hojishinbun.hoover.org/en/newspapers/bra19400925-01.1.4](http://hojishinbun.hoover.org/en/newspapers/bra19400925-01.1.4)>. Acesso em 24.05.2021.

<sup>285</sup> Japan's Wartime and Postwar Periods Recorded. Disponível em: <[www.jacar.go.jp/english/glossary\\_en/tochikiko-henten/column/column2.html](http://www.jacar.go.jp/english/glossary_en/tochikiko-henten/column/column2.html)>. Acesso em 25.05.2021.

<sup>286</sup> MORISHIMA, Morito. **Pearl Harbor, Lisboa, Tóquio – memórias de um diplomata**. Lisboa: Ad Literam, 2017, p. 60.

<sup>287</sup> Diário do ministro suíço em Tóquio, Camille Gorgé. p. 42. Disponível em: <[dodis.ch/50633](http://dodis.ch/50633)>. Acesso em: 02.06.2021.

<sup>288</sup> Ofício 112, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 31.08.1940. Maço 46-2-8, AHI-RJ. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 19, nº 36, 1º semestre de 2020, p. 411-417.

<sup>289</sup> RODAO, Florentino. Japan and the Axis, 1937-8: Recognition of the Franco Regime and Manchukuo. **Journal of Contemporary History**, vol. 44, no. 3, 2009, pp. 431-447. Disponível em <[www.jstor.org/stable/40543042](http://www.jstor.org/stable/40543042)>. Acesso em 16.03.2022, p. 434.

<sup>290</sup> Diário do ministro suíço em Tóquio, Camille Gorgé, p. 48. Disponível em: <[dodis.ch/50633](http://dodis.ch/50633)>. Acesso em: 02.06.2021.

<sup>291</sup> MORISHIMA, op. cit., p. 56.

estivesse no cargo havia apenas um ano e meio. Voltou para Tóquio no mesmo navio em que retornavam também os ex-representantes no Peru e na Argentina, todos "carrying encouraging reports of pro-Nippons sentiment among the South American republics", segundo a imprensa.<sup>292</sup> Percebendo que os tempos eram outros, Kuwajima esqueceu a discrição com que atuara no Brasil e passou a dar entrevistas e escrever artigos para a imprensa. Asseverou que o acordo cultural nascera do desejo de Aranha, que queria "a introdução da cultura japonesa, a fim de elevar mais a cultura espiritual do povo brasileiro";<sup>293</sup> criticou o material militar comprado pelo Brasil junto aos EUA, que, "no incerto momento atual, tudo fazem para captar a simpatia brasileira"; e apostou "que o pan-americanismo soçobriria com a entrada dos Estados Unidos na guerra."<sup>294</sup> As declarações de Kuwajima deram a volta ao mundo e foram reproduzidas pelo jornal paraguaio *La Tribuna*, "órgão oficioso do nazismo" no país,<sup>295</sup> além de indignarem o advogado paulista Mário Botelho de Miranda, que estava no Japão e resolveu, por iniciativa própria e sem qualquer contato com a embaixada, escrever a um jornal para contrapor seus argumentos.<sup>296</sup>

A essa altura, a imprensa japonesa já não tinha mais qualquer independência.<sup>297</sup> Até mesmo os jornais em idioma inglês que haviam sido criados por estrangeiros já estavam nas mãos de empresas japonesas; e o maior e mais tradicional deles, o *Japan Times*, tinha se tornado porta-voz oficioso do governo.<sup>298</sup> Nesse sentido, constituíam verdadeiros instrumentos de propaganda, pródigos em inflar números e fatos que pudessem fazer aumentar o prestígio e influência do Japão nas Américas. Superestimavam a colônia nas Américas, garantindo que "as mais ricas regiões da borracha do Brasil, do Peru e da Bolívia estão em mãos de japoneses ou sob seu predomínio", e que, no Brasil, "são a parte mais dinâmica da população". Diante dessa

---

<sup>292</sup> *Hokoku Maru back from world trip; Trio of Nippon envoys return home*, The Osaka Mainichi & The Tokyo Nichi Nichi, 03.11.1940. Maço temático ostensivo 46.081, AHI-BSB.

<sup>293</sup> Ofício 152, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 23.11.1940. Maço temático ostensivo 46.081.

<sup>294</sup> Ofício 146, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 06.11.1940. Maço temático ostensivo 46.081, AHI-BSB.

<sup>295</sup> Ofício 218, da legação do Brasil em Assunção para a Secretaria de Estado, 04.11.1940. Maço temático ostensivo 68.293, AHI-BSB.

<sup>296</sup> Ofício 147, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 12.11.1940. Maço temático ostensivo 46.081.

<sup>297</sup> BAHIANA, op. cit., p. 251. FIGUEIREDO, 1944: p. 89.

<sup>298</sup> IACOBELLI DELPIANO, Pedro. La "neutralidad" chilena en la Segunda Guerra Mundial (1939-1943): Un análisis historiográfico con énfasis en la literatura sobre las relaciones Chile-Japón. **Revista de Historia y Geografía**. n. 34, p. 95-018, 13.09.2016, p. 103. Disponível em: <<https://doi.org/10.29344/07194145.34.356>>. Acesso em: 03.03.2021. Figueiredo, 1944, p. 91. Diário do ministro suíço em Tóquio, Camille Gorgé, p. 92. Disponível em: <[dodis.ch/50633](https://dodis.ch/50633)>. Acesso em 02.06.2021. Em função de fusões e aquisições nessa época, o *Japan Times* também se chamou *The Japan Times and Mail*, *The Japan Times & Advertiser* e *Nippon Times*.

situação, o embaixador Clark não deixou de registrar o que considerava "má-fé, pela crassa ignorância das estatísticas, da realidade das coisas, do desenvolvimento, admirável e consciente, do nosso país."<sup>299</sup>

O aparato de propaganda era total. A polícia reprimia qualquer comportamento considerado inadequado, incluindo "dangerous thoughts",<sup>300</sup> e, na chegada ao Japão, um dos principais focos da fiscalização de bagagens era a entrada de livros.<sup>301</sup> Em 1941, quando chegou ao Peru uma missão de instrução naval estadunidense, o *Japan Times & Advertiser* noticiou que um oficial da marinha estadunidense havia sido nomeado chefe do Estado-Maior da Armada peruana, o que foi prontamente desmentido pelo ministro do Peru no Japão.<sup>302</sup> Tudo era parte da estratégia do governo, como diagnosticou Clark: "torna-se quase uma ideia fixa, nos meios dirigentes nipônicos, a preocupação de intrigar os países da América Latina com a grande União Norte-Americana."<sup>303</sup> Com esse objetivo, todas as decisões eram instrumentalizadas. Se a já citada autorização de Vargas para que fossem admitidos os imigrantes japoneses que o ministro da Justiça havia barrado foi conseguida com discrição, em Tóquio virou motivo de alarde, sem "nenhuma expressão de agradecimento; apenas, a insinuação de um prestígio crescente do Império no Novo Mundo". E por quê?

Simplesmente, para que a opinião pública se convença da autoridade do Japão na América do Sul, malgrado a política dos Estados Unidos da América. Simplesmente, para dar a impressão de que o Império, diante da situação internacional, em nada minguiu no seu prestígio além-mar, aumentando-o, ao contrário.<sup>304</sup>

A máquina de propaganda japonesa funcionava também no exterior, comprando matérias de imprensa favoráveis.<sup>305</sup> E não se limitava a semear a discórdia com Washington, mas buscava antagonizar o Rio de Janeiro também com Buenos Aires. A Argentina abrigava o escritório de Turismo do Japão para a América do Sul — com missão de não apenas fomentar

---

<sup>299</sup> Ofício 148, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 14.11.1940. Maço temático ostensivo 46.081, AHI-BSB.

<sup>300</sup> GREW, op. cit., loc. 5829.

<sup>301</sup> MIRANDA, op. cit., p. 46

<sup>302</sup> Ofício 88, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 26.05.1941. Maço temático ostensivo 107.291, AHI-BSB.

<sup>303</sup> Ofício 43, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 11.03.1941. Maço temático ostensivo 46.081, AHI-BSB. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 19, nº 36, 1º semestre de 2020, p. 445-450.

<sup>304</sup> Ofício 99, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 09.06.1941. Maço 46-2-9. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 19, nº 36, 1º semestre de 2020, p. 479-482.

<sup>305</sup> MORISHIMA, op. cit., p. 62.

visitas, mas, de forma mais ampla, fortalecer a diplomacia pública na região<sup>306</sup> — e manteria uma neutralidade simpática ao Eixo durante quase toda a guerra, dificultando a construção da unidade continental almejada por Washington. No final de 1940, Tóquio e Buenos acordaram elevar suas respectivas legações a embaixadas.<sup>307</sup> E, em abril de 1941, depois de apresentar-se formalmente ao imperador, o primeiro embaixador argentino esteve com o embaixador Clark e, na ocasião,

confessou-me que teve de suprimir vários comentários e alusões maldosas ao Brasil e aos outros países sul-americanos, em um noticiário que lhe foi submetido por repórter de *The Japan Times and Advertiser*, o qual confidenciou que o Gaimusho, responsável pela informação, havia assegurado à redação do jornal que a Embaixada argentina, consultada a respeito, dera o seu assentimento à publicação das referidas notas.<sup>308</sup>

Outra aposta do Japão, que se revelaria igualmente útil depois de deflagrada a guerra contra os EUA, foi o Chile, de quem vinha se aproximando desde os anos 1930. Em 1940, o Império respondia por 5% do comércio exterior chileno,<sup>309</sup> e, no ano seguinte, quando chegou a Santiago o ministro plenipotenciário Kiyoshi Yamagata, mais sênior que o antecessor, um historiador avaliou tratar-se de "momento singular en la valorización de las relaciones con Japón en Chile."<sup>310</sup> Em meados de 1941, a estratégia japonesa de consolidar sua presença na América do Sul, principalmente no Chile e na Argentina, já estava clara.<sup>311</sup>

O Japão não apenas buscou explorar as diferenças entre os vizinhos, mas soube também identificar as divergências no seio do governo brasileiro. No início de 1939, quando reportou a Tóquio a preparação da viagem de Oswaldo Aranha a Washington, a chamada "Missão Aranha", o embaixador Kuwajima transmitiu informação do encarregado de negócios da Alemanha segundo a qual Vargas teria ficado incomodado com o fato de Roosevelt ter dirigido o convite diretamente a Aranha, que, por sua vez, não teria gostado da presença do presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público, Luis Simões Lopes, na delegação.<sup>312</sup> Ao reportar os resultados da missão, que haviam sido avaliados positivamente até pela imprensa

---

<sup>306</sup> IACOBELLI e CAMINO, op. cit., p. 89.

<sup>307</sup> Ofício 154, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 30.11.1940. Maço 46-2-8, AHI-RJ. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 19, nº 36, 1º semestre de 2020, p. 423-428.

<sup>308</sup> Ofício 63, da embaixada em Tóquio para a Secretaria de Estado. 08.04.1941/08.04.1941. Maço 46-2-9, AHI-RJ. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 19, nº 36, 1º semestre de 2020, p. 461-462.

<sup>309</sup> IACOBELLI, 2021, p. 82-83.

<sup>310</sup> IACOBELLI e CAMINO, op. cit., p. 85.

<sup>311</sup> IACOBELLI, 2021, p. 82-83.

<sup>312</sup> Da embaixada do Japão no Rio de Janeiro para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Tóquio, 01.02.1939. JACAR B02030867800, p. 280-281.

japonesa,<sup>313</sup> Kuwajima, mais uma vez, não deixou de enxergar as cisões internas ao regime de Vargas e ponderou que forças armadas, ministério da Fazenda e executivos de bancos brasileiros avaliavam negativamente a missão Aranha, contra quem se criava um clima de oposição dentro do governo.<sup>314</sup> No ano seguinte, em um de seus últimos relatórios antes de ser substituído pelo embaixador Ishii, informou Tóquio que o chefe do Estado-Maior do Exército, general Pedro Aurélio de Góes Monteiro, foi aos EUA a contragosto, por determinação de Vargas, pois preferia mandar seu número dois.<sup>315</sup>

Nesse contexto, os japoneses não pouparam bajulações aos que identificaram como aliados dentro do governo brasileiro. Inclusive porque a ação estadunidense parecia intensificar-se. Em um de seus primeiros telegramas, antes mesmo da apresentação formal no Itamaraty, o recém-chegado Ishii dava conta de que Vargas teria aceito convite de Roosevelt para ir aos EUA.<sup>316</sup>

Salgado Filho, que havia capitaneado a missão econômica ao Japão em 1936, foi convidado a ser membro fundador do Instituto Brasileiro de Cultura Japonesa, naquele mesmo ano,<sup>317</sup> e presidente honorário da Câmara de Comércio Nipo-Brasileira, estabelecida no ano seguinte.<sup>318</sup> O já citado major Lima Figueiredo, admirador do Japão, teve um de seus livros sobre o Império premiado pelo Instituto Brasileiro de Cultura Japonesa,<sup>319</sup> e sua influência nos meios políticos e militares terá sido grande, pois foi recebido por Vargas<sup>320</sup> e era "pessoa de confiança do general Dutra."<sup>321</sup> O próprio Dutra foi agraciado com uma espada do exército

---

<sup>313</sup> *Brazil Trade Circles Hail Hull-Aranha Note*, The Japan Times & Mail, 12.03.1939.

<sup>314</sup> Da embaixada do Japão no Rio de Janeiro para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Tóquio, 13, 14 e 17.03.1939. JACAR B02030867800, p. 286-293. Para uma avaliação menos pessimista dos resultados da conferência de Lima, ver SEITENFUS, op. cit., p. 171-174.

<sup>315</sup> Da embaixada do Japão no Rio de Janeiro para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Tóquio, 11.09.1940. JACAR B02030867800, p. 299.

<sup>316</sup> Da embaixada do Japão no Rio de Janeiro para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Tóquio, 14.11.1940. JACAR B02030867800, p. 300.

<sup>317</sup> *Homenageado o Ministro Salgado Filho*, Gazeta de Notícias, 19.03.1941 p. 16. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_07/5358](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_07/5358)>. Acesso em 25.05.2021.

<sup>318</sup> Intercâmbio Nipo-Brasileiro, nov. 1941. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/352098/2>>. Acesso em 25.05.2021.

<sup>319</sup> *Livros e Autores*, Gazeta de Notícias, 22.08.1941, p. 12. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_07/7128](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_07/7128)>. Acesso em 25.05.2021.

<sup>320</sup> VARGAS, Getúlio. **Diário, Volume II: 1937-1942**. São Paulo: Siciliano / Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995b, p. 272.

<sup>321</sup> Relatório sobre agitações no Ministério da Guerra, 13.08.1942, GV c 1942.08.13/2. Disponível em: <[www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/14439](http://www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/14439)>. Acesso em 13.05.2021. Lima Figueiredo dedicou um dos seus livros sobre o Japão a Dutra (FIGUEIREDO, 1941b.) e outro à sua esposa, Carmela Dutra (FIGUEIREDO, 1941a).

japonês, em 1938,<sup>322</sup> e, no ano seguinte, fez questão de entregar pessoalmente ao coronel Ryosuke Nakanishi, adido militar da embaixada do Japão, a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul,<sup>323</sup> condecoração que ele próprio havia proposto.<sup>324</sup> Outro ministro elogiado era Francisco Campos, da Justiça e Negócios Interiores, "adversário de Aranha desde 1931" que "exibia fortes preferências fascistas".<sup>325</sup> Seu livro "O Estado Nacional" recebeu cobertura ampla e favorável da imprensa japonesa, para quem era "extremely well written and the arguments intelligently built up in a convincing manner."<sup>326</sup>

Finalmente, e principalmente, os japoneses não descuidaram de Vargas, culminando na já citada condecoração com a Ordem Suprema do Crisântemo, cujos bastidores são especialmente reveladores. Em outubro de 1940, quando foi informado da intenção do imperador de conferir essa insígnia, o embaixador Clark desconfiou que o que os japoneses realmente queriam era receber de volta outra condecoração: "o Japão, no momento em que as suas relações com os Estados Unidos da América estão tensas como nunca, deseja fazer demonstrações de amizade íntima com o Brasil, visando uma homenagem do mesmo gênero ao Imperador."<sup>327</sup> Quando o novo cônsul em Curitiba partiu para o Brasil, em fevereiro de 1941, levando tanto o instrumento de ratificação do acordo cultural, quanto as insígnias destinadas a Vargas, Clark foi veemente:

Essa coincidência de circunstâncias é muito reveladora da candura da mentalidade japonesa, elementar, primitiva e direta na prossecução dos seus fins, quando se trata de realçar o prestígio do Império Japonês, melindre-se embora a sensibilidade alheia, constranja-se a delicadeza de sentimentos dos outros, atente-se contra a elegância na conduta diplomática, derrogue-se o tato no manéio dos negócios internacionais.<sup>328</sup>

---

<sup>322</sup> Discurso de Eurico Dutra pela oferta de uma espada feita pelo Exército Japonês, 25.07.1938. ED vp 1936.12.15. Disponível em: <[https://www.docvirt.com/docreader.net/ARQ\\_ED\\_VP/1541](https://www.docvirt.com/docreader.net/ARQ_ED_VP/1541)>. Acesso em 07.05.2021.

<sup>323</sup> Ofício da Secretaria de Estado para a embaixada do Brasil em Tóquio, 03.11.1939. Maço temático ostensivo 59.144, AHI-BSB.

<sup>324</sup> Aviso 510, do Ministro da Guerra para o Ministro das Relações Exteriores, 15.08.1939. Maço temático ostensivo 59.144, AHI-BSB.

<sup>325</sup> HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha: Uma biografia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994, p. 265

<sup>326</sup> *Brazil Leader for Dictatorships*, The Japan Chronicle, 20.11.1940. Maço temático ostensivo 46.081, AHI-BSB. Ironicamente, Campos é apontado por alguns autores como um dos responsáveis pelo "discurso racista específico contra os imigrantes japoneses — diferente de alemães e italianos", do Estado Novo (CYTRYNOWICZ, op. cit., p. 150).

<sup>327</sup> Telegrama 29 (14.10.1940) e ofício 137 (16.10.1940), da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado. Maço temático ostensivo 59.138, AHI-BSB.

<sup>328</sup> Telegrama da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 12.02.1941. Maço temático ostensivo 59.138, AHI-BSB.

Como não poderia deixar de ser, a imprensa japonesa deu ampla repercussão à condecoração,<sup>329</sup> mas, se a reciprocidade era, de fato, o objetivo dos japoneses, foi frustrado. Tiveram que se contentar com um telegrama de Vargas agradecendo ao imperador Hirohito.<sup>330</sup>

Essas ofensivas paralelas de charme e de propaganda terão contribuído para alguns resultados positivos, principalmente a não discriminação da imigração japonesa. A boa relação com o Brasil também foi ilustrada quando, em setembro de 1941, o Japão fechou seu consulado em Beirute e confiou a mobília aos cuidados do consulado brasileiro.<sup>331</sup> Ou quando, no início de dezembro, o Japão apelou aos "altos sentimentos humanitários" do Brasil, solicitando que acolhesse os japoneses que se viram obrigados a deixar o Panamá, em razão de lei que lhes proibia o exercício de atividades comerciais.<sup>332</sup>

**Figura 7:** Condecoração de Vargas (1941)



O embaixador Ishii entrega a Vargas a Ordem Suprema do Crisântemo, mais alta honraria japonesa.

**Fonte:** *O Chefe do Governo recebe a maior comenda do Japão*, Jornal do Brasil, 09.04.1941, p. 6. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_06/9130](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_06/9130)>.

<sup>329</sup> Ofício 43, do consulado-geral do Brasil em Kobe para a Secretaria de Estado, 12.04.1941. Maço temático ostensivo 59.138, AHI-BSB. Ofício 67, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 13.04.1941. Maço temático ostensivo 59.138, AHI-BSB.

<sup>330</sup> Telegrama de Getulio Vargas, para sua majestade Hirohito, imperador do Japão, 10.04.1941. Maço temático ostensivo 59.138, AHI-BSB.

<sup>331</sup> Telegrama 199, da Secretaria de Estado para a embaixada em Londres, 15.09.1941. Maço 30-1-1, AHI-RJ.

<sup>332</sup> O Brasil acabou nunca respondendo à consulta japonesa, que, de todo modo, perdeu o objeto depois do ataque a Pearl Harbor. Maço temático ostensivo 41.560, AHI-BSB.

Quanto à comunidade japonesa no Brasil, seguiam convivendo ataques aos "inassimiláveis" e notícias elogiosas, como em agosto de 1941, quando os nipodescendentes mobilizaram-se para enviar doações às populações afetadas por enchentes no Rio Grande do Sul.<sup>333</sup> Nesse sentido, parece correta a avaliação do *The Times*, de Londres, segundo a qual somente a colônia alemã representava perigo efetivo para as democracias na América do Sul, mesmo que a japonesa "suffer from the disability to assimilate even more than the Germans."<sup>334</sup>

Nada disso, porém, era capaz de fazer frente à ofensiva estadunidense. Quando, em outubro, Brasil e EUA firmaram o primeiro acordo ao abrigo do *Lend-Lease*, o Japão acusou o golpe. Em artigo naturalmente crítico, o *Japan Times* atacou o que classificava de "diplomacia do dólar", perante a qual as economias latinoamericanas, fragilizadas em razão da guerra na Europa, não tinham como resistir.<sup>335</sup> Quase num ato falho, contudo, acabava por admitir o sucesso da política panamericanista de Washington:

As receiving benefits under the Lend-Lease Law, Brazil is thus placed in the same position as Great Britain, the Soviet and Chungking. Thus it is a great success for the United States, which has thus made a new progress in forming the American Continent bloc for the defense of the Western Hemisphere.<sup>336</sup>

\*\*\*

Às vésperas do ataque a Pearl Harbor, as relações Brasil-Japão haviam evoluído consideravelmente desde seu estabelecimento formal, em 1895, e, em certos aspectos, eram bastante diferentes do que até poucos anos antes. Se a imigração continuava a ser um elemento importante, senão o principal, a questão central não eram mais as normas ou quotas para a entrada de novos japoneses no Brasil, mas sim o risco de politização do tema, no caso de medida considerada discriminatória pelo Japão. Assim, o assunto deixou de estar circunscrito aos interesses da lavoura paulista, onde se originara, para tornar-se elemento relevante da política

---

<sup>333</sup> *Em auxílio às vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul* Gazeta de Notícias. 27.08.1941, p. 6. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/103730\\_07/7726](http://memoria.bn.br/docreader/103730_07/7726)>. Acesso em 25.05.2021. Parte dos recursos foi mobilizada por jornais japoneses, que, ironicamente, estavam prestes a ter que encerrar suas atividades em função das proibições a idiomas estrangeiros. Intercâmbio Nipo-Brasileiro, nov. 1941 p. 20. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/352098/22>. Acesso em 29.05.2021.

<sup>334</sup> Ofício 809, da embaixada do Brasil em Londres para a Secretaria de Estado. 03.11.1941. Maço 28-2-6, AHI-RJ. Transcrito em Cadernos do CHDD ano 17, nº 32, 1º semestre de 2018, p. 322-326.

<sup>335</sup> Telegrama 25, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 13.10.1941. Maço temático ostensivo 46.081, AHI-BSB. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 19, nº 36, 1º semestre de 2020, p. 528-529.

<sup>336</sup> *U.S. loans Brazil 90 million dollars*, The Japan Times & Advertiser, 07.10.1941.

externa do país, e foi preciso a influência do próprio Vargas para evitar a imposição de novas barreiras, ou até a proibição, à entrada de novos imigrantes japoneses.

Da mesma maneira, as divisas resultantes da exportação de algodão tornavam o resultado do trabalho desses imigrantes relevante para o país, e não apenas para o estado de São Paulo, embora nele tivessem se instalado nove em cada 10 famílias japonesas vindas ao Brasil.<sup>337</sup> A compra de outras matérias-primas também se impôs ao Japão, a despeito de vozes que defendiam a autossuficiência dentro da "Esfera de Coprosperidade da Grande Ásia Oriental". À medida que se prolongava, a guerra na China, justamente o símbolo da ambição dessa esfera de influência, acabava tornando o Império dependente do Brasil.

Mas a América Latina, e o Brasil em particular, já estavam no radar geopolítico dos EUA, que buscavam consolidar sua presença no continente. Nesse contexto, o Japão viu sua margem de atuação sufocada e buscou ancorar-se nos países em que gozava de alguma influência, principalmente Chile e Argentina. Como não dispunha dos meios econômicos dos EUA, a diplomacia japonesa concentrou seus esforços na propaganda. A instrumentalização dos fatos chegou a tal ponto que, convidado a uma cerimônia para comemorar a ratificação do acordo cultural, o embaixador Clark preferiu consultar a Secretaria de Estado. O evento estava marcado para 19 de dezembro de 1941, e, em tom premonitório, Clark pediu instruções "sobre a conveniência de tal cerimônia quando a situação internacional é suscetível de agravar-se ainda mais."<sup>338</sup>

---

<sup>337</sup> FUKUNAGA, op. cit., p. 43 e 46.

<sup>338</sup> Telegrama 33, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 25.11.1941. Maço 46-5-8, AHI-RJ. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 19, nº 36, 1º semestre de 2020, p. 536.



## II. Tensão e rompimento (1941 - 1942)

*Os cidadãos e súditos de cada uma das duas Altas Partes Contractantes gozarão respectivamente nos Territórios e Possessões da outra Parte de inteira proteção para as suas pessoas e propriedades.*

*(Artigo 11º do Tratado Brasil-Japão de Amizade, Comércio e Navegação)<sup>339</sup>*

O ataque japonês a Pearl Harbor e as subsequentes declarações de guerra da Alemanha e da Itália aos EUA estenderam o conflito, até então eminentemente europeu, a praticamente todo o mundo. Levando em conta também a guerra sino-japonesa, o embaixador estadunidense no Japão, Joseph Grew, avaliou que a situação passou de “one world: two wars” para “one world: one war”.<sup>340</sup>

Inicialmente, o Brasil limitou-se a romper relações com o Eixo e, mesmo quando declarou guerra, dirigiu-a apenas à Itália e à Alemanha. Mas isso não quer dizer que as relações com o Japão não tenham sido severamente afetadas. Para entender como a extensão do conflito para o Pacífico afetou a América Latina — e o Brasil, em particular — cabe analisar as movimentações políticas e diplomáticas que antecederam o ataque a Pearl Harbor.

### II.1) O Brasil e o caminho até Pearl Harbor

Antes do ataque a Pearl Harbor, a tensão entre EUA e Japão já dava margem a que se considerasse a possibilidade de um conflito, fosse em atrito direto, fosse como consequência de eventual entrada dos EUA na guerra europeia.<sup>341</sup> Nesse contexto, o Japão interessava-se por

---

<sup>339</sup> Tratado de Amizade, Comércio e Navegação firmado em Paris pelos Estados Unidos do Brasil e o Império do Japão, 05.11.1895. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/212>>. Acesso em 18.02.2022.

<sup>340</sup> GREW, Joseph. **Ten Years in Japan**. Hesperides Press, 2014. E-book, loc. 5079 e 8740.

<sup>341</sup> Ibidem, loc. 6393 e 6517. Entre as várias especulações a esse respeito, uma, da embaixada do Japão em Madri, é bastante lisonjeira para o embaixador do Brasil na Espanha, Abelardo Roças: “The Brazilian Ambassador, who is considered to be the best informed of the Madrid diplomatic corps, is understood to have observed that the war will be a long one and that there are indications that the United States will participate in the war within a period of

conhecer — e, na medida de suas capacidades, influenciar — a atitude de países até então neutros, inclusive o Brasil.

O pragmático Vargas não tinha a intenção de imiscuir-se no conflito europeu. Logo que a Alemanha invadiu a Polônia, em setembro de 1939, reuniu seus ministros e reafirmou sua "neutralidade no caso de guerra entre potências estrangeiras".<sup>342</sup> Como se isso não bastasse, foram editados decretos específicos, mandando observar "completa neutralidade" nos conflitos da Alemanha com a Polônia,<sup>343</sup> o Reino Unido<sup>344</sup> e a França.<sup>345</sup> Pouco depois, essa neutralidade foi confirmada no plano externo, por ocasião da I Reunião de Consultas entre Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, na cidade do Panamá (23 de setembro a 3 de outubro).<sup>346</sup>

À medida que a guerra evoluía, a neutralidade dos EUA parecia cada vez mais insustentável, o que, por sua vez, influenciava a atitude do Brasil. Em junho de 1940, quando o exército alemão avançava a passos largos rumo a Paris, Vargas reuniu a cúpula militar e os ministros da Justiça e das Relações Exteriores para avaliar a posição a ser tomada pelo Brasil, diante da "probabilidade de os Estados Unidos entrarem na guerra a favor dos Aliados." Todos opinaram pela "manutenção da neutralidade, embora benévola para com aquele país", caso viesse a entrar no conflito.<sup>347</sup>

Com a capitulação de Paris, e o conseqüente risco de que Berlim reivindicasse possessões francesas nas Américas,<sup>348</sup> os EUA sugeriram a realização de mais um encontro

---

two months.” (FROM: Tokyo TO: Washington, 06.05.1941. Disponível em <[www.history.navy.mil/research/library/online-reading-room/title-list-alphabetically/m/magic-background-pearl-harbor.html](http://www.history.navy.mil/research/library/online-reading-room/title-list-alphabetically/m/magic-background-pearl-harbor.html)>. Acesso em 07.06.2021).

<sup>342</sup> Decreto-lei 1.561, 02.09.1939. Disponível em: <[www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1561-2-setembro-1939-411486-publicacaooriginal-1-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1561-2-setembro-1939-411486-publicacaooriginal-1-pe.html)>. Acesso em 02.06.2021. As regras dessa neutralidade foram transmitidas às missões diplomáticas e às repartições consulares no exterior (Circular 1.364, da Secretaria de Estado, 02.09.1939. Transcrita em Cadernos do CHDD, ano 6, nº 10, 1º semestre de 2007, p. 5-11).

<sup>343</sup> Decreto 4.621, 4.09.1939. Disponível em: <[www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-4621-4-setembro-1939-347312-publicacaooriginal-1-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-4621-4-setembro-1939-347312-publicacaooriginal-1-pe.html)>. Acesso em 01.06.2021.

<sup>344</sup> Decreto 4.623, 5.09.1939. Disponível em: <[www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-4623-5-setembro-1939-347315-publicacaooriginal-1-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-4623-5-setembro-1939-347315-publicacaooriginal-1-pe.html)>. Acesso em 01.06.2021.

<sup>345</sup> Decreto 4.624, 5.09.1939. Disponível em: <[www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-4624-5-setembro-1939-347316-norma-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-4624-5-setembro-1939-347316-norma-pe.html)>. Acesso em 01.06.2021.

<sup>346</sup> Ata da I Reunião de Consultas entre Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, Panamá, 03.10.1939. Disponível em: <[www.oas.org/consejo/sp/rc/rcactas.asp](http://www.oas.org/consejo/sp/rc/rcactas.asp)>. Acesso em 24.06.2021.

<sup>347</sup> VARGAS, Getúlio. **Diário, Volume II: 1937-1942**. São Paulo: Siciliano / Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995b, p. 317.

<sup>348</sup> MORGENFELD, Leandro. La neutralidad argentina y el sistema interamericano: Panamá, La Habana y Río de Janeiro (1939-1942). **Ciclos en la Historia, la Economía y la Sociedad**. Buenos Aires, año XIX, v. XVIII, n. 35-36, p. 145-172, 2009, p. 153. Disponível em:

entre países americanos.<sup>349</sup> De 21 a 31 de julho, realizou-se em Havana a II Reunião de Consultas entre Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, ao final da qual os signatários concordaram que uma agressão a um dos estados americanos seria considerada agressão a todos.<sup>350</sup> Foi uma “panamericanización, de hecho, de la Doctrina Monroe”.<sup>351</sup>

Nesse tabuleiro dinâmico, a diplomacia japonesa também movia suas peças. Em janeiro de 1940, o embaixador em Roma, em conjunto com representante da chancelaria italiana, solicitou ao Vaticano que incentivasse o Brasil a não romper relações com o Eixo.<sup>352</sup> Em junho, quando Vargas pronunciou um discurso tido como elogioso aos regimes totalitários, a agência de notícias japonesa *Domei* sustentou que o presidente defendia “energicamente” os ditadores europeus e que suas palavras eram uma reação à alocação em que Roosevelt havia criticado a entrada da Itália na guerra e reiterado sua defesa das democracias.<sup>353</sup> O próprio Vargas manifestou surpresa com a repercussão do discurso, “tido, insensatamente, como germanófilo”,<sup>354</sup> e mandou publicar uma nota na qual reafirmou a solidariedade continental e negou qualquer alteração na política externa,<sup>355</sup> mas nada disso foi notícia em Tóquio.

Em setembro de 1940, o Japão associou-se à Alemanha e à Itália por meio do pacto tripartite, “o mais importante diploma que o Império assinou em toda sua história”, segundo o chanceler Yosuke Matsuoka.<sup>356</sup> Em março de 1941, Matsuoka viajou a Moscou, Berlim e Roma. Era a primeira vez que um ministro dos Negócios Estrangeiros no exercício das funções saía do Japão,<sup>357</sup> e a embaixada do Brasil em Roma alertou Vargas que a viagem revestia-se da “máxima

---

<[http://bibliotecadigital.econ.uba.ar/econ/collection/ciclos/document/ciclos\\_v18\\_n35-36\\_06](http://bibliotecadigital.econ.uba.ar/econ/collection/ciclos/document/ciclos_v18_n35-36_06)>. Acesso em: 17.03.2022.

<sup>349</sup> The Secretary of State to the Chiefs of Diplomatic Missions in the American Republics, 17.06.1940. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1940v05/d237>>. Acesso em: 12.07.2021.

<sup>350</sup> Ata da II Reunião de Consultas entre Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, Havana, 31.07.1940. Disponível em: <[www.oas.org/consejo/sp/rc/rcactas.asp](http://www.oas.org/consejo/sp/rc/rcactas.asp)>. Acesso em 24.06.2021.

<sup>351</sup> MORGENFELD, op. cit., p. 170

<sup>352</sup> SEITENFUS, Ricardo. **A Entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000, p. 202.

<sup>353</sup> SEITENFUS, op. cit., p. 234

<sup>354</sup> VARGAS, 1995b: p. 319-320.

<sup>355</sup> *O discurso do presidente: nenhuma modificação à política internacional do Brasil*, A Noite, 14.06.1940, p. 1. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/348970\\_04/2929](http://memoria.bn.br/DocReader/348970_04/2929)>. Acesso em: 2.06.2021.

<sup>356</sup> Ofício 57, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 31.03.1941. Maço 46-2-9, AHI-RJ. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 19, nº 36, 1º semestre de 2020, p. 453-460. Ao assumir o cargo, o sucessor de Matsuoka, almirante Teijiro Toyoda, reafirmaria a centralidade do tratado para a política externa japonesa, ao lado da liquidação do conflito com a China (Ofício 123, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 22.07.1941. Maço 46-2-10, AHI-RJ. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 19, nº 36, 1º semestre de 2020, p. 498-499).

<sup>357</sup> Diário do ministro suíço em Tóquio, Camille Gorgé. p. 95. Disponível em: <[dodis.ch/50633](http://dodis.ch/50633)>. Acesso em: 04.06.2021.

importância".<sup>358</sup> O chanceler tinha um "flamboyant style",<sup>359</sup> e sua retórica era tão inflamada que o embaixador do Japão nos EUA, Kichisaburo Nomura, se sentiu obrigado a explicar a Roosevelt que "Matsuoka talks loudly for home consumption because he is ambitious politically, but Japan herself cannot maintain such ambitious plans."<sup>360</sup>

A agenda da viagem foi intensa. Em Roma, o chanceler japonês avistou-se não apenas com Mussolini, mas também com o papa, a quem tentou convencer da justeza da causa anti-comunista em nome da qual o Japão lutava na China.<sup>361</sup> Em Berlim, ouviu de Hitler a sugestão de que o Japão atacasse Singapura, bem como a promessa, não solicitada, de que a Alemanha entraria em guerra contra os EUA, caso o Japão atacasse aquela potência. E, em Moscou, assinou um pacto de neutralidade com Stalin, surpreendendo a Hitler.<sup>362</sup>

A aproximação de Tóquio com Roma e Berlim, ambas já em guerra, tornava mais concreta a possibilidade de que o Japão se envolvesse no conflito europeu. E o pacto de neutralidade com Moscou, por outro lado, garantia o *front* norte, deixando o Império de mãos livres para enfrentar os EUA, a leste.<sup>363</sup> Como que dissipando qualquer ilusão de que o Brasil poderia permanecer alheio a tanta tensão, o país teve sua primeira baixa nesse mesmo mês de março, enquanto Matsuoka cumpria seu périplo europeu: o navio *Taubaté* foi metralhado por um avião alemão no Mediterrâneo.<sup>364</sup>

Ao mesmo tempo, os EUA redobravam os esforços de aproximação com as demais repúblicas americanas. No dia 11 de março de 1941, entrou em vigor a lei que instituiu o *Lend-Lease*, programa que facilitava a venda ou transferência de equipamentos militares a países cuja

---

<sup>358</sup> Carta de Luís Sparano a Getúlio Vargas, 9.04.1941. GV c 1941.04.07/1. Disponível em: <[www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/12905](http://www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/12905)>. Acesso em 02.06.2021.

<sup>359</sup> JANSEN, Marius B. **The making of modern Japan**. Cambridge: Harvard University Press, 2000, p. 578.

<sup>360</sup> Memorandum of Conversation, by the Secretary of State, 14.03.1941. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1941v04/d54>>. Acesso em 07.06.2021.

<sup>361</sup> The Ambassador in Italy (Phillips) to the Secretary of State, 05.04.1941. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1941v04/d757>>. The Ambassador in the Soviet Union (Steinhardt) to the Secretary of State, 09.04.1941. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1941v04/d761>>. Acesso em: 06.06.2021.

<sup>362</sup> KERSHAW, Ian. **Hitler**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 640-641.

<sup>363</sup> Ofício 75, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 30.04.1941. Maço 46-2-9, AHI-RJ. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 19, nº 36, 1º semestre de 2020, p. 469-476. Ilustrando a delicada situação geográfica do Japão entre dois rivais, a chancelaria informou os postos no exterior que, em caso de iminente crise com os EUA, enviaria uma mensagem informando que "o vento leste está forte"; se o risco fosse com a URSS, seria "o vento norte está forte" (MORISHIMA, Morito. **Pearl Harbor, Lisboa, Tóquio – memórias de um diplomata**. Lisboa: Ad Literam, 2017, p. 76.). Pouco depois do pacto de neutralidade, Tóquio firmou um acordo comercial com Moscou (Ofício 124, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 22.07.1941. Maço temático ostensivo 55.249, AHI-BSB. E também Diário do ministro suíço em Tóquio, Camille Gorgé. p. 108. Disponível em: <[dodis.ch/50633](http://dodis.ch/50633)>. Acesso em 21.06.2021).

<sup>364</sup> VARGAS, 1995b: p. 386. O *Taubaté* não foi afundado, apenas danificado nessa ocasião.

defesa Washington julgasse essencial. Três dias depois, o próprio Roosevelt disse ao embaixador Nomura que desejava promover o comércio internacional em bases liberais e, nesse contexto, citou Brasil e Argentina como exemplo de países a serem apoiados.<sup>365</sup> À época, o *Lend-Lease* era voltado, principalmente, para o Reino Unido e a China, mas Tóquio já percebia que, no plano econômico, Washington buscava consolidar sua influência na América Latina. E estava conseguindo: em junho, vários países da região sinalizaram que, caso algum vizinho entrasse em guerra, dariam-lhe tratamento de não-beligerante.<sup>366</sup>

À medida que a solidariedade continental ganhava força, o Japão buscava saber como isso se traduziria no plano militar. Em abril, o recém-chegado ministro japonês em Lima abordou, em seu primeiro encontro com o vice-chanceler peruano, a possibilidade de uma guerra. Perguntou “point blank” de que lado Lima ficaria num eventual conflito nipo-estadunidense e ouviu que “Peru certainly, and probably the other American Republics also, would join the United States”.<sup>367</sup> Em maio, no encontro em que solicitou a Vargas a liberação dos imigrantes que aguardavam autorização para embarcar em Kobe (vide capítulo 1), o embaixador do Japão, Itaro Ishii, fez a mesma pergunta, o que sugere consultas coordenadas, por instrução de Tóquio. O registro do presidente em seu diário é bastante eloquente:

Uma nota curiosa: a audiência do embaixador japonês. Foi tratar de imigração. Terminado o assunto que motivara o pedido de audiência, abordou-me sobre a atitude do Brasil no caso de os Estados Unidos entrarem na guerra européia! Perguntei-lhe, antes de responder, qual seria a atitude do Japão no caso de guerra entre os Estados Unidos e a Alemanha. Respondeu-me que, ante os compromissos assumidos com o Eixo, o Japão deveria também entrar. Respondi-lhe, então, que o Brasil fazia parte de um bloco continental ligado, pelas declarações dos congressos de Havana e Panamá, a compromissos de solidariedade na defesa dos países da América. Qualquer país americano que

---

<sup>365</sup> Memorandum of Conversation, by the Secretary of State, 14.03.1941. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1941v04/d54>>. Acesso em 07.06.2021.

<sup>366</sup> Support by the United States for Uruguayan proposal renewing that of 1917 that the American Republics treat as non-belligerent any American nation at war with a non-American State. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1941v06/ch2>>. Acesso em: 17.01.2022. A não-beligerância é um conceito controverso no Direito Internacional; seria uma espécie de “neutralidade benevolente”, meio termo entre a neutralidade estrita e a entrada em guerra. Na prática, um país neutro pode estender algum tipo de auxílio ou socorro a uma nação que considere não-beligerante — como venda de produtos; acesso a seus portos e aeroportos, inclusive de veículos militares; instalação ou permanência em seu território de estações e equipamentos de comunicações — sem que seja acusado de estar tomando partido no conflito (SEITENFUS, op. cit., p. 222-223. FENWICK, Charles G. *The Third Meeting of Ministers of Foreign Affairs at Rio De Janeiro*. **The American Journal of International Law**, vol. 36, no. 2, 1942, pp. 169–203, p. 182. Disponível em <[www.jstor.org/stable/2192629](http://www.jstor.org/stable/2192629)>. Acesso em: 17.03.2022. SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento e e ACCIOLY, Hildebrando. **Manual de Direito Internacional Público, 15ª ed.** São Paulo: Saraiva, 2002, p. 528-532).

<sup>367</sup> The Ambassador in Peru (Norweb) to the Secretary of State, 04.04.1941. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1941v04/d67>>. Acesso em: 07.06.2021.

fosse atacado, nós seríamos solidários, a menos que esse país fosse agressor ou provocador do conflito.<sup>368</sup>

Não se encontrou registro de como Ishii relatou a conversa a Tóquio.<sup>369</sup> O embaixador dos EUA, Jefferson Caffery — que, dias antes, tinha ouvido de Vargas que “you can count on us”<sup>370</sup> —, transmitiu o seguinte a Washington:

A few days ago the Japanese Ambassador attempted to ascertain the view of President Vargas about the possibility of war between the United States and Japan. President Vargas told him that if Japan attacked or declared war upon the United States, she would be attacking or declaring war upon Brazil also.<sup>371</sup>

Em junho, Ishii voltou a questionar Vargas sobre como o Brasil reagiria a um eventual ataque do Eixo aos EUA. O presidente foi dúbio (“aquele que dá o primeiro golpe nem sempre é o agressor”), e Ishii percebeu que, se o Rio de Janeiro viesse a manter sua neutralidade, isso seria obra de Vargas, pois, no que dependesse do Itamaraty, haveria alinhamento com os EUA.<sup>372</sup>

Se até meados de 1941, o Eixo alimentava algum otimismo quanto à postura do Brasil, dali em diante, foi ficando cada vez mais claro que a tendência seria de alinhamento com os EUA. Autoridades brasileiras passaram a falar cada vez mais claramente em solidariedade continental e, crescentemente, permitiam-se críticas ao Eixo.<sup>373</sup> Em outubro, Brasil e EUA firmaram o primeiro acordo ao abrigo do *Lend-Lease*, o que levou a própria imprensa japonesa a admitir o sucesso da política panamericanista de Washington.<sup>374</sup> Em novembro, Vargas falou em franca solidariedade hemisférica, num discurso que, em grande medida, se contrapôs à sua alocação de junho de 1940, tão celebrado pelo Eixo.<sup>375</sup>

No início de dezembro, o Japão já não se iludia. Aranha falava tão abertamente em favor dos aliados, que chegou a ser repreendido por Vargas e teve que moderar o tom. Em conversa

---

<sup>368</sup> VARGAS, 1995b: p. 396-397.

<sup>369</sup> Ao embaixador do Brasil no Japão, Frederico de Castello Branco Clark, não parece ter chegado qualquer notícia desse diálogo. Ele registra a repercussão do encontro entre Ishii e Vargas, mas apenas no que diz respeito à questão migratória. Ofício 99, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 09.06.1941. Maço 46-2-9, AHI-RJ. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 19, nº 36, 1º semestre de 2020, p. 479-482.

<sup>370</sup> SEITENFUS, op. cit., p. 271

<sup>371</sup> The Ambassador in Brazil (Caffery) to the Secretary of State, 09.06.1941. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1941v04/d166>>. Acesso em: 07.06.2021.

<sup>372</sup> SEITENFUS, op. cit., p. 274

<sup>373</sup> Ibidem, p. 273-276.

<sup>374</sup> *U.S. loans Brazil 90 million dollars*, The Japan Times & Advertiser, 07.10.1941.

<sup>375</sup> MOURA, Gerson. **Relações Exteriores do Brasil 1939-1950: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p. 75.

com Ishii, criticou as restrições que os EUA impunham a empresas do Eixo, ilustrando o argumento com o fato de que acabava de viajar ao Chile em avião da *Condor*, filial da alemã *Lufthansa*,<sup>376</sup> e acrescentou que “o Brasil não tem posição diante da guerra”.<sup>377</sup> Mas o embaixador japonês não se convenceu e informou a Tóquio que "I think that Brazil is only 'neutral in favor of U.S.A.'"<sup>378</sup>

O embaixador Caffery, por outro lado, estava cada vez mais confiante. Na data do ataque a Pearl Harbor, transmitiu a Washington a esperança de que, em reunião a realizar-se no dia seguinte, o Ministério da Fazenda decidisse pelo bloqueio do US\$ 1,7 milhão que o Yokohama Species Bank tinha em depósitos junto ao Banco do Brasil.<sup>379</sup> Tal expectativa talvez fosse exagerada, tendo em vista que Tóquio e o Rio de Janeiro mantinham-se neutros no conflito europeu. Ainda assim, Caffery não deixava de ter razão quanto a contar com a simpatia do Brasil, que veio sob a forma de um telegrama de Vargas a Roosevelt após o ataque a Pearl Harbor:

Ao tomar conhecimento da comunicação do Governo de V. Excia. sobre a agressão sofrida por parte do Japão, convoquei os membros do meu governo e tenho a honra de informar a V. Excia. que ficou resolvido por unanimidade que o Brasil se declarasse solidário com os Estados Unidos, coerente com as suas tradições e compromissos na política continental.

E o presidente dos EUA respondeu assim (note-se a referência ao já mencionado discurso de Vargas, em novembro):

"Hoje, oito, apresso-me a acusar, com o meu mais profundo apreço e o do povo dos Estados Unidos, a pronta e cordial mensagem de solidariedade com o meu país na crise provocada pelo traidor e não provocado ataque praticado ontem pelos japoneses contra as vidas e territórios dos Estados Unidos. A mensagem de V. Excia. é a prova culminante da afirmação feita tão eloquentemente, faz poucas semanas, de que o inter-americanismo passara do

---

<sup>376</sup> Aranha fez questão de voar com a *Condor*, depois de a estadunidense *Panair* não oferecer as facilidades necessárias para a viagem (HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha: Uma biografia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994, p. 368-369). Os EUA pressionavam o Brasil a banir a *Condor* e também a italiana *Lati*, chegando, inclusive, a apresentar a Vargas documentos forjados segundo os quais aquelas empresas estariam envolvidas em tentativa de depô-lo (VARGAS, 1995b: p. 435). Mas o Brasil resistia, entre outras razões, porque dessas duas companhias dependiam tanto as principais rotas domésticas quanto a ligação com a Europa (HILTON, op. cit., p. 370-371 e 391).

<sup>377</sup> SEITENFUS, op. cit., p. 276.

<sup>378</sup> FROM: Rio de Janeiro (Ishii) TO: Washington, 01.12.1941. Disponível em: <[www.ibiblio.org/pha/magic/vol-4-app.html](http://www.ibiblio.org/pha/magic/vol-4-app.html)>. Acesso em: 08.06.2021.

<sup>379</sup> Telegrama 1931, 07.12.1941, da embaixada dos EUA no Rio de Janeiro. Disponível em: <[www.fdrlibrary.marist.edu/\\_resources/images/morg/md0637.pdf](http://www.fdrlibrary.marist.edu/_resources/images/morg/md0637.pdf)>, p. 82. Acesso em 10.06.2021.

domínio dos convênios ao da ação positiva, o que profundamente me comoveu e encorajou."<sup>380</sup>

No Itamaraty, Aranha chamou cada um dos embaixadores dos países americanos para informar que o Brasil era solidário com os EUA.<sup>381</sup> E negou o pedido do Japão para que o Brasil se encarregasse de seus interesses junto à África do Sul e às Índias Inglesas,<sup>382</sup> muito embora o Rio de Janeiro permanecesse neutro no conflito entre Tóquio e Londres.<sup>383</sup> Além disso, o governo passou a exigir licença prévia para todas as operações de câmbio de pessoas físicas e jurídicas de países não americanos que estivessem em guerra.<sup>384</sup>

Se, antes de Pearl Harbor, o Japão já não apostava numa postura amiga do Brasil, deflagrado o conflito, restava saber até que ponto iria o alinhamento com os EUA e, em particular, se haveria rompimento de relações ou declaração de guerra. A chancelaria japonesa instruiu as missões no exterior a sondar os governos junto aos quais estavam acreditados, mas, no Rio de Janeiro, Ishii obteve apenas uma evasiva:

In accordance with instructions and bearing a note, I called on the Under Secretary of State on the afternoon of the 8th and had a confidential conversation with him (the Secretary of State, having another appointment, could not see me). I briefly explained — then questioned him regarding the Government's attitude toward war between the United States and Japan. The Under Secretary answered along the lines of my #497 and insisted upon the importance of hemispheric solidarity. I asked him, "What do you mean by that? Are you going to sever diplomatic relations with Japan?" "The exact details", he continued, "have as yet not been decided. I do not think that diplomatic relations with Japan will be broken off, however."<sup>385</sup>

De fato, a questão ainda estava em aberto. Apesar de todas as declarações de solidariedade, Vargas permanecia cauteloso e queria o Brasil longe da guerra: "a nota publicada na imprensa causou boa impressão pública. Definiu a atitude de solidariedade com os Estados

---

<sup>380</sup> Relatório do Ministério das Relações Exteriores (1941), p. 97. Disponível em: <[www.funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relatorio\\_1941.pdf](http://www.funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relatorio_1941.pdf)>. Acesso em 10.06.2021. Grifo nosso.

<sup>381</sup> Carta de Gabriel Landa, ministro cubano, interceptada pela censura, 08.12.1941. GV confid 1941.12.08. Disponível em: <[www.docvirt.com/docreader.net/gv\\_confid/3054](http://www.docvirt.com/docreader.net/gv_confid/3054)>. Acesso em 17.03.2022.

<sup>382</sup> Telegrama 37, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 08.12.1941 (maço 46-5-8, AHI-RJ), e telegrama 19, da Secretaria de Estado para a embaixada do Brasil em Tóquio, 10.12.1941 (maço 46-5-12, AHI-RJ). Transcritos em Cadernos do CHDD, ano 19, n° 36, 1° semestre de 2020, p. 542-543.

<sup>383</sup> Na semana seguinte a Pearl Harbor, essa neutralidade foi plasmada no decreto 8.403, 17.12.1941. Disponível em: <[www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-8403-17-dezembro-1941-325109-norma-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-8403-17-dezembro-1941-325109-norma-pe.html)>. Acesso em 14.06.2021.

<sup>384</sup> Decreto-lei 3.911, 09.12.1941. Disponível em: <[www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3911-9-dezembro-1941-386472-publicacaooriginal-1-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3911-9-dezembro-1941-386472-publicacaooriginal-1-pe.html)>. Acesso em: 14.06.2021.

<sup>385</sup> FROM: Rio (Ishii) TO: Bogota, 08.12.1941. Disponível em: <[www.ibiblio.org/pha/magic/vol-4-app.html](http://www.ibiblio.org/pha/magic/vol-4-app.html)>. Acesso em: 08.06.2021.

Unidos, que era o desejo da maioria, e afastou o perigo de entrada na guerra."<sup>386</sup> Se o conflito armado já era realidade nos EUA e no Japão, as movimentações diplomáticas no Brasil e em seus vizinhos estavam apenas começando.

## II.2) A Conferência do Rio de Janeiro e o rompimento de relações

No dia 9 de dezembro de 1941, Chile e EUA, em movimentos independentes, solicitaram encontro de chanceleres americanos para avaliar a situação que a guerra impunha ao continente.<sup>387</sup> Conforme acordado na conferência anterior, a III Reunião de Consultas entre Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas deveria acontecer no Rio de Janeiro, o que colocava o Brasil no centro das atenções.<sup>388</sup> Após breves consultas, acordou-se que o encontro começaria no dia 15 de janeiro de 1942.

A guerra parecia confirmar a influência que os EUA haviam construído na América Latina, em tempos de paz. Antes mesmo do início da conferência no Rio de Janeiro, nove países da região declararam guerra ao Japão e assinaram a Declaração das Nações Unidas: Costa Rica, Cuba, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, República Dominicana e Panamá.<sup>389</sup> E Washington seguia trabalhando para ter todo o continente ao seu lado. Ao Brasil, em particular, reiterou promessas de entrega de material bélico, aguardada ansiosamente no Rio de Janeiro, mas que vinha sendo adiada repetidamente.<sup>390</sup>

---

<sup>386</sup> VARGAS, 1995b: p. 441.

<sup>387</sup> *Third Meeting of the Foreign Ministers of the American Republics, held at Rio de Janeiro, January 15–28, 1942: Preliminaries*. Disponível em <[history.state.gov/historicaldocuments/frus1941v06/ch6](http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1941v06/ch6)>. Acesso em 27.07.2021. Não se encontrou qualquer menção a eventual coordenação entre Santiago em Washington nos documentos do Departamento de Estado, que, pelo contrário, revelam que o embaixador do Chile nos EUA foi tomado de surpresa pela iniciativa do chanceler Juan Rossetti. A nota à imprensa pela qual os EUA anunciaram terem solicitado a reunião também silencia quanto à iniciativa chilena, mostrando que Washington queria passar a impressão de liderar. Não fosse este o caso, poderia ter pedido que algum país aliado provocasse o encontro, como chegara a cogitar no primeiro semestre de 1941, quando se considerou realizar uma conferência para avaliar a implementação das decisões da reunião anterior (FRANCIS, J. Michael. *The United States at Rio, 1942: The Strains of Pan-Americanism*. **Journal of Latin American Studies**, vol. 6, n. 1, p. 77-95, maio 1974. Disponível em <[www.jstor.org/stable/156649](http://www.jstor.org/stable/156649)>. Acesso em: 17.03.2022, p. 78-79).

<sup>388</sup> MORGENFELD, op. cit., p. 159.

<sup>389</sup> Memorandum by Mr. Rufus Burr Smith of the Division of Japanese and Korean Economic Affairs to the Chief of the Division (Martin), 13.01.1947. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1947v06/d29>>1. Declaration by United Nations, Washington, 01.01.1942. Disponível em: <[www.un.org/fr/node/44721](http://www.un.org/fr/node/44721)>. Acesso em: 27.07.2021.

<sup>390</sup> Carta de Franklin Delano Roosevelt a Getúlio Vargas, 07.01.1942. GV c 1942.01.07/2. Disponível em: <[www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/13725](http://www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/13725)>. Acesso em 15.06.2021. E também VARGAS, 1995b: p. 443.

O Eixo também se movimentava.<sup>391</sup> Além dos países da América Central, que já tinham, quase todos, declarado-lhe guerra, o Japão sabia que as pequenas nações, como Bolívia, Equador, Paraguai ou Uruguai, não teriam como resistir à ofensiva estadunidense. Assim, avaliava que as posturas de Argentina e Chile, seus maiores aliados na região, Brasil, como anfitrião, e, em menor medida, Peru, seriam decisivas para o resultado da Conferência.<sup>392</sup> Nesse sentido, as missões diplomáticas nesses quatro países foram instruídas a transmitir aos respectivos governos mensagem do chanceler Shigenori Togo, que, em outubro de 1941, sucedera ao almirante Teijiro Toyoda (que, por sua vez, havia assumido o lugar de Matsuoka, em julho). Contrariamente ao que difundiam EUA e Reino Unido, Togo afirmava que o Japão não tinha qualquer ambição na América do Sul e só se lançara na guerra para garantir a própria sobrevivência e “trazer estabilidade e prosperidade no Leste da Ásia, contribuindo dessa forma para a paz mundial.”<sup>393</sup>

No Rio de Janeiro, Ishii entregou a mensagem não apenas ao chanceler Aranha, mas também ao general Góes Monteiro, que teria feito comentários positivos a respeito.<sup>394</sup> Em Buenos Aires, as palavras de Togo foram divulgadas pelo rádio.<sup>395</sup> De Santiago, onde o comunicado também teve ampla divulgação, o ministro Kiyoshi Yamagata relatou ter o chanceler Juan Rossetti dito que a mensagem ajudava a dissipar boatos de que Valparaíso seria bombardeada, bem como outras “tentativas de destruir a nossa relação amigável”, e acrescentou que o Chile estaria resistindo a pressões do embaixador dos EUA para que os ativos dos japoneses fossem congelados.<sup>396</sup> A embaixada em Lima foi a que teve a resposta mais fria. Apesar de ser informado — ou talvez ameaçado? — de que qualquer ato hostil poderia comprometer as exportações de algodão, o chanceler peruano, Alfredo Solf y Muro, ponderou ao encarregado de negócios japonês, Masaki Yodogawa, que o litoral exposto, a proximidade com o canal do Panamá, o grande número de estrangeiros residentes e a situação precária das

---

<sup>391</sup> No dia 12 de dezembro de 1941, Alemanha, Itália e Japão selaram pacto pelo qual nenhum dos três assinaria acordo de paz ou armistício separadamente (Pact Between the Axis Powers Barring a Separate Peace with the United States or Great Britain, 11.12.1941. Disponível em: <<https://avalon.law.yale.edu/wwii/tripart.asp>>. Acesso em 15.06.2021).

<sup>392</sup> JACAR, B02130645300.

<sup>393</sup> Circular 2612, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Tóquio, para as embaixadas do Japão em Buenos Aires, Rio de Janeiro, Santiago e Lima, 19.12.1941. JACAR B02032444300.

<sup>394</sup> Telegrama 25, da embaixada do Japão no Rio de Janeiro para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Tóquio, 08.01.1942. JACAR B02032444300.

<sup>395</sup> Telegrama 620, da embaixada do Japão em Buenos Aires para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Tóquio, 24.12.1941. JACAR B02032444300.

<sup>396</sup> Telegrama 385, da embaixada do Japão no Chile para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Tóquio, 20.12.1941. JACAR B02032444300.

forças armadas não deixavam ao país outra opção senão “cooperar com os países das Américas”.<sup>397</sup> Na interpretação de Tóquio, o Peru cedia às pressões dos EUA, que incluíam uma solução vantajosa para a disputa de fronteira com Equador;<sup>398</sup> compromissos de compra de minérios e algodão; cessão de material militar; e a promessa de fazer do Peru um aliado preferencial no Pacífico, como o Brasil era no Atlântico.<sup>399</sup> Quaisquer que tenham sido os acordos entre Lima e Washington, o fato é que restava à diplomacia japonesa apenas a aposta na aproximação com Argentina e Chile.

Imediatamente após o ataque a Pearl Harbor, o governo argentino editou um decreto declarando os EUA como não-beligerante. A medida parecia contrariar as expectativas de alguns diplomatas japoneses, que acreditavam que a Argentina permaneceria firmemente comprometida com uma neutralidade estrita.<sup>400</sup> Mas a solidariedade de Buenos Aires, que havia aceitado defender os interesses japoneses na Grécia e nos mandatos franceses na Síria,<sup>401</sup> parou por aí.

Em Washington, o embaixador argentino Felipe Espil queixou-se ao Departamento de Estado pela já citada adesão de nove países latinoamericanos à Declaração das Nações Unidas. Para a Argentina, essa atitude atropelava o mecanismo de consultas acordado na conferência interamericana de Lima (1938) e levantava “doubts as to the utility of any consultation in Rio de Janeiro”.<sup>402</sup> Em Buenos Aires, o chanceler Enrique Ruiz Guiñazú disse ao embaixador brasileiro, José de Paula Rodrigues Alves, ainda em dezembro de 1941, que a Argentina não iria nem à ruptura nem à guerra.<sup>403</sup> Em janeiro de 1942, aproveitou a escala que outros ministros

---

<sup>397</sup> Telegrama 341, da legação do Japão no Peru para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Tóquio, 23.12.1941. JACAR B02032444300. Sob pressão de Washington, Lima recusou a entrada no Peru de dois adidos militares japoneses, que haviam sido aceitos antes do ataque a Pearl Harbor (maço temático ostensivo 74.248, AHI-BSB).

<sup>398</sup> Em julho de 1941, os dois países lutaram por territórios na região de fronteira durante três semanas, até a assinatura de um armistício.

<sup>399</sup> JACAR B02130645300.

<sup>400</sup> FROM: Santiago (Yamagata) TO: Washington, 02.12.1941. Disponível em: <[www.ibiblio.org/pha/magic/vol-4-app.html](http://www.ibiblio.org/pha/magic/vol-4-app.html)>. Acesso em: 08.06.2021.

<sup>401</sup> LOTTAZ, Pascal. *Neutral States and Wartime Japan: The Diplomacy of Sweden, Spain and Switzerland toward the Empire*. 2018. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - *Security and International Studies Program, The National Graduate Institute for Policy Studies (GRIPS)*, Tóquio (Japão). Disponível em: <<http://id.nii.ac.jp/1295/00001653/>>. Acesso em: 17.03.2022, p. 474 e 477. Em Tóquio, a diplomacia argentina representava os interesses de Reino Unido, Canadá e Austrália.

<sup>402</sup> The Secretary of State to the Ambassador in Argentina (Armour), 07.01.1942. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1942v05/d24>>. Acesso em: 16.06.2021.

<sup>403</sup> O embaixador Rodrigues Alves era filho do ex-presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves, que governara o Brasil de 1902 a 1906, e foi convocado por Aranha para ser o secretário-geral da Conferência do Rio (maço temático ostensivo 44.080, AHI-BSB). Rodrigues Alves estava mais bem informado que o embaixador estadunidense, que, dois dias antes, havia telegrafado a Washington que a posição da Argentina ainda estava

fizeram na capital argentina a caminho do Rio de Janeiro para tentar, embora sem muito sucesso, formar bloco de resistência à ofensiva diplomática dos EUA.<sup>404</sup> E, quando finalmente partiu para o Rio de Janeiro, levou instruções claras: “La Delegación Argentina no está autorizada entonces a adherir a ninguna declaración general de guerra o de ruptura de relaciones diplomáticas”, mesmo que isso implicasse o “riesgo de quedar aislada.”<sup>405</sup>

No Chile, a situação era ainda mais complexa. Com a morte do presidente Pedro Aguirre Cerda, em novembro de 1941, o vice Jerónimo Méndez estava chefiando o governo, interinamente, até as eleições marcadas para 1º de fevereiro. Nesse contexto, o Conselho de Ministros e o Senado decidiram que o país não apoiaria a ruptura das relações com o Eixo.<sup>406</sup> Assim, o chanceler Rossetti — embora tivesse ele próprio tomado a iniciativa de sugerir a reunião e fosse “in favor of complete cooperation with the United States” —<sup>407</sup> teve que resistir ao rompimento “por motivos eleitorais, chegando mesmo a dizer que se o Chile aceitasse a ruptura correria o seu governo o risco de perder as eleições.”<sup>408</sup> Tal qual Guñazú, partiu para o Rio de Janeiro com instruções claras, lamentando que a Argentina também resistisse ao rompimento.<sup>409</sup>

Além da incerteza eleitoral, o Chile temia por seu próprio litoral, uma vez que “as minas de cobre e uma costa acessível a invasões tornavam-no uma presa em potencial aos ataques japoneses.”<sup>410</sup> Se o Japão havia aniquilado boa parte da marinha da maior das repúblicas americanas, que dizer de um país com reduzidas capacidades militares? Em Santiago, o ministro Yamagata reiterava ameaças nessa linha, fazendo referência à importância estratégica da Ilha de Páscoa, e “promised destruction of the Panama Canal and sinking of all ships carrying contraband by the Japanese submarines.”<sup>411</sup> Os chilenos provavelmente superestimavam a ameaça japonesa, fosse pelo efeito do choque de Pearl Harbor, fosse para arrancar maiores

---

indefinida e seria “influenced [...] largely by the course of the war and the position taken by the other American Governments” (The Ambassador in Argentina (Armour) to the Secretary of State, 24.12.1941. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1941v06/d66>>. Acesso em: 17.03.2022).

<sup>404</sup> Maço temático ostensivo 44.080, AHI-BSB.

<sup>405</sup> MORGENFELD, op. cit., p. 163 e 171.

<sup>406</sup> A decisão foi comunicada por Rossetti ao embaixador do Brasil, Samuel de Souza Leão Gracie, em 5 de janeiro de 1942 (HILTON, op. cit., p. 380).

<sup>407</sup> The Ambassador in Chile (Bowers) to the Under Secretary of State (Welles). 04.02.1942. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1942v05/d44>>. Acesso em: 16.06.2021.

<sup>408</sup> Maço temático ostensivo 44.080, AHI-BSB.

<sup>409</sup> Maço temático ostensivo 44.080, AHI-BSB.

<sup>410</sup> SILVA, Hélio. **1942: Guerra no continente**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1972, p. 198.

<sup>411</sup> The Ambassador in Chile (Bowers) to the Secretary of State, 15.01.1942. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1942v06/d1>>. Acesso em 15.01.2022.

concessões dos EUA, mas o fato é que, segundo o próprio Rodrigues Alves anotou no relatório sobre a conferência que submeteu a Aranha, Rossetti “estava apavorado com o Japão.”<sup>412</sup>

Havia ainda, um terceiro elemento decisivo para a posição do Chile. A aproximação com o Japão tinha resultado na formação de um grupo de apoio aos interesses do Império em Santiago.<sup>413</sup> Parte desse apoio devia-se ao suborno de políticos e militares e à compra de matérias favoráveis na imprensa.<sup>414</sup> O FBI acompanhava tudo de perto, e, no Rio de Janeiro, o subsecretário de Estado dos EUA Sumner Welles (o secretário de Estado Cordell Hull permaneceu em Washington) contou a Vargas sobre os "adiantamentos feitos pelo Japão a certos homens políticos do Chile, inclusive o próprio ministro do Exterior — Rossetti."<sup>415</sup> Aranha, por sua vez, "spread the story that Brazilian agents following Rossetti found that on two occasions he met secretly with the Japanese Ambassador."<sup>416</sup>

A reunião de chanceleres iniciou-se, pois, com posições praticamente irreconciliáveis. Para Washington, o rompimento era o “minimum required on the part of the Republics which have not broken relations if the term solidarity is to be anything other than an empty phrase.”<sup>417</sup> Como colocou Welles em seu discurso na sessão de abertura, os EUA e os demais países que já estavam em guerra contra o Eixo "shall not be dealt a deadly thrust by the agents of the Axis ensconced upon the soil, and enjoying the hospitality of others of the American Republics."<sup>418</sup> De fato, os japoneses valiam-se das imunidades diplomáticas para transportar secretamente equipamentos de rádio, inclusive para a América do Sul<sup>419</sup> e, antes de Pearl Harbor, dos EUA para o Japão.<sup>420</sup> No Brasil, não apenas a embaixada no Rio de Janeiro, mas também o consulado

---

<sup>412</sup> Maço temático ostensivo 44.080, AHI-BSB.

<sup>413</sup> IACOBELLI DELPIANO, Pedro. La “neutralidad” chilena en la Segunda Guerra Mundial (1939-1943): Un análisis historiográfico con énfasis en la literatura sobre las relaciones Chile-Japón. **Revista de Historia y Geografía**. n. 34, p. 95-018, 13 setembro 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.29344/07194145.34.356>>. Acesso em: 03.03.2021, p. 98, 102.

<sup>414</sup> IACOBELLI, Pedro; CAMINO, Nicolás. Diplomacia pública japonesa en la prensa chilena durante la Segunda Guerra Mundial. **Cuadernos de Historia**, n. 49, p. 73-97, dezembro 2018. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.4067/S0719-12432018000200073>>. Acesso em: 22.06.2020, p. 80. IACOBELLI, Pedro. Japan's Intelligence Network in Chile During the Second World War. **Journal of Contemporary History**. 2021; 56(1):77-95. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0022009419884631>>. Acesso em 22.06.2020, p. 87-88.

<sup>415</sup> VARGAS, 1995b: p. 454. Segundo a diplomacia japonesa, por outro lado, "the US was bribing half of the Chilean Congress" (IACOBELLI, 2021, p. 88).

<sup>416</sup> FRANCIS, op. cit., p. 86

<sup>417</sup> The Secretary of State to the Ambassador in Argentina (Armour), 07.01.1942. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1942v05/d24>>. Acesso em: 16.06.2021.

<sup>418</sup> FENWICK, op. cit., p. 177.

<sup>419</sup> FROM: Rio de Janeiro (Ishii) TO: Tokyo, 06.11.1941. Disponível em: <[www.ibiblio.org/pha/magic/vol-4-app.html](http://www.ibiblio.org/pha/magic/vol-4-app.html)>. Acesso em 04.08.2021.

<sup>420</sup> FROM: Tokyo (Toga) TO: Los Angeles (Rioyji), 21.10.1941. Disponível em: <[www.ibiblio.org/pha/magic/vol-4-app.html](http://www.ibiblio.org/pha/magic/vol-4-app.html)>. Acesso em 04.08.2021.

em Belém transmitiam a Tóquio, por exemplo, informações sobre o trânsito de aviões militares estadunidenses, chegando a detalhar o número de tripulantes e passageiros ou o tipo de carga que transportavam.<sup>421</sup> Em um dos casos, um diplomata japonês, não contente em atuar na cidade onde estava sediado, teria viajado a Natal para observar e fotografar bases militares.<sup>422</sup>

Argentina e Chile, por outro lado, não transigiam, mesmo depois de ficarem isolados, à medida que mais e mais países alinhavam-se aos EUA, “coagidos pela pressão americana”, como avaliou Vargas.<sup>423</sup> Os chanceleres Rossetti e Guiñazú chegaram a consultar suas capitais sobre propostas que buscavam acomodar as visões divergentes, por exemplo condicionando a ruptura de relações com os países do Eixo à aprovação legislativa, mas receberam de volta instruções rígidas.<sup>424</sup> Com isso, a conferência “was thrown into a state verging upon chaos”,<sup>425</sup> e, no dia 22 de janeiro, depois de uma semana de trabalhos, “o desânimo começava a invadir todos os espíritos”, como registrou Rodrigues Alves.<sup>426</sup>

Os japoneses buscavam minar o esforço estadunidense. Em Tóquio, a imprensa denunciava as pressões dos EUA sobre os demais países e reiterava que o Japão queria manter boas relações e restabelecer o comércio com a América do Sul.<sup>427</sup> No Rio de Janeiro, os diplomatas do Império trabalhavam em conjunto com italianos e alemães.<sup>428</sup> Nos dias 16 e 17 de janeiro, os embaixadores dos três países dirigiram cartas a Aranha, manifestando preocupação com rumores sobre ruptura de relações diplomáticas e dizendo, em ameaça velada, que tal rompimento equivaleria a uma declaração de guerra.<sup>429</sup> Ciente de onde haveria maior

---

<sup>421</sup> FROM: Rio de Janeiro (Ishii) TO: Tokyo, 15.11.1941. Disponível em: <[www.ibiblio.org/pha/magic/vol-4-app.html](http://www.ibiblio.org/pha/magic/vol-4-app.html)>. Acesso em 21.06.2021. Telegrama do consulado-geral do Japão em Belém para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Tóquio, 06.02.1941. JACAR B02030867800, p. 43.

<sup>422</sup> Maço temático ostensivo 43.520, AHI-BSB. No Japão, em contraste, qualquer estrangeiros que fosse flagrado tirando fotos corria risco de ser punido, mesmo antes da guerra. Em uma dessas ocasiões, um tripulante do *USS Mindanao* foi visto fotografando um navio da marinha imperial, e o assunto só foi resolvido com a intervenção do comandante da frota estadunidense na Ásia, almirante Thomas C. Hart (GREW, op. cit., loc. 6551).

<sup>423</sup> VARGAS, 1995b: p. 452.

<sup>424</sup> JACAR B02130645300, p. 3. VARGAS, 1995b: p. 455. Maço temático ostensivo 44.080, AHI-BSB. The Ambassador in Chile (Bowers) to the Secretary of State, 21.01.1942. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1942v05/d31>>. Acesso em 22.06.2021.

<sup>425</sup> The American Representative (Welles) to President Roosevelt, 24.01.1942. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1942v05/d38>>. Acesso em 02.08.2021.

<sup>426</sup> Relatório dos Trabalhos da III Reunião de Consulta de Ministros do Rio de Janeiro, Apresentado pelo Secretário-Geral ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, p. 46. Maço temático ostensivo 44.080.

<sup>427</sup> Telegramas 9 (20.01.1942) e 13 (22.01.1942), da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado. Maço 46-5-8, AHI-RJ. Transcritos em Cadernos do CHDD, ano 19, n° 36, 1° semestre de 2020, p. 564-565.

<sup>428</sup> IACOBELLI DELPIANO, 2016, p. 103.

<sup>429</sup> Relatório do Ministério das Relações Exteriores, 1942, p. 119-122. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/zb0028/10736>>. Acesso em: 23.06.2021. A mesma ameaça já tinha sido feita verbalmente pelo embaixador italiano a Aranha, que respondera “so what?” (The Ambassador in Brazil (Caffery) to the Secretary of State, 14.01.1942. Disponível em:

receptividade, o embaixador Ishii enviou a Dutra uma cópia de sua carta ao chanceler.<sup>430</sup> Aranha respondeu a cada uma das missivas, no dia 21, observando que “o rompimento de relações diplomáticas e comerciais é medida de alcance restrito que não implica, de acordo com o direito das gentes, no estado de guerra.”<sup>431</sup> O que não impediu a ameaça de surtir efeito.

No dia 24 de janeiro, Dutra encaminhou a Vargas parecer do chefe do Estado-Maior do Exército, general Góes Monteiro, segundo o qual o Brasil não deveria romper relações com o Eixo naquele momento, por “não estarem nossas forças armadas devidamente aparelhadas para assegurar a defesa do nosso território, na eventualidade de consequências militares do rompimento das relações diplomáticas com os países do Eixo.”<sup>432</sup> Três dias depois, reiterou ao presidente as vulnerabilidades do território brasileiro, desta vez valendo-se de expressões dramáticas, como “sem nos aventurarmos quixotesicamente a uma luta provocada e para a qual não estamos preparados” e “não nos deixemos conduzir por excitações românticas, nem por exemplos de uma platônica atitude de países satélites”.<sup>433</sup> O próprio Vargas anotou em seu diário, depois de um dos encontros com Welles, à margem da conferência, que “fico apreensivo. Parece-me que os americanos querem nos arrastar à guerra, sem que isso seja de utilidade, nem para nós, nem para eles.”<sup>434</sup>

Ocorre que os EUA não queriam que o Brasil, nem outros vizinhos, entrassem na guerra. Bastava o rompimento de relações, que privaria o Eixo de importantes recursos econômicos. Mais países em guerra significaria apenas mais território a defender.<sup>435</sup> Como ponderou Dutra, na segunda das cartas pelas quais buscou demover Vargas de cortar relações, “romper agora, de inopino, é, dada nossa bélica precariedade, apenas aumentarmos os encargos da Marinha e da

---

<<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1942v05/d734>>. Acesso em 24.06.2021). Além dos contatos no Rio de Janeiro, a ameaça foi transmitida ao embaixador do Brasil na Alemanha (SILVA, 1972, p. 220).

<sup>430</sup> Carta de Ishii a Dutra, 17.01.1942. GV c 1942.01.17. Disponível em: <[www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/13753](http://www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/13753)>. Acesso em 23.06.2021.

<sup>431</sup> Relatório do Ministério das Relações Exteriores, 1942, p. 119-122. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/zb0028/10736>>. Acesso em: 23.06.2021.

<sup>432</sup> Carta de Dutra a Vargas, 24.01.1942. GV c 1942.01.24. Disponível em: <[www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/13765](http://www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/13765)>. Acesso em 23.06.2021.

<sup>433</sup> Carta de Dutra a Vargas, 27.01.1942. ED vp 1940.11.01. Disponível em: <[www.docvirt.com/docreader.net/arq\\_ed\\_vp/2197](http://www.docvirt.com/docreader.net/arq_ed_vp/2197)>. Acesso em 23.06.2021.

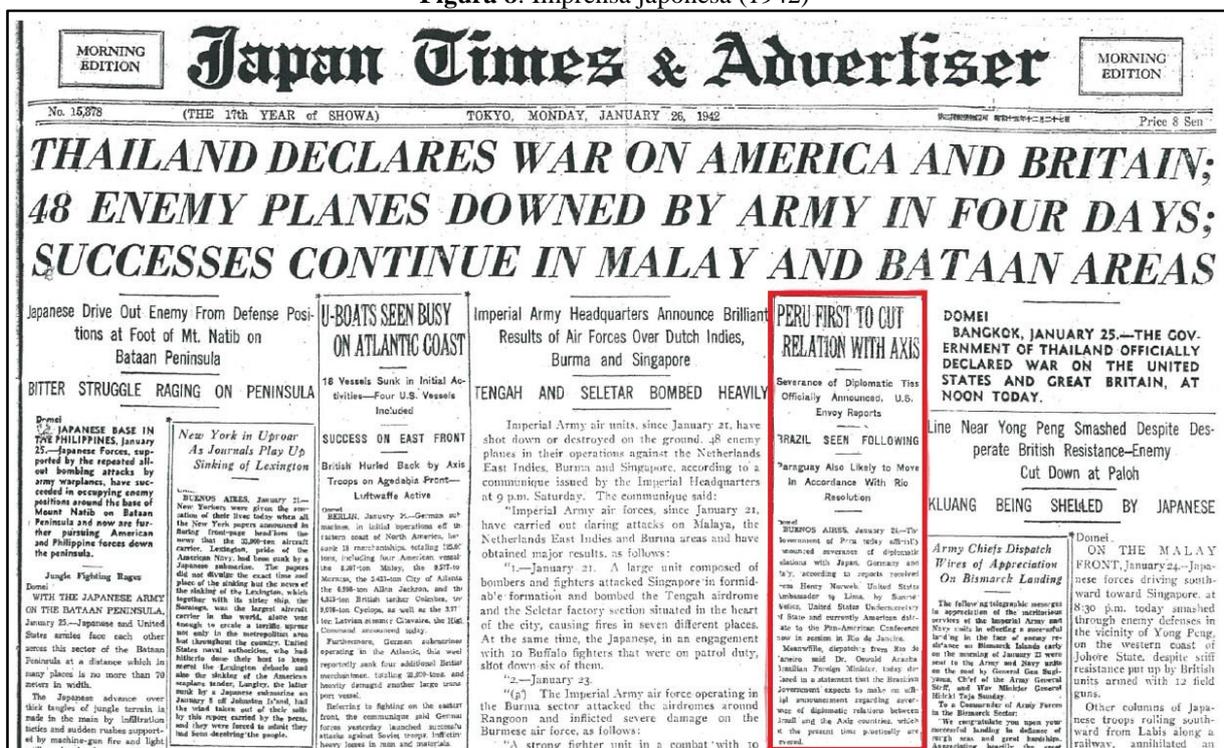
<sup>434</sup> VARGAS, 1995b: p. 451.

<sup>435</sup> MOURA, op. cit., p. 114. Só a partir da conferência de Yalta, em fevereiro de 1945, é que Washington passaria a pressionar os países americanos que ainda não tivessem declarado guerra ao Eixo a fazê-lo; até então, queriam apenas o rompimento. (MORGENFELD, op. cit., p. 162).

Aeronáutica americanas, cujos meios mais se terão ainda de dispersar para proteger-nos também."<sup>436</sup>

Esse era, precisamente, o raciocínio do Eixo. Alemanha, Itália e Japão tinham muitos interesses no Brasil (colônias significativas, capital investido, etc.), que, por sua vez, tinha poucos interesses junto àqueles países (basicamente o comércio, que, de todo modo, já estava comprometido pela guerra). Assim, o rompimento, sem declaração de guerra, era o pior dos cenários para Berlim, Roma e Tóquio. Daí porque as ameaças de interpretar o rompimento como guerra. Como colocou Mussolini, em caso de rompimento, seria preferível declarar guerra, pois "assim, imporemos aos Estados Unidos a obrigação de defender uma vasta frente."<sup>437</sup>

Figura 8: Imprensa japonesa (1942)



A imprensa japonesa acompanhava atentamente os desdobramentos da III Reunião de Consultas entre Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, ao cabo da qual diversos países rompem relações com o Eixo, inclusive o Brasil.

Fonte: Japan Times & Advertiser. 26.01.1942.

À medida que a conferência se aproximava do final, os EUA conquistavam novos adeptos. No dia 24 de janeiro, o Peru anunciou o rompimento com o Eixo. A imprensa japonesa

<sup>436</sup> Carta de Dutra a Vargas, 27.01.1942. ED vp 1940.11.01. Disponível em: <www.docvirt.com/docreader.net/arq\_ed\_vp/2203>. Acesso em 23.06.2021.

<sup>437</sup> SEITENFUS, op. cit., p. 288.

noticiou que Brasil e Uruguai provavelmente seguiriam o mesmo caminho, mas que, segundo Ishii, Argentina e Chile permaneciam irredutíveis.<sup>438</sup> Nesse dia, Aranha leu para a imprensa as cartas ameaçadoras que havia recebido, bem como suas próprias respostas, se não com a intenção, certamente com o efeito de inflamar a opinião pública.<sup>439</sup> Agravando o já tenso clima no Rio, no dia 25, o jornal *O Radical* publicou reportagem de capa sobre o provável rompimento, a qual estampou com um “X” sobre a imagem dos chefes de Estado dos países do Eixo.<sup>440</sup> Nada mais ofensivo para os japoneses, que, até hoje, idolatram o imperador como uma semi-divindade, a quem devem todas as reverências. Inconformado com a "ofensa pública ao soberano do Japão" e o "insulto ao Império", Ishii dirigiu carta a Aranha, pedindo que fosse "chamada a atenção" do periódico, e ao próprio Vargas.<sup>441</sup>

No dia 26, quando deveria acontecer o encerramento da conferência, Ishii foi ao Itamaraty, em um último esforço de evitar a ruptura. Entregou um memorando ao secretário-geral, embaixador Mauricio Nabuco, explicando que, embora se preparasse para destruir o pouco que restava da frota dos EUA no Pacífico, o Japão não tinha nenhum desígnio sobre a América do Sul; que, pelo contrário, o país buscava aumentar seu comércio com o Brasil depois da guerra; e que a colônia japonesa tinha instruções de não causar transtornos, mesmo em caso de guerra. E reiterava a ameaça de que “a ruptura de relações diplomáticas abre caminho para a guerra, pela qual o Japão não se considerará responsável.”<sup>442</sup> Nabuco tomou nota dos argumentos japoneses, mas adiantou que a ruptura era iminente.<sup>443</sup>

---

<sup>438</sup> *Peru first to cut relations with Axis*, Japan Times & Advertiser. 26.01.1942.

<sup>439</sup> Maço temático ostensivo 44.080, AHI-BSB.

<sup>440</sup> *O Radical*, 25.01.1942, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/830399/22992>>. Acesso em 24.06.2021.

<sup>441</sup> Cartas do embaixador Ishii a Vargas e a Aranha, 26.01.1942. Maço temático ostensivo 73.097, AHI-BSB. Não era a primeira vez que Ishii levava ao Itamaraty suas queixas sobre a imprensa: em setembro do ano anterior, por exemplo, escrevera a Aranha (maço temático ostensivo 41.560, AHI-BSB) para reclamar de reportagem contrária à presença de japoneses no Brasil (*Mais amarelos*, A Careta, 23.08.1941, p. 44. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/083712/71839>>. Acesso em 12.08.2021).

<sup>442</sup> Memorando do secretário-geral Nabuco ao chanceler Aranha, 26.01.1942. GV c 1942.01.17. Disponível em: <[www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/13755](http://www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/13755)>. Acesso em 24.06.2021. Sobre a instrução para que a colônia japonesa não criasse problemas, não se pode descartar que fosse uma ameaça velada. No dia 14, o embaixador italiano havia dito a Aranha que, caso o Brasil rompesse com o Eixo, o Japão declararia guerra e “implied that difficulties might ensue with the Japanese colonies here” (The Ambassador in Brazil (Caffery) to the Secretary of State, 14.01.1942. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1942v05/d734>>. Acesso em 24.06.2021).

<sup>443</sup> NINOMIYA, Masato. **10 Anos de Lacuna: 1942-1952**. In: UEHARA, Alexandre Ratsuo. (Org.). 120 Anos: Construindo os Alicerces para o Futuro das Relações Brasil-Japão. São Paulo: Lexia, 2016a, p. 53.

Figura 9: Imperador Hirohito na imprensa brasileira (1942)

**Uruguai e Perú decretaram o rompimento!**

Rio de Janeiro — Domingo, 25 de Janeiro de 1942

**O RADICAL**  
DIRECTOR RODOLPHO CARVALHO

Publicidade — 42-6512  
Gerência — 42-0725

Av. Rio Branco, 173, 2ª and.  
Alug. X — Número 3.501  
Direção — 42-2146

Redação — 42-0454  
42-8498

**São esses os representantes oficiais do Eixo no Brasil!**

A relação do pessoal diplomático dos países totalitários no Rio de Janeiro — Notas

Embaxadas do Eixo, respectivamente, para a Alemanha, Itália e Japão, os srs. Curt Fraeser, embaixador da Alemanha, General de brigada Guenter Niedtner, adido militar, Capitão de mar e guerra Dietrich Niebuhr, adido naval e de aeronáutica (domicílio em Buenos Aires).

Sr. Tharo Ishii, embaixador do governo de Toquio no Rio de Janeiro

Sr. Ugo Sola, embaixador da Itália fascista

Martin Schilperdt, conselheiro de Legação.  
Walther Becker, conselheiro de Legação.  
Eduard Harnburg von Gossel, conselheiro de Legação (adido político).  
Rudolf Rabes, secretário de Embaixada.  
Victor Braachke, conselheiro comercial.  
Conde Raban Adelman von Adelmannsfelden, adido à Embaixada.  
Capitão-tenente Herman Bohmy, adido naval, adido.

Logo que for dado, pelo Brasil, cumprimento oficial à recomendação unanimemente aprovada pela III Conferência de Consulta dos Chanceleres dos Países da América os diplomatas que representam o Eixo em nosso país deverão abandoná-lo, ao mesmo tempo em que os diplomatas nossos parciais deixarem igualmente os territórios dos países totalitários, onde representam o Brasil.

No Rio de Janeiro integram as

Sr. Curt Fraeser, embaixador da Alemanha fascista no Brasil

Sr. Tharo Ishii, embaixador do governo de Toquio no Rio de Janeiro

Sr. Ugo Sola, embaixador da Itália fascista

Martin Schilperdt, conselheiro de Legação.  
Walther Becker, conselheiro de Legação.  
Eduard Harnburg von Gossel, conselheiro de Legação (adido político).  
Rudolf Rabes, secretário de Embaixada.  
Victor Braachke, conselheiro comercial.  
Conde Raban Adelman von Adelmannsfelden, adido à Embaixada.  
Capitão-tenente Herman Bohmy, adido naval, adido.

**Quasi concluídos os trabalhos dos Chanceleres**

A Conferência deverá ser encerrada amanhã, em sessão solene no palácio Tiradentes — Foram ontem aprovados os projetos sobre Atividades Subversivas — Minorias de súditos totalitários — Estrangeiros suspeitos — Repressão à espionagem e outros

Estão quase concluídos os trabalhos da Conferência dos Chanceleres, devendo, pois, serem encerrados depois de amanhã, à tarde em sessão solene no Palácio Tiradentes.

A Segunda Comissão Política delimita como terminada a sua missão, assim como a Comissão de Solidariedade Econômica e a Comissão de Coordenação.

Na Primeira Comissão Política, foram aprovados os seguintes projetos:

1. — Projeto encoberto os de paz e de Verdade; 2. dos Estados Unidos da América; 3. do Perú — (Atividades subversivas)

Foto com um “X” sobre o rosto do imperador Hirohito gerou protestos do embaixador do Japão.

Fonte: *O Radical*, 25.01.1942, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/830399/22992>>.

Com o impasse entre as delegações, o fim da conferência foi adiado.<sup>444</sup> De modo a contornar as resistências de Chile e Argentina, acabou-se aprovando não um acordo, mas uma mera recomendação de ruptura com o Eixo, e, ainda assim, “siguendo los procedimientos establecidos por sus propias leyes y dentro de la posición y circunstancias de cada país en el actual conflicto”.<sup>445</sup> A primeira ressalva era uma referência à necessidade de aprovação legislativa, que parte da imprensa britânica, por ingenuidade ou voluntarismo, interpretou como sendo “essencialmente democrática, pois, se refere a consulta a organismos legislativos de certos países que ainda dependem dos seus Parlamentos para tais resoluções.”<sup>446</sup> Esse otimismo não se confirmou: Guíñazú voltou a Buenos Aires como herói, e o governo só mandou o texto

<sup>444</sup> JACAR B02130649200.

<sup>445</sup> Ata da 3ª Reunião de Consulta de Ministros de Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, Rio de Janeiro, 28.01.1942. Disponível em: <[www.oas.org/consejo/sp/rc/rcactas.asp](http://www.oas.org/consejo/sp/rc/rcactas.asp)>. Acesso em 24.06.2021.

<sup>446</sup> Ofício 57, da embaixada do Brasil em Londres para a Secretaria de Estado, 28.01.1942. Maço 28-2-7, AHI-RJ. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 17, nº 32, 1º semestre de 2018, p. 362-364.

ao Congresso para conhecimento.<sup>447</sup> No Chile, o candidato Juan Antonio Ríos venceu as eleições, mas, frustrando as expectativas de EUA e Brasil, também deixou a questão do rompimento de lado.<sup>448</sup>

De todo modo, a recomendação foi o máximo a que se chegou, de modo a evitar que a conferência terminasse em fracasso. Como colocou um historiador do período, "in the end the majority of nineteen gave way to the minority of two so as to preserve unanimity."<sup>449</sup> A falta de consenso em torno da ruptura levou a atritos entre o delegado estadunidense presente no Rio, Welles, que flexibilizou sua posição para garantir a unidade continental, e o secretário de Estado Hull, que, em Washington, não gostou da mera recomendação,<sup>450</sup> tida pela imprensa dos EUA como vitória argentina.<sup>451</sup>

Em Tóquio, "todos os jornais tece[ra]m os maiores elogios à atitude da Argentina e do Chile." O porta-voz do governo denunciou a pressão exercida por Washington e "congratulouse calorosamente" com Buenos Aires e Santiago pela "galante luta" contra aquele inimigo.<sup>452</sup> E a chancelaria falava em "un triunfo japonés que debilita la posición norteamericana."<sup>453</sup>

Apesar da frustração de Hull e do triunfalismo dos japoneses, a conferência adotou diversas outras recomendações, como sanções econômicas, que tinham grande potencial de causar prejuízo ao Eixo.<sup>454</sup> Uma delas instava os signatários a não autorizar que outro estado americano assumisse em seus territórios a representação dos interesses de um país de fora do continente com o qual não tivessem relações ou que estivesse em guerra com alguma nação do Novo Mundo.<sup>455</sup> Nesse sentido, o governo panamenho, por exemplo, informou ao ministro

---

<sup>447</sup> FRANCIS, op. cit., p. 90-91. E também JACAR B02130645300 p. 5.

<sup>448</sup> Carta de Carlos Martins a Getúlio Vargas, 06.04.1942. GV c 1942.04.06. Disponível em: <[www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/14135](http://www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/14135)>. Acesso em 12.07.2021. Telegrama 26, da embaixada do Brasil em Santiago para a Secretaria de Estado, 26.01.1942. Maço Confidencial 2, Estante 19, Prateleira 4, AHI-BSB. E também JACAR B02130645300 p. 5.

<sup>449</sup> FENWICK, op. cit., p. 177.

<sup>450</sup> FRANCIS, op. cit., p 92-93. Telegrama 49, da embaixada do Brasil em Washington para Secretaria de Estado, 26.01.1942. Maço Confidencial 2, Estante 19, Prateleira 4, AHI-BSB. The American Representative (Welles) to President Roosevelt, 24.01.1942. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1942v05/d38>>. Acesso em 02.08.2021.

<sup>451</sup> Telegrama 67, da embaixada do Brasil em Washington para a Secretaria de Estado, 24.01.1942. *Argentina Wins Compromise on Break with Axis*, New York Herald Tribune, 24.01.1942. *Argentines happy over pact on Axis*, The New York Times, 24.01.1942. *Argentina Victor in Rio Compromise*, The Washington Post, 24.01.1942 (Maço Confidencial 2, Estante 19, Prateleira 4, AHI-BSB).

<sup>452</sup> Telegrama 17, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 27.01.1942. Maço 46-5-8, AHI-RJ. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 19, nº 36, 1º semestre de 2020, p. 567.

<sup>453</sup> IACOBELLI DELPIANO, 2016, p. 103.

<sup>454</sup> FRANCIS, op. cit., p. 95.

<sup>455</sup> Resolução XXXVI. FENWICK, op. cit., p. 182.

argentino que não mais o reconheceria como encarregado da proteção dos interesses italianos.<sup>456</sup> Conforme uma análise talvez demasiado otimista, que lembrava o estrago que a Doutrina Monroe havia feito na imagem dos EUA junto aos países latino-americanos,

A degree of unity has been attained which, in contrast to the rivalries, suspicion and distrust that existed little more than a decade ago, could scarcely have been believed possible. It is a triumph that might well give satisfaction to those who are responsible for it, if the tasks ahead were not of such magnitude as to leave little time for dwelling upon the successes thus far attained.<sup>457</sup>

O Brasil rompeu relações com o Eixo no dia 28 de janeiro, data em que a conferência finalmente se encerrou. A decisão havia sido tomada na véspera, em reunião de Vargas com todos os ministros, na qual houve uma única voz contrária, a de Dutra.<sup>458</sup> E foi anunciada por Aranha, no discurso de encerramento da conferência. Na mesma ocasião, o chanceler anunciou o fim da disputa de fronteira entre Peru e Equador, que ele havia mediado na madrugada anterior, de modo que "roubou a cena", segundo avaliação dos japoneses.<sup>459</sup> No início da noite, as embaixadas do Eixo no Rio de Janeiro foram notificadas do rompimento, que foi também informado às representações brasileiras em Berlim, Roma e Tóquio.<sup>460</sup>

Há quem sustente que a decisão do Brasil já estava tomada antes da Conferência e que "Vargas apenas aguardava o momento em que os Estados Unidos demonstrassem sua disposição em conceder as reivindicações brasileiras."<sup>461</sup> Algumas fontes primárias também apontariam nesse sentido. Antes de embarcar para o Rio de Janeiro, Welles afirmou já ter recebido "assurances so far from all of the Republics except Chile and Argentina that they will support the United States in this objective [rompimento conjunto com o Eixo]."<sup>462</sup> Em linha similar, mas argumentando antecedência menor, o embaixador Nabuco anotou em correspondência privada que, quando chegaram as cartas ameaçadoras dos embaixadores do Eixo, nos dias 16 e 17 de janeiro, Vargas mandou romper imediatamente relações, e que "foi o

---

<sup>456</sup> Telegrama 10, da legação do Brasil no Panamá para a Secretaria de Estado, 03.03.1942. Maço 38-1-5, AHI-RJ.

<sup>457</sup> FENWICK, op. cit., p. 202-203.

<sup>458</sup> ED vp 1946.00.00. Disponível em: <[www.docvirt.com/docreader.net/arq\\_ed\\_vp/2760](http://www.docvirt.com/docreader.net/arq_ed_vp/2760)>. Acesso em 24.06.2021. Maço temático ostensivo 44.040, AHI-BSB.

<sup>459</sup> JACAR B02130645300 p. 5

<sup>460</sup> Maço temático ostensivo 44.080, AHI-BSB. Telegrama 14, 28.01.1942, da Secretaria de Estado para a embaixada do Brasil em Tóquio (Maço 46-5-12, AHI-RJ. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 19, nº 36, 1º semestre de 2020, p.568-569).

<sup>461</sup> MOURA, op. cit., p. 91.

<sup>462</sup> The Secretary of State to the Ambassador in Argentina (Armour), 07.01.1942. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1942v05/d23>>. Acesso em 24.06.1942.

Oswaldo Aranha que tardou em fazê-lo – talvez para obter um efeito mais dramático na Conferência, talvez por outro motivo."<sup>463</sup>

Não parece, contudo, que tenha sido o caso. O governo brasileiro estava dividido, e, como se viu, Dutra resistiu ao rompimento até o final. Vargas temia a guerra e, se de fato mandou que se rompessem as relações com o Eixo antes do fim da Conferência, nos termos descritos por Nabuco, o mais provável é que tenha sido um arroubo momentâneo. O próprio Aranha, o mais abertamente pró-Washington dos ministros, não estava disposto a acompanhar os EUA a qualquer custo e informou Welles que, se a Argentina ficasse isolada, talvez o Brasil não pudesse apoiar os EUA, argumento que contribuiu para que o delegado estadunidense flexibilizasse sua posição, à revelia de Hull. O cuidado em não fazer da Argentina um vizinho hostil era tão grande que Vargas e Aranha teriam considerado dar a Guiñazú o crédito pelo acordo Peru-Ecuador, em troca de uma mudança de postura.<sup>464</sup>

Parecem, pois, mais plausíveis as avaliações segundo as quais “a struggle was going on between President Vargas and the military, with the army fearing a strong anti-fascist position”<sup>465</sup> e “Getúlio Vargas ponderou até o último instante sobre os prós e contras do rompimento.”<sup>466</sup> Apenas no dia 23, quando Chile e Argentina sinalizaram que concordariam com a linguagem de mera recomendação, mais atenuada que a dos rascunhos anteriores, é que se pode dizer que o Brasil já tivesse fechado uma posição — e, ainda assim, contra o voto de Dutra.<sup>467</sup> Só nesse sentido, ou seja, com meros dias de antecedência, é que deve ser compreendida a avaliação de que “Brazil took its decision in advance of the closing session, but reserved public notification until that occasion.”<sup>468</sup> Nesse contexto, a afirmação de Welles do início de janeiro, segundo a qual apenas Argentina e Chile não estariam comprometidos com o rompimento, constutía, muito provavelmente, tentativa de pressionar os governos daqueles países.

---

<sup>463</sup> NABUCO, Maurício. **Maurício Nabuco e o diário secreto da diplomacia brasileira (1919-1977)**. Manuscrito, 2020, p. 232.

<sup>464</sup> FRANCIS, op. cit., p. 85 e 93.

<sup>465</sup> Ibidem, p. 86.

<sup>466</sup> ALVES, Vágner Camilo. **Da Itália à Coreia: decisões sobre ir ou não à guerra**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007, p. 72.

<sup>467</sup> Nesse dia, o Itamaraty informou as embaixadas em Berlim, Roma e Tóquio, as quais ainda “deveriam aguardar ulteriores instruções”, que, embora a conferência ainda estivesse em curso, a recomendação de ruptura seria aprovada. Relatório do Ministério das Relações Exteriores, 1942, p. 127-130. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/zb0028/10744>>. Acesso em: 23.06.2021.

<sup>468</sup> FENWICK, op. cit., p. 179

Quanto ao Japão, não se concretizou a ameaça de guerra. No dia 30 de janeiro, o porta-voz do governo disse que não tinha sido recebida notificação oficial do rompimento pelo Brasil, apenas relatos de agências de notícias.<sup>469</sup> De fato, o embaixador em Tóquio, Frederico de Castello Branco Clark, ainda não tinha recebido o telegrama com as instruções do Rio de Janeiro,<sup>470</sup> e é provável que tampouco houvessem chegado notícias de Ishii. O chanceler Togo foi além e afirmou perante a Dieta que o Japão só se considerava em guerra contra EUA e Reino Unido e sequer declararia guerra aos demais países americanos que lhe tivessem declarado guerra.<sup>471</sup> Na mesma linha, a imprensa japonesa reproduzia declarações de outras autoridades, segundo as quais os latinoamericanos, e os brasileiros em particular, não eram considerados inimigos.<sup>472</sup>

Por que o Japão não levou a cabo suas repetidas ameaças de responder ao rompimento com a guerra? Em primeiro lugar, o objetivo principal da diplomacia na conferência do Rio de Janeiro havia sido atingido. A influência dos EUA na região já estava consolidada, como atestavam as nove declarações de guerra anteriores à conferência, de modo que era inevitável um rompimento majoritário. Mas a tenaz resistência de Chile e Argentina, e a consequente falta de consenso, constituíram resultado positivo para Japão, que poderia pô-lo a perder com qualquer ato hostil à região.

Em segundo lugar, o Japão precisava pensar no seu aprovisionamento depois da guerra, principalmente se o conflito terminasse por meio de um cessar-fogo, sem indicação inequívoca de vencedores e vencidos. Em 1940, o embaixador alemão já havia procurado Vargas para falar sobre compras de algodão e café depois que se encerrassem as hostilidades.<sup>473</sup> Após a conferência do Rio, até o Reino Unido, maior aliado dos EUA, passou a ver com preocupação a aproximação econômica entre Washington e a América Latina.<sup>474</sup> Nesse contexto de competição por mercados, uma declaração de guerra por parte do Japão tornaria ainda mais difícil a retomada dos fluxos comerciais com os países americanos.

---

<sup>469</sup> *No News of Brazil Breaking off Ties*, The Japan Times & Advertiser, 30.11.1942.

<sup>470</sup> Memorando do embaixador Clark para o chanceler Aranha, 22.08.1942. Maço 46-2-10, AHI-RJ. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 19, nº 36, 1º semestre de 2020, p. 570-576.

<sup>471</sup> *O Japão não declarará guerra*, A Noite, 31.01.1942, p. 1. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/348970\\_04/13354](http://memoria.bn.br/DocReader/348970_04/13354)>. *Japão só se considera em guerra com os EE. UU. e a Inglaterra*. A Noite, 1.02.1942, p. 2. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/348970\\_04/13367](http://memoria.bn.br/DocReader/348970_04/13367)>. Acesso em 29.06.2021.

<sup>472</sup> MIRANDA, Mario Botelho de. **Um Brasileiro no Japão Em Guerra**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944, p. 263.

<sup>473</sup> SEITENFUS, op. cit., p. 244. VARGAS, 1995b: p. 321, 324.

<sup>474</sup> MOURA, op. cit., p. 106-107.

Por fim, é difícil crer que, apesar do sucesso no ataque a Pearl Harbor, o Japão tivesse capacidade de infligir dano significativo aos países da região. A marinha imperial não contava mais com o elemento surpresa, fundamental para o sucesso do ataque a Pearl Harbor, de onde, de qualquer forma, ainda teria milhares de quilômetros a percorrer até a costa dos EUA ou qualquer outro ponto do continente americano. De modo que a ameaça que se vislumbrava não era a possibilidade de uma invasão, mas, na pior das hipóteses, de um ataque do tipo "hit-and-run", como avaliou o próprio Roosevelt, ao debruçar-se sobre a situação do Chile.<sup>475</sup> Assim, uma declaração de guerra seria inócua do ponto de vista militar, trazendo apenas prejuízos políticos e, possivelmente, agravando o sofrimento dos mais de 200 mil japoneses e descendentes que viviam no Brasil e em outros países da região.

### II.3) A troca de diplomatas

Na comunicação pela qual anunciou aos representantes do Eixo no Rio de Janeiro o rompimento de relações, Aranha disse que, “tendo cessado a função de Vossa Excelência entre nós, Senhor Embaixador, sinto ser obrigado a remeter-lhe o passaporte que o habilita e ao pessoal de sua Missão a seguirem, com segurança, para o seu país.”<sup>476</sup> A saída do país, contudo, ainda teria que esperar longos meses, assim como o retorno dos brasileiros que se encontravam no Japão e na China. A organização dessa operação de repatriação foi a primeira tarefa dos países que Brasil e Japão designaram para atuar como intermediários.

O Japão recorreu a um aliado natural, a Espanha. Madri já havia ficado encarregada dos interesses nipônicos junto aos impérios alemão e austro-húngaro, na 1ª Guerra Mundial, e era parceira no pacto anti-comintern, ao qual aderira em 1939.<sup>477</sup> Em fins de 1937, Tóquio havia

---

<sup>475</sup> The Secretary of State to the Ambassador in Chile (Bowers), 26.01.1942. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1942v06/d8>>. Acesso em 25.01.2022.

<sup>476</sup> Relatório do Ministério das Relações Exteriores, 1942, p. 127-130. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/zb0028/10744>>. Acesso em: 07.07.2021.

<sup>477</sup> Além da Espanha, que ficou a cargo dos interesses japoneses em praticamente todo o continente americano (mas não no México, que apoiava os republicanos e, após a vitória de Franco, rompeu relações com a Espanha), também responderam pelos interesses nipônicos durante a 2ª Guerra Mundial Portugal (junto a México e Guatemala), Suíça e Suécia (RODAO GARCÍA, Florentino. **Relaciones Hispano-Japonesas, 1937-1945**. 1993. Tese (Doutorado em História Contemporânea) — Faculdade de Geografia e História, Universidade Complutense de Madri, Madri. Disponível em <<https://eprints.ucm.es/24308/>>. Acesso em 08.12.2020, p. 454). A Suécia, inclusive, ficou encarregada dos interesses japoneses no Havaí, atendendo a um pedido de Tóquio, pois lá moravam mais de 400 mil japoneses (38% da população do Havaí) e nem Suíça nem Espanha tinha representação na ilha (LOTTAZ, op. cit., p. 190).

reconhecido o governo de Franco (embora o chanceler Hirota fosse contra), que, por sua vez, fora um dos primeiros a reconhecer o Manchukuo, estado fantoche por meio do qual Tóquio buscava dar traços de legitimidade à ocupação da Manchúria.<sup>478</sup> Além de ver em Franco um parceiro na luta contra o comunismo (apesar da neutralidade oficial, a Espanha chegou a enviar tropas para lutar ao lado de Hitler, contra a URSS), o Japão não tinha boas relações com o governo republicano, cujo representante junto à Sociedade das Nações, embaixador Salvador de Madariaga, chegara a ser apelidado de Dom Quixote da Manchúria, por ter liderado a iniciativa por sanções ao Japão, em reação ao “incidente” de 1931. Em março de 1937, Madri até tentou remediar a situação, enviando um novo encarregado de negócios que já tinha morado no Japão, mas a legação em Tóquio estava nas mãos de partidários de Franco, que sequer deixaram-no ter acesso ao prédio.<sup>479</sup>

Ademais das afinidades políticas, havia uma razão prática que interessava ao Japão: a Espanha tinha uma ampla rede diplomática na América Latina, onde estava estabelecida parte importante da diáspora nipônica. Além disso, muitos países da região ainda não haviam declarado guerra ao Eixo, de modo que cabia não descuidar dos respectivos governos, de modo a contrarrestar a pressão dos EUA pela unidade continental. De resto, Tóquio esperava contar com a influência e a boa vontade dos muitos missionários espanhóis para que a ocupação das Filipinas fosse mais bem aceita pela população local.<sup>480</sup>

No Brasil, a questão da guarda dos interesses era debatida antes mesmo do início da conferência de chanceleres americanos. Mesmo de longe, o embaixador Clark percebeu a gravidade da situação, tanto que mandou fechar sua conta bancária em Xangai, no dia 12 de janeiro de 1942.<sup>481</sup> No dia seguinte, sugeriu ao Itamaraty que, em caso de ruptura, os interesses

---

<sup>478</sup> Em 1940, o governo japonês já parecia tão pouco preocupado com a legitimidade do Manchukuo que distribuiu às embaixadas estrangeiras em Tóquio uma lista do corpo diplomático na qual figurava um embaixador do Manchukuo de nome “autenticamente” chinês, acompanhado de 22 colaboradores com nomes japoneses (Diário do ministro suíço em Tóquio, Camille Gorgé, p. 36. Disponível em: <dodis.ch/50633>. Acesso em 15.07.2021).

<sup>479</sup> RODAO, Florentino. Japan and the Axis, 1937-8: Recognition of the Franco Regime and Manchukuo. **Journal of Contemporary History**, vol. 44, no. 3, 2009, pp. 431–447. Disponível em <www.jstor.org/stable/40543042>. Acesso em 16.03.2022, p. 432-446.

<sup>480</sup> RODAO GARCÍA, Florentino. La difícil (des)protección: la España de Franco y la representación de intereses japoneses en América Latina durante la Guerra del Pacífico. **Cuadernos de la Confederación Académica Nipona, Española y Latinoamericana (CANELA)**, [S. l.], v. 26, p. 24-39, 2015. Disponível em: <www.cuadernoscanela.org/index.php/cuadernos/article/view/33>, p. 28. Na mesma linha, o cuidado com “the presence in Greater East Asia of numerous adherents of the Roman Catholic faith” foi uma das razões evocadas pelo Japão para acreditar um diplomata junto a Santa Sé, em 1942 (Report by the Former Ambassador in Japan (Grew), sem data. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1942v01/d673>>. Acesso em 17.01.2022).

<sup>481</sup> Com o rompimento, Clark nunca viu a cor de seu saldo, que acabou mandando doar para o serviço social de uma igreja católica, em Tóquio. Carta do embaixador Clark ao *Yokohama Specie Bank*, 12.01.1942, e carta do

brasileiros no Japão fossem a cargo de Suécia ou Portugal, “devendo ser excluída a hipótese da Suíça, cujo ministro não tem se mostrado à altura da missão da proteção dos interesses norte-americanos, colombianos e egípcios.”<sup>482</sup> Portugal também foi a sugestão do ministro do Brasil na China, Renato de Lacerda Lago.<sup>483</sup>

Brasil e Portugal mantinham, de fato, relações fluidas. Em outubro de 1940, foi ao Brasil que o Reino Unido recorreu para que manifestasse o “interesse amistoso, por intermédio dos nossos embaixadores junto aos governos de Espanha e Portugal, para que nenhum deles fosse envolvido na guerra.”<sup>484</sup> Em 1941, três semanas após Pearl Harbor, foi a vez de o encarregado de negócios português em Vichy solicitar ao embaixador Luís Martins de Souza Dantas que o Brasil se mantivesse neutro.<sup>485</sup> De modo que a sugestão de Clark e Lago foi acatada, e, antes do rompimento, o Brasil consultou Portugal, que se mostrou pronto a assumir a defesa dos interesses da ex-colônia, deixando de sobreaviso seus representantes diplomáticos na Alemanha, Itália, Japão, Romênia e Hungria.<sup>486</sup>

---

Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão à legação de Portugal em Tóquio, 03.07.1942 (JACAR B15100372300, p. 3 e 13). Os ienes que os brasileiros detinham no Japão, por outro lado, puderam ser levados de volta ao Brasil (Maço temático ostensivo 43.965, AHI-BSB).

<sup>482</sup> Telegrama 4, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 13.01.1942. Maço 46-5-8, AHI-RJ. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 19, nº 36, 1º semestre de 2020, p. 563. Não se encontraram as razões que terão embasado a opinião desabonadora de Clark sobre o ministro suíço, Camille Gorgé, que, na realidade, já respondia não apenas pelos interesses de EUA, Colômbia e Egito, mas também de Cuba, Guatemala, Panamá e Venezuela, e ainda viria a acumular os de vários outros países (LOTTAZ, op. cit., p. 474-477). Sua legação em Tóquio estava completamente sobrecarregada, abrigando gente em vários cômodos, e os funcionários sofriam todo tipo de admoestação da polícia japonesa, que os via como defensores dos interesses do inimigo. Só em 1944, viria a mandar “environ 1.000 notes verbales au Ministère des affaires étrangères pour la protection des intérêts étrangers confiés à la Suisse”, e, em fevereiro de 1945, o Gaimusho reclamaria que ele se empenhava demais na defesa dos interesses americanos e britânicos (Diário do ministro suíço em Tóquio, Camille Gorgé, p. 348. Disponível em: <dodis.ch/50633>. Acesso em: 6.07.2021). O próprio embaixador dos EUA avaliou que “we could not possibly have a better person looking after our interests” (GREW, op. cit., loc. 9108). Ironicamente, o retorno de Clark e dos demais brasileiros à terra natal dependeria de negociações conduzidas justamente pelo ministro suíço, já que viajariam no mesmo navio que os estadunidenses. E, em 1942, talvez Clark tenha mudado de opinião, pois registrou ele próprio que, em ao menos uma ocasião, o ministro de Portugal se mostrou pouco diligente (Memorando ao ministro, 22.08.1942. Maço 46-2-10, AHI-RJ. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 19, nº 36, 1º semestre de 2020, p. 570-571).

<sup>483</sup> Memorando ao ministro, 15.08.1942. Maço temático ostensivo 39.669, AHI-BSB.

<sup>484</sup> VARGAS, 1995b: p. 348.

<sup>485</sup> SEITENFUS, op. cit., p. 281.

<sup>486</sup> SCHIAVON, Carmem Burgert. **Estado Novo e relações luso-brasileiras (1937-1945)**. 2007. Tese (Doutorado em História) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em <<https://hdl.handle.net/10923/3950>>. Acesso em: 18.03.2022, p. 241. Portugal viria a representar o Brasil junto a quase todas as potências com as quais o Rio de Janeiro romperia relações diplomáticas, mas houve pelo menos uma exceção: a Suíça encarregou-se dos interesses brasileiros junto à Dinamarca (Liste des Etats représentés par la Suisse pendant la deuxième guerre mondiale 1939-1945. Disponível em: <<https://dodis.ch/18539>>. Acesso em: 18.03.2022).

O pedido brasileiro vinha a calhar para Lisboa. A aproximação com o Rio de Janeiro não só garantia maior presença no Brasil frente à crescente influência estadunidense, como contribuía para que Portugal "ocupasse posição de maior destaque junto ao cenário mundial". Havia, ainda, o elo humano. A numerosa comunidade portuguesa no Brasil expressava grande simpatia pelo país que os recebia e seguia crescendo: entre 1937 e 1941, mais de 65 mil portugueses haviam desembarcado em portos brasileiros. Assim, Portugal não apenas assumiu a proteção formal dos interesses do Brasil, mas manteve a neutralidade bastante favorável que já vinha praticando. Em 1940, deu todo o apoio possível ao trânsito de material militar comprado pelo Brasil junto à Alemanha, mas cujo embarque a bordo do *Siqueira Campos* o Reino Unido tentou bloquear. E, em 1943, autorizou o trânsito de oficiais aviadores brasileiros por Lisboa. A aproximação com o Brasil seguiria valorizada por Portugal ao longo da guerra, como demonstrado pelo envolvimento pessoal do presidente do Conselho de Ministros, Antonio de Oliveira Salazar, na organização de desfile de um contingente da Força Expedicionária Brasileira (FEB) que, no caminho de volta da Itália, fez escala em Lisboa. Na tarde de segunda-feira, 3 de setembro de 1945, o comércio foi fechado e as ruas de Lisboa encheram-se para prestigiar os 162 oficiais e 1.636 praças brasileiros, que, ao embarcarem no *Duque de Caxias*, no dia seguinte, foram novamente saudados por populares, no cais do porto.<sup>487</sup>

Quando abraçou a defesa dos interesses brasileiros, Portugal tinha também boas relações com o Japão, de quem havia cogitado comprar armamentos, em 1940,<sup>488</sup> e com quem havia celebrado acordo para o estabelecimento de rota aérea Tóquio-Timor Leste, em 1941.<sup>489</sup> À medida que a guerra se prolongava, contudo, novos desafios quase comprometeram o relacionamento bilateral. Em setembro de 1941, um barco patrulha português havia sido metralhado por uma embarcação japonesa (embora sem feridos) em águas adjacentes a Macau,<sup>490</sup> que, além da própria importância, servia de base para a atuação da colônia portuguesa em Hong Kong, "das mais numerosas e mais ricas da cidade".<sup>491</sup> Em 1942, tropas japonesas ocuparam Timor Leste e subjugararam as forças portuguesas ali presentes, mas Salazar não quis

---

<sup>487</sup> SCHIAVON, op. cit., p. 15, 193, 223-225, 265-267 e 271-281.

<sup>488</sup> COMPRA DE MATERIAL DE GUERRA AO JAPÃO PARA DEFESA DAS COLÓNIAS, 18.10.1940. PT/TT/AOS/D-N/3/5/9, Arquivo Nacional Torre do Tombo. Disponível em: <<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3896296>>. Acesso em: 07.07.2021.

<sup>489</sup> MORISHIMA, op. cit.: p. 89.

<sup>490</sup> PEREIRA, Bernardo Futscher. **A Diplomacia de Salazar (1932-1949)**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2012, p. 307.

<sup>491</sup> OLIVEIRA, Nelson Tabajara de. **Roteiro do Oriente**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933, p. 233.

o rompimento — "inexplicavelmente", na avaliação do embaixador do Brasil em Portugal,<sup>492</sup> mas com o objetivo de não colocar a neutralidade em risco e, com isso, preservar Macau.<sup>493</sup> Em 1944, em meio a negociações sobre a devolução de Timor, Londres sugeriu que Lisboa declarasse guerra<sup>494</sup>, e, finalmente, em 1945, a imprensa noticiou que Portugal (assim como Espanha) cogitou declarar guerra ao Japão — o que acabou não acontecendo.<sup>495</sup> Nada isso impediu que, em janeiro de 1942, Portugal começasse a trabalhar pela volta dos diplomatas brasileiros.

Tendo recebido com atraso a notícia do rompimento, o embaixador Clark solicitou, no domingo, 1º de fevereiro de 1942, uma audiência no Gaimusho para o dia seguinte, quando pretendia fazer a comunicação oficial da ruptura. Na segunda de manhã, quando se preparava para sair, porém, foi surpreendido por militares e policiais, que cortaram as comunicações da embaixada e ocuparam o prédio, impedindo a entrada e a saída de quem quer que fosse. Os demais diplomatas — os primeiros-secretários Rui Pinheiro Guimarães, “arrancado arbitrariamente da cama, que guardava por prescrição médica,” e Pedro Nabuco de Abreu, que chegara em Tóquio havia pouco tempo e vivia com sua esposa no Hotel Imperial — foram levados à embaixada, onde tiveram que passar a morar, dormindo em leitos improvisados e submetidos ao “regime vexatório” imposto pelos japoneses.<sup>496</sup> No mesmo dia, a polícia “invadia e varejava demoradamente” também os consulados em Yokohama e Kobe.<sup>497</sup>

Nos territórios chineses ocupados pelo Japão, a situação era similar. Em Pequim, o ministro Lago teve suas comunicações com o Rio de Janeiro bloqueadas imediatamente após Pearl Harbor<sup>498</sup> e, no dia 21 de fevereiro, viu-se confinado na legação do Brasil, que ficava “fora

---

<sup>492</sup> Carta de João Neves a Getúlio Vargas, 10.07.1944. GV c 1944.07.10/1. Disponível em: <[www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/19431](http://www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/19431)>. Acesso em: 06.07.2021.

<sup>493</sup> MORISHIMA, op. cit., p. 95-96 e 110.

<sup>494</sup> PEREIRA, op. cit., p. 327, 343-345 e 421.

<sup>495</sup> *Mais dois adversários para o Japão*, Jornal do Comércio, 02-03.04.1945, p. 2. <[http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_13/24868](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_13/24868)>. Acesso em: 28.07.2021.

<sup>496</sup> Memorando ao ministro, 22.08.1942. Maço 46-2-10, AHI-RJ. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 19, nº 36, 1º semestre de 2020, p. 570-571. Em outubro de 1941, Guimarães havia sido designado para a legação do Brasil em Berna, mas sua mudança deve ter sido inviabilizada pela guerra (*Decretos assinados*, Jornal do Comércio, 10.10.1941, p. 3. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_13/8993](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_13/8993)>. Acesso em 28.07.2021).

<sup>497</sup> MIRANDA, op. cit., p. 266.

<sup>498</sup> Maço temático ostensivo 39.669, AHI-BSB. Lago deve ter tomado conhecimento da ruptura pelos jornais ou por algum colega do corpo diplomático, e, no dia 29 de janeiro, queimou os documentos sigilosos (Ata da incineração dos códigos telegráficos da correspondência e de outros documentos do arquivo da legação do Brasil em Pequim. Maço temático ostensivo 39.669, AHI-BSB).

do bairro privilegiado, em um beco apertadíssimo”.<sup>499</sup> Os soldados japoneses, ademais, confiscaram suas armas pessoais, inutilizaram o rádio e cortaram o telefone.<sup>500</sup> Pouco depois, juntou-se a ele o secretário Manoel Bento Casado, obrigado a se mudar do hotel em que morava para a legação. A condição de ambos era agravada pelo limbo diplomático a que foram relegados pelos japoneses, que não lidavam mais com o governo brasileiro, mas tampouco reconheciam Portugal como representante legítimo de seus interesses em território chinês.<sup>501</sup> Piorava a situação a inação do ministro português, que residia em Xangai e, "suponho que com receio de desagradar aos japoneses, não me respondeu à carta que sobre o assunto lhe dirigi, a qual ele próprio, mais tarde, me confessou ter recebido." Lago e Casado ficavam, assim, “à mercê da má fé dos japoneses e da displicência de quem devia proteger os interesses brasileiros na China ocupada.”<sup>502</sup>

Em Xangai, os japoneses eram ligeiramente mais benevolentes, embora as comunicações também sofressem restrições.<sup>503</sup> Extremamente cosmopolita, a cidade abrigava de "russos siberianos foragidos da revolução de 1918"<sup>504</sup> a judeus perseguidos pelos nazistas.<sup>505</sup> Como registrou o vice-cônsul do Brasil, José Osvaldo de Meira Penna, foi justamente essa mistura de nacionalidades que parece ter garantido um tratamento melhor:

De um modo geral, pode-se afirmar que a atitude dos japoneses em relação aos diplomatas inimigos foi menos descortês do que no Japão, em Pequim e em outras cidades militarmente ocupadas. Talvez deva-se ao fato de que os japoneses, sempre ansiosos em manter a face, preferiram não dar mostras de incivilidade numa metrópole onde a presença de grande número de

---

<sup>499</sup> FIGUEIREDO, José de Lima. **O Japão por dentro**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1944, p. 198.

<sup>500</sup> Maço temático ostensivo 39.669, AHI-BSB.

<sup>501</sup> Telegramas 116, da embaixada do Brasil em Lisboa para a Secretaria de Estado (28.03.1942) e 93, da Secretaria de Estado para a embaixada do Brasil em Lisboa (30.03.1942). Maço 27-3-5, AHI-RJ. Transcritos em Cadernos do CHDD, ano 18, nº 34, 1º semestre de 2019, p. 469-470. De maneira análoga, as forças de ocupação japonesas impuseram dificuldades a que o consulado-geral suíço em Xangai assumisse a representação dos interesses britânicos, holandeses e estadunidenses (Relatório do cônsul-geral da Suíça em Xangai, Emile Fontanel, 13.01.1942 - 24.06.1942. Disponível em: <<https://dodis.ch/51403>>. Acesso em 28.01.2022).

<sup>502</sup> Comunicação do cônsul do Brasil em Xangai, James Mee, 29.09.1942. Maço temático ostensivo 39.669, AHI-BSB.

<sup>503</sup> Ibidem. E também diário do ministro suíço em Tóquio, Camille Gorgé, p. 154. Disponível em: <[dodis.ch/50633](https://dodis.ch/50633)>. Acesso em: 09.07.2021. Sem contato com o Rio de Janeiro ou com a embaixada em Pequim, o cônsul-geral do Brasil em Xangai achou prudente queimar documentos sigilosos "na banheira do apartamento" após ouvir pela BBC notícias sobre a Conferência do Rio de Janeiro e a ruptura de relações com o Eixo (PENNA, José Flávio de Meira. Uma Recordação. **Boletim da Associação dos Diplomatas Brasileiros**, ano I, nº 4, p. 6-7, agosto de 1993. Disponível em <<https://adb.org.br/wp-content/uploads/pdf/revista-adb-4.pdf>>. Acesso em: 18.03.2022).

<sup>504</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 238-239.

<sup>505</sup> KERSHAW, op. cit., p. 495.

estrangeiros constitui como que um observatório aberto da opinião pública mundial.<sup>506</sup>

Isso não quer dizer que os estrangeiros não tenham ficado à mercê da desordem que já reinava em Xangai antes da eclosão da guerra e que foi por ela acentuada. Sem poder receber remessas de dinheiro, os funcionários do consulado brasileiro só conseguiram se manter vendendo seus bens.<sup>507</sup> Nas ruas, pessoas morriam de frio e de fome, e seus cadáveres eram abandonados.<sup>508</sup> Banditismo ("crianças tiveram suas barrigas abertas para nelas se esconder as barras de ouro e as armas contrabandeadas nos limites da cidade"), terrorismo e violência policial ("casos de suicídios consequentes a torturas foram comuns assim como desaparecimentos") continuavam na ordem do dia. Tratava-se, em suma, de uma cidade sem lei: "na China sempre houve o racionamento vigorando por força do poder aquisitivo de cada um: quem tem, sempre encontrará o que quer no mercado negro; e quem não tem morre de fome."<sup>509</sup>

Enquanto isso, no Rio de Janeiro, os diplomatas japoneses seguiam levando uma vida quase normal; só não podiam sair da capital.<sup>510</sup> No dia 19 de fevereiro, terça-feira de carnaval, o embaixador Ishii foi jantar em um restaurante na Gávea. Seu carro ainda ostentava as placas diplomáticas, e o assunto ganhou a imprensa.<sup>511</sup> Ainda assim, o governo brasileiro manteve o tratamento liberal dispensado aos japoneses, limitando-se a pedir à embaixada em Lisboa que esclarecesse junto às autoridades portuguesas "se continua a ser assegurado ao Embaixador do Brasil em Tóquio o uso de chapa diplomática em seu automóvel."<sup>512</sup>

---

<sup>506</sup> Maço temático ostensivo 39.669, AHI-BSB.

<sup>507</sup> PENNA, op. cit., p. 6-7.

<sup>508</sup> FIGUEIREDO, 1944, p. 221. Relatório do vice-cônsul do Brasil em Xangai, José Osvaldo de Meira Penna, 1942. Maço temático ostensivo 39.669, AHI-BSB.

<sup>509</sup> Maço temático ostensivo 39.669, AHI-BSB.

<sup>510</sup> JACAR B02032914900, p. 5. De Togo (Tóquio) para Tsuchida (Pequim), 25.02.1942 (JACAR B02032983500, p. 1-2).

<sup>511</sup> *Japoneses audaciosos!*, A Notícia, 19.02.1942. Maço temático ostensivo 74.943, AHI-BSB. A presença de Ishii no restaurante também foi relatada a Aranha por telegrama de um dos clientes presentes no momento (BRASIL, Bernardo Henrique Penha. **Brasil e Japão: O rompimento de relações diplomáticas e a declaração de guerra. Estudo histórico, diplomático e cultural.** 2003. Dissertação (Mestrado em Diplomacia) — Instituto Rio Branco, Brasília, p. 88).

<sup>512</sup> Telegrama da Secretaria de Estado para a embaixada do Brasil em Lisboa, 23.02.1942. Maço temático ostensivo 74.943, AHI-BSB. Em abril, os diplomatas japoneses ainda estariam circulando com placas diplomáticas no Rio de Janeiro (Nota 54, da embaixada da Espanha no Rio de Janeiro para o Itamaraty, 24.04.1942. Maço temático ostensivo 40.972).

O Itamaraty estava informado dos maus-tratos dispensados aos diplomatas brasileiros em Tóquio desde o primeiro momento,<sup>513</sup> mas, somente no início de março, quando a imprensa carioca denunciou o “inqualificável procedimento das autoridades japonesas”,<sup>514</sup> resolveu retaliar.<sup>515</sup> No dia 8, anunciou que os diplomatas japoneses (mas não italianos e alemães) passariam a ser confinados na embaixada ou em suas residências. O embaixador Ishii teria direito a uma hora de caminhada por dia, regalia que, a duras penas, o ministro de Portugal em Tóquio havia conseguido para Clark.<sup>516</sup> Além dos diplomatas, a embaixada japonesa contava com três adidos militares.<sup>517</sup> Um deles, coronel Naokata Utsunomiya, foi objeto de vigilância especial da polícia, que o questionou sobre conexões com supostos agitadores<sup>518</sup> e deixou-o incomunicável durante uma semana, até finalmente autorizar a visita de um representante da embaixada da Espanha.<sup>519</sup> Em fevereiro, ele havia sido um dos japoneses a receberem vultosas remessas por meio do *Yokohama Specie Bank*, o que chamou a atenção do Itamaraty.<sup>520</sup> A suspeita era compartilhada por serviços de inteligência aliados: em abril, um certo major Keller, provavelmente da embaixada dos EUA, sondou o Itamaraty sobre eventual saída do país de Utsunomiya.<sup>521</sup> O próprio governo japonês tinha tentado tirá-lo do Brasil, em janeiro, designando-o como adido em Santiago, mas o governo chileno não autorizou.<sup>522</sup>

Embora fosse medida retaliatória, o confinamento dos japoneses acirrou os ânimos do outro lado do mundo. No dia 13 de março, a embaixada da Espanha no Rio de Janeiro transmitiu

---

<sup>513</sup> Telegramas 24 (01.02.1942), 28 (03.02.1942), 36 (07.02.1942) e 71 (04.03.1942), da embaixada do Brasil em Lisboa para a Secretaria de Estado. Maço 27-2-12, AHI-RJ. Transcritos em Cadernos do CHDD, ano 18, nº 34, 1º semestre de 2019, p. 460-461 e 465-466. Já no telegrama de 01.02.1942, há não apenas informação de que os diplomatas brasileiros em Tóquio estavam “detidos e incomunicáveis”, como também registro de que Clark “pergunta se Vossa Excelência pode adotar a mesma atitude” com relação aos japoneses no Rio de Janeiro.

<sup>514</sup> *Incomunicável o embaixador do Brasil em Tóquio*, A Noite Dominical, 08.03.1942, p. 1. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/348970\\_04/13922](http://memoria.bn.br/docreader/348970_04/13922)>. Acesso em: 13.07.2021.

<sup>515</sup> Telegrama do embaixador da Espanha no Brasil, Raimundo Fernández-Cuesta, 08.03.1942. JACAR B02032910500, p. 18-19.

<sup>516</sup> *Incomunicáveis, desde sábado, o embaixador e todo o pessoal diplomático do Japão*, Diário de Notícias, 10.03.1942, p. 9. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/093718\\_02/9124](http://memoria.bn.br/DocReader/093718_02/9124)>. Acesso em: 7.07.2021.

<sup>517</sup> Maço temático ostensivo 49.610, AHI-BSB. Maço temático confidencial 14.02.02, AHI-BSB.

<sup>518</sup> U.S. War Department Military Intelligence Division information on Japanese secret military organizations. Disponível em: <[www.ndl.go.jp/brasil/e/data/R/G006/G006-NARA0001r.html](http://www.ndl.go.jp/brasil/e/data/R/G006/G006-NARA0001r.html)>. Acesso em 18.08.2021. Também há registro do nome *Naokata* grafado como *Naotaka*.

<sup>519</sup> JACAR B02032914900, p. 6.

<sup>520</sup> PERAZZO, Priscilla Pereira. **Prisioneiros da Guerra: os “súditos do Eixo” nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)**. São Paulo: Editora Humanitas, 2009, p. 90.

<sup>521</sup> Memorando ao secretário-geral do Itamaraty, com anotações à mão, 10.04.1942. Maço temático ostensivo 74.447, AHI-BSB.

<sup>522</sup> Telegrama 29, da embaixada do Brasil em Santiago para a Secretaria de Estado, 30.01.1942. Maço temático ostensivo 74.447, AHI-BSB. Ainda durante a guerra, Utsunomiya seria enviado às Filipinas, onde, já como general de brigada, enfrentaria as forças de MacArthur.

protesto formal ao Itamaraty, alegando que “o tratamento dado aos funcionários brasileiros é correto”.<sup>523</sup> Em Tóquio, o porta-voz do governo, Tomokazu Hori, afirmou que, “in contrast to the generous treatment accorded the Brazilian Ambassador in Japan, the Brazilian government has confined the Japanese Ambassador to Brazil and he is practically prisoner at the Embassy”, acrescentando crer que, uma vez que tivesse informação correta sobre as liberdades acordadas a Clark, o Rio de Janeiro melhoraria o tratamento dispensado a Ishii.<sup>524</sup> Como não poderia deixar de ser, a imprensa japonesa ecoava a retórica do governo:

"A vileza do Brasil. O Brasil maltrata os japoneses. Perigoso passo dado pelo Brasil. A nossa paciência tem limites. Precisamos tomar represálias (!). Os súditos brasileiros aqui residentes poderão sofrer as consequências (sic) etc., etc.," eram epígrafes, manchetes diárias, durante muito tempo, e que aqui traduzo literal e fielmente...<sup>525</sup>

Não era a primeira vez que Hori mentia sobre o tratamento dispensado aos diplomatas estrangeiros. Em janeiro, ele havia sustentado que o Japão tratava com generosidade os representantes de países que lhe haviam declarado guerra ou rompido relações, ilustrando o argumento com o fato de o ministro da Colômbia ser visto andando livremente pelas ruas de Tóquio.<sup>526</sup> A verdade, contudo, é que isso se devia a uma dificuldade logística: o colombiano morava no Hotel Imperial, de modo que a polícia não tinha como cercear seus movimentos sem constranger os demais hóspedes do prestigioso estabelecimento. E suas comunicações com Bogotá já haviam sido bloqueadas antes mesmo do rompimento.<sup>527</sup>

---

<sup>523</sup> Telegrama 72, da Secretaria de Estado para a embaixada do Brasil em Lisboa, 13.03.1942. Maço 27-3-5, AHI-RJ. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 18, nº 34, 1º semestre de 2019, p. 468.

<sup>524</sup> *Brazil is Mistaken on Envoy, says Hori*, Japan Times & Advertiser, 13.03.1942

<sup>525</sup> MIRANDA, op. cit., p. 273.

<sup>526</sup> *No News of Brazil Breaking off Ties*, The Japan Times & Advertiser, 30.01.1942.

<sup>527</sup> Diário do ministro suíço em Tóquio, Camille Gorgé. p. 146, 160. Disponível em: <dodis.ch/50633>. Acesso em: 18.03.2022.

Figura 10: Tensão após o rompimento (1942)

14 de Março de 1942

15

Revista da Semana

# O momento diplomático nipo-brasileiro



○ dr. Castello Branco Clark, Embaixador do Brasil no Japão.



○ sr. Itato Ishii, Embaixador do Japão no Brasil.

Informa o Itamaraty por intermedio da Agencia Nacional:

"O Governo Brasileiro está informado oficialmente de que o Embaixador e os funcionarios diplomaticos e consulares do Brasil no Japão se encontram em situação vexatoria e de constrangimento, incompativel com os usos e costumes internacionais. O nosso Embaixador foi posto em incomunicabilidade, a nossa Embaixada foi ocupada pelas forças da policia civil e militar, que nela permanecem, e os nossos funcionarios são tratados como prisioneiros de guerra.

O Governo Brasileiro, que tem concedido aos diplomatas e funcionarios dos países com os quais cessou as suas relações diplomaticas todas as garantias e lhes assegurado todas as liberdades, de accordo com a sua tradição de hospitalidade, vê-se forçado, a contra gosto, a dar ao Embaixador e aos funcionarios nipônicos no Brasil um tratamento equivalente ao que estão recebendo os diplomatas e cônsules brasileiros no Japão."



○ palacete de Praia de Botafogo n.º 364, sede da Embaixada do Japão, no Rio. Vêem-se no jardim os elementos da Polícia que cumprem as instruções do nosso Governo.



A Embaixada do Brasil, em Tóquio.



A Chancelaria da Embaixada Brasileira em Tóquio.

• • • •

No início de 1942, as embaixadas do Brasil em Tóquio e do Japão no Rio de Janeiro foram palco de momentos de tensão, em que tomaram parte os embaixadores Frederico de Castello Branco Clark e Itato Ishii.

Fonte: *O momento diplomático nipo-brasileiro*, Revista da Semana, 14.03.1942. P. 15. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/025909\\_04/5904](http://memoria.bn.br/DocReader/025909_04/5904)>.

Duas semanas após ter confinado os japoneses no Rio de Janeiro, o governo brasileiro voltou atrás. As "restrições excepcionais" foram levantadas, e os japoneses voltaram a poder "circular livremente nas cidades onde residem", embora sob "vigilância discreta" das autoridades.<sup>528</sup> Retomaram até a prática do golfe.<sup>529</sup> A medida teria sido motivada por um suposto relaxamento nas condições impostas aos brasileiros em Tóquio,<sup>530</sup> onde, no entanto, permanecia "o mesmo regime vexatório do início, com o edifício da Embaixada ocupado, dia e noite, pela polícia japonesa civil e em uniforme e incomunicabilidade do Embaixador e demais membros da Embaixada e dos Consulados brasileiros."<sup>531</sup>

Na China, ao menos, Lago valeu-se das notícias sobre o afrouxamento das restrições aos japoneses no Rio de Janeiro para insistir nos pedidos de autorização para sair da residência oficial. E teve algum sucesso: inicialmente, foram atendidas apenas solicitações pontuais (igreja, por ocasião da Páscoa; cabeleireiro, no caso da esposa, etc.), até que, a partir de 18 de abril, foram autorizados a "sair de casa, durante o dia, duas vezes por semana, para fazermos compras ou passeios a pé. Não nos era permitido fazer visitas."<sup>532</sup>

O dia 18 de abril de 1942, aliás, terá sido particularmente angustiante para quem estava no Japão. Por determinação do presidente Roosevelt, as forças estadunidenses organizaram uma arriscada missão com o objetivo de atacar Tóquio e outras grandes cidades japonesas. Os bombardeios foram levados a cabo por aviões que não tinham autonomia para voltar ao porta-aviões de onde decolaram, de modo que tiveram que pousar na China e na URSS. A investida infligiu poucos danos materiais, como anotou com bom humor o ministro suíço, Camille Gorgé, mas mudou os cálculos dos estrategistas do Império:

On sait maintenant que les bombardiers américains étaient commandés par le général Doolittle. Ce nom prête à sourire, car, effectivement, il n'aura pas fait grand mal à l'ennemi. Il doit s'agir plutôt d'un vol psychologique ou tout simplement d'un vol d'essai. Le Japon est, en principe, vulnérable par la voie des airs. Voilà le fait important, voire capital.<sup>533</sup>

---

<sup>528</sup> SHIZUNO, Elena Camargo. **Bandeirantes do Oriente ou Perigo Amarelo: os imigrantes japoneses e a DOPS na década de 40**. 2001. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) — do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível Em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/24690>>. Acesso em: 15.03.2022, p. 99.

<sup>529</sup> NINOMIYA, 2016a: p. 54.

<sup>530</sup> Telegrama 320, do embaixador Tomii (Argentina), 02.04.1942. JACAR B02032814800.

<sup>531</sup> Memorando do embaixador Clark para o chanceler Aranha, 22.08.1942. Maço 46-2-10, AHI-RJ. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 19, nº 36, 1º semestre de 2020, p. 570-576.

<sup>532</sup> Maço temático ostensivo 39.669, AHI-BSB.

<sup>533</sup> Diário do ministro suíço em Tóquio, Camille Gorgé. p. 176. Disponível em: <[dodis.ch/50633](https://dodis.ch/50633)>. Acesso em 13.07.2021.

Em Yokohama, um brasileiro que estava confinado no apartamento onde morava testemunhou o ataque, bem como o "intenso" fogo das baterias antiaéreas com que os japoneses reagiram.<sup>534</sup> Em Tóquio, o embaixador Grew teve a impressão que "the Japanese batteries lost their heads and fired on their own pursuit planes."<sup>535</sup> Claramente, nada saiu como no exercício que um brasileiro testemunhara anos antes, no qual as defesas reagiram perfeitamente, levando o observador a concluir que "doravante Tóquio poderá repelir enérgica e prontamente qualquer ataque aéreo. Não há mais dúvida a esse respeito."<sup>536</sup>

O que se seguiu parece ter sido uma completa confusão: "le désordre est indescriptible. La police a été débordée et ne peut plus rien." O medo de novos bombardeios fez com que, à noite, as luzes passassem a ter que permanecer apagadas. E o receio de que a população se revoltasse contra estrangeiros, agravado por boatos de que os ataques tinham mirado em escolas, levou a um reforço do policiamento em frente às missões estrangeiras.<sup>537</sup> A tensão era tamanha que mesmo o ministro da aliada Itália passou a precisar de autorização do Ministério do Interior para se deslocar de Tóquio à vizinha Yokohama.<sup>538</sup> Possivelmente por essa época é que os japoneses decidiram deslocar os diplomatas brasileiros para "um hotel pouco confortável e caro, em Atami, distante cerca de 100 quilômetros de Tóquio, em relativa liberdade." Mas a estada durou apenas 14 dias, após os quais foram levados de volta à capital para reencontrar "o mesmo regime policial a que vínhamos sendo sujeitos."<sup>539</sup>

Enquanto isso, arrastavam-se as difíceis negociações para a troca de diplomatas. Devido ao tamanho dos contingentes, logo ficou acordado que os latino-americanos deixariam o Japão junto com os estadunidenses, que eram o maior grupo, da mesma maneira que um mesmo navio transportaria os japoneses de todo o continente americano. Assim, as negociações eram conduzidas, primordialmente, por meio da Suíça, protetora dos interesses estadunidenses no Japão, e da Espanha, que representava o Império junto aos EUA.

---

<sup>534</sup> MIRANDA, op. cit., p. 270-271.

<sup>535</sup> GREW, op. cit., loc: 9352.

<sup>536</sup> BAHIANA, Henrique Paulo. **O Japão que eu vi**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, p. 284-289.

<sup>537</sup> Diário do ministro suíço em Tóquio, Camille Gorgé. p. 175-176. Disponível em: <dodis.ch/50633>. Acesso em 13.07.2021. A desconfiança em relação aos estrangeiros levou a polícia a interrogar um dos brasileiros que residiam no Japão (MIRANDA, op. cit., p. 271).

<sup>538</sup> Diário do ministro suíço em Tóquio, Camille Gorgé. p. 179. Disponível em: <dodis.ch/50633>. Acesso em 19.07.2021.

<sup>539</sup> Memorando do embaixador Clark para o chanceler Aranha, 22.08.1942. Maço 46-2-10, AHI-RJ. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 19, nº 36, 1º semestre de 2020, p. 570-576. A estada em Atami é mencionada no memorando, que é de agosto, mas não em um anexo de abril, que fala que "completa hoje dois meses de nosso confinamento forçado".

Inicialmente, aventou-se que duas embarcações cruzassem o Pacífico simultaneamente e em sentidos opostos, entre Yokohama e São Francisco. Mas essa possibilidade logo foi afastada "because the Japanese Army and Navy have categorically refused to consider allowing an American ship to come into Japanese waters."<sup>540</sup> Acordou-se, então, que a troca de diplomatas ocorreria em Maputo — hoje, capital de Moçambique; à época, Lourenço Marques, colônia do neutro Portugal. A partir daí, iniciou-se uma longa troca de listas de passageiros, pedidos e exigências, cujo trâmite tornava-se particularmente lento pela necessidade da intermediação de Berna e Madri. Não bastassem as diferenças entre inimigos, havia dificuldades entre aliados, algumas das quais muito prosaicas. O embaixador Clark, por exemplo, não aceitou que os funcionários menos graduados viajassem em terceira classe, de modo a possibilitar a acomodação de todos no navio.<sup>541</sup> O embaixador Grew, por sua vez, insistia em dar prioridade às mulheres, mas o ministro suíço não se conformava com a sugestão, segundo a qual "la dernière des dactylos aurait été placée à bord avant un ministre plénipotentiaire."<sup>542</sup>

Após meses confinados, diplomatas e civis de todo o continente americano viram uma luz no fim do túnel: "enfim, depois de tudo isso, a 17 de junho, felizmente, embarcávamos no vapor 'Assama Maru'."<sup>543</sup> A longa espera havia cobrado seu preço. Doente, o cônsul da Nicarágua foi levado ao porto de Yokohama direto de seu leito no Hospital Internacional São Lucas, pelo qual passara também a esposa do ministro do Panamá. O representante diplomático da Holanda, general Pabst, havia "succombé en captivité d'une maladie de cœur que les épreuves consécutives à son internement n'avaient fait qu'aggraver."<sup>544</sup> A esposa do brasileiro Pedro Nabuco de Abreu, "sofrendo de pneumonia no inverno áspero e na casa não aquecida, só fora tratada por um médico depois de vários e insistentes pedidos"<sup>545</sup> e também acabou falecendo durante o confinamento.<sup>546</sup> Mas aos que sobreviveram, a redenção parecia próxima. Na noite de 18 de junho (manhã do dia 19 no Japão), o navio sueco *Gripsholm* zarpou de Nova

---

<sup>540</sup> GREW, op. cit., loc. 9005.

<sup>541</sup> The Minister in Switzerland (Harrison) to the Secretary of State, 09.06.1942. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1942v01/d358>>. Acesso em 15.07.2021. Nessa época, os diplomatas brasileiros, até mesmo um jovem de 27 anos que assumiria como "auxiliar" no consulado em Xangai, viajavam em primeira classe (OLIVEIRA, op. cit., p. 18).

<sup>542</sup> Diário do ministro suíço em Tóquio, Camille Gorgé, p. 187 dodis.ch/50633. Disponível em: <dodis.ch/50633>. Acesso em 19.07.2021.

<sup>543</sup> MIRANDA, op. cit., p. 273.

<sup>544</sup> Diário do ministro suíço em Tóquio, Camille Gorgé, p. 159, 189. Disponível em: <dodis.ch/50633>. Acesso em 19.07.2021.

<sup>545</sup> PENNA, op. cit., p. 7

<sup>546</sup> Memorando ao ministro, 22.08.1942. Maço 46-2-10, AHI-RJ. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 19, nº 36, 1º semestre de 2020, p. 570-571.

York com 1065 japoneses, entre diplomatas e cidadãos comuns, além de 18 tailandeses.<sup>547</sup> O que, pela reciprocidade acordada, significava que a partida do *Asama Maru* era iminente.

No Japão, porém, a situação se complicava. Tóquio recusava-se a entregar dois americanos acusados de “crime grave” e, apresentando uma lista de 160 nomes que não teriam sido embarcados no *Gripsholm*, ameaçava retirar 160 pessoas do *Asama Maru*.<sup>548</sup> Diante do impasse, e com informações desencontradas (no dia 20, o embaixador da Espanha nos EUA recebeu de Madri informação, incorreta, de que o *Asama Maru* já teria zarpado),<sup>549</sup> o Departamento de Estado optou por dar carta branca ao ministro suíço no Japão. Receoso de ver meses de negociações irem por água abaixo, Gorgé favoreceu fazer partir o navio o quanto antes, em troca do compromisso (que corria o risco de não ser cumprido) de que os dois estadunidenses retidos fossem incluídos na segunda troca de nacionais. E, para alívio dos passageiros a bordo, conseguiu contornar a questão dos 160 nomes supostamente faltantes.<sup>550</sup> Sua estratégia não era sem fundamento. Acusados de espionagem, alguns passageiros, incluindo um missionário septuagenário, relataram ter sofrido as mais terríveis torturas nas mãos dos japoneses, a ponto de afirmarem que “if the negotiations for our exchange failed they would commit suicide rather than return to their imprisonment in Japan.”<sup>551</sup> Finalmente, nas primeiras horas do dia 25 de junho, o *Asama Maru* levantou âncora para deixar a baía de Tóquio.<sup>552</sup>

Quatro dias depois, partiu de Xangai o navio italiano *Conte Verde*, levando residentes na China, inclusive brasileiros. O ministro Lago e o secretário Casado tinham deixado Pequim de trem no dia 13, depois de entregarem a guarda do material da legação ao vice-cônsul de Portugal.<sup>553</sup> No limbo diplomático, só puderam levar o que conseguiram carregar,<sup>554</sup> muito

---

<sup>547</sup> The Secretary of State to the Minister in Switzerland (Harrison), 20.06.1942. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1942v01/d366>>. Acesso em 15.07.2021. Depois de ser atacada no mesmo dia de Pearl Harbor, a Tailândia acabou assinando um armistício com o Japão e, em janeiro de 1942, declarou guerra aos EUA e ao Reino Unido.

<sup>548</sup> Diário do ministro suíço em Tóquio, Camille Gorgé, p. 187-188. Disponível em: <[dodis.ch/50633](https://dodis.ch/50633)>. Acesso em 19.07.2021.

<sup>549</sup> The Secretary of State to the Ambassador in Brazil (Caffery), 24.06.1942. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1942v01/d368>>. Acesso em: 15.07.2021.

<sup>550</sup> Diário do ministro suíço em Tóquio, Camille Gorgé, p. 189-190. Disponível em: <[dodis.ch/50633](https://dodis.ch/50633)>. Acesso em 19.07.2021.

<sup>551</sup> GREW, op. cit., loc. 9493

<sup>552</sup> The Minister in Switzerland (Harrison) to the Secretary of State, 26.06.1942. Disponível: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1942v01/d369>>. Acesso em 19.07.2021. Três anos mais tarde, essa mesma baía de Tóquio seria palco da rendição formal do Japão, assinada a bordo do *USS Missouri*.

<sup>553</sup> Protocolo da entrega do material, bens e móveis da legação do Brasil em Pequim, 07.06.1942. Maço temático ostensivo 39.669, AHI-BSB.

<sup>554</sup> Maço temático ostensivo 39.669, AHI-BSB.

embora Brasil e Japão tivessem acordado, com a intermediação portuguesa, que os diplomatas poderiam partir com toda a bagagem e mobília.<sup>555</sup> Em Xangai, juntaram-se ao funcionários do consulado, e ao vice-cônsul em Kobe, Heraldo Pacheco de Oliveira, que estava a caminho dos EUA quando a guerra estourou e permaneceu meses nas Filipinas ("onde passara maus bocados desde o ataque a Pearl Harbor"<sup>556</sup>) até conseguir, finalmente, chegar à China. Novamente, verificou-se um contraste entre os tratamentos dispensados aos brasileiros em cada uma das cidades, pois os de Xangai puderam levar a bordo todos os seus pertences, inclusive "móveis, alfaias e preciosidades chinesas e tudo chegou intacto."<sup>557</sup>

Os dois navios encontraram-se ao largo de Singapura, depois de o *Asama Maru* parar em Hong Kong, onde "subiram para bordo cerca de 300 pessoas, trôpegas e doentias, mais mortas do que vivas", evidenciando que os maus-tratos eram prática difundida pelo Império. Não havia conforto: no *Asama Maru*, "nada de divertimentos, de bebidas",<sup>558</sup> no *Conte Verde*, "a infecta comida de bordo, em grande parte composta de farinha poluída, provocou uma epidemia quase generalizada de diarreia."<sup>559</sup> Além disso, havia a ameaça constante de ataques de submarinos, propositais ou por engano. Logo que o *Conte Verde* deixou Xangai, o *USS Plunger*, que estava na região, partiu em seu encalço, mas a tragédia foi evitada quando o submarino estadunidense recebeu uma das mensagens reiterando o salvo-conduto concedido ao navio italiano.<sup>560</sup> Os passageiros, naturalmente, permaneceram alheios a esse risco, a ponto de o vice-cônsul brasileiro em Xangai, José Osvaldo de Meira Penna, avaliar que, apesar dos desconfortos, a viagem foi "tediosa".<sup>561</sup> Finalmente, no dia 22 de julho, os dois navios chegaram a Maputo. Na entrada da baía, cruzaram com o petroleiro estadunidense *Malay*, que, "ostentando as listas democráticas da América do Norte", saudou-os "apitando o 'V' da Vitória,

---

<sup>555</sup> JACAR B02032896100, p. 4 e 7. Mais tarde, Lago descobriria, indignado, que "os diplomatas e cônsules japoneses levaram do Brasil mais de 3 mil caixotes." (maço temático ostensivo 39.669, AHI-BSB). Tóquio e o Rio de Janeiro concordaram também em autorizar seus embaixadores a repatriar até 15 mil ienes (troca de notas entre a embaixada da Espanha no Rio de Janeiro (30.05.1942) e o Itamaraty (04.06.1942). JACAR B02032910400, p. 38 e 40).

<sup>556</sup> MIRANDA, op. cit., p. 273.

<sup>557</sup> PENNA, op. cit., p. 7.

<sup>558</sup> MIRANDA, op. cit., p. 274, 275.

<sup>559</sup> PENNA, op. cit., p. 7.

<sup>560</sup> USS PLUNGER - War Diary, 5/1/42 to 7/31/42. Disponível em: <<https://catalog.archives.gov/id/133950945>>. Acesso em 24.08.2021. Em outra versão, visivelmente mais fantasiosa, o torpedeamento só teria sido abortado "at the last minute" (Blair Jr, 1975: p. 254).

<sup>561</sup> PENNA, op. cit., p. 7.

em Morse!" Para os brasileiros, a recepção tornou-se ainda mais calorosa quando desembarcaram e foram "acolhidos como sabem receber os nossos irmãos lusitanos."<sup>562</sup>

Figura 11: Diário de bordo do *USS Plunger* (1942)

U. S. S. PLUNGER		
C-O-N-F-I-D-E-N-T-I-A-L <u>WAR DIARY</u>		
<u>June 26, 1942</u>		
<u>G.C.T.</u>	<u>L.C.T.</u>	
0300	1200	Position 32-26N, 127-28E.
0800	1700	Swinging ship for compass deviations.
0915	1815	Steadied on course 000°T and pgc.
1004	1904	Sighted Saishu To bearing 307°T, distant 55 miles.
1130	2030	Surfaced.
1143	2043	Changed course to 330°T, and pgc.
1456	2356	Received a message from Comtaskfor 7 to Task Group 7.6 that Conte Verde would depart Shanghai about June 29. Decided to proceed to a position off Shanghai in Area Twelve to intercept the above vessel. Changed course to 235°T and pgc. and went ahead 80% on two generators, 11.0 knots.
V.C.T.		
<u>June 28, 1942</u>		
1959(27)	0459	Made routine dive at dawn to 55 feet. Proceeding on both screws at 1/3 speed, 3 knots. Course 230°T and pgc.
2300(27)	0800	Position 30-47N, 123-54E.
0300	1200	Position 30-39N, 123-43E.
0900	1800	Decoded routine message from Comtaskfor 7 to Task Force 7 stating that Conte Verde is carrying diplomats and is granted safe conduct.
1100	2000	Position 30-46N, 123-31E.
1144	2044	Changed course to 140°T and pgc.
1212	2112	Surfaced.
1226	2126	Changed course to 230°T and pgc.
1253	2153	Changed course to 140°T and pgc. Steering various courses during the night to avoid lighted fishing boats. Approximately fourteen were sighted. It was decided inadvisable to attack these boats as they were probably manned by Chinese crews and also it was not desirable to disclose own position at this time.
V.C.T.		

No dia 26 de junho de 1942, o submarino *USS Plunger* saiu à caça do *Conte Verde*; só no dia 28, recebeu a informação de que o navio estava transportando diplomatas.

Fonte: USS PLUNGER - War Diary, 5/1/42 to 7/31/42. Disponível em: <<https://catalog.archives.gov/id/133950945>>.

<sup>562</sup> MIRANDA, op. cit., p. 275-276.

Dois dias antes, o *Gripsholm* tinha aportado em Maputo.<sup>563</sup> De Nova York, o navio sueco fora ao Rio de Janeiro, onde, no dia 2 de julho, subiram a bordo cerca de 400 japoneses, inclusive o embaixador Ishii.<sup>564</sup> Conforme o já citado acordo recíproco, puderam levar farta bagagem, mas alguns bens foram confiscados, sobretudo objetos de valor, como jóias, cristais e metais, mas também jornais, pedaços de couro curtido e até uma pele de onça.<sup>565</sup> O embarque foi acompanhado de perto pela embaixada dos EUA, que, enquanto o *Asama Maru* estava sendo retido em Yokohama depois da partida do *Gripsholm* de Nova York, recebera instruções claras de Washington: “please request that sufficient guards be on hand when vessel docks to prevent Japanese from leaving ship.”<sup>566</sup>

Apesar da desconfiança de Washington, a escala no Rio transcorreu normalmente, e, no dia 4, o *Gripsholm* zarpou para Maputo, onde japoneses, tailandeses e americanos trocaram de navios.<sup>567</sup> Além dos passageiros, também foram transferidos víveres que cruzavam o mundo. Dos EUA iam alimentos, roupas, medicamentos, tabaco, tabletes de vitamina B, etc. que contribuiriam para aliviar a penúria de prisioneiros de guerra e civis não apenas estadunidenses,

---

<sup>563</sup> The Consul at Lourenço Marques (Preston) to the Secretary of State, 28.07.1942. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1942v01/d373>>. Acesso em 19.07.2021.

<sup>564</sup> *Chegou o “Gripsholm”*, A Noite, 03.07.1942, p. 3. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/348970\\_04/15727](http://memoria.bn.br/DocReader/348970_04/15727)>. *O “Gripsholm”*, Gazeta de Notícias, 04.07.1942, p. 5. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_07/11903](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_07/11903)>. Acesso em 19.07.2021. Entre os passageiros, havia 14 japoneses que residiam no Paraguai (PITILLO, João Claudio Platenik e SANTOS, Roberto Santana. **1942: A Diplomacia Brasileira em Guerra no Oceano Atlântico**. Revista Navigator, v. 16, n. 32, 2020. Disponível em: <[www.revistanavigator.com.br/navg32/dossie/N32\\_dossie4.html](http://www.revistanavigator.com.br/navg32/dossie/N32_dossie4.html)>. Acesso em 29.07.2021, p. 63).

<sup>565</sup> Em 1944, o material apreendido foi entregue à embaixada da Espanha, exceto três aparelhos de rádio, que, "por constituir presa de guerra", ficaram sob a guarda do Itamaraty (maço temático ostensivo 43.519, AHI-BSB. Ver também o maço temático ostensivo 47.632, AHI-BSB). No embarque em Yokohama, pelo menos um brasileiro, Mario Botelho de Miranda, que não era diplomata, teve que deixar para trás caixas com livros e outros pertences, que foram repatriadas depois da guerra mediante os bons ofícios do governo português, acionado pelo Itamaraty. Ver farta documentação a respeito, de 05.1946 a 04.1950, nos maços temáticos ostensivos 43.965 e 47.564, AHI-BSB. Também há registro sobre o assunto em arquivos portugueses (SCHIAVON, op. cit., p. 264) e japoneses (334: Portuguese Diplomatic Agency, Binder No. 1, 15 May 1949 - 1950. Disponível em: <<https://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/11032758>>. Acesso em 31.01.2022).

<sup>566</sup> The Secretary of State to the Ambassador in Brazil (Caffery), 19.06.1942. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1942v01/d365>>. Acesso em 19.07.2021.

<sup>567</sup> *A partida dos ex-representantes diplomáticos do Japão*, Jornal do Commercio, 04.07.1942, p. 3. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_13/12623](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_13/12623)>. Acesso em 19.07.2021.

mas também de outros países.<sup>568</sup> Do Japão, onde o esforço de guerra impunha racionamento de bens,<sup>569</sup> o principal, senão o único, item enviado aos residentes nas Américas foi o chá verde.<sup>570</sup>

No dia 26 de julho, o *Asama Maru* e o *Conte Verde* levantaram âncora para cruzar novamente o oceano Índico. Em meados de agosto chegaram ao Japão, onde Ishii e os demais chefes de missão diplomática repatriados das Américas foram recebidos pelo imperador. Depois da audiência protocolar, o soberano ouviu detalhes sobre as fracassadas negociações em Washington de parte do embaixador Nomura e do enviado especial Saburo Kurusu, que se juntara às conversas semanas antes do ataque a Pearl Harbor, num último esforço diplomático.<sup>571</sup>

No outro sentido, os nacionais das Américas seguiram viagem pelo *Gripsholm*. Embora houvesse menos cabines,<sup>572</sup> a comida era melhor que no *Asama Maru* e no *Conte Verde*<sup>573</sup> e “havia toda sorte de diversões, com bares e jogos em funcionamento”. Na manhã de 10 de agosto, os passageiros avistaram a “linda Guanabara, como se fosse um sonho,”<sup>574</sup> e, finalmente, chegaram ao Rio de Janeiro, onde foram recebidos com “extraordinária animação no cais”.<sup>575</sup> Para fins de registro, eis a lista de brasileiros repatriados:

Do Japão:

1. Frederico de Castello Branco Clark, embaixador
2. Um empregado de nacionalidade sueca
3. Rui Pinheiro Guimarães, da embaixada em Tóquio

---

<sup>568</sup> Em 20.07.1944, o ministro da Suíça em Tóquio anotaria: “ce n’est pas sans une certaine inquiétude que nous avons vu disparaître les dernières boîtes de conserves que j’avais fait venir d’Amérique avec le dernier bateau d’échange.” (Diário do ministro suíço em Tóquio, Camille Gorgé. p. 309. Disponível em: <dodis.ch/50633>. Acesso em 19.07.2021).

<sup>569</sup> MIRANDA, op. cit., p. 254.

<sup>570</sup> Vide correspondência do representante do Comitê Internacional da Cruz Vermelha no Japão, Fritz Paravicini, e do ministro da Suíça naquele país, Camille Gorgé (JACAR B05014027200, p. 5, 36, 46, 75).

<sup>571</sup> *Returning Envoys Granted Audience*, Japan Times & Advertiser, 22.08.1942.

<sup>572</sup> The Consul at Lourenço Marques (Preston) to the Secretary of State, 28.08.1942. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1942v01/d376>>. Acesso em: 19.07.2021.

<sup>573</sup> PENNA, op. cit., p. 7.

<sup>574</sup> MIRANDA, op. cit., p. 276.

<sup>575</sup> *Volta à liberdade, A Noite*, 10.08.1942, p. 1. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/348970\\_04/16347](http://memoria.bn.br/DocReader/348970_04/16347)>. Acesso em: 25.07.2021. Apesar de todos os percalços, os brasileiros que vieram da Ásia chegaram antes dos últimos repatriados da Europa, que só pisaram em solo pátrio no dia 20 de novembro (PITILLO e SANTOS, op. cit., p. 66).

4. Pedro de Alcântara Nabuco de Abreu, da embaixada em Tóquio (também foi transportado pelo *Gripsholm* o corpo de sua esposa, falecida durante o confinamento no Japão)
5. José Gomide Júnior, cônsul em Yokohama
6. Ericine Dias Gomide, esposa
7. Fernando Gomide, filho (14 anos)
8. Aloysio Gomide, filho (11 anos)
9. Luiz de Souza Bandeira, do consulado em Yokohama
10. Elza M. de Souza Bandeira, esposa
11. Sonia de Souza Bandeira, filha (8 anos)
12. Ilze Montagna de Souza (o nome, sem detalhes, aparece nas listas de passageiros junto com os da família Souza Bandeira)
13. Aluísio de Magalhães, encarregado do consulado-geral em Kobe
14. Jeanine Magalhães, esposa
15. Heraldo Pacheco de Oliveira, do consulado-geral em Kobe (embarcou junto com os repatriados da China, depois de regressar das Filipinas, onde se encontrava quando a guerra estourou)
16. Mario Botelho de Miranda, advogado, estava no Japão a título privado
17. Luis Antonio Pimentel, professor universitário, foi ao Japão ainda nos anos 1930 para intercâmbio acadêmico e acabou contratado pelo consulado em Yokohama
18. Attal M. Soares, não identificado

Da China:

19. Renato de Lacerda Lago, ministro
20. Esther de Proença Lago, esposa
21. Pedro de Lacerda Lago, filho menor de idade
22. Erna Meyer, empregada de nacionalidade alemã
23. Manoel Bento Casado, da legação em Pequim
24. James Philipp Mee, cônsul-geral em Xangai
25. Marina Burlamaqui Mee, esposa
26. Sylvio, filho menor de idade
27. Hazel, filho menor de idade
28. Chen Yen Fang, empregado
29. José Osvaldo de Meira Penna, vice-cônsul em Xangai

### 30. José Flávio de Meira Penna, pai<sup>576</sup>

Depois de meses de angústia, maus-tratos, risco de bombardeio e de torpedeamento, estavam finalmente em casa. Enquanto os estadunidenses se preparavam para seguir viagem até Nova York,<sup>577</sup> a imprensa registrou a comoção dos brasileiros no reencontro com as famílias e colheu depoimentos que confirmaram a "descrição de terror" relativa à situação a que tinham sido submetidos em Tóquio.<sup>578</sup>

De fato, a atitude japonesa destoou do tratamento cordial dispensado a diplomatas estrangeiros pela imensa maioria dos países, durante a guerra. No Brasil, como visto, predominou ampla, embora não total, liberdade. A polícia certamente abusou de suas prerrogativas — principalmente em março, quando, ao retaliar a atitude de Tóquio, tomou medidas que, como denunciou a embaixada da Espanha, "no parecen tener otro objeto que perturbar la vida normal de los diplomáticos de la antigua Misión japonesa" —,<sup>579</sup> mas nada que se comparasse às humilhações impostas pelos japoneses.

---

<sup>576</sup> Lista elaborada com base em diversas fontes, nem sempre totalmente coerentes: MIRANDA, op. cit., p. 262-263. Ofícios 1780 (03.11.1954) e 921 (05.11.1951), da embaixada do Brasil em Washington para a Secretaria de Estado (maço temático ostensivo 47.564, AHI-BSB). Lista de passageiros com anotação à mão de Pedro Leão Velloso, datada de 12.08.1942 (maço temático ostensivo 47.548, AHI-BSB). E também diversos documentos dos maços temáticos ostensivos 39.669 e 73.799, AHI-BSB. Parte significativa dos registros dos passageiros transportados pelo *Gripsholm* refere-se ao processo pelo qual os EUA cobraram do Brasil reembolso pelo transporte: US\$ 544,08 por adulto, US\$ 281,58 por criança e US\$ 100 por cada um dos dois cachorros do encarregado do consulado-geral em Kobe, Aluísio de Magalhães. No Brasil, foram precisos três anos e um decreto específico para liberar os US\$ 16.489,01 que a embaixada em Washington finalmente pagou ao Departamento de Estado em 1954 (Decreto 32.563, 09.04.1953 Disponível em: < [www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-32563-9-abril-1953-329293-publicacaooriginal-1-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-32563-9-abril-1953-329293-publicacaooriginal-1-pe.html)>. Acesso em 18.01.2022).

<sup>577</sup> Antes de embarcar novamente no *Gripsholm*, o embaixador Joseph Grew foi recebido por Aranha e homenageado com um almoço oferecido pelo secretário-geral do Itamaraty e ex-colega em Tóquio, embaixador Pedro Leão Velloso. *Estados Unidos-Brasil - Palavras proferidas pelo embaixador Grew num almoço em sua honra, no Itamarati*, Correio da Manhã, 12.08.1942, p. 9. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/089842\\_05/13157](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_05/13157)>. Acesso em 18.01.2022.

<sup>578</sup> *Volta à liberdade*, A Noite, 10.08.1942, p. 1. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/348970\\_04/16347](http://memoria.bn.br/DocReader/348970_04/16347)>. Acesso em: 25.07.2021.

<sup>579</sup> Notas 32 (30.03.1942) e 36 (07.04.1942) da embaixada da Espanha no Brasil para o Itamaraty. Maço temático ostensivo 70.578, AHI-BSB. Disponíveis também em JACAR, B02032910400, p. 6 e 9.

Figura 12: Chegada do *Gripsholm* Rio de Janeiro (1942)



Fotografia do ministro Ap...

# Volta à liberdade

**FINAL**

**Chegam ao Rio a bordo do "Gripsholm" 1.400 diplomatas e residentes americanos que se encontravam no Japão e territórios conquistados — Os que desembarcaram nesta capital — Extraordinária animação no cais — "Bureaux" para transmissões radiotelegráficas — A bordo um herói de Hong-Kong**

POUCO depois das 6 horas transpôs a barra o navio sueco "Gripsholm", trazendo a bordo mais de 1.400 diplomatas e residentes dos países americanos na Ásia, e que foram levados até Lourenço Marques pelo "Asama Haru", onde se deu a permuta, sob as vistas do governo português.

No cais do Touring Club, assim como nas dependências desse estabelecimento, desde cedo que se verificava extraordinário movimento de personalidades destacadas, inclusive famílias dos que chegavam e representantes diplomáticos nesta capital, entre os quais se via o ministro Jean Derry, do Canadá.

Funcionários do flamarati estavam em grande atividade, tomando providências para a recepção e desembarco prontos das bagagens dos que aqui desembarcaram.

Journalistas de várias nacionalidades, representantes de cadeias radiofônicas hoteleiras americanas, todos estavam a postos, em número poucas vezes reunido nesta capital, preparando-se para transmitir o noticiário relacionado com o desembarque e passagem dos representantes de 14 países das Américas no Japão e em outras regiões asiáticas agora sob o domínio nipônico.

Na estação de passageiros do Touring Club foram armados vários "bureaux", onde funcionários especializados das agências telegráficas internacionais se preparavam para atender ao público.

**Velo enfermo**  
Entre os diplomatas trazidos (CONTINUA NA 2ª PÁGINA)

No cais, autoridades, diplomatas, parentes dos diplomatas e repórteres aguardando o desembarque dos que vieram para o Rio no vapor sueco

## O maior e o mais verdadeiro monumento erguido à glória de Rui

A edição das obras completas do grande polígrafo — Darão cento e cinquenta volumes, no mínimo — Distribuição gratuita de 500 exemplares às bibliotecas e instituições de todo o país — Venda a preços populares — Como foi feita a divisão do gigantesco trabalho — Faia à NOITE, sobre essa iniciativa do governo, o diretor da "Casa de Ruy Barbosa, senhor Américo Jacobina Lacombe (TEXTO NA TERCEIRA PÁGINA)

No dia 10 de agosto de 1942, o *Gripsholm* atracou no Rio de Janeiro, trazendo da China e do Japão diplomatas brasileiros e de outros países americanos. Note-se a inscrição "Diplomat", que visava a afastar ataques de navios ou submarinos desavisados.

**Fonte:** Acima: Gripsholm - Rio de Janeiro - 8/10/1942. Disponível em: <<https://flic.kr/p/TMpNS1>>. Abaixo: A Noite, 10.08.1942. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/348970\\_04/15725](http://memoria.bn.br/DocReader/348970_04/15725)>.

Nos EUA, onde o FBI deteve 800 japoneses no próprio dia 7 de dezembro de 1941<sup>580</sup> e a inflamada opinião pública clamava “morte aos *japs!*”, os diplomatas japoneses passaram a ser escoltados pela polícia, e só foram confinados no final de dezembro (provavelmente, em retaliação ao tratamento que sofriam os estadunidenses no Japão). Pouco depois, foram levados a hotéis "de excelente categoria", em estâncias de verão ou de inverno na Virgínia, onde aguardaram o embarque no *Gripsholm* (os diplomatas vindos do Havaí aguardaram o embarque no Arizona, e os que foram trazidos de outros países, na Carolina do Norte<sup>581</sup>). Segundo o cônsul-geral em Nova York, Morito Morishima, o tratamento foi correto, e, “à exceção da ‘privação de liberdade’, não senti qualquer outro incômodo na minha vida cotidiana”.<sup>582</sup>

Em Roma, os diplomatas brasileiros continuaram a ser recebidos na chancelaria italiana, mesmo depois do rompimento, para tratar das questões práticas sobre a repatriação.<sup>583</sup> E não sofreram "nenhuma restrição" até meados de agosto, quando foram isolados, em represália às medidas que o Rio de Janeiro impôs ao embaixador Ugo Sola (era o auge da tensão provocada pelo afundamento de vários navios brasileiros, que acabaria levando à declaração de guerra). Ainda assim, houve aviso prévio, e, quando finalmente o embaixador Carlos Alberto Muniz Gordilho deixou Roma definitivamente, "acompanhou-me no percurso até Lisboa um funcionário do Cerimonial, Senhor Antonio Natale, o qual, além do encargo de velar sobre a minha pessoa, procurou cercar-me de todas as facilidades possíveis."<sup>584</sup>

Em Berlim, os funcionários do Itamaraty continuaram podendo circular durante o dia e trabalhar na embaixada, organizando os arquivos, devendo apenas estar em casa antes do escurecer.<sup>585</sup> Da mesma maneira, no Rio de Janeiro, o embaixador alemão se impressionou com a "polidez dos brasileiros", em contraste com os "lamentáveis episódios europeus envolvendo

---

<sup>580</sup> LEPORE, Jill. **Estas verdades: a história da formação dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020, p. 546-547.

<sup>581</sup> FBI Report on Japanese Internees in the United States, 09.07.1942. Disponível em: <<https://nsarchive.gwu.edu/document/15791-document-40-fbi-report-japanese-internees>>. Acesso em 16.08.2021.

<sup>582</sup> MORISHIMA, op. cit., p. 80. Depois do fim da guerra, quando foram fechadas as missões japonesas nos países neutros, os diplomatas também foram repatriados em condições normais. Em Lisboa, por exemplo, não apenas os portugueses, mas também os diplomatas estadunidenses e britânicos “trataram-nos com toda a simpatia para que nada nos faltasse.” (Ibidem, p. 112, 151-152).

<sup>583</sup> SILVA, 1972, p. 224.

<sup>584</sup> Ofício enviado pelo embaixador Carlos Alberto Muniz Gordilho, da embaixada do Brasil em Lisboa para a Secretaria de Estado, 15.10.1942. Maço temático ostensivo 60.977, AHI-BSB.

<sup>585</sup> SILVA, 1972, p. 222-223.

os diplomatas que são molestados quando ocorre uma ruptura."<sup>586</sup> De modo que a situação em Tóquio parece ter sido única.

O que teria levado o governo japonês a agir dessa maneira? Uma explicação aponta para o ineditismo da situação:

To be fair, it must be said that the outbreak of the war with the Allied powers caused a considerable amount of confusion also among Japanese agencies and the question of how to proceed with protecting Powers who represented enemy interests had probably not been studied ahead of the war. It took the Gaimusho three months to release official guidelines pertaining to the rights and duties of protecting Powers.<sup>587</sup>

Essa avaliação, porém, parece excessivamente benevolente. Desde o fim do isolamento, no século XIX, o Japão aprendeu e aprimorou tudo quanto absorveu do estrangeiro. Na seara militar foi particularmente bem sucedido, e, desde o início do século XX, estava presente em todos os principais foros diplomáticos. Assim, é difícil acreditar que tamanhos maus-tratos pudessem ser fruto de ignorância.

O fato é que, num país até poucas décadas antes fechado ao resto do mundo, os estrangeiros eram inimigos, espiões em potencial.<sup>588</sup> Anúncios de jornais, cartazes e até estampas de caixas de fósforos exortavam a população a tomar cuidado.<sup>589</sup> Diplomatas japoneses não podiam mais casar-se com mulheres de outras nacionalidades. Ora, para vencer a espionagem nada melhor que contra-espionagem. A polícia vigiava todos os forasteiros.<sup>590</sup> E a população colaborava, "fornecendo regularmente à polícia circunstanciados relatórios acerca de todos os nossos atos e de todas as nossas atitudes - inclusive as iguarias que preferimos, as gorjetas que damos, as geishas que frequentamos."<sup>591</sup> Nem as missões diplomáticas eram poupadas: a polícia entrava sem cerimônia "para saber dos funcionários japoneses quais são as 'novidades' por ali!"<sup>592</sup> Como sintetizou o ministro Gorgé, que já havia morado em Tóquio

---

<sup>586</sup> SEITENFUS, op. cit., p. 296.

<sup>587</sup> LOTTAZ, op. cit., p. 195.

<sup>588</sup> FIGUEIREDO, 1944, p. 26. MIRANDA, op. cit., p. 143, 175. Ofício 70, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 18.04.1941 (maço 46-2-9, AHI-RJ. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 19, nº 36, 1º semestre de 2020, p. 467-468).

<sup>589</sup> MIRANDA, op. cit., p. 67, 173 e 232.

<sup>590</sup> FIGUEIREDO, 1944, p. 26, 73. Memorando para o senhor Ministro de Estado, 13.04.1937 (maço temático ostensivo 73.799).

<sup>591</sup> BAHIANA, op. cit., p. 164.

<sup>592</sup> FIGUEIREDO, 1944, p. 144.

anteriormente, “ce Japon 1940 n’est plus le Japon 1924. C’est maintenant un état policier qui voit partout des ennemis, des espions. Sa xénophobie naturelle s’est aggravée.”<sup>593</sup>

Com a guerra, essa xenofobia se despiu de qualquer constrangimento e passou de desconfiança a “pronunciada ojeriza pelos brancos”,<sup>594</sup> sem distinção entre inimigos e países com relações rompidas.<sup>595</sup> Durante a invasão da China, soldados japoneses tentaram arrombar o portão da legação do Brasil em Pequim, afundaram um navio da marinha estadunidense, agrediram um diplomata dos EUA e chegaram a metralhar o carro do embaixador britânico. Nesses, como em outros incidentes do gênero, os diplomatas japoneses, invariavelmente, lamentavam o ocorrido e asseguravam ter-se tratado de um engano.<sup>596</sup>

Em Tóquio, os policiais não perdiam oportunidades de impôr pequenas humilhações aos diplomatas estrangeiros: jogavam bitucas de cigarro nos tapetes;<sup>597</sup> barravam o acesso dos representantes de nações neutras encarregados de seus interesses;<sup>598</sup> e, à procura de aparelhos de rádio, não poupavam nenhum cômodo ou gaveta, chegando a virar do avesso bonecas de crianças.<sup>599</sup> Tampouco se furtavam de infligir humilhações maiores, arbitrariedades e violências.

O ministro da Tchecoslováquia foi preso quando, depois da anexação de seu país pela Alemanha, descobriu-se um relatório que ele tentava fazer chegar ao presidente em exílio, Edvard Benes. Um intérprete da embaixada dos EUA, nipodescendente mas de nacionalidade estadunidense, foi arrancado de dentro da missão diplomática pela polícia e preso, sem maiores explicações.<sup>600</sup> O funcionário da legação suíça que foi fechar o consulado em Taiwan morreu no trajeto de volta ao Japão, em circunstâncias nunca esclarecidas.<sup>601</sup> Nem o ministro da

---

<sup>593</sup> Diário do ministro suíço em Tóquio, Camille Gorgé, p. 8. Disponível em: <dodis.ch/50633>. Acesso em 29.07.2021.

<sup>594</sup> Ofício 9, da legação do Brasil em Pequim para a Secretaria de Estado, 18.02.1938. Maço 39-4-14, AHI-RJ. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 18, nº 35, 2º semestre de 2019, p. 395-398.

<sup>595</sup> LOTTAZ, op. cit., p. 194-195.

<sup>596</sup> Ofício 9, da legação do Brasil em Pequim para a Secretaria de Estado, 18.02.1938. Maço 39-4-14, AHI-RJ. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 18, nº 35, 2º semestre de 2019, p. 395-398.

<sup>597</sup> Ofício do ministro Renato de Lacerda Lago ao chanceler Aranha, 15.08.1942. Maço temático ostensivo 39.669, AHI-BSB. Disponível também no maço 39-5-5, AHI-RJ. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 19, nº 36, 1º semestre de 2020, p. 362-381.

<sup>598</sup> GREW, op. cit., loc. 9318. Memorando ao ministro, 22.08.1942. Maço 46-2-10, AHI-RJ. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 19, nº 36, 1º semestre de 2020, p. 570-571.

<sup>599</sup> Diário do ministro suíço em Tóquio, Camille Gorgé, p. 214. Disponível em: <dodis.ch/50633>. Acesso em 19.07.2021.

<sup>600</sup> Ibidem, p. 172-173, 192.

<sup>601</sup> O ministro suíço não descartou a possibilidade de assassinato: “L’homme aurait-il alors vu trop de choses à Formose pour qu’on jugeât nécessaire de le rayer du nombre des vivants?” (Ibidem, p. 186).

Espanha, encarregada dos interesses japoneses junto ao Brasil e a tantos outros países, escapou aos maus-tratos.<sup>602</sup> Como sintetizou o embaixador Grew, “thus was civilized international diplomatic usage totally ignored.”<sup>603</sup>

Como visto no capítulo 1, a chancelaria vinha progressivamente perdendo espaço nos processos decisórios, primeiramente no tocante à China e, com a extensão da guerra ao Pacífico, a toda a política externa. Assim, assistia impotente a todas essas violências.<sup>604</sup> Nas palavras de Grew, novamente,

The Ministry of Finance, the Home Office and the War Office are determined to decide every question over the head of the Foreign Office and with no consideration of international usage. The Foreign Office, they say, has been given the opportunity to conduct the country's foreign affairs and has failed, and it has lost so much face that it must now be crowded out of the picture.<sup>605</sup>

Os diplomatas japoneses esforçavam-se em ser atuantes e acompanhavam os policiais nas repetidas incursões às missões estrangeiras, mas não lhes restava mais do que pedir desculpas, constrangidos.<sup>606</sup> De modo que a impotência da chancelaria, muito mais que a ignorância quanto às regras diplomáticas relativas à proteção de interesses por terceiras potências, parece explicar os deliberados abusos de que foram vítimas os estrangeiros. Tanto era assim que, um ano depois, a situação permaneceria a mesma. Em setembro de 1943, após a capitulação da Itália, os japoneses dispensariam aos representantes de Roma péssimo tratamento, com toda sorte de privações, a ponto de empregados japoneses tentarem lhes fazer chegar comida clandestinamente.<sup>607</sup>

E o que dizer da atitude do Brasil, que, mesmo informado do que estava acontecendo em Tóquio, só retaliou quando o assunto ganhou as manchetes dos jornais? A imprensa estava sob censura, de modo que é possível que o próprio governo tenha decidido dar publicidade ao tema quando achou oportuno impor restrições aos japoneses no Rio de Janeiro. Mesmo assim, a questão permanece: por que só em março, sendo que o embaixador Clark e os demais diplomatas no Japão sofreram restrições desde o rompimento de relações, em 28 de janeiro?

---

<sup>602</sup> Ibidem, p. 276. SILVA, 1972, p. 218-230.

<sup>603</sup> GREW, op. cit., loc. 8927.

<sup>604</sup> LOTTAZ, op. cit., p. 195.

<sup>605</sup> GREW, op. cit., loc. 9191.

<sup>606</sup> Ibidem, loc. 8771.

<sup>607</sup> Diário do ministro suíço em Tóquio, Camille Gorgé. p. 264, 292, 294. Disponível em: <dodis.ch/50633>. Acesso em 19.07.2021.

Talvez por receio de provocar uma escalada das hostilidades? Em fevereiro, o Brasil tinha tido três navios atacados (*Buarque*, *Olinda* e *Cabedelo*); em março, na semana em que confinou os japoneses, perdeu mais dois (*Arabutã* e *Cairu*). Todos navegavam no Atlântico Norte — longe, portanto, do alcance da marinha japonesa — e foram vítimas de submarinos alemães ou italianos. À época, todavia, isso talvez não estivesse claro, e, quem sabe, temia-se que as marinhas alemã e italiana pudessem tomar as dores dos diplomatas japoneses no Rio de Janeiro.

E por que relaxar o confinamento dos japoneses pouco tempo depois, se, em Tóquio, nada havia mudado? Terá o Itamaraty dado mais crédito às alegações do Japão e da Espanha, do que aos relatos de seus próprios diplomatas, que recebia por intermédio do governo português? Ou pautou-se pelo receio da reação dos cerca de 200 mil japoneses que viviam no Brasil e que, segundo reportagens de imprensa, estariam organizando um exército?<sup>608</sup> Ou simplesmente reconheceu que as medidas retaliatórias eram ineficazes? Qualquer que tenha sido a razão, parece claro que o infundado argumento segundo o qual as restrições aos japoneses no Brasil estavam sendo levantadas em função de melhoria no tratamento dispensado aos brasileiros no Japão era mera cortina de fumaça. A situação em Tóquio (e em Pequim) permaneceu inalterada, de modo que a alegada reciprocidade parece mera justificativa para uma decisão tomada por outra razão.

O mais provável é que o Rio de Janeiro tenha preferido evitar dar margem a notícias, mesmo infundadas, sobre maus-tratos de diplomatas estrangeiros. Enquanto os exércitos enfrentavam-se nos campos de batalha, estava em curso também um guerra de narrativas, ao longo da qual “o Itamaraty preocupou-se em manipular os diferentes discursos que envolviam a questão dos ‘súditos do Eixo’”. No Brasil, o governo valeu-se do controle sobre a imprensa para transmitir sua versão dos fatos; no exterior, a tarefa era mais difícil, e a convivência com o embaixador Ishii e os demais enviados do Eixo fazia parte da construção de uma imagem de “apoio aos preceitos humanitários defendidos na retórica dos Aliados.”<sup>609</sup> Isso explicaria, inclusive, a excessiva permissividade estendida aos representantes do Eixo, como a prerrogativa de manter as placas diplomáticas.

---

<sup>608</sup> *Exército japonês para ataque ao Brasil*, A Noite, 21.03.1942, p. 1. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/348970\\_04/14142](http://memoria.bn.br/docreader/348970_04/14142)>. Acesso em 05.08.2021. Notícias similares corriam também na imprensa do Reino Unido (Telegrama 105 da embaixada do Brasil em Londres para a Secretaria de Estado, 23.03.1942. Maço 29-5-5, AHI-RJ. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 17, nº 32, 1º semestre de 2018, p. 375) e dos EUA (Fukunaga, 1983: p. 122).

<sup>609</sup> PERAZZO, op. cit., p. 253.

Se essa foi, de fato, a motivação do governo brasileiro, terá contribuído para deixar, como efeito colateral, um sentimento de abandono em pelo menos um dos diplomatas brasileiros repatriados pelo *Gripsholm*:

Na conclusão da viagem, fomos todos recebidos no velho Itamaraty, no gabinete do chanceler Oswaldo Aranha, que, sem uma palavra de solidariedade ou apreço, declarou-nos que havíamos cumprido nosso dever. Tinha razão. Mas, entretanto, todos os cupinchas do Ministro e do Presidente da República, gaúchos ou não, estavam confortavelmente lotados em postos da América do Norte ou do Prata... E porque, simplesmente, havíamos exercido nossas funções, não fomos agraciados com prêmios ou medalha alguma, de guerra ou de outro título - das que foram fartamente distribuídas a cavalheiros que "fizeram a guerra" na segurança de postos em território nacional. Recebemos apenas a bolada de restituição de oito ou nove meses de atraso na remuneração, muito obrigado...<sup>610</sup>

#### **II.4) Declaração de guerra à Itália e à Alemanha (mas não ao Japão)**

Embora os diplomatas brasileiros tenham regressado sãos e salvos do Oriente, os oceanos já eram palco de sucessivos ataques de submarinos. Nas semanas em que o *Gripsholm* cruzou o Atlântico Sul rumo ao Rio de Janeiro, entre fins de julho e meados de agosto de 1942, os afundamentos se multiplicaram. Pouco depois, o Brasil declararia guerra à Itália e à Alemanha, responsáveis pelos torpedeamentos, mas não ao Japão. Cabe tentar entender essa decisão.

Quando cortou relações com o Eixo, em janeiro, o Brasil não estava militarmente preparado para o conflito. A Alemanha e a Itália sabiam disso e, em fevereiro, passaram a atacar navios brasileiros, inicialmente, no Atlântico Norte. Cientes de que a defesa do Brasil acabaria recaindo sobre seus ombros, e assoberbados com a proteção da própria frota, os EUA não se comoveram com os torpedeamentos. Em junho, quando dez cargueiros brasileiros já tinham sido afundados, o embaixador dos EUA, Jefferson Caffery, disse a jornalistas não achar que o Brasil entraria na guerra. As retaliações do Eixo ao rompimento eram previsíveis, argumentava, e, de todo modo, o Rio de Janeiro sabia que não havia muito a ser feito, pois a marinha estadunidense estava sobrecarregada dando "garantias aos comboios para a Rússia, que singram mares coalhados de submarinos."<sup>611</sup> Tampouco os britânicos, que sabiam que a defesa da costa

---

<sup>610</sup> PENNA, op. cit., p. 7.

<sup>611</sup> ED vp 1940.11.01, p. 32. Disponível em: <[www.docvirt.com/docreader.net/ARQ\\_ED\\_VP/2215](http://www.docvirt.com/docreader.net/ARQ_ED_VP/2215)>. Acesso em 01.08.2021.

brasileira competiria com o patrulhamento do Atlântico Norte por recursos estadunidenses, desejavam a entrada de países latinoamericanos na guerra; bastava o rompimento.<sup>612</sup>

Em agosto, porém, a situação mudou. Um submarino alemão afundou cinco navios ao largo da costa brasileira. Além do ineditismo da incursão em águas territoriais, os ataques, até então dirigidos a navios de carga, vitimaram navios de passageiros, com grande número de mortos. Houve forte comoção, e até os EUA pareceram entender que o Brasil não tinha mais opção. Em carta do dia 20, Roosevelt expressou solidariedade a Vargas e prometeu acelerar o envio de navios de guerra "to cope with the growing menace to shipping off the Brazilian coast."<sup>613</sup> E o próprio ministro da Marinha, Frank Knox, que não escondia sua insatisfação em perder navios, anotou em comunicação ao Departamento de Estado sobre a cessão de embarcações ao Brasil: "I hope that Brazil at last will take the dive off the deep end and declare war."<sup>614</sup>

De fato, no dia 22, o governo anunciou a entrada na guerra. Tecnicamente, falou-se no reconhecimento da situação de "beligerância", imposta por Alemanha e Itália (notificadas por intermédio das representações diplomáticas de Espanha e Suíça, respectivamente).<sup>615</sup> Como isso deu margem a interpretações divergentes (o próprio governo alemão estava em dúvida sobre o significado do estado de beligerância), optou-se por baixar um decreto, no dia 31, estabelecendo com todas as letras "o estado de guerra em todo o território nacional."<sup>616</sup>

Pelo menos um autor contesta a existência de comoção nacional, argumentando que a reação aos torpedeamentos foi obra de pequenos grupos em algumas grandes cidades, como São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. Recordando que já tinha havido afundamentos antes,

---

<sup>612</sup> MOURA, op. cit., p. 114. A lógica britânica tinha lastro em experiência prévia: imediatamente após Pearl Harbor, o envio de material estadunidense aos aliados ao abrigo do Lend-Lease foi congelado, para desespero das autoridades em Londres (pouco depois, no entanto, os embarques foram retomados). STETTINIUS JR, Edward R. **Lend-Lease: weapon for victory**. Nova York: Pocket Books, 1944, p. 172.

<sup>613</sup> Carta de Franklin Delano Roosevelt a Getúlio Vargas, GV c 1942.08.20/1. Disponível em: <[www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/14473](http://www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/14473)>. Acesso em 02.08.2021.

<sup>614</sup> From the secretary of the Navy to the undersecretary of State, 20.08.1942. Disponível em: <[www.fdrlibrary.marist.edu/\\_resources/images/psf/psfa0239.pdf](http://www.fdrlibrary.marist.edu/_resources/images/psf/psfa0239.pdf)>, p. 24. Acesso em 02.08.2021.

<sup>615</sup> The Brazilian Ambassador (Martins) to the Secretary of State, 22.08.1942. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1942v05/d624>>. Acesso em 02.08.2021. Circular 1.646, 23.08.1942. Transcrita em Cadernos do CHDD, ano 6, n° 10, 1º semestre de 2007, p. 107.

<sup>616</sup> SILVA, 1972, p. 383, 393. Decreto 10.358, 31.08.1942. Disponível em: <[www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-10358-31-agosto-1942-467907-publicacaooriginal-1-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-10358-31-agosto-1942-467907-publicacaooriginal-1-pe.html)>. Acesso em 02.08.2021.

segue o argumento, não se poderia descartar que o governo tenha manipulado a opinião pública de modo a justificar a entrada na guerra no momento que lhe pareceu mais oportuno.<sup>617</sup>

Tal hipótese, porém, parece ignorar manifestações populares em cidades menores. Manaus, Porto Alegre e Recife também registraram “Anti-Axis riots”.<sup>618</sup> Em Porto Alegre, inclusive, “os negócios com nomes japoneses visíveis sofreram danos, tiveram janelas e letreiros quebrados.”<sup>619</sup> Em Florianópolis, houve “rebuliço” e atos de violência contra propriedades de alemães.<sup>620</sup> Em Iguape, registraram-se saques, agressões e estupro de japonesas (“después de cometida la agresión, persiguió a la hija de Massuda, de 17 años, soltera, y de nombre Kiyoko, dándole alcance en el campo y deshonrándola”). E, em Campo Grande, mais saques a propriedades de japoneses, com consequências graves (“la señora de Kamiya, que se hallaba en estado de preñez enfermó como consecuencia de la impresión que le causaron los sucesos muriendo poco después”).<sup>621</sup>

Essa teoria tampouco explica qual seria a intenção do Rio de Janeiro ao declarar guerra naquele momento, especificamente. Vargas estava empenhado em conseguir equipamentos e cooperação militar dos EUA, e é difícil supor que a entrada do Brasil na guerra não fosse incluída na pauta das tratativas bilaterais. A menos que a decisão tenha sido tomada de súbito, em reação ao afundamento dos navios e à subsequente comoção popular, como parece ser a interpretação dominante na literatura.<sup>622</sup> Nesse caso, os EUA apenas assistiram à decisão brasileira, que, em grande medida só formalizou o que já era um fato consumado: além de ter navios torpedeados, o Brasil já tinha apreendido quatro navios alemães e 11 italianos.<sup>623</sup> Evidência adicional de que a declaração de guerra brasileira não foi objeto de discussão em Washington é o fato de que, na semana que antecedeu a instauração do estado de beligerância,

---

<sup>617</sup> CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Geração Editorial/Edusp, 2000, p. 32 e 325-332.

<sup>618</sup>The War this Week: August 13-20. Office of Strategic Services. Disponível em: <[www.fdrlibrary.marist.edu/\\_resources/images/morg/md0812.pdf](http://www.fdrlibrary.marist.edu/_resources/images/morg/md0812.pdf)>, p. 58. Acesso em 02.08.2021.

<sup>619</sup> QUINTANEIRO, Tania. Plantando nos campos do inimigo: japoneses no Brasil na Segunda Guerra Mundial. **Estudos Ibero-Americanos**. v. 32, n. 2, p. 155-169. 19 dez. 2006. Disponível em <<https://doi.org/10.15448/1980-864X.2006.2.1361>>. Acesso em: 18.03.2022, p. 167.

<sup>620</sup> FAVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a segunda guerra em Santa Catarina**. 2002. Tese (Doutorado em História) — Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/82826>>. Acesso em: 18.03.2022, p. 12

<sup>621</sup> Nota 133, da embaixada da Espanha no Rio de Janeiro para o Itamaraty (28.07.1943), que a retransmitiu ao MJNI em 18.08.1943 (maço temático ostensivo 43.520, AHI-BSB).

<sup>622</sup> Vide SEITENFUS, op. cit., 314-316. MOURA, op. cit., p. 111-114. ALVES, op. cit., p. 76, 91.

<sup>623</sup> Relatório de inteligência, 20-27.08.1942. Disponível em: <[www.fdrlibrary.marist.edu/\\_resources/images/morg/md0815.pdf](http://www.fdrlibrary.marist.edu/_resources/images/morg/md0815.pdf)>, p. 230. Acesso em 05.08.2021.

o *Office of Strategic Services* avaliava que "whatever Brazil does will not be done in a hurry", e o encarregado de negócios estadunidense no Rio de Janeiro ouviu de Aranha que "Brazil would undertake immediate reprisals but not declare war."<sup>624</sup>

Se a falta de coordenação com os EUA parece condição necessária para a ausência do autor da agressão a Pearl Harbor na declaração de guerra brasileira, não é suficiente para explicá-la. Por que, afinal, o Brasil não tomou a iniciativa de incluir o Japão, evocando, por exemplo, a solidariedade continental? A razão mais frequentemente evocada é a tradição do país de somente entrar em guerra quando atacado, conforme recordou Aranha em discurso às vésperas da conferência de chanceleres, em janeiro.<sup>625</sup> Nesse sentido, alguns autores simplesmente se omitem quanto ao Japão, dando a entender que o Brasil sequer cogitou declarar-lhe guerra.<sup>626</sup> Outros são mais explícitos: "nenhuma iniciativa é tomada com relação ao Japão, pois este não agrediu o Brasil."<sup>627</sup> Esse argumento foi ecoado pela imprensa, não apenas no Brasil, mas também no exterior ("Japan having committed no aggression against Brazil, was omitted from the declaration"<sup>628</sup>), inclusive no próprio Japão.<sup>629</sup> Foi também evocado publicamente por autoridades brasileiras, como o embaixador nos EUA, Carlos Martins Pereira e Souza, e o filho do presidente, Lutero Vargas, que se encontrava em Nova York.<sup>630</sup>

Essa interpretação, porém, não é unânime. Pelo menos um autor sustenta que "o Japão não foi incluído na declaração de guerra por causa da situação enfrentada pelo Chile."<sup>631</sup> Embora não venha acompanhada de maiores explicações, a afirmação encontra eco em uma das três razões aventadas pelo ministro do Japão no Chile para que seu país fosse poupado: o risco para a rota marítima entre o Pacífico Sul e o Atlântico Sul.<sup>632</sup> Recorde-se que Santiago ainda permanecia neutra, e, com submarinos do Eixo no Atlântico Norte e no Pacífico Norte, a ligação

---

<sup>624</sup>The War this Week: August 13-20. Office of Strategic Services Disponível em: <[www.fdrlibrary.marist.edu/\\_resources/images/morg/md0812.pdf](http://www.fdrlibrary.marist.edu/_resources/images/morg/md0812.pdf)>, p. 59. Acesso em 02.08.2021.

<sup>625</sup> Relatório dos Trabalhos da III Reunião de Consulta de Ministros do Rio de Janeiro, apresentado pelo Secretário-Geral ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, p. 10 (maço temático ostensivo 44.080, AHI-BSB).

<sup>626</sup>SILVA, 1972, p. 373-394.

<sup>627</sup> SEITENFUS, op. cit., p. 316.

<sup>628</sup> *BRAZIL: A Part of Us*. Revista TIME. 31.08.1942. Disponível em: <<http://content.time.com/time/magazine/article/0,9171,849999,00.html>>. Acesso em 02.08.2021.

<sup>629</sup> *Uruguay Joins War on Reich and Italy; Japan not Included*, Japan Times & Advertiser, 24.08.1942

<sup>630</sup> JACAR, A03024845000.

<sup>631</sup> Vide nota 231 em MOURA, op. cit., p. 112.

<sup>632</sup> Telegrama 730, da embaixada do Japão em Santiago, 06.10.1942. Disponível em JACAR, B02032814900, p. 8. As outras razões seriam o risco para a lavoura, que dependia de braços japoneses, e a já consagrada ausência de agressão japonesa.

entre os países do Cone Sul, via Cabo Horn, talvez fosse uma das últimas rotas minimamente seguras no mundo. Nesse contexto, se os navios brasileiros passassem a constituir alvo da marinha japonesa no Pacífico Sul, o país andino poderia ver suas conexões com o resto do mundo bastante limitadas.<sup>633</sup> Ou talvez isso fosse mero pretexto para que o Chile, cuja resistência em antagonizar o Eixo havia ficado explícita durante a Conferência do Rio de Janeiro, tentasse demover o Brasil de declarar guerra ao Império.<sup>634</sup>

Outra hipótese foi colocada pelo embaixador Mauricio Nabuco, em carta para sua mãe, escrita em 1945, quando era embaixador junto ao Vaticano:

Afinal, o Brasil declarou guerra ao Japão. Não quis tomar a iniciativa. Esperou que a Argentina o fizesse primeiro. Cada vez tenho maior dificuldade em compreender essas atitudes, sempre tardias. Aliás, nunca compreendi como se declarou guerra à Itália sem declará-la ao Japão. E sei porque foi. Nem sei que ato novo terá praticado o Japão para que lhe declarássemos guerra agora. Como vai se justificar isso no decreto? Dizer que fomos mandados? Dizer que o deixamos de fazer na ocasião própria para não desagradar o Salgado Filho, que foi o pistolão do Japão?<sup>635</sup>

A acusação não pode ser dissociada da péssima imagem que Nabuco fazia do ministro da Aeronáutica. Em 1941, o embaixador anotou em seu diário que Salgado Filho "mente em avisos urgentes e importantes".<sup>636</sup> E, em 1944 e 1945, escreveu a sua mãe que, em visita às tropas brasileiras na Itália, ele "só queria ver lojas" e tinha pressa em seguir viagem a Paris, o que "causou péssima impressão aqui".<sup>637</sup> Por outro lado, depois de liderar uma missão econômica ao Japão, em 1936, Salgado Filho tinha, de fato, se tornado uma espécie de "representante do Brasil na relação com a comunidade japonesa", com a qual passou a manter contatos frequentes.<sup>638</sup> E, em 1941, tornara-se o primeiro ministro da Aeronáutica do Brasil, de modo que tinha influência sobre decisões militares, além da proximidade com Vargas de que

---

<sup>633</sup> Ainda que a marinha imperial não tivesse capacidade de atuar no Pacífico Sul, isso talvez não estivesse claro no Chile, onde, como já se viu, a ameaça japonesa tendia a ser superestimada.

<sup>634</sup> Em documentos preparados pelo Gaimusho para a sessão da Dieta de 1943, fala-se apenas que o Brasil declarou guerra à Alemanha e à Itália, mas não ao Japão, depois do afundamento de navios (JACAR B02031389300, p. 10.). O que não explica muita coisa, pois informações mais detalhadas podem ter sido omitidas por necessidade de concisão, por serem consideradas sensíveis ou simplesmente porque o Legislativo já não constituía mais um poder efetivamente independente (Crisis in Constitutional Politics. Disponível em: <[www.ndl.go.jp/modern/e/cha4/#n3](http://www.ndl.go.jp/modern/e/cha4/#n3)>. Diário do ministro suíço em Tóquio, Camille Gorgé, p. 227 [dodis.ch/50633](http://dodis.ch/50633). Acesso em 03.08.2021).

<sup>635</sup> Carta de 14.04.1945 (NABUCO, op. cit., p. 182). Grifo nosso.

<sup>636</sup> Entrada de 02.11.1941 (Ibidem, p. 167).

<sup>637</sup> Cartas de 15.12.1944 e 31.01.1945 (Ibidem, p. 176-178). A suposta pressa de Salgado Filho não o impediu de comparecer, acompanhado de Nabuco, a uma audiência com o papa Pio XII (DRUMOND, Cosme Degenar. **Salgado Filho - Uma biografia**. São Paulo: Editora de Cultura, 2016, p. 242).

<sup>638</sup> DRUMOND, op. cit., p. 117-118.

sempre desfrutara.<sup>639</sup> Assim, não deve ser descartada a hipótese levantada por Nabuco, segundo a qual Salgado Filho estaria por trás da não inclusão do Japão na declaração de guerra de 1942.

Quaisquer que tenham sido as motivações para a declaração de guerra do Brasil, interessa olhar para suas repercussões. Em Washington, onde os torpedeamentos já tinham deixado claro que a marinha estadunidense teria que passar a patrulhar o Atlântico Sul, a notícia causou “profound emotion”, segundo mensagem pela qual Roosevelt transmitiu a Vargas a expectativa de que, “as brothers in arms, our soldiers and sailors will write a new page in the history of friendship” entre os dois países.<sup>640</sup> Na imprensa, a notícia também foi bem recebida e rendeu elogios a Vargas e Aranha, “Brazil's great & good Foreign Minister”.<sup>641</sup>

Em Tóquio, previsivelmente, a imprensa lembrou a neutralidade de Argentina e Chile, e acusou o imperialismo dos EUA de estar por trás da decisão brasileira, com o objetivo de reduzir a pressão de Itália e Alemanha sobre si mesmos. Segundo tal raciocínio, subscrito pelo ex-embaixador no Brasil, Kazue Kuwashima, as forças armadas brasileiras — que contariam entre 120 e 130 mil homens — seriam mais próximas de uma força policial do que de um exército capaz de envolver-se em conflitos externos, sobretudo em teatros distantes, como a guerra europeia. De modo que a declaração de guerra não mudaria nada para o Eixo, apenas traria o espectro da guerra para a América do Sul.<sup>642</sup>

Dentro do governo japonês, porém, havia preocupação. Mesmo tendo o país ficado de fora da declaração de guerra, os serviços de inteligência procuravam conhecer em detalhes as capacidades militares do Brasil. Havia informações desconstruídas — por exemplo, quanto ao número de contratorpedeiros: sete, em um relatório imediatamente posterior à declaração de guerra; 11, dias depois —, mas a estimativa do número de soldados prontos para o combate (390 mil) era o triplo do que a imprensa havia divulgado. Além disso, Tóquio avaliou que qualquer aparelhamento das forças armadas brasileiras, resultante da provável cooperação militar com os EUA, mudaria a balança de poder na região em detrimento da Argentina.

---

<sup>639</sup> Em 1941, por exemplo, Salgado Filho havia sido consultado por Vargas sobre pedido estadunidense de apoio militar do Brasil (ainda neutro), ocasião em que expressou cautela, em razão da “deficiência do nosso aparelhamento militar” (Carta de Joaquim Pedro Salgado Filho a Getúlio Vargas, 23.07.1941, GV c 1941.07.23/2. Disponível em: <[www.docvirt.com/docreader.net/correspv2/13193](http://www.docvirt.com/docreader.net/correspv2/13193)>. Acesso em 17.01.2022).

<sup>640</sup> Cable to President Vargas on Brazil's Declaration of War, 22.08.1942. Disponível em: <[www.presidency.ucsb.edu/node/210823](http://www.presidency.ucsb.edu/node/210823)>. Acesso em 03.08.2021.

<sup>641</sup> *BRAZIL: Growing Strength*. Revista TIME. 07.09.1942. Disponível em: <<http://content.time.com/time/magazine/article/0,9171,773500,00.html>>. Acesso em 03.08.2021.

<sup>642</sup> *Trying to Drag Brazil*, Japan Times & Advertiser, 22.08.1942. *Uruguay Joins War on Reich and Italy; Japan not Included*, Japan Times & Advertiser, 24.08.1942. *Brazil Entrapped by America*. Japan Times & Advertiser, 24.08.1942. *U.S. Pushes Brazil into Belligerency*, Japan Times & Advertiser, 25.08.1942.

Também politicamente, a posição de Buenos Aires se tornava mais frágil, à medida que diversos vizinhos expressavam solidariedade ao Brasil, e alguns, como o Uruguai, falavam em seguir-lhe os passos.<sup>643</sup>

Figura 13: Imprensa japonesa (1942)

# Japan Times & Advertiser

Incorporating THE JAPAN CHRONICLE and The JAPAN MAIL

No. 15,559 (THE 17th YEAR OF SHOWA) TOKYO, TUESDAY, AUGUST 25, 1942

---

**MORNING EDITION**

**FIRST EYE-WITNESS ACCOUNT OF HISTORIC BATTLE OFF SOLOMONS!**

**COMBINED ANGLO-AMERICAN FLEET ANNIHILATED IN NIGHT ATTACK**

**LAUNCHED BY IMPERIAL NAVY WHICH LIVED UP TO ITS TRADITION**

**UNPARALLELED FEAT**

Initiative Carried to Enemy in Strait Only 15 Miles Wide

**CONFIDENCE PREVAILED**

British A-Class Cruiser of Australia Type Was First to Go Down, Hit by Torpedo

A vivid eye-witness account of the amazing victory scored by the mighty Imperial Navy in the historic battle of the Solomons against the combined Anglo-American fleet is given in the following paragraphs by one member of the Navy Force Corps, Kikido Iwami and Yuki Morita, who were on board an unidentified warship at the time of the action. Their report, dated August 23, follows:

At 8 p.m. on August 23, just as dusk was about to envelope the horizon in a dark, starless night, a signal was raised high on the mast of flagship X of a certain Japanese fleet consisting of the main body of an island of the Solomon group to the effect that an attack on the enemy was about to commence.

The officers and crew of the Imperial Navy, however, had already held a meeting of far greater significance than merely "preparing for attack." It seemed to convey the message: "We are about to plunge into a night battle against the enemy with the firm determination that victory will be ours..." All eyes were fixed on the signal with intense interest and pride and each of them uttered a prayer for the success of the operation.

"Then the historic attack was launched. The first enemy vessel was destroyed in the neighborhood of Tulagi, a small island situated between two big islands and close by our own troops. The attack fully manifested the Imperial Navy's glorious tradition built up in the battle of Midway during the Russo-Japanese War and in the battle of New Britain during the Russo-Japanese War.

The attack and subsequent achievements scored by the Japanese are undoubtedly to be recorded as a witness parallel to the attack of Pearl Harbor. The attack was carried out by the Japanese Navy Force Corps, Kikido Iwami and Yuki Morita, who were on board an unidentified warship at the time of the action. Their report, dated August 23, follows:

**Night Attack Off the Solomons**



Standing beneath the light flash through the night darkness of the Solomons Islands in the Japanese Navy. (Photographed by the Navy Ministry)

...in the evening engagement. The allied forces in charge as well as the Japanese fleet were ordered the more in charge of the night attack. The Japanese fleet was ordered to attack the enemy in the night. The Japanese fleet was ordered to attack the enemy in the night. The Japanese fleet was ordered to attack the enemy in the night.

**NIPPON PLANES MAKE NEW RAID ON PORT DARWIN**

Large Formations of Japanese Aircraft Bomb Strategic Australian City

**ANNOUNCEMENT IS MADE**

Allied Headquarters in Southwestern Pacific Issues Report, Melbourne States

Dunedin, August 24.—The Allied Headquarters in the Southwestern Pacific announced that large formations of Japanese aircraft today raided Port Darwin, according to a Melbourne dispatch.

...The problem of appointing a Commander-in-Chief of the Allied Forces in Europe has been agreed between the United States and British governments. The British government has agreed to appoint a Commander-in-Chief of the Allied Forces in Europe. The British government has agreed to appoint a Commander-in-Chief of the Allied Forces in Europe.

---

**GERMANS START NEW OFFENSIVE IN KALUGA AREA**

Force 160 Kilometers Southwest of Moscow Opened Action, Stockholm Reports

**'BIG DRIVE' COMMENCES**

Latest Move in Response to Attack in Caucasus—Soviet Positions Pierced

Stockholm, August 23.—Further reports in regard to the Soviet offensive in the Kaluga area, which was launched on August 22, indicate that the German forces have made considerable advances at several points. The Soviet forces have been forced to retreat in several places. The German forces have been forced to retreat in several places.

**U.S. PUSHES BRAZIL INTO BELLIGERENCY**

United States Pressure Seen Cause for War Declaration Against Axis Powers

Washington, August 23.—The United States Government today pushed Brazil into belligerency against the Axis powers. The United States Government today pushed Brazil into belligerency against the Axis powers. The United States Government today pushed Brazil into belligerency against the Axis powers.

**HIGHWAY WILL LINK TOKYO AND FUKUOKA**

New High-Speed Motorway Planned by Ministry as Transportation Link

Tokyo, August 23.—The Japanese Ministry of Transportation today announced that it had decided to construct a new high-speed motorway between Tokyo and Fukuoka. The Japanese Ministry of Transportation today announced that it had decided to construct a new high-speed motorway between Tokyo and Fukuoka.

---

**OPPRESSION BY BRITISH STILL UNABATED IN INDIA**

More Patriots Are Arrested on Tramped-Up Charge—Calcutta University Shut

Calcutta, August 23.—The British authorities are making frantic efforts to suppress all British democratic movements in India, according to reports from Calcutta.

**U.S. PUSHES BRAZIL INTO BELLIGERENCY**

United States Pressure Seen Cause for War Declaration Against Axis Powers

Washington, August 23.—The United States Government today pushed Brazil into belligerency against the Axis powers. The United States Government today pushed Brazil into belligerency against the Axis powers. The United States Government today pushed Brazil into belligerency against the Axis powers.

**U.S. PUSHES BRAZIL INTO BELLIGERENCY**

United States Pressure Seen Cause for War Declaration Against Axis Powers

Washington, August 23.—The United States Government today pushed Brazil into belligerency against the Axis powers. The United States Government today pushed Brazil into belligerency against the Axis powers. The United States Government today pushed Brazil into belligerency against the Axis powers.

No Japão, a imprensa oficialista atribuiu à pressão dos EUA a declaração de guerra brasileira à Alemanha e à Itália. Fonte: Japan Times & Advertiser, 25.08.1942.

643 JACAR, A03024845000.

\*\*\*

Quando a guerra no Pacífico estourou, a América Latina já estava sob as pressões decorrentes do conflito europeu. O Brasil equilibrava-se entre as ofensivas políticas dos EUA, de um lado, e do Eixo, de outro, mas essa postura foi colocada em xeque após o ataque a Pearl Harbor. Apesar da objeção dos militares — e da resistência de Chile e Argentina, que impediu o consenso continental —, Vargas optou pelo rompimento de relações com Alemanha, Itália e Japão, fazendo a balança geopolítica brasileira pender decisivamente para o alinhamento com Washington.

Diferentemente da Alemanha e da Itália, que passaram à ofensiva, afundando navios brasileiros, o Japão não levou a cabo as ameaças de responder ao rompimento de relações com operações militares — o que dificilmente teria meios para fazer — ou com uma declaração de guerra, que acabaria prejudicando seus interesses. Se o Brasil foi poupado, o mesmo não pode ser dito de seus diplomatas. Assim como os de outras nacionalidades, os representantes brasileiros sofreram diversos constrangimentos até conseguirem voltar para casa, situação que evidenciou o quão enfraquecida estava a chancelaria frente aos militares e setores civis mais radicais, que concentravam cada vez mais poderes em Tóquio.

A ausência de agressão foi o pretexto oficial para que o Rio de Janeiro se abstinhasse de incluir Tóquio na declaração de guerra de agosto de 1942, muito embora haja indícios de pressões do Chile e do próprio Japão, por intermédio do ministro da Aeronáutica, Salgado Filho. Não se pode afastar, ainda, que a omissão tivesse o objetivo de guardar uma eventual declaração de guerra ao Japão como moeda de troca. Note-se, nesse sentido, que o rompimento de relações com o Eixo representou apenas uma maior aproximação com os EUA, e não um alinhamento incondicional. O Brasil ainda tinha margem de manobra e, pelo menos até 1944, seguiria obtendo ganhos políticos junto aos EUA — sendo o envio da FEB à Europa o mais importante.<sup>644</sup>

De fato, a questão da declaração de guerra ao Japão voltaria à ordem do dia das relações entre Brasil e EUA, em 1945, quando já se reunia em São Francisco a conferência da qual resultaria a criação da Organização das Nações Unidas (ONU). O contexto, porém, era outro, e, como se verá a seguir, o Brasil não conseguiria nada em troca.

---

<sup>644</sup> MOURA, op. cit., p. 153-162.

### III. Declaração de guerra brasileira (1942 - 1945)

*Haverá paz perpétua e amizade constante entre os Estados Unidos do Brasil e o Império do Japão, assim como entre seus cidadãos e súditos respectivos.*

*(Artigo 1º do Tratado Brasil-Japão de Amizade, Comércio e Navegação)<sup>645</sup>*

A repatriação dos diplomatas praticamente esgotou os vínculos formais (e indiretos desde o rompimento) entre o Brasil e os países do Eixo. As interações com Alemanha e Itália passariam a ter lugar nos campos de batalha europeus; no caso do Japão, voltaram ao que eram no início: a questão migratória. Desde 1941, já não havia mais fluxo de pessoas, mas a existência de famílias separadas e a presença de significativo contingente de japoneses no Brasil impedia Tóquio e o Rio de Janeiro de ignorarem-se mutuamente, ainda que não mantivessem relações formais.

#### III.1) A situação dos japoneses no Brasil

Após a repatriação pelo *Gripsholm*, sobraram apenas uns poucos brasileiros no Japão e nos territórios ocupados.<sup>646</sup> Exceto, claro, os nipodescendentes, mas que, aos olhos de Tóquio, eram japoneses: cerca de 300, segundo estimariam autoridades portuguesas, em 1947,<sup>647</sup> ou

---

<sup>645</sup> Tratado de Amizade, Comércio e Navegação firmado em Paris pelos Estados Unidos do Brasil e o Império do Japão, 05.11.1895. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/212>>. Acesso em 18.02.2022.

<sup>646</sup> Em dezembro de 1945, foram repatriados Antonio Muszynski, Gabriele Muszynski, Irene Muszynski e Carlota Wolfe; em 1946, foi a vez de Paulo C. Justo e Erna B. Justo (maço temático ostensivo 47.564, AHI-BSB). Na China, a representação diplomática do Brasil registrava a presença de apenas quatro brasileiros, em 1942: "três freiras em Pequim e um jogador de frontão em Xangai" (ofício do ministro Renato de Lacerda Lago ao chanceler Aranha, 15.08.1942. Maço temático ostensivo 39.669, AHI-BSB. Disponível também no maço 39-5-5, AHI-RJ. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 19, nº 36, 1º semestre de 2020, p. 362-381).

<sup>647</sup> Memorando da encarregada do expediente da Divisão Consular ao Chefe do Departamento Econômico e Consular, 29.11.1948. Maço temático ostensivo 44.239, AHI-BSB.

aproximadamente 5 mil, de acordo com informação da companhia de navegação *American President Lines*, em 1949.<sup>648</sup> No Brasil, em contraste, havia cerca de 200 mil japoneses.<sup>649</sup>

Desde o final dos anos 1930, esses japoneses vinham sofrendo com a política de nacionalização implementada pelo Estado Novo. Com a guerra, a situação se agravou. Já em dezembro de 1941, o Brasil passou a exigir de nacionais de países em guerra licença prévia para operações de câmbio, e havia constantes rumores acerca de novas medidas restritivas. Em janeiro de 1942, o consulado japonês em São Paulo percebeu a gravidade da situação e, enquanto desmentia os boatos, alertou Tóquio para as consequências econômicas das demissões de japoneses, que se multiplicavam. A maioria dos desempregados retornava à vida rural, mas, “em março ou abril”, estimava o cônsul Kaoru Hara, a necessidade de assistência financeira se tornaria um “problema concreto”.<sup>650</sup> Sua avaliação era certa e seria precipitada pelo rompimento de relações entre Brasil e Japão, em 28 de janeiro de 1942.

Já no dia 27, Vargas telegrafou aos interventores nos Estados, pedindo que os estrangeiros fossem vigiados e alertando para o iminente anúncio de novas medidas. No dia 28, foram, de fato, tornadas públicas uma série de restrições aos súditos do Eixo, que incluíam proibição de porte de armas, necessidade de autorização para deslocamentos e até vedação de reuniões privadas, mesmo que em lares de brasileiros.<sup>651</sup> Essas medidas eram o início de um difícil período que, em razão da ruptura de relações, os japoneses teriam que enfrentar sem apoio direto de seu governo.

No dia 11 de março, veio mais um duro golpe. Depois do afundamento de cinco navios, o governo brasileiro decidiu confiscar bens de pessoas físicas e jurídicas alemãs, italianas e

---

<sup>648</sup> Carta-telegrama 24, do consulado-geral em São Francisco para a Secretaria de Estado, 06.12.1949. Maço temático ostensivo 43.965, AHI-BSB.

<sup>649</sup> Fontes diferentes apontam para números ligeiramente distintos, mas todas, tanto no Brasil quanto no Japão, convergem para algo em torno desses 200 mil. QUINTANEIRO, Tania. Plantando nos campos do inimigo: japoneses no Brasil na Segunda Guerra Mundial. *Estudos Ibero-Americanos*. v. 32, n. 2, p. 155-169. 19 dez. 2006. Disponível em <<https://doi.org/10.15448/1980-864X.2006.2.1361>>. p. 159. Revista de Imigração e Colonização, ano I, nº4, 10.1940, p. 641-642 Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/143030/1503>>. Bulletin périodique de la presse japonaise, n. 82, du 7 janvier au 29 février 1940, Ministério da Informação, p. 36. Disponível em: <<https://bibliotheque-numerique.diplomatie.gouv.fr/ark:/12148/bpt6k63108659>>. Acesso em 12.08.2021.

<sup>650</sup> Telegrama 11, do consulado do Japão em São Paulo para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, 17.01.1942. JACAR, B02032814800.

<sup>651</sup> SHIZUNO, Elena Camargo. **Bandeirantes do Oriente ou Perigo Amarelo: os imigrantes japoneses e a DOPS na década de 40**. 2001. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) — do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível Em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/24690>>. Acesso em: 15.03.2022, p. 88-89. Essas restrições foram reportadas a Tóquio pela embaixada japonesa em Buenos Aires (Telegrama 145, da embaixada do Japão em Buenos Aires para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, 05.02.1942, JACAR, B02032814800).

japonesas, como forma de garantir indenização pelos prejuízos. O decreto-lei 4.166 imputava a responsabilidade pelos afundamentos à Alemanha, mas estendia o confisco à Itália e ao Japão devido à aliança que "torna estas potências necessariamente solidárias na agressão."<sup>652</sup> As modalidades das desapropriações foram estabelecidas pelos estados — que, em alguns casos, determinaram confiscos pouco transparentes de terras<sup>653</sup> —, exceto quanto aos depósitos bancários, sobre os quais o decreto-lei federal era explícito.

As pessoas físicas conseguiram salvar parte de suas reservas financeiras. Depois de ficar sem acesso a agências bancárias durante o longo feriado que o governo determinou logo que começara a guerra na Europa, em 1939, muitas famílias sacaram seus depósitos e passaram a preferir dinheiro em espécie. Após Pearl Harbor, essa "corrida aos bancos" acentuou-se, "atingindo quase que simultaneamente todos os bancos de origem japonesa."<sup>654</sup> As empresas, porém, não tinham como prescindir do sistema bancário e foram duramente atingidas. A única maneira de escapar às restrições era a substituição de dirigentes japoneses. Algumas companhias adotaram essa prática desde 1941, quando os EUA pressionavam o Brasil para cercar atividades de empresas do Eixo da chamada "lista negra", da qual faziam parte as companhias aéreas *Condor*, alemã, e *Lati*, italiana. Aos novos dirigentes não bastava ser brasileiro:

exigia-se que fossem brasileiros natos de descendência ocidental menos eixistas, não se admitindo os brasileiros por naturalização. Era então voz corrente: 'A cara não ajuda.' Com isso queria dizer que a origem racial sobrepuja a nacionalidade legal.<sup>655</sup>

Apesar dos paliativos, o estrangulamento das empresas japonesas acabou poupando apenas cooperativas agrícolas, cujo papel na produção de alimentos era reconhecido pelo

---

<sup>652</sup> Decreto-lei 4.166, 11.03.1942. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del4166.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del4166.htm)>. Acesso em 16.08.2021.

<sup>653</sup> Nota 84 da embaixada da Espanha no Rio de Janeiro, 19.05.1942. JACAR B02032910400, p. 34 e 36.

<sup>654</sup> BANCO AMÉRICA DO SUL (ed.). **Breve história do Banco América do Sul S.A.** Tóquio: Gráfica Hossokawa Ltda, 1960. Disponível em: <[www.imigrantesjaponeses.com.br/iminbrasil/BREVE%20HISTORIA%20DO%20BANCO%20AMERICA%20DO%20SUL.pdf](http://www.imigrantesjaponeses.com.br/iminbrasil/BREVE%20HISTORIA%20DO%20BANCO%20AMERICA%20DO%20SUL.pdf)>. Acesso em: 16.03.2022, p. 16.

<sup>655</sup> *Ibidem*, p. 24-25. De maneira análoga, um diplomata brasileiro observara, em 1931, que, em Xangai, "quem tiver os olhos repuxados e a cor amarelada, pode até provar que é anglo-saxão ou escandinavo, mas sempre será 'china'." (OLIVEIRA, Nelson Tabajara de. **Roteiro do Oriente**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933, p. 241). A questão da nacionalidade dos imigrantes era nebulosa, não havendo jurisprudência consolidada sobre dupla nacionalidade, perda ou aquisição de nacionalidade, etc., como ilustra o caso daquele que talvez tenha sido o primeiro japonês naturalizado brasileiro (NINOMIYA, Masato. **A nacionalidade brasileira de Thomas Wasaburo Otake**. In: RAMOS, André de Carvalho (Org.). **Direito internacional privado: questões controvertidas**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016b).

governo brasileiro.<sup>656</sup> Como resultado, milhares de japoneses foram privados de seu ganha-pão.<sup>657</sup> Até mesmo entidades filantrópicas, como um sanatório para tratamento de tuberculose em Campos do Jordão e o Hospital Santa Cruz, em São Paulo, tiveram que trocar o corpo de funcionários.<sup>658</sup> A intervenção no Hospital Santa Cruz terá sido particularmente marcante para os japoneses: sua construção contara com material vindo do Japão e doações não apenas dos próprios imigrantes, como também do Imperador.<sup>659</sup>

Não bastassem as intervenções nas pessoas jurídicas, também foram registradas agressões diretas aos cidadãos. Logo após o rompimento, houve prisões e detenções por (alegado) descumprimento das novas restrições, como a proibição de falar japonês. O porte de armas, rádio ou mesmo de enxofre (usado no combate aos piolhos de galinhas) também era pretexto para a privação de liberdade.<sup>660</sup> Os números variam: em março de 1942, o embaixador do Japão na Argentina, Akira Tomii, falou em 100 presos apenas em São Paulo, dos quais a maioria teria sido liberada em seguida;<sup>661</sup> em 1943, um relatório do governo japonês menciona 3 mil detenções logo após o rompimento;<sup>662</sup> do lado brasileiro, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI) contabilizou, também em 1943, 208 japoneses "detidos por motivos políticos."<sup>663</sup>

Além do sustento, muitos japoneses perderam suas casas. Tidos como ameaça à segurança nacional, súditos do Eixo foram obrigados a se mudar de diversos locais considerados estratégicos, como proximidade de bases militares, tribunais de Justiça, delegacias, bombeiros, etc; em muitos casos, a retirada era imediata, e não havia maiores explicações, uma vez que tais decisões, tomadas "no interesse da segurança nacional, devem ser cercadas do maior sigilo."<sup>664</sup> Ironicamente, os que queriam se mudar por conta própria, também sofriam restrições. Depois de perder o emprego ou a própria empresa na capital paulista, alguns japoneses que manifestaram intenção de se estabelecer no interior, para se dedicar à agricultura, foram informados de necessidade de autorização, a qual o Ministério da Justiça condicionava a que

---

<sup>656</sup> QUINTANEIRO, op. cit, p. 167.

<sup>657</sup> JACAR, B02130640700.

<sup>658</sup> Maços temáticos ostensivos 47.632, 43.520 e 43.519, AHI-BSB.

<sup>659</sup> NINOMIYA, Masato; NINOMIYA, Sonia Regina Longhi. **Laços: A Família Imperial e o Brasil**. São Paulo: Intercultural, 2019, p. 12-16.

<sup>660</sup> SHIZUNO, op. cit, p. 106.

<sup>661</sup> Telegramas do embaixador Tomii (Argentina), 25.03.1942 e 02.04.1942. JACAR, B02032814800.

<sup>662</sup> JACAR, B02130640700.

<sup>663</sup> Aviso GS/1.739, do Ministro da Justiça e Negócios Interiores ao Ministro das Relações Exteriores, 01.11.1943. Maço temático ostensivo 43.520, AHI-BSB.

<sup>664</sup> JACAR B02032910400, p. 28, 30 e 32.

“— e este é um pormenor de grande interesse — os japoneses procurem colocar-se em lugares onde a sua presença não seja contra-indicada.”<sup>665</sup>

Às medidas tomadas pelas autoridades vinham-se somar manifestações violentas por parte da população. No dia 12 de março, um dia depois da promulgação do decreto-lei 4.166, centenas de pessoas foram às ruas do Rio de Janeiro e, sob gritos de “Abaixo, Hitler”, vandalizaram o banco *Shokin*.<sup>666</sup> Aparentemente, o foco principal da multidão enfurecida eram estabelecimentos alemães, mas, mesmo como alvo colateral, o banco japonês foi apedrejado, tendo portas e janelas quebradas.<sup>667</sup>

Esses atos hostis eram fruto de — e, ao mesmo tempo, contribuía para alimentar — notícias sobre uma organização militar japonesa no Brasil. Alguns desses rumores assentavam-se no fato de muitos japoneses terem uniformes do exército imperial, que guardavam da época em que haviam prestado o serviço militar obrigatório na terra natal, antes de migrarem.<sup>668</sup> Outros eram baseados em cartas anônimas.<sup>669</sup> Algumas reportagens eram tão fantásticas que, diante de protesto da embaixada da Espanha, o próprio Ministério da Justiça e Negócios Interiores reconheceu haver “considerável exagero”<sup>670</sup> em uma delas, intitulada “A Organização Militar dos Japoneses no Brasil”.<sup>671</sup> O que não impediu que as notícias corresse o mundo e ganhassem manchetes em Londres<sup>672</sup> e Nova York.<sup>673</sup>

Os boatos não vinham apenas da imprensa, mas também de serviços de inteligência estrangeiros. Logo após Pearl Harbor, o cônsul dos EUA em São Paulo reportou que 6 mil oficiais da reserva japoneses estariam prontos para a ação, no interior do Estado.<sup>674</sup> E, em

---

<sup>665</sup> Ofício 1.263, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores ao Itamaraty, 06.07.1942. Maço temático ostensivo 43.520, AHI-BSB.

<sup>666</sup> Telegrama do ministro Chiba (Portugal), 15.03.1942. JACAR B02032814800.

<sup>667</sup> Telegramas do ministro Suma (Espanha), 19.03.1942 e 25.03.1942; telegrama do embaixador Tomii (Argentina), 25.03.1942. JACAR B02032814800.

<sup>668</sup> Maço temático ostensivo 43.520, AHI-BSB.

<sup>669</sup> *Exército japonês para ataque ao Brasil*, A Noite, 21.03.1942, p. 1. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/348970\\_04/14142](http://memoria.bn.br/docreader/348970_04/14142)>. Acesso em 05.08.2021.

<sup>670</sup> Ofício 1.263, do MJNI ao Itamaraty, 06.07.1942. Maço temático ostensivo 43.520, AHI-BSB.

<sup>671</sup> Nota 62, 29.04.1942, da embaixada da Espanha para o Itamaraty, 29.04.1942. Maço temático ostensivo 43.520, AHI-BSB. Disponível também em JACAR B02032910400, p. 13-14.

<sup>672</sup> Telegrama 105 da embaixada do Brasil em Londres para a Secretaria de Estado, 23.03.1942. Maço 29-5-5, AHI-RJ. Transcrito em Cadernos do CHDD, ano 17, nº 32, 1º semestre de 2018, p. 375.

<sup>673</sup> FUKUNAGA, Patrick Makoto. *The Brazilian experience : the Japanese immigrants during the period of the Vargas regime and the immediate aftermath, 1930-1946*. 1983. Tese (Doutorado em História) — Universidade da Califórnia, Santa Barbara, p. 122.

<sup>674</sup> QUINTANEIRO, op. cit, p. 161.

Washington, o Departamento de Guerra falava em 25 mil homens, organizados em uma força capaz de tomar a capital paulista em meia hora.<sup>675</sup>

Com o afundamento de navios no litoral brasileiro e a subsequente declaração de guerra à Alemanha e à Itália, no fim de agosto de 1942, a situação dos “inimigos” se deteriorou. Quando ainda se mantinha neutro, o Brasil havia determinado a internação das “pessoas pertencentes às forças beligerantes”.<sup>676</sup> Ora, sob o argumento de que seriam reservistas (o que seria corroborado pela posse de uniformes), todos os homens japoneses estariam sujeitos à medida, independentemente de o Japão não estar em guerra contra o Brasil. E, de fato, no segundo semestre de 1942, os súditos do Eixo passaram a ser colocados em campos de concentração.<sup>677</sup>

Alguns desses campos eram prisões às quais alemães, italianos e japoneses já estavam sendo enviados desde o primeiro semestre de 1942.<sup>678</sup> Outros eram áreas de uso comum, como a Ilha das Flores, no Rio de Janeiro, que abrigava uma hospedaria pela qual, desde o século XIX, haviam passado inúmeros imigrantes ao chegar ao país; e Tomé-Açu, no Pará, onde os japoneses eram a maioria dos internos. Em 1929, o local havia recebido os pioneiros do que seria um núcleo de colonização japonesa. Nos anos 1930, porém, a propagação da malária e maus resultados com a cultura do cacau levaram a um êxodo. Ironicamente, muitas das famílias que saíram de Tomé-Açu por não conseguir sobreviver da agricultura foram levadas de volta à força, em 1942.<sup>679</sup> Além delas, “the thirty Japanese families in the state of Amazonas were forced to evacuate their homes and required to take up residence at Tomé-Açu.”<sup>680</sup>

---

<sup>675</sup> *Memorandum for the Assistant Chief of Staff, WPD*, 12.03.1942. Disponível em: <[www.ndl.go.jp/brasil/e/data/R/G006/G006-NARA0001r.html](http://www.ndl.go.jp/brasil/e/data/R/G006/G006-NARA0001r.html)>. Acesso em: 25.09.2021.

<sup>676</sup> Decreto-lei 2.983, 25.01.1941. Disponível em: <[www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2983-25-janeiro-1941-412959-publicacaooriginal-1-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2983-25-janeiro-1941-412959-publicacaooriginal-1-pe.html)>. Acesso em 18.08.2021.

<sup>677</sup> O uso da expressão “campos de concentração” é controverso. Há quem defenda ser “equivocado falar-se em campo de concentração (mesmo que à brasileira)”, apontando para a ausência de maus-tratos generalizados (CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Geração Editorial/Edusp, 2000, p. 147). Outros ponderam que a existência de regimes semi-abertos, com permissão de saídas, tampouco autorizaria uso da expressão (PERAZZO, Priscilla Pereira. **Prisioneiros da Guerra: os “súditos do Eixo” nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)**. São Paulo: Editora Humanitas, 2009, p. 23). Fato é que “campos de concentração” era usado à época sem constrangimentos e, apenas mais tarde, passou a ser evitado, para afastar associações com o que talvez seja melhor descrito por “campos de extermínio” (Ibidem, 352-354). Nesse sentido, e sem perder de vista a distinção entre ambos, será utilizada a expressão “campos de concentração” no presente trabalho.

<sup>678</sup> Maço temático ostensivo 43.520, AHI-BSB.

<sup>679</sup> PERAZZO, op. cit, p. 106-107.

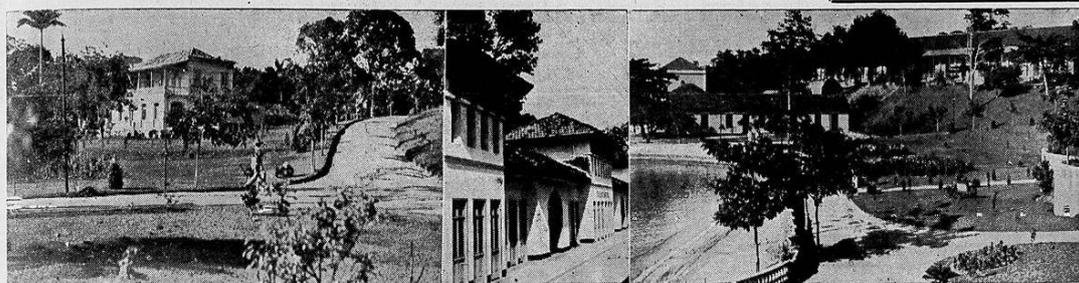
<sup>680</sup> FUKUNAGA, op. cit, p. 130.

Figura 14: Ilha das Flores (1936 e 1942)



# Campo de concentração na Ilha das Flores

Serão para ali transferidos os súbditos do Eixo que se encontram detidos



Vistas da ilha das Flores, ora aproveitada para campo de concentração: vê-se, no centro, a Hospedaria dos Imigrantes.

ANO XXXI

Rio de Janeiro, — Quinta-feira, 26 de março de 1942

N. 10.820



— Alô... Alô... Atenção!...  
Se deseja adquirir móveis e artigos NOVOS RUSTICOS, faça uma visita à  
**CASA PINTO**  
DORMITÓRIOS — SALAS  
RUSTICAS. DESDE 1.000.000  
224, Rua Buenos Aires, 226  
RUA 7 DE SETEMBRO, 166  
Fila da popular Fila de Nova

Directores: ANDRÉ CARRAZONI  
CYPRIANO LAGE

Empresa A NOITE — Superintendente: LUIZ C. DA COSTA NETTO

Gerente: — OCTAVIO LIMA  
Número Avulso: \$ 300

Redação e oficinas: PRAÇA MAUÁ, 7 — Telefones: Mesa de ligações internas: 23-1910. — Informações: 23-1556 — Carioca-reporter: 23-4090

# A NOITE

Em consequência das últimas diligências policiais realizadas em torno de súbditos das nações do Eixo, aqui radicados, os xadrezes da Polícia Central ficaram abundantes de presos, elevando-se os mesmos a mais de cem, entre alemães, japoneses e italianos. Para resolver o problema de acomodações dos presos, esteve na Chefatura de Polícia o diretor da Ilha das Flores, ficando deliberado que todos aqueles elementos deverão

ser transferidos para o recém-criado presídio da ilha, agora transformado em campo de concentração. Ainda não está marcada a data da transferência.

## Submarinos mirins

Afundados dez navios alemães  
(TEXTO NA 2ª PÁGINA)

Após o rompimento de relações do Brasil com as potências do Eixo, em janeiro de 1942, nacionais daqueles países passaram a ser confinados na Ilha das Flores, que, desde o século XIX, abrigava uma hospedaria para imigrantes recém-chegados ao Brasil.

**Fonte:** Acima: Vista Aérea da Ilha das Flores, 28.11.1936. Disponível em: <<https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliansa/handle/20.500.12156.1/7889>>. Abaixo: Campo de concentração na Ilha das Flores, A Noite, p. 9, 26.03.1942. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/348970\\_04/14220](http://memoria.bn.br/docreader/348970_04/14220)>.

De certa maneira, a guerra ajudou os japoneses e demais súditos do Eixo, no sentido de que “garantiu que suas condições de encarceramento pudessem ser questionadas com base numa legislação internacional”.<sup>681</sup> O Estado Novo era um regime de exceção, e, desde o rompimento de relações diplomáticas, nacionais dos países do Eixo sofriam muitas arbitrariedades. Alguns japoneses de São Paulo, por exemplo, tinham sido enviados à Ilha das Flores simplesmente porque acabaram não conseguindo embarcar no *Gripsholm*, depois de viajar ao Rio de Janeiro. Outros sequer sabiam por que estavam lá, não sendo nem interrogados nem acusados de crime algum.<sup>682</sup> Nesse contexto, a Cruz Vermelha ofereceu o envio de delegação ao país em abril de 1942, mas só depois da entrada na guerra, e mediante insistência daquela organização, é que o Brasil concordou em receber um representante, Eric Haegler, que começou a visitar os campos em novembro.<sup>683</sup> O direito internacional criava constrangimentos à atuação das autoridades brasileiras, e o próprio Itamaraty, em resposta a um dos questionamentos da Cruz Vermelha, afirmou que,

apesar da Convenção de Genebra de 27 de julho de 1929, de que o Brasil é signatário, tratar exclusivamente de prisioneiros de guerra e não de "quintacolumnistas", o Governo resolveu estender aos internados civis no que for aplicável e quando não contrariar o direito brasileiro, os princípios da citada Convenção.<sup>684</sup>

A presença da Cruz Vermelha talvez tenha sido um dos fatores que resultaram num relativo afrouxamento das restrições impostas aos japoneses no Brasil, passada a comoção da declaração de guerra. Também terão contribuído para o abrandamento das condições o fato de o Japão não se ter envolvido diretamente nos torpedeamentos (como constou do próprio decreto-lei 4.166, que determinou o confisco de bens) e o reconhecimento de que não mobilizava uma “quinta coluna” no Brasil. Voltava a prevalecer a avaliação de antes da guerra, ilustrada, por exemplo, por um relatório da polícia de São Paulo que, em outubro de 1941, pregava atenção às atividades políticas de alemães e italianos, mas imputava aos japoneses apenas o fato de se “enquistar”.<sup>685</sup> Quaisquer que tenham sido as razões, o tratamento dispensado aos japoneses tornou-se menos rigoroso. A fiscalização sobre as cooperativas

---

<sup>681</sup> PERAZZO, op. cit, p. 77. De modo análogo, o fim da guerra traria-lhes algumas dificuldades, como se verá no próximo capítulo.

<sup>682</sup> JACAR B02032814900.

<sup>683</sup> PERAZZO, op. cit, p. 282-285, 291.

<sup>684</sup> Telegrama 39, da Secretaria de Estado para a legação do Brasil em Berna, 21.05.1943. Maço temático ostensivo 43.520, AHI-BSB.

<sup>685</sup> Relatório de Manuel Ribeiro da Cruz sobre as atividades de imigrantes alemães, japoneses e italianos. GV c 1941.10.01. Disponível em: <[www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/13423](http://www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/13423)>. Acesso em 18.08.2021.

agrícolas foi sendo “sensivelmente abrandada” no segundo semestre de 1942,<sup>686</sup> e a determinação de que os japoneses deixassem áreas do centro de São Paulo tampouco foi cumprida com rigor.<sup>687</sup>

O próprio governo japonês avaliou que, passado o calor da declaração de guerra, as críticas ao Japão se tornavam mais amenas, e os japoneses recuperavam, aos poucos, a tranquilidade.<sup>688</sup> Os mais necessitados recebiam auxílio de um fundo de assistência aos desvalidos e de entidades católicas.<sup>689</sup> O embaixador da Espanha no Brasil, Raimundo Fernández-Cuesta, também constatou progressos no tratamento dos japoneses, que seria melhor que aquele dispensado aos alemães. Seus protestos junto ao Itamaraty referiam-se, em sua maioria, a desdobramentos de incidentes do início de 1942, e a maioria dos japoneses detidos na Ilha das Flores já haviam sido libertados, de modo que, em janeiro de 1943, os japoneses estariam vivendo o cotidiano “normalmente”.<sup>690</sup>

Essa tendência ao abrandamento das sanções foi revertida após uma série de novos afundamentos de navios próximos à costa brasileira, em 1943. Na capital paulista, a polícia retomou as incursões nos bairros onde ainda havia imigrantes, confiscando rádios e dinheiro.<sup>691</sup> Também ordenou que os japoneses que moravam perto da represa de Guarapiranga (então represa de Santo Amaro, conhecida também por represa da Light) deixassem o local em 20 dias.<sup>692</sup> O governo federal redobrou os esforços de intervenção nas empresas que ainda não tinham sido nacionalizadas.<sup>693</sup> Mas a preocupação maior residia no litoral.

Sob o pretexto de que estrangeiros estariam dando informações a submarinos inimigos, a respeito do qual “jamais se encontrou qualquer evidência”,<sup>694</sup> empresas de pesca com participação de japoneses foram desapropriadas.<sup>695</sup> Em vários estados, súditos do Eixo foram obrigados a deixar suas casas em regiões litorâneas.<sup>696</sup> Na Bahia, criou-se a Comissão Civil,

---

<sup>686</sup> BANCO AMÉRICA DO SUL, op. cit., p. 17.

<sup>687</sup> CYTRYNOWICZ, op. cit, p. 141-142.

<sup>688</sup> JACAR B02130418900, p. 2-3.

<sup>689</sup> Divergências a respeito da gestão desse fundo levaria à detenção de alguns japoneses, denunciados pelos próprios compatriotas. JACAR B02032814900.

<sup>690</sup> Telegramas 39, (14.01.1943) e 54 (19.01.1943), do ministro Suma (Espanha). JACAR B02032814900.

<sup>691</sup> CYTRYNOWICZ, op. cit, p. 141-142

<sup>692</sup> Nota 93, da embaixada da Espanha no Rio de Janeiro para o Itamaraty, 25.05.1943. Maço temático ostensivo 43.520, AHI-BSB.

<sup>693</sup> JACAR B02032814900.

<sup>694</sup> CYTRYNOWICZ, op. cit, p. 144.

<sup>695</sup> JACAR B02032814900.

<sup>696</sup> JACAR B02032814900. PERAZZO, op. cit, p. 100.

Policia de Vigilância do Litoral (CCPVL).<sup>697</sup> Em Santos, “os evacuados, tendo 1.500 japoneses à frente”, tiveram aviso prévio de apenas 24 horas.<sup>698</sup>

Passada a série de afundamentos em 1943, o rigor na aplicação das medidas restritivas arrefeceu novamente. Até porque uma vigilância minuciosa de alemães, italianos e japoneses demandaria demais das forças de segurança e seria inviável em localidades onde essas populações eram majoritárias. Na Bahia, por exemplo, pretendia-se retirar do litoral todos os súditos do Eixo, mas, posteriormente, decidiu-se deslocar apenas aqueles considerados mais nocivos.<sup>699</sup> E, assim, os japoneses foram recuperando a normalidade que era possível em tempos como aqueles. Alguns até prosperaram.

Ao tirar do mercado internacional alguns concorrentes, a guerra elevou a demanda (estadunidense, em grande medida) por alguns produtos brasileiros, como seda e menta, que eram produzidos praticamente apenas por japoneses no estado de São Paulo.<sup>700</sup> Os preços em alta elevaram a renda dos produtores, e um bom termômetro para verificar isso são as movimentações bancárias da colônia japonesa, que já haviam acompanhado o *boom* nas vendas de algodão brasileiro para o Japão no final dos anos 1930. Em 1940, a casa bancária Bratac deu origem ao Banco América do Sul, que se tornou a principal instituição financeira japonesa e a única a não ser liquidada durante a guerra, preferindo seus diretores passarem-no às mãos de brasileiros natos, na esperança de retomar o controle quando voltasse a paz (como, de fato, conseguiram).<sup>701</sup> Depois de queda brusca em 1942, tanto os depósitos quanto os empréstimos

---

<sup>697</sup> Decreto-Lei 12.820, do interventor federal na Bahia, 07.07.1943. Disponível em JACAR B02032808400, p. 4.

<sup>698</sup> COMISSÃO de Elaboração da História dos 80 anos da Imigração Japonesa no Brasil. **Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: HUCITEC e Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992. Disponível em: <[www.imigrantesjaponeses.com.br/iminbrasil/UMA%20EPOPEIA%20MODERNA%2080ANOS.pdf](http://www.imigrantesjaponeses.com.br/iminbrasil/UMA%20EPOPEIA%20MODERNA%2080ANOS.pdf)>. Acesso em 15.03.2022, p. 261.

<sup>699</sup> SILVA, Maria Helena Chaves. **Vivendo com o Outro: os alemães na Bahia no período da II Guerra Mundial**. 2007. Tese (Doutorado em História) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: <[https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/5\\_vivendo\\_com\\_o\\_outro\\_os\\_alemaes\\_na\\_bahia\\_no\\_periodo\\_da\\_ii\\_guerra\\_mundial.pdf](https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/5_vivendo_com_o_outro_os_alemaes_na_bahia_no_periodo_da_ii_guerra_mundial.pdf)>. Acesso em 18.03.2022, p. 171, 218.

<sup>700</sup> NOGUEIRA, op. cit., p. 21 afirma que toda a seda produzida em São Paulo em 1940 era fruto do trabalho de japoneses. FUKUNAGA, op. cit, p. 63, no entanto, afirma que, em 1939, os japoneses respondiam por apenas 57% da seda. É difícil crer que essa razão tenha se alterado tanto de um ano para o outro. De todo modo, ambas as cifras coincidem, qualitativamente, em mostrar a importância da colônia japonesa para a produção dessas culturas, que já era visível no início da década de 1930 (Leão Neto, 1989, p. 58-59).

<sup>701</sup> BANCO AMÉRICA DO SUL, op. cit., p. 21-23. *Bratac* era adaptação da abreviação de *Brazil Takushoku Kumiai* ou Sociedade Colonizadora Brasileira, uma associação de apoio à imigração japonesa. O principal banco japonês voltado ao comércio exterior, o *Yokohama Specie Bank*, foi um dos primeiros a encerrar suas atividades, mas, depois da guerra, o governo determinou que seus ex-funcionários brasileiros fossem admitidos em bancos estatais (Decreto-lei 9.143, 08.04.1946. Disponível em: <[www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-9143-8-abril-1946-417425-norma-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-9143-8-abril-1946-417425-norma-pe.html)>. Acesso em 14.01.2022.

cresceram em 1943 e, em 1944, praticamente voltaram aos níveis de 1941. E, das 20 agências que operavam antes da guerra, apenas duas foram fechadas: Ribeirão Preto, em março de 1944, e Rio Preto, em abril. Como resumiu uma publicação do próprio banco, já depois da guerra:

Estando a maioria dos elementos nipônicos felizmente radicados na zona rural, exercendo as atividades de produção de alimentos e matérias primas, ambos de primeira necessidade do tempo de guerra, a colônia japonesa levava a vida relativamente em bom nível econômico; a sericicultura e o cultivo de menta que forneciam as utilidades procuradas com grande avidez, e que constituíam, como sempre constituíram, a especialidade japonesa, fizeram com que à colônia drenassem grandes somas de dinheiro.<sup>702</sup>

Ao mesmo tempo em que reforçou o saldo bancário de alguns lavradores, a prosperidade trazida por essas culturas despertou a ira e a cobiça de outros. Alguns imigrantes japoneses acreditavam que os compatriotas que lucravam com essas culturas eram traidores da pátria, já que ajudavam a economia não apenas do Brasil, mas também do maior inimigo, os EUA, que absorvia boa parte das exportações brasileiras. Outros iam além: acreditando que a menta exportada para os EUA era empregada na fabricação de bombas, passaram a destruir as plantações e ameaçar seus donos. O assunto foi investigado pela polícia, que consultou o consulado dos EUA em São Paulo, bem como especialistas do Exército brasileiro, os quais informaram que a menta tinha aplicações farmacêuticas, mas “desconheciam sua utilidade no setor de indústria bélica.”<sup>703</sup>

Ironicamente, nos anos finais da guerra, a maior ameaça aos japoneses parecia vir não das arbitrariedades do Estado Novo, mas dos próprios compatriotas. Mesmo depois da rendição, alguns desses fanáticos, sob a égide da célebre *Shindo Renmei*, defenderiam que o Japão tinha saído vitorioso e perseguiriam os “derrotistas” que discordassem.<sup>704</sup> Isso não quer dizer que as autoridades brasileiras não praticassem abusos, conforme revelam não apenas denúncias das vítimas, mas relatórios da própria polícia do Rio de Janeiro.<sup>705</sup> Mas, de modo geral, diversas fontes parecem coincidir em que o tratamento dispensado aos japoneses no Brasil foi razoável, pelo menos em termos comparativos.

---

<sup>702</sup> BANCO AMÉRICA DO SUL, op. cit., p. 27-30.

<sup>703</sup> SHIZUNO, op. cit, p. 112-118, 122.

<sup>704</sup> Entre março de 1946 e janeiro de 1947, a *Shindo Renmei* assassinou 16 pessoas e feriu outras 11, após o que pelo menos 600 pessoas foram acusadas de terrorismo (CYTRYNOWICZ, op. cit, p. 166-167). A história da organização criminosa foi popularizada pelo livro “Corações Sujos”, que deu origem a filme homônimo (MORAIS, Fernando. **Corações Sujos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000).

<sup>705</sup> Segundo relatórios da delegacia de segurança política, a polícia paulista prendia japoneses e outros estrangeiros, sob acusação de usarem idioma estrangeiro, e cobrava propina para liberá-los (boletim reservado nº113, da D.P.S - Delegacia de Segurança Política, 17.10.1944. GV c 1944.10.17. Disponível em: <www.docvirt.com/docreader.net/correspqv2/15556>. Acesso em 24.08.2021).

Um estudo sobre os imigrantes japoneses no Brasil durante a Era Vargas afirma que o número dos que foram "physically mistreated (i.e., relocated, interned, imprisoned, etc.) by Brazilian authorities was, from a comparative perspective, rather insignificant" e que, de maneira mais geral, "there were no serious confrontations among the Japanese and their Brazilian host— an outwardly favorable condition that would be maintained throughout the war."<sup>706</sup> Na mesma linha, um trabalho que abrange as relações do Império com toda a região conclui que "la principal comunidad japonesa en Suramérica, la de Brasil, sin embargo, no sufrió grandes problemas y pocos de ellos fueron molestados."<sup>707</sup> Até os líderes da *Shindo Renmei* usaram o tratamento recebido dos brasileiros como argumento para sustentar a crença de que o Japão teria ganho a guerra, "for it was inconceivable to them that Brazil, an ally of the United States in the war, would treat them so humanely if Brazil were on the winning side."<sup>708</sup>

Essas conclusões parecem contradizer uma visão segundo a qual o preconceito contra os japoneses era tão forte que teria levado — ou, pelo menos, contribuído — à radicalização de bandos como a *Shindo Renmei*: "a violência desses grupos e a exacerbação do nacionalismo japonês foram uma reação à política de nacionalização e ao racismo anti-japonês do governo Vargas."<sup>709</sup> O denominador comum entre essas duas visões, aparentemente antagônicas, é a diferença entre o que aconteceu no Brasil e em outros lugares: "without doubt, the Japanese in Brazil did encounter some difficulties during the fifteen-year rule of the Vargas regime, but not to the same degree suffered by many of their counterparts living in other nations of the Americas."<sup>710</sup>

De fato, a comparação parece favorável ao Brasil. Nada menos que 12 países latino-americanos expulsaram japoneses (e nacionais do Eixo, em geral), mandando-os para os EUA.<sup>711</sup> O Peru, que abrigava a segunda maior colônia na América do Sul, depois do Brasil,

---

<sup>706</sup> FUKUNAGA, op. cit, p. xvi, 136-137.

<sup>707</sup> RODAO GARCÍA, Florentino. **Relaciones Hispano-Japonesas, 1937-1945**. 1993. Tese (Doutorado em História Contemporânea) — Faculdade de Geografia e História, Universidade Complutense de Madri, Madri. Disponível em <<https://eprints.ucm.es/24308/>>. Acesso em 08.12.2020. p. 457.

<sup>708</sup> FUKUNAGA, op. cit, p. 153.

<sup>709</sup> CYTRYNOWICZ, op. cit, p. 169.

<sup>710</sup> FUKUNAGA, op. cit, p. 158.

<sup>711</sup> Eram eles: Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, Panamá, Peru e República Dominicana (*The Department of State Bulletin*, vol. XIV, vol. 341, 06-13.1946, p. 33. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/2027/uc1.31158009825612?urlappend=%3Bseq=41>>. Acesso em 25.08.2021). Muitos desses japoneses deportados para os EUA voltaram ao Japão durante a guerra a bordo do *Gripsholm* (telegrama do Departamento de Estado para a legação dos EUA na Suíça, 13.05.1942. Maço temático ostensivo 47.548, AHI-BSB).

encabeçou a lista, respondendo por 8 de cada 10 desses deslocados;<sup>712</sup> alguns países onde residiam relativamente poucos nipodescendentes expulsaram-nos todos. Entre as nações que mantiveram japoneses em seu território, “algunos, como Perú, Panamá y los países centroamericanos, cooperaron estrechamente con el gobierno de Franklin D. Roosevelt (1933-1945), encarcelando a los japoneses y a sus descendientes.”<sup>713</sup> No Peru, com efeito, os japoneses já eram uma minoria "especialmente indesejada"<sup>714</sup> antes da guerra e foram relegados à agricultura de subsistência, na medida em que nem empresas agrícolas escaparam de ser nacionalizadas; no Panamá, os negócios de japoneses foram proibidos mesmo antes de Pearl Harbor (o que levou o governo japonês a pedir que o Brasil os recebesse, como se viu no capítulo 2); no México, súditos do Eixo tiveram suas contas bancárias congeladas (com algumas exceções) e salários limitados; em Cuba, todos os homens jovens, cerca de 200, foram enviados a um presídio na Ilha da Juventude.<sup>715</sup> Mesmo no Chile, que resistiu à pressão dos EUA durante a Conferência de Chanceleres do Rio de Janeiro e só cortou relações com o Eixo em janeiro de 1943, houve transferência forçada de japoneses, que passaram a ter que se apresentar à polícia todo dia e obter permissão para uso do telex e telefone dentro do país.<sup>716</sup>

No caso mais emblemático, os EUA confinaram nada menos que 120 mil pessoas, inclusive 79 mil estadunidenses natos, tudo com aval da Suprema Corte,<sup>717</sup> no que o presidente Ronald Reagan viria a qualificar de “mistake” e “grave wrong”, ao sancionar lei estabelecendo compensações para as famílias afetadas. Em alguns casos, a mesma família foi dividida: uns foram enviados para campos de concentração, outros, para o campo de batalha.<sup>718</sup> À revelia da Convenção de Genebra, japoneses foram obrigados a trabalhar na fabricação de material bélico, como redes de camuflagem, auxiliando no esforço de guerra inimigo.<sup>719</sup>

---

<sup>712</sup> RODAO GARCÍA, Florentino. La difícil (des)protección: la España de Franco y la representación de intereses japoneses en América Latina durante la Guerra del Pacífico. **Cuadernos de la Confederación Académica Nipona, Española y Latinoamericana (CANELA)**, [S. l.], v. 26, p. 24-39, 2015. Disponível em: <[www.cuadernoscanela.org/index.php/cuadernos/article/view/33](http://www.cuadernoscanela.org/index.php/cuadernos/article/view/33)>. Acesso em: 08.12.2020, p. 26-27.

<sup>713</sup> ROMERO HOSHINO, Isami. ¿Reencuentro fortuito? Japón, América Latina y la ocupación. **ISTOR: Revista de Historia Internacional**, vol. 51, 2012, pp. 59-90, p. 65.

<sup>714</sup> RODAO GARCÍA, 2015, p. 26.

<sup>715</sup> JACAR B02130648700.

<sup>716</sup> JACAR B02130429500.

<sup>717</sup> LEPORE, Jill. **Estas verdades: a história da formação dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020, p. 546-547.

<sup>718</sup> Remarks on Signing the Bill Providing Restitution for the Wartime Internment of Japanese-American Civilians, Washington, 10.08.1988. Disponível em: <[www.reaganlibrary.gov/archives/speech/remarks-signing-bill-providing-restitution-wartime-internment-japanese-american](http://www.reaganlibrary.gov/archives/speech/remarks-signing-bill-providing-restitution-wartime-internment-japanese-american)>. Acesso em 26.08.2021.

<sup>719</sup> RODAO GARCÍA, 2015, p. 31.

Nesse contexto, não espanta que o próprio governo japonês tenha avaliado que, de modo geral, seus súditos não foram maltratados no Brasil, onde a população seria majoritariamente indiferente à sua presença, com exceção dos "eternos arautos do perigo amarelo".<sup>720</sup> Na mesma linha, em 1951, importantes personalidades japonesas interessadas em restabelecer a imigração comemoraram o retorno de Vargas ao poder, "aspirando que daí resultasse o reencetamento daquela política de simpatia para com o Japão."<sup>721</sup> Essa avaliação vinha da comparação com o que acontecia não apenas no resto das Américas, mas, sobretudo, no próprio Império japonês.

As atrocidades cometidas pelas tropas imperiais foram tantas e tamanhas que, até hoje, constituem motivo de ressentimento entre os países do leste da Ásia. Como coloca um consagrado historiador da Segunda Guerra Mundial, "nem a desumanidade do Plano de Fome nazista no leste chegou a tais níveis".<sup>722</sup> Em outra comparação com práticas nazistas, um estudioso do Japão no pós-guerra conclui que "Long after the war had ended, and notwithstanding the revelation of the enormity of Nazi atrocities, great numbers of American, British and Australians continued to believe that the enemy in Asia had been even more heinous than the German one".<sup>723</sup>

Os abusos eram cometidos não apenas em campos de batalha longínquos, mas também no coração do Império. Em Tóquio, a polícia perseguia estrangeiros, especialmente jornalistas, um dos quais teria se suicidado sob custódia das autoridades, em 1940. Em Yokohama, prisioneiros eram obrigados a varrer as ruas sob a zombaria dos transeuntes.<sup>724</sup> Aliás, o próprio fato de serem mantidos em Yokohama, um dos maiores portos do país, bem como em outras regiões que abrigavam alvos militares, revela imprudência, senão mesmo leviandade.<sup>725</sup>

---

<sup>720</sup> JACAR B02032814900. A avaliação de que o sentimento anti-japonês era alimentado pelo governo Vargas (e não partia da população) é compartilhada por estudos posteriores, como CYTRYNOWICZ, op. cit, p. 26-27.

<sup>721</sup> Carta de Gastão Paranhos do Rio Branco a Lourival Fontes, 22.01.1952. GV c 1952.01.23/2. Disponível em: <[www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV4/4739](http://www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV4/4739)>. Acesso em: 20.12.2021.

<sup>722</sup> BEEVOR, Antony. **A Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Record, 2015, p. 863.

<sup>723</sup> DOWER, John W. **Embracing Defeat: Japan in the wake of World War II**. Nova York: W. W. Norton & Company, 1999, p. 446.

<sup>724</sup> Diário do ministro suíço em Tóquio, Camille Gorgé. p. 46, 171 e 302. Disponível em: <[dodis.ch/50633](http://dodis.ch/50633)>. Acesso em: 25.09.2021.

<sup>725</sup> Em resposta a protestos quanto à segurança dos prisioneiros, os japoneses argumentavam que "la aviation américaine bombarde n'importe quoi, même fermes isolées dans [la] campagne", de modo que seria inútil deslocar os campos (telegrama 747, do ministro suíço em Tóquio, Camille Gorgé, para em Berna, 19.06.1945. Disponível em: <<https://dodis.ch/1981>>). Em contraste, o representante da Cruz Vermelha no Japão, Fritz Paravicini, instalado em Yokohama desde 1905, foi obrigado a deixar a casa em que morava, em 1943, possivelmente porque "elle serait trop proche du rivage. On pourrait y voir des choses sur la mer." (diário do ministro suíço em Tóquio, Camille Gorgé. p. 277 e 374. Disponível em: <[dodis.ch/50633](http://dodis.ch/50633)>). Acesso em: 25.09.2021.

A penúria que o esforço de guerra impunha ao Japão contribui para explicar a má nutrição dos prisioneiros e internos civis estrangeiros. Como observou o ministro da Suíça em Tóquio, Camille Gorgé, ao enviar víveres para campos de prisioneiros, em meados de 1944, “le régime alimentaire des internés est insuffisant, mais il est supérieur à celui du peuple japonais en général.”<sup>726</sup> A escassez de alimentos não justifica, porém, as atrocidades cometidas. E tampouco altera a conclusão de que, por mais que fossem maltratados, os japoneses nas Américas — e no Brasil, em particular — estavam em melhores condições que os estrangeiros no Japão.

### III.2) A Espanha e a proteção dos interesses japoneses no Brasil

Com o rompimento de relações entre os dois países, a Espanha passou a representar os interesses do Japão junto ao Brasil. Duas semanas depois da ruptura, o embaixador Fernández-Cuesta recebeu as chaves da embaixada japonesa no Rio de Janeiro<sup>727</sup> e pôs-se a trabalhar.

Em março de 1942, Fernández-Cuesta protestou contra as medidas que o Brasil adotou em retaliação ao mau tratamento dispensado aos diplomatas brasileiros em Tóquio, e contra a interrupção da emissão de autorização de viagem em todo o estado de São Paulo (que concentrava a maior parte dos japoneses).<sup>728</sup> Também protestou contra o confisco de bens determinado pelo decreto-lei 4.166,<sup>729</sup> “medida totalmente injusta”, que só teria contribuído para as manifestações violentas que levaram “la alarma e intranquilidad a la Colonia japonesa, constituida por elementos pacíficos y laboriosos”<sup>730</sup>; contra detenções de japoneses; e contra o deslocamento forçado daqueles que moravam próximos a zonas de segurança.<sup>731</sup> Em abril, mesmo antes da declaração de guerra, que traria algum verniz jurídico para a prisão e detenção de súditos do Eixo, funcionários da embaixada da Espanha visitaram a Ilha das Flores para

---

<sup>726</sup> Diário do ministro suíço em Tóquio, Camille Gorgé. p. 302. Disponível em: <dodis.ch/50633>. Acesso em: 25.09.2021.

<sup>727</sup> JACAR B02032910500, p. 14 e 16.

<sup>728</sup> Telegrama de Suma (Espanha), de 22.03.1042 JACAR B02032814800.

<sup>729</sup> Nota 84 da embaixada da Espanha no Rio de Janeiro para o Itamaraty, 19.05.1942. JACAR B02032910400, p. 34 e 36.

<sup>730</sup> Nota 25, da embaixada da Espanha no Rio de Janeiro para o Itamaraty, 25.03.1942. Maço temático ostensivo 43.520, AHI-BSB. Disponível também em JACAR B02032910400, p. 4.

<sup>731</sup> Nota da embaixada da Espanha no Rio de Janeiro, 25.05.1943, e outros documentos no maço temático ostensivo 43.520, AHI-BSB.

negociar a soltura de oito alemães e cinco japoneses.<sup>732</sup> Também no primeiro semestre de 1942, diplomatas espanhóis percorreram as principais concentrações de japoneses em São Paulo e no Paraná, com o objetivo de averiguar a situação e transmitir orientações aos que embarcariam no *Gripsholm*.<sup>733</sup>

Em muitos desses protestos, Fernández-Cuesta descreveu abusos. Quando se dirigiu ao Itamaraty a respeito da “nacionalização” do Hospital Santa Cruz e do sanatório de Campos do Jordão, mencionou confisco de documentos e dinheiro, demissões sumárias, aplicações de multas arbitrárias aos pacientes (por exemplo, a um doente que teria derramado café, sem querer) e até assédio, como quando um "empelado brasileiro que acabava de ser nomeado solicitó insistentemente que una mujer enferma bailase con él".<sup>734</sup> A polícia de São Paulo, por sua vez, afirmou que a embaixada da Espanha "não exprime a verdade" e que prova da generosidade da nova gerência estaria no “saldo devedor apresentado pelos queixosos, sem embargo de, assim mesmo, ali permanecerem.”<sup>735</sup>

O esforço diplomático dos espanhóis foi facilitado pela presença de um diplomata japonês, Suetaka Hayao,<sup>736</sup> que permaneceu no Brasil e, despedido de seu status diplomático, passou a trabalhar sob as ordens da embaixada da Espanha.<sup>737</sup> E era devidamente financiado pelo governo japonês, mesmo com as dificuldades da guerra.<sup>738</sup> Em fevereiro de 1942, alguns japoneses receberam vultosas quantias por meio do *Yokohama Specie Bank*, incluindo o adido

---

<sup>732</sup> JACAR B02032814900.

<sup>733</sup> JACAR B02032910700, p. 13-14.

<sup>734</sup> Nota 56 da embaixada da Espanha no Rio de Janeiro, de 30.03.1943. Maço temático ostensivo 47.632, AHI-BSB.

<sup>735</sup> Comunicação da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, 17.08.1943. Maço temático ostensivo 43.520, AHI-BSB.

<sup>736</sup> Suetaka Hayao trabalhava na embaixada japonesa no Brasil desde 1915. Cuidou dos interesses japoneses nas embaixadas da Espanha e da Suécia, quando esta última passou a responder pelos interesses do império, em 1945. Como "recompensa" por seus esforços, teve seu nome incluído na lista de pessoas a serem assassinadas pela *Shindo Renmei*, mas o plano dos terroristas não pôde ser levado a cabo (COMISSÃO, op. cit., p. 346). Em 21.12.1953, recebeu das mãos do chanceler Vicente Rao a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul (*Diplomata Japonês na Ordem do Cruzeiro*, Correio da Manhã, 22.12.1953, p. 4. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/089842\\_06/32800](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/32800)>. Acesso em 24.08.2021) A condecoração atendeu a um pedido da embaixada japonesa, que recordou a "situação excepcional" criada pelos laços de Hayao com o Brasil: esposa e filhos brasileiros, um dos quais ingressou na FAB e morreu "no cumprimento do dever", em acidente aéreo em São Paulo, em 1944 (Nota 43, da embaixada do Japão ao Itamaraty, 14.07.1953. Maço temático ostensivo AHI-BSB 70.282).

<sup>737</sup> Troca de notas entre a embaixada da Espanha no Rio de Janeiro e o Itamaraty, 05 e 10.06.1942. JACAR B02032910400, p. 42 e 44. Em março de 1942, a Espanha havia consultado se o chanceler da embaixada do Japão, Yoichi Suzuki, podia "continuar en el Brasil en caracter completamente particular" (Comunicação da embaixada da Espanha no Rio de Janeiro ao Itamaraty, 05.03.1942. Maço temático ostensivo 43.520, AHI-BSB), mas, ao contrário de Hayao, não se encontrou qualquer indício de que sua permanência no Brasil não tenha tido o tal caráter privado.

<sup>738</sup> RODAO GARCÍA, 2015, p. 29.

militar e um primeiro-secretário da embaixada japonesa, bem como o cônsul-geral em São Paulo.<sup>739</sup> Tóquio talvez pressentisse que esse tipo de remessa estava com os dias contados e resolveu reforçar o caixa de seus agentes no Brasil, que abrigava cerca de 90% dos japoneses na América Latina e era um *hub* para envio de recursos a países vizinhos. À medida que o esforço de guerra drenava mais e mais recursos, o governo japonês encontrava crescentes dificuldades para reembolsar os espanhóis pelos gastos em que incorriam na defesa de seus interesses. Nesse contexto, passou a enviar pérolas e pedras preciosas a seus diplomatas no Ocidente, que, com o dinheiro da venda desses artigos de luxo, conseguiram, apesar das dificuldades, financiar tanto suas próprias atividades quanto os gastos dos espanhóis até 1945.<sup>740</sup>

Os espanhóis parecem ter se organizado bem na administração dos recursos voltados à proteção dos interesses do Eixo. Após o rompimento de relações do Brasil com o Eixo, o consulado espanhol em Santos assumiu os pagamentos (até então a cargo do consulado alemão) de salário à tripulação do navio *Windhuk*, que ficou detida no Brasil, muito embora as próprias autoridades brasileiras não tivessem clareza de como deveriam ser remunerados os internos estrangeiros civis e militares. Em outubro de 1942, o embaixador Fernández-Cuesta enviou três contos de réis em dinheiro para os prisioneiros da Ilha das Flores, "destinados à compra de víveres", mas a quantia "ficaria em poder do diretor do presídio". Os empecilhos a esse tipo de remessa eram constantes, e às vezes os recursos eram bloqueados pelos bancos, de modo que era necessário insistir junto ao Itamaraty.<sup>741</sup>

No final de 1942, Fernández-Cuesta deixou o Brasil, para assumir a chefia da embaixada espanhola na Itália.<sup>742</sup> Seu sucessor, Pedro García Conde y Menéndez, também demonstrou afinco na defesa dos interesses japoneses. No início de 1943, pouco depois de chegar ao Rio de Janeiro, entrou em contato com o Itamaraty para agendar visitas às prisões onde havia nacionais do Eixo.<sup>743</sup> Foi também sob sua gestão que a embaixada da Espanha negociou o embarque de cerca de 100 japoneses na segunda troca de nacionais a bordo do *Gripsholm*, em 1943.<sup>744</sup> De

---

<sup>739</sup> PERAZZO, op. cit, p. 90.

<sup>740</sup> RODAO GARCÍA, 1993, p. 459-460. MORISHIMA, Morito. **Pearl Harbor, Lisboa, Tóquio – memórias de um diplomata**. Lisboa: Ad Literam, 2017, p. 150-151.

<sup>741</sup> PERAZZO, op. cit, p. 158, 201-202, 208-210.

<sup>742</sup> *Viajou para Buenos Aires o ex-embaixador da Espanha no Brasil*, Gazeta de Notícias, 12.11.1942, p. 5. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_07/13259](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_07/13259)>. Acesso em 30.08.2021.

<sup>743</sup> Maço temático ostensivo 43.520, AHI-BSB.

<sup>744</sup> Nota 134, da embaixada da Espanha no Rio de Janeiro para o Itamaraty, 28.07.1943. Maço temático ostensivo 43.520, AHI-BSB.

resto, seguiu com os protestos contra intervenções em empresas japonesas,<sup>745</sup> deslocamentos forçados e prisões consideradas arbitrárias. Insistentes consultas sobre mortes de japoneses demonstram dedicação também a incidentes não diretamente relacionados com a guerra (muitas dessas mortes eram resultado de crimes comuns).<sup>746</sup>

Além da Espanha, a Argentina também prestou algum apoio aos japoneses. Muitos dos relatos sobre as condições de vida no Brasil chegavam a Tóquio não pela embaixada do Japão em Madri, mas em Buenos Aires. Em alguns casos, o embaixador Tomii apenas transmitia informações às quais podia ter acesso pela imprensa, como a promulgação do decreto-lei que instituiu o confisco de bens, ou suas próprias avaliações sobre a situação<sup>747</sup> — exatamente o que se espera de uma representação diplomática, e o que fazia, por exemplo, a embaixada japonesa em Lisboa, onde também circulavam bastantes notícias sobre o Brasil.<sup>748</sup> Em outras situações, porém, a atuação de Tomii parecia legitimar a preocupação dos EUA, expressa durante a conferência de chanceleres americanos de 1942, de que vizinhos que não rompessem com o Eixo estariam oferecendo guarida para atividades inimigas.<sup>749</sup> A representação nipônica em Buenos Aires colhia informações junto a empresas japonesas instaladas na Argentina e com atuação no Brasil<sup>750</sup> e recebia relatórios do ex-diplomata Hayao, que permaneceu no Rio de Janeiro trabalhando na embaixada da Espanha.<sup>751</sup> Em algumas ocasiões, recebeu do Gaimusho instruções para enviar alguém ao Brasil, para avaliar a situação.<sup>752</sup>

Os japoneses, assim como outros estrangeiros, contavam, ainda, com a compaixão da Santa Sé, cujo representante no Brasil visitou prisões onde havia católicos dos países do Eixo,<sup>753</sup>

---

<sup>745</sup> Nota 187, da embaixada da Espanha no Rio de Janeiro para o Itamaraty, 16.11.1943. Maço temático ostensivo 43.519, AHI-BSB.

<sup>746</sup> Maço temático ostensivo 43.520, AHI-BSB.

<sup>747</sup> JACAR B02032814800.

<sup>748</sup> JACAR B02032814900.

<sup>749</sup> FENWICK, Charles G. *The Third Meeting of Ministers of Foreign Affairs at Rio De Janeiro*. **The American Journal of International Law**, vol. 36, no. 2, 1942, pp. 169–203. Disponível em <[www.jstor.org/stable/2192629](http://www.jstor.org/stable/2192629)>. Acesso em: 17.03.2022, p. 177.

<sup>750</sup> Telegrama do embaixador Tomii (Argentina) de 25.03.1942. JACAR B02032814800.

<sup>751</sup> JACAR B02032814900.

<sup>752</sup> RODAO GARCÍA, 1993: p. 362.

<sup>753</sup> Ofício 281, do Itamaraty ao Ministério da Justiça, 04.05.1943. Maço temático ostensivo 43.520, AHI-BSB. Os católicos não passavam de 3 mil entre japoneses residentes no Brasil, segundo estimativa, possivelmente generosa, de um jornal católico, em 1947 (*Brazil Japanese Certain That Emperor Won War*, The St. Louis Register, 19.09.1947, p. 7. Disponível em: <<https://thecatholicnewsarchive.org/?a=d&d=SLR19470919-01.2.45.19>>). Ainda assim, o apoio que a Igreja Católica lhes estendeu foi objeto de agradecimento específico do imperador, depois da guerra (*Emperor Of Japan Offers Thanks For Aid To Countrymen*, The Catholic Standard and Times, 08.02.1946, p. 3. Disponível em: <<https://thecatholicnewsarchive.org/?a=d&d=cst19460208-01.2.39>>), Acesso em 20.11.2021.

e com o apoio da Cruz Vermelha Internacional. Além das visitas aos campos de concentração, a organização buscava dar apoio moral aos internos, como quando, em fins de 1943, seu presidente honorário, o príncipe Kuniyuki Tokugawa, dirigiu-lhes mensagem com votos de ano novo. E, em abril de 1944, chegou a enviar pelo menos um donativo, "destinado ao auxílio de japoneses indigentes residentes no Brasil", no valor de 19,5 mil francos suíços.<sup>754</sup>

Tanto a Cruz Vermelha quanto a embaixada da Espanha registravam dificuldades para visitar os prisioneiros. A Cruz Vermelha chegou a queixar-se junto à embaixada do Brasil em Berna. No Rio de Janeiro, o Itamaraty negava qualquer dificuldade, afirmando que "a queixa do Comitê Internacional da Cruz Vermelha é inteiramente sem fundamento."<sup>755</sup> Mas a verdade é que "as missões espanholas enfrentavam vários obstáculos para conseguir realizar sua tarefa de assistência aos prisioneiros."<sup>756</sup> E havia pelo menos uma razão para isso: o receio da espionagem.

Em outubro de 1940, a embaixada do Brasil no México transmitiu ao Itamaraty notícias sobre roubo de mala diplomática, atribuído a rede de espionagem japonesa.<sup>757</sup> Um ano depois, informou sobre a descoberta de esquema de contrabando de mercúrio do México para o Japão no qual estariam implicados um coronel mexicano e o adido militar do Japão, além de outras figuras proeminentes, mexicanas e estrangeiras. O metal era considerado matéria-prima estratégica, e toda sua produção estava destinada aos EUA, por força de acordo de exclusividade firmado em julho de 1941.<sup>758</sup> Em março de 1942, a embaixada do Reino Unido alertou o Itamaraty de que o Japão e a Alemanha tinham "an embryo organization in the Spanish Embassy", de onde podiam "communicate freely with their embassies in Buenos Aires and thus with Japan and Germany."<sup>759</sup> Em setembro, a imprensa noticiou que um jornalista chileno que regressara do Japão a bordo do *Gripsholm* estava contrabandeando pérolas, possivelmente

---

<sup>754</sup> PERAZZO, op. cit, p. 306-307. Ver também maço temático ostensivo 43.520, AHI-BSB. Em valores atuais, seriam cerca de 600 mil francos suíços (conforme câmbio disponível em: <[www.likeforex.com](http://www.likeforex.com)>, e taxas de inflação: Official Inflation Data, Alioth Finance, disponível em: <[www.officialdata.org](http://www.officialdata.org)>. Acesso em 21.09.2021).

<sup>755</sup> Telegramas 67, da legação do Brasil em Berna para a Secretaria de Estado (18.05.1943), e 39, da Secretaria de Estado para a legação do Brasil em Berna (21.05.1943). Maço temático ostensivo 43.520, AHI-BSB.

<sup>756</sup> PERAZZO, op. cit, p. 329.

<sup>757</sup> *Se habla de espionaje de nipones*, Extra, 21.10.1940. Maço temático ostensivo 43.520, AHI-BSB.

<sup>758</sup> Ofício 238, da embaixada do Brasil no México para a Secretaria de Estado, 10.10.1941. Maço temático ostensivo AHI-BSB 62.258.

<sup>759</sup> O ex-diplomata japonês Suetaka Hayao era citado nominalmente: "Hayao is highly suspect and we have every reason to believe that he is a Japanese espionage agent." (Comunicação da embaixada do Reino Unido no Rio de Janeiro ao Itamaraty, 03.03.1942. Maço temático ostensivo 43.520, AHI-BSB).

destinadas ao chefe da representação diplomática do Japão em Santiago, Kiyoshi Yamagata.<sup>760</sup> Em outubro, denunciou-se que uma empresa japonesa teria furtado desenhos industriais de um fabricante paulista de máquinas de precisão, com vistas a adaptá-los à fabricação de material bélico.<sup>761</sup>

No fim das contas, o suposto “perigo amarelo” nunca se materializou no Brasil, em contraste com outros países, onde as redes de espionagem japonesas trabalhavam freneticamente, inclusive com apoio espanhol.<sup>762</sup> Como sintetizou um pesquisador do período, “não existe, insista-se, qualquer evidência documental de interesses do governo japonês em atacar ou invadir porções do território brasileiro, diferente da Alemanha nazista, que tinha planos e mantinha redes de espionagem no território brasileiro.”<sup>763</sup>

Seria, porém, anacrônico usar essas informações, obtidas *a posteriori*, para interpretar as ações da época. O fato é que o Brasil estava em guerra, as notícias (falsas ou verdadeiras) alimentavam um clima de tensão, e predominava a ideia de que todos os meios para se chegar à vitória eram legítimos. Nesse sentido, o Ministério da Justiça sustentava que “o internamento dos súditos de potência inimiga [era] admitido, sem outra formalidade, pelo direito internacional, [houvesse] ou não indício de atividade criminosa.”<sup>764</sup> Na mesma linha, o embaixador Mauricio Nabuco, que havia sido secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, anotou sem rodeios em seu diário quando ocupava a representação brasileira no Vaticano, em 1944, que “o Brasil está em guerra. Nosso primeiro dever é acabar com a quinta

---

<sup>760</sup> *Trouxe 1.500 contos em pérolas do Japão*, A Noite, 03.09.1942, p. 3. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/348970\\_04/16735](http://memoria.bn.br/DocReader/348970_04/16735)>. Acesso em 03.09.2021. A notícia falava em pérolas no valor de US\$ 75 mil, equivalentes a US\$ 1,2 milhão, em valores atuais (Vide: [www.bls.gov/data/inflation\\_calculator.htm](http://www.bls.gov/data/inflation_calculator.htm). Acesso em 15.09.2021).

<sup>761</sup> *Furtou os planos e desenhos de um invento brasileiro*, Correio da Manhã, 08.10.1942, p. 10. Maço temático ostensivo 43.520, AHI-BSB. Disponível também em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/089842\\_05/13769](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_05/13769)>. Acesso em 24.01.2022.

<sup>762</sup> No Canadá, por exemplo, a Espanha chegou a abrir um consulado em Vancouver, “con la excusa de dar protección a los numerosos japoneses que poblaban esta región canadiense colindante con el Pacífico, pero con el objetivo real de proveer inteligencia” (RODAO GARCÍA, 2015, pp. 27 e 31). Na América do Sul, “the Japanese were apparently the most active Axis member in the Southern Cone”, conclui um minucioso estudo sobre redes de espionagem estrangeiras, apoiando-se em material de inteligência dos EUA, entre outras fontes (IACOBELLI, Pedro. *Japan’s Intelligence Network in Chile During the Second World War*. **Journal of Contemporary History**. 2021; 56(1):77-95. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0022009419884631>>. Acesso em 28.05.2021, p. 86).

<sup>763</sup> CYTRYNOWICZ, op. cit., p. 145.

<sup>764</sup> Relatório da Divisão do Orçamento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, a respeito das reclamações de prisioneiros alemães sobre suas condições jurídicas. Rio de Janeiro, 20.01.1944, apud PERAZZO, op. cit, p. 81.

coluna pondo em campos de concentração todos aqueles cujas opiniões no assunto são conhecidas."<sup>765</sup>

Apesar de todo esse clima, o Itamaraty manteve atitude moderada. Em junho de 1943, o Departamento de Imprensa e Propaganda transmitiu proposta do *British News Service* para que fosse traduzido e impresso em português um folheto intitulado *La Conspiración Japonesa en América*. A publicação denunciava uma organização perfeitamente conectada e pronta, senão prestes, a transformar o Brasil em ponta de lança para a dominação japonesa da América do Sul. Armas, rádios e barcos fariam parte do plano, que incluiria até conflito com a Alemanha pela supremacia na região. Ao recordar que Espanha e Portugal também estariam sob a mesma ameaça, o documento concluía em tom grandiloquente: “La mayor de todas sus proezas, la conquista del Nuevo Mundo, victoria constante de España y Portugal, que perdurará mientras los hombres de su sangre gobiernen el Nuevo Mundo, se extinguiría y quedaría reducida a un glorioso recuerdo histórico.”<sup>766</sup> O Itamaraty respondeu, diplomaticamente, que, embora “não veja propriamente inconveniente na publicação do folheto do 'British News Service', também não percebe o interesse que possa haver, no momento, na divulgação de informações que são manifestamente exageradas.”<sup>767</sup>

Essa postura equilibrada do Ministério das Relações Exteriores já havia sido identificada em detalhado estudo sobre a situação dos súditos do Eixo no Brasil, baseado sobretudo na documentação do Arquivo Histórico do Itamaraty no Rio de Janeiro. De acordo com o trabalho, de um lado, o Itamaraty de Oswaldo Aranha buscava dar tratamento correto às demandas da Cruz Vermelha e da embaixada da Espanha, como forma de projetar uma boa imagem do país, lutando ao lado das democracias; de outro, o Ministério de Justiça e Negócios Interiores, de Marcondes Filho “fez uso da máquina burocrática do Estado para emperrar e obstruir os trabalhos assistenciais”, tanto da Cruz Vermelha, quanto dos espanhóis. A título de exemplo, em julho de 1943, a embaixada da Espanha pediu esclarecimentos sobre as circunstâncias em que teria morrido um marinheiro alemão internado na Ilha Grande, Kurt Meier. Inicialmente, o governo brasileiro informou que sequer tinha conhecimento da existência de algum interno com

---

<sup>765</sup> NABUCO, Maurício. **Maurício Nabuco e o diário secreto da diplomacia brasileira (1919-1977)**. Manuscrito, 2020, p. 167. Note-se o uso da expressão “campos de concentração”, comum na época, conforme discutido anteriormente. Grifo nosso.

<sup>766</sup> Maço temático ostensivo 43.520, AHI-BSB.

<sup>767</sup> Troca de correspondência entre o DIP e o Itamaraty, jun. 1943. Maço temático ostensivo 43.520, AHI-BSB.

esse nome, mas, após insistência da embaixada, "encontrou" registros do referido alemão, que, de fato, tinha morrido de cirrose hepática e miocardite sífilítica, em 22 de fevereiro.<sup>768</sup>

Ora, documentos encontrados no Arquivo Histórico do Itamaraty em Brasília corroboram essa visão. O Itamaraty prontamente repassava ao Ministério da Justiça as demandas da Espanha referentes a questões de segurança.<sup>769</sup> O ministério de Marcondes Filho, porém, não demonstrava a mesma diligência e só em novembro de 1943 respondeu a consulta do Itamaraty, de agosto do ano anterior, sobre quantos japoneses havia detidos no Brasil. E, ainda assim, ficaram faltando elementos de resposta, que só vieram em um aditamento, um mês depois.<sup>770</sup> As dificuldades não vinham apenas do governo federal. Em 1944, a polícia paulista deteve dois auxiliares do consulado espanhol em São Paulo que atuavam na proteção dos interesses de seus compatriotas: um alemão, sob acusação de atividades nazistas, e um japonês, Kishi Anda, "por ter mantido, com os componentes da quadrilha de sabotadores recém-descoberta, relações assás suspeitas".<sup>771</sup> Também em 1944, foram presos em São Paulo um alemão e um japonês que, segundo a polícia, "exerciam funções de cônsules ilegalmente". Foi necessário que o secretário-geral do Itamaraty, embaixador Pedro Leão Velloso, telefonasse ao coronel responsável para explicar que os dois "não estavam exercendo funções consulares e sim, como é de praxe, auxiliando o Consulado Espanhol."<sup>772</sup>

---

<sup>768</sup> PERAZZO, op. cit, p. 196-197, 356.

<sup>769</sup> Maço temáticos ostensivos 39.669, 43.519, 43.520, AHI-BSB.

<sup>770</sup> Maço temático ostensivo 43.520, AHI-BSB.

<sup>771</sup> Ofício 8.274, do ministro da Justiça e Negócios Interiores para o ministro interino das Relações Exteriores, 16.12.1944. Maço temático ostensivo 43.520.

<sup>772</sup> Correspondência da 2ª Região Militar à Secretaria de Estado, com anotação do embaixador Pedro Leão Velloso, 12.09.1944. Maço temático ostensivo 43.520.

Figura 15: “La Conspiración Japonesa en América” (1943)



Em 1943, o Departamento de Imprensa e Propaganda sugeriu a tradução para o português da brochura *La Conspiración Japonesa en América*, mas o Itamaraty não endossou a proposta.

Fonte: Maço temático ostensivo 43.520, AHI-BSB.

No Japão, a situação era similar. Da mesma maneira que o Itamaraty encaminhava às autoridades competentes as solicitações de visitas a prisões e campos de concentração, o ministro suíço em Tóquio, Camille Gorgé, tentando visitar prisioneiros dos diversos países que representava, inclusive os EUA, avaliou, em meados de 1943, que “le Gaimusho transmet très probablement toutes mes demandes, mais le Ministère de la guerre fait le mort.” No final do ano, já não tinha dúvidas de que “les silences auxquels je me heurte chez les militaires procèdent évidemment d’un système” e, em 1944, reiterou a mesma avaliação: “je me heurte à une obstruction systématique qui ne vient sans doute pas du Ministère des affaires étrangères, mais bien des Ministères de la guerre et de la marine.”<sup>773</sup>

As dificuldades eram tamanhas que, em 1944, o Reino Unido pediu que a URSS também interviesse junto ao governo japonês, o que contribuiu para destravar algumas visitas.<sup>774</sup> Ainda assim, só em julho de 1945 é que Tóquio autorizou as primeiras visitas a campos fora do Japão — na Tailândia e em Singapura. Ao longo de toda a guerra, as dificuldades foram constantes, como anotou fartamente em seu diário o ministro Gorgé. De modo que, ao final do conflito, a legação suíça só conseguiu, e a muito custo, visitar 11 mil dos mais de 30 mil prisioneiros americanos e britânicos que estavam no Japão (fora os que se encontravam em territórios ocupados).<sup>775</sup>

As mesmas dificuldades eram impostas pelo governo japonês à legação da Suécia, que, ao longo da guerra, foi acumulando a proteção dos interesses de vários países latino-americanos, como México e Bolívia, e europeus, como Bélgica e Países Baixos. Nos primeiros 16 meses de guerra, os suecos conseguiam fazer 50 visitas, mas,

considering that Japan was running hundreds of POW camps and prisons in the country, the visits were not as plentiful or extensive as they would have needed to be to provide for a comprehensive assessment of the situation of all POWs in the country. In addition to that, the Gaimusho did not concede to neutral inspections of camps outside Japan proper (with few exceptions).

---

<sup>773</sup> Diário do ministro suíço em Tóquio, Camille Gorgé. p. 235, 277 e 281. Disponível em: <[dodis.ch/50633](https://dodis.ch/50633)>. Acesso em: 25.09.2021.

<sup>774</sup> Ibidem., p. 303. Não foi a única vez em que os britânicos questionaram o empenho da legação suíça na proteção de seus interesses no Japão, particularmente no que tange às visitas aos campos de prisioneiros (telegrama 759, do ministro suíço em Tóquio, Camille Gorgé, para em Berna, 22.06.1945. Disponível em: <<https://dodis.ch/10274>>). Também houve questionamentos por parte de Washington, aos quais o governo suíço reagiu imputando ao Japão todas as deficiências no apoio prestado aos prisioneiros estadunidenses (telegrama 252, de Berna para a legação da Suíça em Washington, 28.09.1945. Disponível em: <<https://dodis.ch/2028>>). Acesso em: 24.01.2022.

<sup>775</sup> Diário do ministro suíço em Tóquio, Camille Gorgé. p. 167, 277, 285-286, 325, 366, 379-380 e 413. Disponível em: <[dodis.ch/50633](https://dodis.ch/50633)>. Acesso em: 25.09.2021.

Requests for visits to the Changi internment camp in occupied Singapore were, for example, quickly denied"<sup>776</sup>

Como se vê, não apenas havia abusos generalizados por parte de países em guerra, como as regras relativas à proteção dos interesses de terceiras potências constituíam, em grande medida, letra morta. No Brasil, os japoneses puderam contar com grande dedicação por parte da embaixada da Espanha. Antes que a guerra terminasse, porém, Madri abandonaria a proteção dos interesses japoneses.

Com a evolução do conflito, Franco, que havia mantido uma neutralidade bastante favorável ao Eixo — tendo, inclusive, enviado tropas para lutar ao lado do exército nazista, contra a URSS (a chamada Divisão Azul) —, passou a criticar reservadamente o Japão em meados de 1943.<sup>777</sup> Em setembro, o Japão instalou um novo regime nas Filipinas, sob o comando do ex-ministro da Suprema Corte José P. Laurel, e buscou o reconhecimento de Madri, que, como visto no capítulo 2, esteve entre os primeiros governos a estabelecer relações com o estado-fantoches de Manchukuo. De fato, a chancelaria espanhola, ainda que sem oficializar reconhecimento formal, estabeleceu comunicação com o governo Laurel, o que irritou os EUA. À mesma época, o cônsul espanhol em Vancouver, Fernando de Kobbe Chinchilla, foi desmascarado como espião da rede comandada pelo falangista Ángel Alcázar de Velasco, que também cooperava com a Alemanha nazista. Esses dois incidentes levaram Washington a redobrar a pressão sobre a Espanha.<sup>778</sup>

Agravando a situação, o Japão negou, em 1944, pedido conjunto de Espanha, Suécia e Suíça para retirar seus nacionais de territórios ocupados pelo Japão, cada vez mais ameaçados, à luz dos avanços dos Aliados.<sup>779</sup> Como resultado, no início de 1945, Franco estava apenas "à espera de um pretexto" para romper relações com o Japão. Chegou até a cogitar declarar guerra, para obter assento na Conferência de São Francisco e ser aceito entre os vencedores, mas acabou desistindo diante da indiferença de Londres e Washington e da pressão de Salazar pela manutenção da neutralidade, bem como porque causou mal-estar o flagrante de diplomatas

---

<sup>776</sup> LOTTAZ, Pascal. *Neutral States and Wartime Japan: The Diplomacy of Sweden, Spain and Switzerland toward the Empire*. 2018. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - *Security and International Studies Program, The National Graduate Institute for Policy Studies (GRIPS)*, Tóquio (Japão), p. 197, 474-477. Disponível em: <<http://id.nii.ac.jp/1295/00001653/>>. Acesso em: 17.03.2022.

<sup>777</sup> RODAO GARCÍA, 2015, p. 32.

<sup>778</sup> LOTTAZ, op. cit., p. 306-307.

<sup>779</sup> Ibidem, p. 228-229. Ironicamente, o "bom tratamento reservado pelos japoneses às instituições espanholas e sul-americanas (conventos, escolas, hospitais) quando da invasão nipônica das Filipinas" teria sensibilizado Franco a tentar convencer a América Latina a conservar sua neutralidade, a pedido do Eixo (SEITENFUS, Ricardo. **A Entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000, p. 281).

espanhóis tentando violar o cofre da embaixada japonesa em Washington, no qual permaneceram ao longo da guerra nada menos que US\$ 500 mil.<sup>780</sup> Nessa linha, a imprensa espanhola passou a criticar o Japão, e a Igreja aumentou as queixas sobre o mau tratamento dispensado a seus membros pelas tropas japonesas nas Filipinas e demais territórios ocupados.<sup>781</sup> Com isso, buscava-se "asegurar de antemano las reacciones ante una posible ruptura de relaciones o declaración de guerra de España contra el Japón."<sup>782</sup> O terreno estava pronto, e o pretexto decisivo para o rompimento não tardaria.

Em outubro de 1944, as forças comandadas por Douglas MacArthur chegaram às Filipinas, de onde o general tinha fugido em 1942 declarando "I shall return". Após o desembarque, MacArthur fez um discurso grandiloquente, dirigido à população local: "Povo das Filipinas, eu voltei! Com a graça do Senhor, as nossas forças mais uma vez estão em solo filipino."<sup>783</sup> As guarnições japonesas resistiram ferozmente ao desembarque, "refused to surrender, and had to be killed to the last man."<sup>784</sup> No início de 1945, MacArthur chegou a Manila, e os japoneses, antevendo a derrota, promoveram um verdadeiro massacre, estuprando e multilando mulheres antes de executá-las. A cidade foi reduzida a ruínas, nas quais pereceram cerca de 100 mil habitantes.<sup>785</sup>

No ato decisivo para as relações entre Tóquio e Madri, tropas japonesas perseguiram civis até as dependências do consulado da Espanha na capital filipina, que foi bombardeado, metralhado e incendiado. O Japão ainda tentou remediar a situação, propondo uma investigação imparcial — sob a justificativa de que as atrocidades teriam sido cometidas à revelia das

---

<sup>780</sup> RODAO GARCÍA, 2015, p. 3-34. Presumindo-se que, na ausência de menção específica nas fontes, fossem valores da época, seriam mais de US\$ 7 milhões em valores atuais (CPI Inflation Calculator, disponível em: [www.bls.gov/data/inflation\\_calculator.htm](http://www.bls.gov/data/inflation_calculator.htm). Acesso em 10.02.2022).

<sup>781</sup> *Campanha sistemática da imprensa espanhola contra o Japão*, A Manhã, 22.03.1945 p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116408/26172>. Acesso em: 21.03.2022.

<sup>782</sup> *Comentários britânicos a la reacción antijaponesa de España*, España, 22.03.1945. Maço temático ostensivo 57.968, AHI-BSB.

<sup>783</sup> MacArthur tinha laços afetivos com as Filipinas, onde havia morado quando seu pai fora governador-geral e onde nasceu seu filho. Seu espetaculoso desembarque no país pode ter sido influenciado também pelos US\$ 500 mil que recebeu de presente do presidente Manuel Quezon, em 1942 (quase US\$ 9 milhões em valores atuais, conforme o CPI Inflation Calculator, disponível em: [www.bls.gov/data/inflation\\_calculator.htm](http://www.bls.gov/data/inflation_calculator.htm)). Acesso em 21.03.2022 ). BEEVOR, op. cit., p 688, 699.

<sup>784</sup> MACARTHUR, Douglas. **Reminiscences**. Annapolis: Naval Institute Press, 2001, p. 234.

<sup>785</sup> BEEVOR, op. cit., p. 771. HASTINGS, Max. **Inferno - O mundo em guerra 1939-1945**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012, p. 596. As tropas japonesas não tinham autorização para se render e, isoladas do Japão pelo bloqueio dos submarinos americanos, tinham que ser "autossuficientes", recorrendo em alguns casos ao canibalismo - fosse de inimigos americanos ou australianos, a quem chamavam de "porcos brancos", fosse das populações asiáticas que dominavam ("porcos pretos"), ou até mesmo de soldados japoneses (BEEVOR, op. cit., p. 689 e 863). Atos de canibalismo cometidos pelo exército japonês também são registrados, embora como atos isolados, por DOWER, op. cit., p. 506, 512.

ordens do comandante, general Tomoyuki Yamashita, que se retirara da cidade para reorganizar suas tropas —, bem como reparações financeiras, mas o pretexto revelou-se bom demais para Franco. Afinal, "the Philippine archipelago was the leitmotif of Spanish-Japanese relations".<sup>786</sup>

Assim, em 17 de março, Madri deixou de responder pelos interesses japoneses no Brasil, bem como em vários outros países.<sup>787</sup> No dia 26, a embaixada da Espanha no Rio de Janeiro comunicou a decisão ao Itamaraty, que, dois dias depois, informou as autoridades estaduais.<sup>788</sup> Em 12 de abril, Franco deu um passo além e rompeu relações com o Império, alegando publicamente que

informaciones directas de origen español y comprobadas oficialmente no dejan duda del asalto realizado el día 12 de Febrero por tropas japonesas al Consulado de España en Manila seguido de asesinato de todos los funcionarios consulares y demás personas allí presentes y del incendio voluntario del edificio además de otros muchos asesinatos y destrucciones deliberadas de bienes de ciudadanos españoles<sup>789</sup>

Semanas depois, a embaixada e os consulados da Espanha no Brasil transmitiram às repartições suecas a guarda dos bens japoneses, inclusive fundos bancários.<sup>790</sup> No dia 10 de maio, o Itamaraty comunicou aos estados que a Suécia passou a proteger os interesses japoneses.<sup>791</sup> Terminava, assim, abruptamente, a tarefa da qual os embaixadores Fernández-Cuesta e Conde y Menéndez haviam-se desincumbido com grande afincio.

### III.3) A última declaração de guerra do Brasil

No dia 8 de maio de 1945, a guerra terminou na Europa, com a capitulação da Alemanha. Estava, assim, cumprida a missão da Força Expedicionária Brasileira. Menos de um mês depois,

---

<sup>786</sup> LOTTAZ, op. cit., p. 307-311.

<sup>787</sup> Em alguns lugares, as missões espanholas seguiram prestando apoio aos japoneses informalmente, já que não havia definição sobre quem ficaria a cargo dos interesses japoneses (RODAO GARCÍA, 2015, p. 33-34).

<sup>788</sup> Circular 67, aos interventores federais nos estados e aos governadores do estado de Minas Gerais e do território do Acre, 28.03.1945. Transcrita em Cadernos do CHDD, ano 6, nº 10, 1º semestre de 2007, p. 163.

<sup>789</sup> Nota 35, do embaixador da Espanha no Brasil, Pedro Garcia Conde, ao chanceler Pedro Leão Velloso, 13.04.1945 (reproduz texto de nota oficial do governo espanhol). Maço temático ostensivo 57.968, AHI-BSB. As relações entre Espanha e Japão viriam a ser restabelecidas por troca de notas em fevereiro de 1952 (Carta-telegrama 25, da embaixada do Brasil em Madri para a Secretaria de Estado, 06.02.1952. Maço temático ostensivo 57.968, AHI-BSB).

<sup>790</sup> Nota da Legação da Suécia no Rio de Janeiro para o Itamaraty, 04.02.1946. Maço temático ostensivo 43.519.

<sup>791</sup> Circular 82 aos estados, 10.05.1945. Transcrita em Cadernos do CHDD, ano 6, nº 10, 1º semestre de 2007, p. 169.

porém, o Brasil estaria novamente em guerra, desta feita contra o Japão. Se, em 1942, houve dubiedade entre beligerância e guerra, e o inimigo não foi nominalmente apontado, em 1945, o decreto 18.811, de 6 de junho, não deixou margem a dúvidas: “É declarada a existência do estado de guerra entre o Brasil e o Japão.”<sup>792</sup>

À medida que a guerra avançava, com sucessivos revezes para o Eixo, mais e mais países latino-americanos alinhavam-se aos EUA, até mesmo os mais reticentes. Em janeiro de 1943, o Chile rompeu com o Eixo.<sup>793</sup> O movimento foi tão contrário à defesa arraigada da neutralidade que um historiador registrou a “hipocresía de muchos políticos chilenos al aprobar el quiebre de relaciones con las potencias del Eje –y posterior declaración de guerra al Japón.”<sup>794</sup> Um ano depois, com Mussolini afastado do poder e a Itália já do lado dos Aliados, foi a vez de a Argentina, relutantemente, romper com Alemanha e Japão.<sup>795</sup>

Nesse meio tempo, a Bolívia, que rompera relações com as potências do Eixo ao final da Conferência do Rio de Janeiro, em 1942, deu um passo além e declarou guerra, em abril de 1943.<sup>796</sup> A declaração foi feita no dia em que o vice-presidente dos EUA, Henry Wallace, iniciava uma visita a La Paz, o que, inevitavelmente, fez parecer que as duas coisas estavam ligadas. Ainda que tenha sido mera coincidência, como sustentou o próprio Wallace (“no such connection exists”<sup>797</sup>), é certo que La Paz buscava alavancar politicamente sua decisão. Tanto

---

<sup>792</sup> Decreto 18.811, 06.06.1945. Disponível em: <[www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-18811-6-junho-1945-470887-publicacaooriginal-1-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-18811-6-junho-1945-470887-publicacaooriginal-1-pe.html)>. Acesso em 20.09.2021.

<sup>793</sup> Relatório do Ministério das Relações Exteriores, 1943, p. 20. Disponível em <<http://ddsnex.crl.edu/titles/105#?c=0&m=105&s=0&cv=33&r=0&xywh=-91%2C52%2C2113%2C1491>>. Acesso em 12.09.2021. A ruptura já vinha sendo aventada desde, pelo menos, outubro de 1942 (Telegrama de Carlos Martins Pereira e Souza para Getúlio Vargas, 21.10.1942, Caixa 500: Confidencial, Particulares, Vargas, AHI-BSB).

<sup>794</sup> IACOBELLI DELPIANO, Pedro. La “neutralidad” chilena en la Segunda Guerra Mundial (1939-1943): Un análisis historiográfico con énfasis en la literatura sobre las relaciones Chile-Japón. **Revista de Historia y Geografía**. n. 34, p. 95-018, 13 setembro 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.29344/07194145.34.356>>, p. 100.

<sup>795</sup> Relatório do Ministério das Relações Exteriores, 1944, p. 33. Disponível em: <<http://ddsnex.crl.edu/titles/105#?c=0&m=106&s=0&cv=41&r=0&xywh=52%2C1329%2C2227%2C1571>>. Acesso em 12.09.2021. A ruptura foi uma exigência do Reino Unido, que, em troca, se comprometeu a manter sob sigilo evidências de que Buenos Aires cooperava com espões nazistas, de quem esperava receber armamentos (DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. Paraguai, Uruguai, a II Guerra Mundial e o reequilíbrio de forças no Rio de Prata. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)**, Rio de Janeiro, a. 181(483): p. 269-302, mai./ago. 2020, p. 297-298). O que não impediu o presidente argentino, general Pedro Ramirez, de telegrafiar a Vargas explicando que a medida havia sido tomada em nome da defesa continental (Telegrama 3, de Getúlio Vargas para o Itamaraty, 26.01.1944. Caixa 500: Confidencial, Particulares, Vargas, AHI-BSB).

<sup>796</sup> Relatório do Ministério das Relações Exteriores, 1943, p. 21. Disponível em <<http://ddsnex.crl.edu/titles/105#?c=0&m=105&s=0&cv=34&r=0&xywh=-268%2C488%2C2141%2C1510>>. Acesso em 12.09.2021.

<sup>797</sup> The Ambassador in Bolivia (Boal) to the Secretary of State, 07.04.1943. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1943v05/d75>>. Acesso em 21.03.2022.

assim que, dias antes, havia sugerido uma declaração de guerra simultânea por países sul-americanos,<sup>798</sup> o que acabou não acontecendo, seja por indiferença dos vizinhos, seja porque "o Chile, consultado, declarou que não estava para isso preparado."<sup>799</sup>

O Brasil não apenas já havia declarado guerra a dois dos três principais inimigos, como se preparava para enviar tropas à Europa. De modo que sua omissão em relação ao Japão causava crescente estranheza, tanto no Rio de Janeiro quanto no exterior. Em fevereiro de 1943, uma semana após encontrar-se com Roosevelt em Natal, Vargas reuniu seus ministros e anunciou a adesão do Brasil à Declaração das Nações Unidas, de 01.01.1942.<sup>800</sup> Embora o documento mencionasse nominalmente os membros do Pacto Tripartite, Aranha afirmou que a adesão do Brasil não significava declaração de guerra ao Japão, comparando a situação dos dois países com as relações (inexistentes) entre o Rio de Janeiro e Moscou.<sup>801</sup> Segundo avaliação do governo japonês, o Brasil enxergava o envio de tropas à Europa como forma de assegurar papel de liderança na América do Sul, frente à Argentina, mas apegava-se ao fato de não ter sido agredido pelo Japão para evitar declarar-lhe guerra, a despeito de uma suposta expectativa de Washington nesse sentido.<sup>802</sup>

A ausência de declaração de guerra foi novamente lembrada em maio de 1944, quando o Japão, por intermédio da diplomacia espanhola, protestou contra um suposto projeto de expropriação do já citado Hospital Santa Cruz, por parte da prefeitura de São Paulo. A medida causou grande estranheza ao governo japonês, que,

*“al no hallarse el Japón en estado de guerra con el Brasil, considera esa medida ilegal desde el punto de vista del derecho internacional y además la reputa improcedente en el aspecto humanitario toda vez que el citado hospital constituye indispensable organismo sanitario para los japoneses residentes en el Brasil.”<sup>803</sup>*

---

<sup>798</sup> Telegrama 32, da Secretaria de Estado para a embaixada do Brasil em La Paz, 03.04.1943. Maço 24-1-9, AHI-RJ.

<sup>799</sup> Telegrama 53, da embaixada do Brasil em La Paz para a Secretaria de Estado, 03.04.1943. Maço 23-5-13, AHI-RJ.

<sup>800</sup> O embaixador do Brasil junto aos EUA, Carlos Martins Pereira e Souza, formalizaria o ato, munido dos plenos poderes, em 09.04.1943. GARCIA, Eugênio Vargas. **O Sexto Membro Permanente: o Brasil e a criação da ONU**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011, p. 79.

<sup>801</sup> *Brazil Joins Alliance of anti-Axis Powers*, Nippon Times Evening. 09.02.1943. Brasil e Rússia estabeleceram relações diplomáticas em 1828. Após a revolução de 1917, o Brasil rompeu relações, que foram restabelecidas em abril de 1945, apenas para serem interrompidas novamente em 1947. Finalmente, em 1961, o Rio de Janeiro e Moscou retomaram os laços, que vigem até hoje.

<sup>802</sup> JACAR B02130429500.

<sup>803</sup> Nota 63, da embaixada da Espanha no Rio de Janeiro, 17.05.1944. Maço temático ostensivo 43.519, AHI-BSB. Grifo nosso.

Em outubro, um relatório de inteligência japonês registrou informação transmitida pelo correspondente do jornal suíço *Neue Zürcher Zeitung* em Washington, segundo a qual o Brasil estaria considerando o envio tropas ao Oceano Pacífico com o objetivo de dar apoio a Portugal em tentativa de expulsão do exército japonês estacionado em Timor.<sup>804</sup> O relatório criticava a ação do que classificava como quartéis de propaganda de guerra de Inglaterra e Estados Unidos, os quais esqueceriam, “convenientemente”, que o Brasil não tinha declarado guerra ao Japão e que Portugal permanecia neutro.<sup>805</sup>

De fato, Lisboa se mantinha, formalmente, neutra, mas já estavam “embarcando pequenos contingentes de tropas para Lourenço Marques e Goa destinados, oportunamente, a receberem a Ilha japonesa [Timor] ou a cooperar com os aliados, na sua reconquista.” Além disso, circulava entre os meios políticos e diplomáticos a possibilidade de o Brasil declarar guerra ao Japão, de modo que, apesar de sua inclinação pela manutenção da neutralidade, “pensa-se aqui que, se o Brasil quisesse marcar ainda mais profundamente sua posição, dentro do grupo aliado, e declarasse guerra ao Japão, então é possível que o Senhor Salazar se sentisse levado a fazê-lo também.”<sup>806</sup>

O alinhamento do Brasil com os aliados era, de fato, cada vez mais forte. Em agosto de 1943, o Rio de Janeiro reconheceu o governo do Comitê Francês de Libertação Nacional, um dia após EUA e Reino Unido.<sup>807</sup> No mesmo mês, assinou um tratado com a China, em substituição ao tratado de 1881, que continha cláusulas anacrônicas, como a de extraterritorialidade.<sup>808</sup> E, no início de 1944, reativou sua embaixada no país, que havia sido abandonada com a repatriação dos diplomatas em 1942, tornando-se um dos poucos países —

---

<sup>804</sup> Não era a primeira vez que circulavam em Tóquio rumores sobre a ida de tropas brasileiras à Ásia: no início de 1943, um relatório da chancelaria afirmou que os EUA haviam solicitado ao Brasil o envio de 45 mil homens para lutar no Pacífico Sul; em troca, garantiriam 35 mil soldados estadunidenses prontos para socorrer o Brasil, em caso de ataque estrangeiro (JACAR B02130425300, p. 2-3).

<sup>805</sup> JACAR, A0302535450, p. 1.

<sup>806</sup> Telegrama 498, da embaixada do Brasil em Lisboa para a Secretaria de Estado, 08.11.1944. Maço temático ostensivo 57.844, AHI-BSB.

<sup>807</sup> LESSA, Antonio Carlos Moraes. **A parceria bloqueada: as relações entre França e Brasil, 1945-2000**. 2000. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília (UnB). Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/5590>>. Acesso em: 17.03.2022, p. 115. E também Circular 1.736, 31.08.1943 (transcrita em Cadernos do CHDD, ano 6, nº 10, 1º semestre de 2007, p. 121).

<sup>808</sup> Relatório do Ministério das Relações Exteriores, 1943, p. 19. Disponível em: <<http://ddsnxt.crl.edu/titles/105#c=0&m=105&s=0&cv=32&r=0&xywh=-1321%2C0%2C4368%2C3081>>. Acesso em: 13.09.2021.

e o único latino-americano — com diplomata residente acreditando junto ao governo de Chiang Kai-shek.<sup>809</sup>

Esse alinhamento com Chungking — para onde tinha sido deslocada a capital, depois da queda de Nanquim — é digno de nota, por duas razões. Em primeiro lugar, porque aconteceu na mesma época em que o Japão assinou um novo acordo com o governo colaboracionista liderado por Wang Jingwei, sediado em Nanquim, em substituição a um tratado anterior, que, por fazer da China um “état satellite”, dava margens a muitas críticas.<sup>810</sup> Além disso, a aproximação de EUA e Reino Unido com o governo de Chiang Kai-shek havia sido justamente um dos motivos alegados por Tóquio para sua entrada na guerra, em 1941. Conforme mensagem transmitida pelas representações japonesas no Rio de Janeiro e em outras capitais da região,

mientras el Japón desea cooperar con el Gobierno de Wang-Ching-Wei que aboga por la paz y la prosperidad mutua con nuestro país, Gran Bretaña y los Estados Unidos ha venido prestando toda clase de ayuda al Gobierno de Chungking, que es enemigo del Japón.<sup>811</sup>

A postura do Brasil era, assim, cada vez mais antagônica ao Japão, e, em agosto de 1944, foi removido o que talvez fosse o último empecilho a uma declaração de guerra: o chanceler Oswaldo Aranha. Aranha havia sido um dos mais ardentes defensores do rompimento de relações, em 1942, mas era também um dos mais vocais advogados da tese — que reiterou publicamente por ocasião do rompimento de relações, em janeiro de 1942 — segundo a qual o Brasil só declarava guerra quando atacado.<sup>812</sup>

Os EUA tentaram demover Aranha do pedido de demissão, por intermédio não apenas do embaixador no Brasil, Jefferson Caffery, mas também do próprio Secretário de Estado, Cordell Hull.<sup>813</sup> A imprensa japonesa, porém, atribuiu a demissão do chanceler brasileiro

---

<sup>809</sup> Memorandum DP/DM/SG/SC/312.4, do Chefe da Divisão do Pessoal para o Sr. Chefe do Departamento de Administração, 25.02.1944. Maço temático ostensivo 62.817, AHI-BSB. Ver também os maços temáticos ostensivos 39.669 e 46.519, AHI-BSB.

<sup>810</sup> O objetivo do novo acordo seria “blesser un peu moins les susceptibilités chinoises. Les prétendus dirigeants de Nankin veulent bien porter les menottes, mais cachées dans leur manches.” Diário do ministro suíço em Tóquio, Camille Gorgé, p. 274 Disponível em: <dodis.ch/50633>. Acesso em: 25.09.2021.

<sup>811</sup> JACAR B02032444300, p. 9. Em fevereiro de 1943, a primeira-dama chinesa, Soong Mei-Ling, viajou a Washington e proferiu discurso perante sessão conjunta do congresso, num dos mais fortes símbolos do alinhamento de Washington com o governo de Chiang Kai-shek.

<sup>812</sup> Relatório dos Trabalhos da III Reunião de Consulta de Ministros do Rio de Janeiro, apresentado pelo Secretário-Geral ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, p. 10. Maço temático ostensivo 44.080, AHI-BSB.

<sup>813</sup> HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha: Uma biografia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994, p. 425. Telegrama da embaixada dos EUA no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado, 19.08.1944. Disponível em: <[www.fdrlibrary.marist.edu/resources/images/psf/psfa0239.pdf](http://www.fdrlibrary.marist.edu/resources/images/psf/psfa0239.pdf)>, p. 149. Acesso em 18.09.2021.

justamente a atritos com Washington, que teriam levado, inclusive, a uma suposta “hot dispute between the United States Ambassador at Rio de Janeiro and Aranha.”<sup>814</sup> Talvez fosse apenas desinformação por parte dos japoneses, ou quem sabe mais uma tentativa de fazer crer que os EUA subjugavam as demais repúblicas americanas.

Fato é que, três meses após deixar o cargo, Aranha deu entrevista na qual afirmou que o governo brasileiro estaria considerando declarar guerra ao Japão como um “estratagema” para postergar eleições “por diversos anos”, muito embora tal atitude fosse contrária à tão evocada tradição brasileira de só declarar guerra a quem o ataca. Sua afirmação baseava-se em conversa que teria tido com o ministro Marcondes Filho (que acumulava as pastas do Trabalho e da Justiça), para quem a guerra só estaria terminada após a derrota do Japão.<sup>815</sup>

A entrevista nada mais era do que a expressão pública daquilo que o chanceler já vinha defendendo dentro do governo, o que gerava divergências com antigos e novos rivais: "o fato de Aranha defender a realização de eleições no mais breve prazo possível gerou atritos com o novo ministro da Justiça, Alexandre Marcondes Filho, que, apoiado por Dutra, insistia em adiá-las até o fim da guerra."<sup>816</sup> Dutra e Aranha já haviam se envolvido em atritos desde os anos 1930, e, no final da guerra, Marcondes Filho passou a ter papel mais importante, ao passo que Aranha era cada vez mais visto por Vargas como potencial rival.<sup>817</sup>

Embora sem cogitar a hipótese de o Brasil entrar em guerra contra o Japão, a imprensa estadunidense já havia pressentido um desejo de Vargas de postergar eleições. Por ocasião da demissão de Aranha, a revista *Time* listou várias outras ações do governo no sentido de suprimir clamores por eleições e concluiu:

To Brazilians the meaning was plain. Agitation was growing for a national election. Brazil has not had one for ten years. Last winter Vargas promised an election when the war was over. Last April he promised it again. Now the war

---

<sup>814</sup> *U.S. Annoyed with Aranha*, Nippon Times, 04.09.1944.

<sup>815</sup> Embora a entrevista ainda não tivesse sido publicada, seu teor foi logo conhecido no Departamento de Estado. From: American Embassy, Rio de Janeiro, to Secretary of State, Washington, 02.11.1944. Disponível em: <[www.fdrlibrary.marist.edu/resources/images/psf/psfa0239.pdf](http://www.fdrlibrary.marist.edu/resources/images/psf/psfa0239.pdf)>, p. 156. Carta de Carlos Martins a Getúlio Vargas, 15.11.1944. GV c 1944.11.15. Disponível em: <[www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/15707](http://www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/15707)>. Acesso em 14.09.2021.

<sup>816</sup> HILTON, 1994, p. 421.

<sup>817</sup> ALVES, Vágner Camilo. **Da Itália à Coreia: decisões sobre ir ou não à guerra**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007, p. 109. O embate entre Aranha e o "Marcondes group" era de conhecimento dos EUA. Vide telegrama da embaixada dos EUA no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado, 19.08.1944. Disponível em: <[www.fdrlibrary.marist.edu/resources/images/psf/psfa0239.pdf](http://www.fdrlibrary.marist.edu/resources/images/psf/psfa0239.pdf)>, p. 149. Acesso em: 18.09.2021.

seemed drawing to its end. President Vargas wanted to be sure that, on election day, everything would be under control.<sup>818</sup>

Marcondes Filho não era o único advogado de uma guerra contra o Japão. Com a demissão de Aranha, o Itamaraty ficou, interinamente, sob responsabilidade do secretário-geral, Pedro Leão Velloso. Em março de 1945, talvez antevendo uma instrução de Vargas, encomendou uma avaliação sobre eventual declaração de guerra ao Japão.<sup>819</sup> A tarefa coube ao embaixador Hildebrando Accioly, que já havia retornado ao Rio de Janeiro, depois chefiar a missão do Brasil junto ao Vaticano (1939-1944), e estava envolvido com as negociações do sistema internacional no pós-guerra — em fevereiro/março de 1945, fez parte da delegação brasileira à Conferência Interamericana sobre os Problemas da Guerra e da Paz, na Cidade do México (que ficou conhecida pelo nome do castelo onde ocorreu: Chapultepec), e é provável que tenha sido a fonte citada em reportagem segundo a qual o Brasil declararia guerra ao Japão.<sup>820</sup> Accioly era um ferrenho crítico da imigração japonesa e, como visto no capítulo 1, seus reiterados esforços para proibi-la, em 1938 e 1939, fracassaram.

O estudo encomendado por Leão Velloso era a oportunidade de voltar à carga, e Accioly foi contundente. Recordou que o Japão não apenas havia sido solidário à Alemanha e à Itália, que atacaram navios brasileiros em 1942, mas havia ele próprio agredido os EUA, "ato que, em virtude de compromissos anteriores, não podíamos deixar de considerar como agressão feita a nós mesmos." Com sólida formação jurídica, Accioly não deixou de apontar que "o Governo brasileiro praticou vários atos em relação a bens de japoneses, no Brasil, que a simples ruptura com o Japão não bastaria para tornar lícitos", muito embora tais medidas fossem "exigidas pelas necessidades da defesa deste hemisfério." Além de procurar dar base jurídica a medidas já tomadas, evitando, assim, reclamações futuras do Japão, Accioly também olhava para frente, sugerindo novas restrições:

a declaração desse estado de guerra tornaria mais fácil a adoção de certas providências que parecem impor-se, em relação àquele país e aos seus nacionais. Uma delas é a proibição absoluta da imigração japonesa. Outra é a expropriação (mediante indenizações) de propriedades agrícolas ou industriais japonesas no Brasil.<sup>821</sup>

---

<sup>818</sup> BRAZIL: Rough Stuff in Rio, *Time*, 28.08.1944. Disponível em: <http://content.time.com/time/magazine/article/0,9171,885610,00.html>. Acesso em 14.09.2021.

<sup>819</sup> Pedro Leão Velloso para Getúlio Vargas, 30.05.1945. GV c 1945.04.30. Disponível em: <[www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/16359](http://www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/16359)>. Acesso em 18.09.2021.

<sup>820</sup> *Brasil declarará la guerra al Japón*, España, 28.02.1945. Maço temático ostensivo 41.102, AHI-BSB.

<sup>821</sup> Memorandum para o Senhor Ministro de Estado, 02.04.1945. Maço temático ostensivo 41.102, AHI-BSB.

A preocupação com base legal para atos praticados contra os japoneses pode causar estranheza, já que, desde 1937, o país vivia em estado de exceção. Recorde-se, porém, que havia pressões externas, e, desde o início da guerra, a legalidade das restrições impostas aos nacionais do Eixo, tanto do ponto de vista do Direito Internacional quanto da legislação pátria, era objeto de discussões dentro do governo.<sup>822</sup> Assim, o Itamaraty submeteu o memorando de Accioly à análise de seu consultor jurídico, embaixador Sebastião do Rego Barros, que o endossou integralmente, frisando que, do ponto de vista jurídico, o ataque a Pearl Harbor já constituía fundamento para que se declarasse guerra ao Japão.<sup>823</sup>

Havia, assim, pressões políticas e razões jurídicas para que o Brasil declarasse guerra ao Japão. Mas o fator decisivo viria do cenário internacional. Com a vitória soviética em Stalingrado, no início de 1943, e o bem sucedido desembarque aliado na Normandia, em junho de 1944, ficava cada vez mais claro que a rendição da Alemanha era uma questão de tempo — e, por extensão, a do Japão, embora fosse mais difícil prever quando Tóquio capitularia.<sup>824</sup> Nesse contexto, mais e mais países procuravam alinhar-se aos futuros vencedores, espontaneamente ou por pressão dos Aliados. Em janeiro de 1945, a Turquia, que já estava em guerra contra a Alemanha, rompeu relações com o Japão, atendendo a pedidos dos embaixadores da Grã-Bretanha e dos EUA, "os aliados da nossa aliada".<sup>825</sup> Em março, como já se viu, foi a vez da Espanha. Ao todo, mais de 15 países declararíamos guerra ao Japão no último ano do conflito.<sup>826</sup>

Os EUA, por seu turno, buscavam angariar mais e mais adesões à Carta das Nações Unidas, de janeiro de 1942, de modo a aumentar o número de parceiros na construção da geopolítica do pós-guerra. Nesse contexto, passou a condicionar a participação nas conferências sobre o tema à declaração de guerra ao Eixo, sobretudo depois da conferência de Yalta, em

---

<sup>822</sup> PERAZZO, op. cit., p. 58-64.

<sup>823</sup> Parecer sobre declaração de guerra ao Japão, 09.05.1945. Maço temático ostensivo 41.102, AHI-BSB. Em 1952, em meio a discussões sobre reparações de guerra, o próprio Accioly, desta feita no cargo de consultor jurídico do Itamaraty, afirmaria que “convém não esquecer, por outra parte, que o ato de hostilidade que nos conduziu à guerra foi o praticado pelo Japão em Pearl Harbor.” (Parecer do consultor jurídico, Hildebrando Accioly, 01.08.1952. Maço temático ostensivo 47.632, AHI-BSB).

<sup>824</sup> Para o governo japonês, claro, a vitória ainda era certa. *Ainda não perdeu as esperanças...*, Correio da Manhã, 22.01.1944, p. 1. Maço temático ostensivo 45.988, AHI-BSB. Disponível também em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/089842\\_05/19141](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_05/19141)>. Acesso em 18.09.2021.

<sup>825</sup> Telegrama 3, da embaixada do Brasil em Ancara para a Secretaria de Estado, 04.01.1945. Maço temático ostensivo 58.036, AHI-BSB.

<sup>826</sup> Memorandum by Mr. Rufus Burr Smith of the Division of Japanese and Korean Economic Affairs to the Chief of the Division (Martin), 13.01.1947. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1947v06/d291>>. Acesso em: 18.09.2021.

fevereiro de 1945.<sup>827</sup> A pressão deu resultado, e, naquele mês, às vésperas da já citada reunião interamericana de Chapultepec, Paraguai,<sup>828</sup> Peru,<sup>829</sup> Venezuela,<sup>830</sup> Equador, Uruguai<sup>831</sup> e até o reticente Chile,<sup>832</sup> um dos últimos a romper relações, declararam guerra ao Eixo. Na Colômbia, que declarara guerra à Alemanha em novembro de 1943, após ataques de submarino à sua navegação de cabotagem,<sup>833</sup> o Senado decidiu por unanimidade, também em fevereiro de 1945, que tal estado de beligerância estendia-se também ao Japão.<sup>834</sup>

Em março, até a Argentina declarou guerra ao Eixo. Um mês após o relutante rompimento de relações, em janeiro 1944, um golpe levou ao poder um governo que não foi reconhecido nem pela maioria dos vizinhos nem pelas potências com mais influência na região, EUA e Reino Unido, que retiraram seus embaixadores de Buenos Aires. Com isso, a Argentina, que permanecia simpática ao Eixo mesmo diante da iminente capitulação da Alemanha, ficou de fora da Conferência de Chapultepec e só foi reintegrada ao sistema interamericano após a declaração de guerra.<sup>835</sup> A influência nazista permaneceu visível no texto de tal declaração, que cita especificamente o ataque a Pearl Harbor e trata longamente da ameaça de novos ataques japoneses, mas menciona a Alemanha de maneira quase fortuita: "declárase igualmente el

---

<sup>827</sup> MORGENFELD, Leandro. La neutralidad argentina y el sistema interamericano: Panamá, La Habana y Río de Janeiro (1939-1942). **Ciclos en la Historia, la Economía y la Sociedad**. Buenos Aires, año XIX, v. XVIII, n. 35-36, p. 145-172, 2009. Disponível em: <[http://bibliotecadigital.econ.uba.ar/econ/collection/ciclos/document/ciclos\\_v18\\_n35-36\\_06](http://bibliotecadigital.econ.uba.ar/econ/collection/ciclos/document/ciclos_v18_n35-36_06)>. Acesso em: 17.03.2022, p. 162.

<sup>828</sup> Vários ofícios da embaixada do Brasil em Assunção para a Secretaria de Estado, fev. 1945. Maço 1-4-13, AHI-RJ.

<sup>829</sup> Ofício 40, da embaixada do Brasil em Lima para a Secretaria de Estado, 19.02.1945. Maço 24-4-6, AHI-RJ.

<sup>830</sup> Telegrama 19, da embaixada do Brasil em Caracas para a Secretaria de Estado, 17.02.1945. Maço 16-4-12, AHI-RJ.

<sup>831</sup> Memorandum by Mr. Rufus Burr Smith of the Division of Japanese and Korean Economic Affairs to the Chief of the Division (Martin), 13.01.1947. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1947v06/d291>>. Acesso em: 18.09.2021.

<sup>832</sup> Ofício 59, da embaixada do Brasil em Santiago para a Secretaria de Estado, 20.02.1945. Maço 43-4-1, AHI-RJ.

<sup>833</sup> Relatório do Ministério das Relações Exteriores, 1943, p. 22. Disponível em: <<http://ddsnex.cr1.edu/titles/105#?c=0&m=105&s=0&cv=35&r=0&xywh=-39%2C1065%2C2156%2C1521>>. Acesso em 18.09.2021.

<sup>834</sup> Nota 98, da embaixada da Colômbia no Rio de Janeiro para o Itamaraty, 08.06.1945. Maço temático ostensivo 41.102, AHI-BSB. Em 1947, porém, no contexto de negociações sobre reparações de guerra, o Departamento de Estado parece não ter reconhecido tal declaração de guerra e excluiu nominalmente a Colômbia (assim como a Dinamarca) da lista de países habilitados e pleitear reparações do Japão (Memorandum by Mr. Rufus Burr Smith of the Division of Japanese and Korean Economic Affairs to the Chief of the Division (Martin), 13.01.1947. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1947v06/d291>>. Acesso em: 18.09.2021).

<sup>835</sup> Doratioto, op. cit., p. 298-299. Em outubro de 1944, os EUA chegaram a proibir que qualquer navio com sua bandeira entrasse em portos argentinos (ACHESON, Dean. **Present at the Creation: My Years in the State Department**. Nova York e Londres: W. W. Norton & Company, 1969, p. 188).

estado de guerra entre la República Argentina y Alemania, atento el carácter de esta última de aliada del Japón." <sup>836</sup>

Washington conseguia, assim, recompor a unidade continental. Além dos ganhos econômicos resultantes da influência que os EUA estavam construindo, em detrimento de outras potências, como o Reino Unido, o apoio do continente seria crucial para fazer frente ao bloco soviético na conferência, já em gestação, em que se discutiriam as condições do pós-guerra. Ilustrativo disso é o discurso que o presidente Roosevelt proferiu em evento com os chefes das missões diplomáticas dos demais países americanos em Washington, no dia 12 de outubro de 1944, aniversário da chegada de Cristóvão Colombo às Américas. Ao recordar os laços entre os povos do continente, o presidente estadunidense não se furtou de denunciar as tendências pró-Eixo da Argentina, tendo o cuidado de separar o povo e o governo, ao dizer que "we have maintained the solidarity of the Governments of all the American Republics—except one. And the people of all the Republics, I think without exception, will have the opportunity to share in the achievement of the common victory." <sup>837</sup>

Nesse contexto, era cada vez mais estranho que o Brasil não estivesse em guerra contra o Japão. E não era por falta de pensar no assunto. Em fevereiro de 1945, o secretário de Estado Edward Stettinius, que sucedera a Cordell Hull em fins de 1944, parou no Brasil no caminho entre as conferências de Yalta e Chapultepec. Seu objetivo era garantir a compra, com exclusividade, das areias monazíticas brasileiras (para uso no programa nuclear dos EUA), <sup>838</sup> mas fez crer que queria relatar a conferência de Yalta a Vargas, no que acreditaram não apenas brasileiros, orgulhosos do prestígio que a visita evidenciava, <sup>839</sup> mas também a diplomacia de

---

<sup>836</sup> Decreto 6.945, 27.03.1945. Disponível em: <[www.dipublico.org/11891/decreto-6-945-declaracion-de-guerra-a-alemania-y-japon](http://www.dipublico.org/11891/decreto-6-945-declaracion-de-guerra-a-alemania-y-japon)>. Acesso em: 18.09.2021. Embora tenha relutado em declarar guerra, Buenos Aires não se furtou de, ao fechar periódicos de propriedade de nacionais do Eixo, suspender também as atividades de dois jornais locais, "Aliança" e "La Víspera", que haviam se manifestado em termos desfavoráveis ao governo (Telegramas da embaixada do Brasil em Buenos Aires para a Secretaria de Estado, mar. 1945. Maço 14-1-16, AHI-RJ).

<sup>837</sup> Franklin D. Roosevelt, Address to the Chiefs of the Diplomatic Missions from Other American Republics, Washington, 12.10.1944. Disponível em: <[www.presidency.ucsb.edu/node/209905](http://www.presidency.ucsb.edu/node/209905)>. Acesso em: 18.09.2021.

<sup>838</sup> STETTINIUS JR, Edward R. **The diaries of Edward R. Stettinius, Jr., 1943-1946**. Nova York: New Viewpoints, 1975. p. 262.

<sup>839</sup> Entre eles o embaixador do Brasil nos EUA (telegrama do embaixador do Brasil nos EUA, Carlos Martins Pereira e Souza, para o Ministro das Relações Exteriores, 05.01.1945. Caixa 591: Confidencial, Particulares, AHI-BSB.) e a jornalista Rosalina Coelho Lisboa, próxima de Vargas (Carta de Rosalina Coelho Lisboa a Getúlio Vargas, 23.02.1945, GV c 1945.02.23. Disponível em: <[www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/16221](http://www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/16221)>. Acesso em: 18.09.2021)

outros países, como Portugal.<sup>840</sup> Durante a conversa, Vargas quis saber “what is going on in connection with getting some of our friends in this hemisphere into the war at this late date”.<sup>841</sup> E, 30 anos mais tarde, Alzira Vargas, que trabalhava como secretária do pai e foi a intérprete da conversa, ainda achava que o objetivo principal de Stettinius era pedir ajuda do Brasil para persuadir Argentina e Chile a declarar guerra ao Japão, de modo a contar com mais votos na conferência de paz.<sup>842</sup> Ainda que se referissem a outros países, não seria crível que nem Vargas nem sua filha atentassem para a lacuna que constituía o fato de o Brasil não ter declarado guerra ao Japão.

Com a rendição da Alemanha, em 8 de maio, tal lacuna ficou evidente. Ainda assim, o Brasil não parecia disposto a fazer a declaração de guerra unilateralmente, sem negociar com os EUA. Vargas deu declarações à imprensa, logo após a queda de Berlim, no sentido de que o Brasil não apenas manteria as bases militares à disposição dos Aliados até a derrota do Japão, como poderia enviar tropas para lutar contra esse inimigo, se necessário fosse. Na mesma linha, o embaixador José Roberto de Macedo Soares, que respondia interinamente pelo Itamaraty (estando o titular, Pedro Leão Velloso, em São Francisco, onde já se reunia a conferência que culminaria na criação da Organização das Nações Unidas), disse ao embaixador dos EUA, três dias após a rendição alemã, que o Brasil responderia favoravelmente a um "convite" dos EUA, que poderia ser estendido também à Colômbia, para que declarasse guerra ao Japão<sup>843</sup>. Quando confrontado com declarações atribuídas pela imprensa ao embaixador Pedro Leão Velloso, segundo as quais o Brasil estaria cogitando o envio de tropas ao Pacífico, porém, o Itamaraty desmentiu, no fim de maio.<sup>844</sup> Mantinha-se assim certa ambiguidade, possivelmente com o objetivo de negociar algo em troca da referida declaração, nem que fosse uma mera demonstração de prestígio do novo presidente dos EUA, Henry Truman, que acabava de assumir o cargo, após a morte de Roosevelt, em abril.

O governo dos EUA parecia farejar a barganha brasileira. E não demonstrava disposição para repetir o desgaste por que já havia passado com a FEB, ocasião em que "not only did the

---

<sup>840</sup> Apontamentos sobre conversa do Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Luiz T. de Sampayo, com o embaixador do Brasil, João Neves da Fontoura, 20.02.1945, p. 3. Disponível em: <<https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=6211342>>. Acesso em: 20.09.2021.

<sup>841</sup> STETTINIUS JR, 1975, p. 264.

<sup>842</sup> Entrevista de Alzira Vargas do Amaral Peixoto a Maria Cristina Guido, 2a entrevista, 26.04.1979. História Oral FGV. disponível em: <[https://docvirt.com/docreader.net/FGV\\_AVAP\\_GV/815](https://docvirt.com/docreader.net/FGV_AVAP_GV/815)>. Acesso em 20.09.2021.

<sup>843</sup> The Ambassador in Brazil (Berle) to the Secretary of State, 11.05.1945. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1945v09/d473>>. Acesso em 20.09.1945. Note-se que a declaração de guerra pelo senado colombiano, mencionada neste capítulo, não parecia convencer ninguém.

<sup>844</sup> Maço temático ostensivo 41.102, AHI-BSB.

United States government equip and transport the FEB, but it overrode strong British objections to Brazil's participation in the ground fighting in Europe."<sup>845</sup> Inclusive porque, do ponto de vista estritamente militar, a avaliação era de que "it does not matter whether or not Brazil enters the war against Japan". Assim, o comitê de coordenação entre o Departamento de Estado e a cúpula militar recomendou que "no commitments be made on the political level relative to forces to be supplied by Brazil", concluindo por afastar qualquer negociação política: "if the Brazilians raise the matter of a token force, they should be advised to take this up on a military level after the declaration of war."<sup>846</sup>

E, de toda maneira, não havia muito o que barganhar. As bases militares, às quais Vargas fez referência e que deveriam passar ao controle brasileiro uma vez terminada a guerra, haviam sido essenciais para o envio de tropas à África e ao Extremo Oriente.<sup>847</sup> Mas, em 1945, os Aliados já tinham amplo domínio dos ares e dos mares, e os EUA já estavam devolvendo bases ao Brasil, conforme "the Navy's long-range policy approved by the State Department of gradual withdrawal from Brazil."<sup>848</sup>

Quanto às discussões na conferência de São Francisco, a possibilidade de um assento permanente no futuro Conselho de Segurança da ONU foi definitivamente afastada em 23 de maio. Nesse dia, Leão Velloso telegrafou a Vargas dizendo que, conforme decidido pelo presidente Truman, "não nos será possível obter lugar permanente pela razão que já expus a Vossa Excelência, isto é, a relutância das grandes potências em aumentar o número de assentos no Conselho de Segurança."<sup>849</sup> O mais provável, porém, é que a diplomacia brasileira já soubesse que isso não seria possível desde, pelo menos, novembro de 1944, quando os EUA já haviam indicado ao Brasil que "countries receiving permanent seats would logically be those

---

<sup>845</sup> HILTON, Stanley. Brazilian Diplomacy and the Washington-Rio de Janeiro "Axis" during the World War II Era. **The Hispanic American Historical Review**, Vol. 59, No. 2 (mai. 1979), pp. 201-231. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/2514412>>. Acesso em 16.03.2022, p. 222.

<sup>846</sup> Memorandum to the Secretary of State by the Acting Chairman, State-War-Navy Coordinating Committee (Matthews), 30.05.1945. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1945v09/d474>>. Acesso em 20.09.2021.

<sup>847</sup> The Acting Secretary of State to the Ambassador in Brazil (Caffery), 24.02.1942. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1942v05/d607>>. Acesso em 26.09.2021. E também SASAKI, Daniel Leb. **Pouso forçado: a história por trás da destruição da Panair do Brasil pelo regime militar**. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 70.

<sup>848</sup> The Acting Secretary of State to the Ambassador in Brazil (Berle), 22.03.1945. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1945v09/d471>>. E outros documentos em *Entry of Brazil into the war With Japan and questions concerning the disposal of American military bases in Brazil*. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1945v09/ch23>>. Acesso em 26.09.2021.

<sup>849</sup> Telegrama 12, de Pedro Leão Velloso para Getúlio Vargas, 23.05.1945, GV c 1945.04.30. Disponível em: <[www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/16355](http://www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/16355)>. Acesso em 20.09.2021.

possessing the military capacity to assume world-wide obligations."<sup>850</sup> Mas Vargas, possivelmente, ainda se apegava à ideia de algum ganho de prestígio. Recorde-se, nesse sentido, que, no encontro de janeiro de 1943, em Natal, o que mais lhe agradara, segundo avaliação do embaixador Caffery, foi ouvir de Roosevelt que o queria a seu lado na conferência de paz.<sup>851</sup>

Quaisquer que fossem, as aspirações do Brasil acabaram sendo atropeladas pela ameaça da cessação do *Lend-Lease*. No mesmo telegrama de 23 de maio em que afastou categoricamente a hipótese de um assento permanente no Conselho de Segurança, Leão Velloso informou a Vargas que o *Lend-lease* “cessa por lei, com a cessão de nossa participação na guerra. Quer dizer, portanto, que cessou”.<sup>852</sup> Ora, o programa vinha sendo fundamental para o aparelhamento das forças armadas, com o Brasil absorvendo “approximately three fourths of the total amount of assistance given to all of the Latin American republics together.”<sup>853</sup> De modo que a possibilidade de sua interrupção só não causou mais pânico no Rio de Janeiro porque, no mesmo telegrama, Leão Velloso apontava para a solução: “o Secretário de Estado vai me sugerir que o Brasil declare que se considera em estado de guerra com o Japão e que participará, apenas, das operações aéreas no Pacífico, sem necessidade do envio do Corpo Expedicionário.”<sup>854</sup>

Vargas não titubeou na resposta: “a cessação do *Lend-Lease* é muito prejudicial aos nossos interesses.” Despidendo-se da ambiguidade que lhe era característica, declarou à imprensa que “o Brasil daria, na guerra contra o Japão, a colaboração que lhe fosse solicitada pelos Estados Unidos”. E, pragmático, instruiu Leão Velloso a esclarecer junto aos estadunidenses “se é necessária uma declaração oficial sobre o estado de guerra com o Japão ou que outra colaboração desejam de nossa parte e se isso assegura a continuação do *Lend-Lease*.”<sup>855</sup> Sem resposta, reiterou a consulta três dias depois.<sup>856</sup> Finalmente, no dia 30 de maio, Leão Velloso obteve “resposta definitiva” do Departamento de Estado e confirmou que a “suspensão do *Lend-*

---

<sup>850</sup> HILTON, 1979: p. 225.

<sup>851</sup> Carta do embaixador dos EUA no Brasil, Jefferson Caffery a Franklin Roosevelt, 09.02.1943. Disponível em: <[www.fdrlibrary.marist.edu/\\_resources/images/psf/psfa0239.pdf](http://www.fdrlibrary.marist.edu/_resources/images/psf/psfa0239.pdf)>, p. 48-50. Acesso em 20.09.2021.

<sup>852</sup> Telegrama 12, de Pedro Leão Velloso para Getúlio Vargas, 23.05.1945, GV c 1945.04.30. Disponível em: <[www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/16355](http://www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/16355)>. Acesso em 20.09.2021.

<sup>853</sup> CONN, Stetson e FAIRCHILD, Byron. *The Framework of Hemisphere Defense*. Washington: Center of Military History, 1980, p. 329. Disponível em: <<https://history.army.mil/html/books/004/4-1/>>. Acesso em: 21.03.2022.

<sup>854</sup> Telegrama 12, de Pedro Leão Velloso para Getúlio Vargas, 23.05.1945, GV c 1945.04.30. Disponível em: <[www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/16355](http://www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/16355)>. Acesso em 20.09.2021.

<sup>855</sup> Telegrama 3, de Getúlio Vargas a Pedro Leão Velloso, 26.05.1945. GV c 1945.04.30. Disponível em: <[www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/16357](http://www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/16357)>. Acesso em: 20.09.2021.

<sup>856</sup> Telegrama 4, de Getúlio Vargas a Pedro Leão Velloso, 29.05.1945. GV c 1945.04.30. Disponível em: <[www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/16358](http://www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/16358)>. Acesso em: 20.09.2021.

*Lease* é questão da letra da lei", precisando que "a solução é, com efeito, a declaração formal do estado de guerra com o Japão."<sup>857</sup>

Mesmo depois dessa mensagem inequívoca, o Brasil continuou tentando negociar. O chanceler interino Macedo Soares procurou o sucessor de Caffery como embaixador dos EUA, Adolf Berle, a quem "teria declarado, em nome de Vossa Excelência [Vargas], que estaria pronto a declarar o estado de guerra desde que fôssemos convidados pelo Governo dos Estados Unidos da América a fazê-lo."<sup>858</sup> Ainda que se tratasse de "evidente equívoco", como sustentou Vargas, o fato de a questão ter sido elevada às mais altas instâncias decisórias para ser esclarecida mostra que a postura de Macedo Soares — ou atribuída a ele — parecia verossímil, tanto a brasileiros quanto a estadunidenses.

Finalmente, na segunda-feira, 4 de junho, Vargas reuniu seus ministros, que, após ouvirem a leitura dos telegramas de Leão Velloso e do relatório de Accioly, aprovaram a declaração de guerra ao Japão unanimemente.<sup>859</sup> Ao que parece, ninguém recordou a tradição segundo a qual o Brasil só declarava guerra quando atacado, e, no dia seguinte, foi assinado o decreto 18.811, publicado no dia 6 de junho.<sup>860</sup>

Fica claro, assim, que a motivação do Brasil para a última declaração de guerra de sua história foi a manutenção do *Lend-Lease*, como também concluíram outros autores.<sup>861</sup> O nexo entre as duas coisas é reforçado, ainda, em documentos internos do Itamaraty. No dia 18 de junho, o chefe da seção de Assuntos Econômicos Internacionais, da Divisão Econômica e Comercial, primeiro-secretário Raul de Mendonça anotou "Para o maço do *Lend-Lease*" ao mandar arquivar notícia do Correio da Manhã, de 07.06.1945, intitulada "O Brasil em Guerra

---

<sup>857</sup> Telegrama 13, de Pedro Leão Velloso para Getúlio Vargas, 30.05.1945, GV c 1945.04.30. Disponível em: <[www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/16359](http://www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/16359)>. Acesso em 20.09.2021.

<sup>858</sup> Telegrama 15, de Pedro Leão Velloso para Getúlio Vargas, 04.06.1945, GV c 1945.04.30. Disponível em: <<https://www.docvirt.com/docreader.net/correspv2/16361>>. Acesso em 20.09.2021.

<sup>859</sup> Telegrama do ministro interino das Relações Exteriores, José Roberto de Macedo Soares, para o embaixador Pedro Leão Velloso, 04.06.1945, GV c 1945.04.30. Disponível em: <[www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/16362](http://www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/16362)>. Acesso em 20.09.2021. Não deixa de ser curioso que, depois de ser embaixador no Japão (1935-1939), Leão Velloso tenha sido o portador da mensagem decisiva para que o Brasil declarasse guerra.

<sup>860</sup> Decreto 18.811, 06.06.1945. Disponível em: <[www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-18811-6-junho-1945-470887-publicacaooriginal-1-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-18811-6-junho-1945-470887-publicacaooriginal-1-pe.html)>. Acesso em 20.09.2021.

<sup>861</sup> BRASIL, Bernardo Henrique Penha. **Brasil e Japão: O rompimento de relações diplomáticas e a declaração de guerra. Estudo histórico, diplomático e cultural**. 2003. Dissertação (Mestrado em Diplomacia) — Instituto Rio Branco, Brasília, p. 62-64. GARCIA, op. cit., p. 161-163. HILTON, Stanley. **O Ditador e o Embaixador**. Rio de Janeiro: Record, 1987, p. 28. MOURA, Gerson. **Relações Exteriores do Brasil 1939-1950: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p. 166.

com o Japão".<sup>862</sup> E à primeira versão de minuta de telegrama que instruiria a embaixada em Washington a negociar novos empréstimos junto aos EUA "nas mesmas bases de cálculo de liquidação, ou, se possível, em melhores condições do acôrdo anterior", foi acrescentado "tendo em vista a declaração de guerra do Brasil ao Império do Japão". Ou seja, aos olhos do Rio de Janeiro, a declaração de guerra a Tóquio não apenas mantinha aberta a porta para o *Lend-Lease*, como justificaria melhores condições de crédito.<sup>863</sup>

Figura 16: Declaração de guerra do Brasil ao Japão (1945)



No dia 7 de junho de 1945, o chanceler interino José Roberto de Macedo Soares convidou a imprensa ao Palácio Itamaraty e anunciou a declaração de guerra ao Japão.

Fonte: *O Brasil em Guerra com o Japão*, Correio da Manhã, 07.06.1945, p. 14., Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/089842\\_05/26277](http://memoria.bn.br/docreader/089842_05/26277).

<sup>862</sup> Maço temático ostensivo 41.102, AHI-BSB.

<sup>863</sup> Minuta de telegrama da Secretaria de Estado para a embaixada do Brasil em Washington, 14.06.1945, Maço 52-2-4, AHI-RJ. O telegrama nunca foi expedido, possivelmente por causa da suspensão do *Lend-Lease*, anunciada por Roosevelt em julho, e a minuta acabou sendo arquivada com uma interessante anotação à mão, que revela que seu teor permanecia válido: "Sustada definitivamente a expedição por ordem do Sr. Secretário-Geral. Convém, entretanto, como contribuição informativa, ficar arquivada no maço. F. B. 31-7-45."

Mas o que dizer do ponto de vista de Washington?

O fim da guerra na Europa mudava drasticamente a situação militar e, inevitavelmente, levou a uma revisão dos empréstimos do *Lend-Lease*. Já no dia seguinte à capitulação alemã, o assunto foi discutido entre o presidente Truman e seu embaixador junto à União Soviética, W. Averell Harriman, que se encontrava em Washington, e decidiu-se que "we should curtail Lend-Lease shipments to Russia on a purely supply basis".<sup>864</sup> Na semana seguinte, o Itamaraty foi informado disso por telegrama da embaixada em Washington, que falava em "modificação" e "reduções consideráveis no programa do Lend-Lease para com a Rússia".<sup>865</sup> Não se verificam, porém, menções à suspensão do programa.

Não que não fosse esse o desejo de muitos. No Congresso, a continuidade do *Lend-Lease* era questionada pela oposição republicana, que acusava o governo de querer usar como ferramenta de reconstrução um programa concebido para a guerra. Em acalorado debate no Senado, em 17 de maio, o senador Harlan John Bushfield criticou especificamente os suprimentos à URSS, ponderando, com ironia, que "the Soviet Union is no longer at war with anyone, so far as I know".<sup>866</sup> A embaixada do Brasil informou o Itamaraty no dia seguinte, mencionando, especificamente, a opinião do influente senador Robert Taft, para quem "o suprimento feito pela forma em questão deve cessar daqui em diante, reduzindo-se apenas aos países em guerra ativa com o Japão".<sup>867</sup> Os interesses do Brasil pareciam claramente ameaçados, mas a própria existência de debate demonstrava haver mais de uma interpretação possível.

Mesmo dentro do governo, havia visões diferentes. No próprio dia 6 de junho, em que se oficializou o estado de guerra com o Japão, o Itamaraty recebeu da embaixada em Washington um telegrama informando sobre os valores que a Casa Branca solicitava ao Congresso "para o expediente do *lend-lease* para o período de 1945-1946"<sup>868</sup> — evidência de que o programa ainda estava vigente. Foi apenas um mês mais tarde que Truman determinou

---

<sup>864</sup> STETTINIUS JR, 1975, p. 357-358.

<sup>865</sup> Telegrama 352, da embaixada do Brasil em Washington para a Secretaria de Estado, 15.05.1945. Maço 51-5-7, AHI-RJ.

<sup>866</sup> Congressional Record - Senate, 17.05.1945, p. 4698-4701. Disponível em: <[www.govinfo.gov/app/details/GPO-CRECB-1945-pt4/context](http://www.govinfo.gov/app/details/GPO-CRECB-1945-pt4/context)>. Acesso em: 20.09.2021.

<sup>867</sup> Telegrama 358, da embaixada do Brasil em Washington para a Secretaria de Estado, 18.05.1945. Maço 51-5-7, AHI-RJ.

<sup>868</sup> Telegrama 390, da embaixada do Brasil em Washington para a Secretaria de Estado, 06.06.1945. Maço 51-5-7, AHI-RJ.

que o *Lend-Lease* só seria concedido para uso na guerra contra o Japão,<sup>869</sup> e mesmo essa diretriz não era rígida.

O Secretário de Guerra, Henry Stimson, recebeu a informação sobre a cessação do programa a bordo do *USS Brazil*, de onde telegrafou para ponderar que a medida inviabilizaria o suprimento de combustível e equipamentos para tropas francesas e britânicas, cuja permanência na Europa liberava contingentes estadunidenses para serem deslocadas ao Japão.<sup>870</sup> A resposta veio de outro navio — o *USS Augusta*, em que se encontravam Truman e o novo Secretário de Estado, James F. Byrnes (que sucedera a Stettinius no início de julho), a caminho da conferência de Potsdam — e, dizia, para alívio de Stimson, que “the President agrees that his directive should be liberally interpreted”, de modo a permitir o abastecimento de “forces which make possible the redeployment of American forces from other theatres to participate in the war against Japan.”<sup>871</sup>

Assim, o *Lend-Lease* continuou funcionando até para países que não mandavam tropas ao Pacífico. Mesmo quando, em agosto, Truman determinou sua suspensão, o futuro Secretário de Estado (então no terceiro escalão do Departamento de Estado), Dean Acheson, julgou que “a decision to end it five days after the white flag was run up in Tokyo was unnecessary and wrong.” E o próprio Truman teria, mais tarde, classificado a decisão como “his greatest mistake”.<sup>872</sup> Ou seja, a questão era controversa e estava longe de ser “letra da lei”, como Leão Velloso transmitira a Vargas.

O mais provável é que os EUA tenham usado o *Lend-Lease* para forçar o Brasil a declarar guerra ao Japão de uma vez por todas, objetivo que Washington já tinha traçado para todo o continente em novembro de 1944, na preparação para as conferências de Malta e Yalta: “Try to get ‘Associated Nations’ in Latin America to join United Nations—This means declarations of war.”<sup>873</sup> Daí porque o Departamento de Estado considerava “politically advantageous to have Brazil declare war on Japan”.<sup>874</sup> Ou seja, sem saber, e sem conseguir nada

---

<sup>869</sup> The President to the Secretary of State, 05.07.1945. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1945Berlinv01/d542>>. Acesso em: 20.09.2021.

<sup>870</sup> The Secretary of War (Stimson) to the Secretary of State, 11.07.1945. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1945Berlinv01/d543>>. Acesso em: 20.09.2021.

<sup>871</sup> The Secretary of State to the Secretary of War (Stimson), 12.07.1945. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1945Berlinv01/d545>>. Acesso em: 20.09.2021.

<sup>872</sup> ACHESON, op. cit., p. 28 e 122.

<sup>873</sup> Memorandum by the Acting Secretary of State (Stettinius), 15.11.1944. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1945Malta/d72>>. Acesso em: 21.09.2021.

<sup>874</sup> The Acting Secretary of State to the Chargé in Brazil (Daniels), 06.06.1945. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1945v09/d476>>. Acesso em: 22.09.2021.

em troca, o Rio de Janeiro atendia aos objetivos de Washington, acreditando genuinamente estar salvaguardando seus próprios interesses. Não que o *Lend-Lease* não estivesse sob o fogo da oposição no congresso estadunidense, mas sua cessação não era, de modo algum, consequência direta da rendição da Alemanha, sobretudo enquanto a guerra perdurasse no Pacífico. E, àquela altura, não havia indícios de que o Japão fosse capitular tão cedo.

Em Washington, apenas o alto escalão tinha conhecimento do desenvolvimento da bomba atômica, de modo que a grande maioria dos tomadores de decisão ainda trabalhava com a possibilidade de uma longa e custosa invasão do território japonês, estendendo-se talvez até 1946. Os EUA sabiam que, enquanto os exércitos ocidentais historicamente se rendiam quando as baixas chegavam a um quarto ou um terço da tropa, nas poucas batalhas em que os japoneses se renderam, mais de 80% dos soldados estavam mortos, e, em alguns casos, os únicos prisioneiros foram capturados desacordados. Ou seja, lutavam até a morte.<sup>875</sup>

Nesse cenário, persistia a possibilidade de o Brasil se juntar ao esforço militar no Pacífico, aventada nas discussões com os EUA sobre a declaração de guerra. O envio de tropas, sobretudo pilotos, foi objeto de diversas reportagens que citavam declarações do chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, major-brigadeiro Armando Trompowsky, — tanto na imprensa brasileira quanto na estrangeira.<sup>876</sup> Os EUA chegaram a deslocar um grupo dos "Tigres Voadores" — pilotos estadunidenses que combatiam ao lado dos chineses — para treinar pilotos brasileiros, que desejavam "ardentemente atuar no Pacífico", um dos quais morreu durante um exercício.<sup>877</sup>

---

<sup>875</sup> BENEDICT, Ruth. **The Chrysanthemum and the Sword**. Boston/Nova York: Houghton Mifflin Company, 2005, p. 38-39.

<sup>876</sup> *Guerra com o Japão*, Correio da Manhã, 07.06.1945, p. 4. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/089842\\_05/26267](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_05/26267)>. Acesso em: 24.09.2021. *O Brasil em Guerra com o Japão*, Correio da Manhã, 09.06.1945. *Probavelmente Brasil combata contra Japón*, Excelsior, 12.06.1945, Maço temático ostensivo 41.102, AHI-BSB.

<sup>877</sup> *Os "33" do Pacífico*, O Cruzeiro, 07.07.1945, p. 9. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/003581/46158>>. Acesso em 28.09.2021.

**Figura 17:** Treinamento de pilotos brasileiros para lutar no Pacífico (1945)



O condecorado coronel-aviador Norval C. Bonawitz, um dos "tigres-voadores" que combateram os japoneses na China, foi deslocado ao Brasil para treinar pilotos que seriam enviados ao Pacífico.

**Fonte:** *Os "33" do Pacífico*, O Cruzeiro, 07.07.1945, p. 11. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/003581/46160>>.

No fim das contas, a guerra terminaria antes que qualquer piloto brasileiro embarcasse para o Pacífico. Mas isso não impediu o Brasil de buscar o máximo de apoio político à sua decisão de entrar na guerra. Um dia depois da declaração formal, o chanceler interino, Macedo Soares, reuniu jornalistas no palácio Itamaraty e explicou que o Brasil estava entrando em guerra contra o Japão em nome da solidariedade continental, o que ilustrou citando a data de cada uma das declarações de guerra, restando apenas a Colômbia,<sup>878</sup> além do próprio Brasil. A demora em mostrar tal solidariedade foi objeto de questionamento de jornalistas, um dos quais perguntou, especificamente, por que o Brasil não declarara guerra ao Japão imediatamente após Pearl Harbor. Citando o ex-chanceler Oswaldo Aranha (sobre quem cabe especular o que teria feito, se ainda estivesse à frente do Itamaraty), Macedo Soares recordou a tradição brasileira de apenas declarar a guerra defensiva, mas ponderou que, “com o desenvolvimento dos acontecimentos, verificou-se que seria aconselhável a declaração de guerra ao Japão, em caráter defensivo, porque defendendo os Estados Unidos da América, o Brasil defendia-se a si mesmo.”<sup>879</sup> Ou seja, o Brasil se omitiu quando o maior aliado — e, por extensão, boa parte do continente — estavam verdadeiramente em perigo, à mercê de submarinos japoneses no Pacífico e italianos e alemães no Atlântico; declarou "guerra defensiva" apenas aos países que o atacaram diretamente; e decidiu mostrar sua solidariedade no momento em que o conflito na Europa já havia terminado e as forças japonesas mal conseguiam defender as ilhas principais do arquipélago, cujos céus eram dominados pela aviação aliada. A contradição era evidente também na comunicação pela qual o Itamaraty instruiu suas embaixadas a informar os governos estrangeiros que

o governo brasileiro, tendo considerado desde muito a agressão do Japão a uma nação deste hemisfério como feita ao próprio Brasil e desejando cooperar para a vitória final das Nações Unidas, nossas aliadas, especialmente em harmonia com os Estados Unidos da América, país a que nos achamos ligados por tradicional amizade, acaba de declarar a existência do estado de guerra com a referida potência agressora.<sup>880</sup>

Apesar dessa contradição, a declaração de guerra do Brasil recebeu elogios públicos de todas as partes do mundo. No Rio de Janeiro, um sem número de embaixadas estrangeiras

---

<sup>878</sup> Vide notas 834 e 843.

<sup>879</sup> *O Brasil na Guerra*, Jornal do Commercio, 07.06.1945, p. 3: Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/364568\\_13/25800](http://memoria.bn.br/docreader/364568_13/25800)>. Acesso em: 21.09.2021.

<sup>880</sup> Circular 88, 06.06.1945. Maço temático ostensivo 41.102, AHI-BSB. Transcrita em Cadernos do CHDD, ano 6, nº 10, 1º semestre de 2007, p. 170-171.

respondeu em tom laudatório às comunicações pelas quais o Itamaraty transmitira formalmente a notícia.<sup>881</sup> Os EUA não pouparam manifestações favoráveis, sem, evidentemente, qualquer menção às conversas sobre o *Lend-Lease*. Em telegrama a Vargas, Truman, que assumira a presidência após a morte de Roosevelt, em abril, falou em “deep satisfaction”, “sister Republic” e “historic friendship”.<sup>882</sup> Com Stettinius em São Francisco, estava respondendo interinamente pelo Departamento de Estado, em Washington, Joseph Grew, ex-embaixador em Tóquio, repatriado pelo *Asama Maru* e pelo *Gripsholm* em 1942 (vide capítulo 2). Coube a ele responder tanto à nota pela qual a embaixada do Brasil em Washington transmitiu oficialmente a notícia da declaração de guerra, quanto a telegrama de Macedo Soares.<sup>883</sup>

A notícia também foi muito bem recebida pelo governo chinês. O embaixador no Rio de Janeiro apresentou suas "felicitações pelo ato histórico do vosso governo declarando guerra ao Japão, a primeira Nação agressora do mundo."<sup>884</sup> Do outro lado do mundo, o embaixador Joaquim Eulálio do Nascimento e Silva percebeu a falta de qualquer menção do governo brasileiro ao combate que a China travava contra o inimigo comum, desde muito antes de Pearl Harbor, e teve o tato de adaptar a mensagem recebida do Rio de Janeiro:

dada a situação excepcional da China, principal vítima do Japão, julguei não dever acentuar por demais a solidariedade com os Estados Unidos, como principal motivo da nossa atitude. Na nota que acabo de passar a este governo insisti, antes, na indivisibilidade da guerra de solidariedade contra o espírito de agressão"<sup>885</sup>

Talvez o efeito mais tangível da decisão brasileira tenha acontecido em Lisboa. Salazar já vinha buscando se distanciar do Eixo, ainda que sem comprometer formalmente sua neutralidade, e valeu-se da ocasião para dar mais um passo nesse sentido. A ocasião era particularmente oportuna porque a notícia de que as bandeiras portuguesas haviam sido colocadas a meio-pau em razão da morte de Hitler vinha motivando manifestações contrárias ao país, inclusive no Brasil. Depois de notificar o governo japonês da decisão brasileira, Portugal informou que deixava de proteger os interesses do Japão no México, "por solidariedade

---

<sup>881</sup> Vide diversas comunicações de embaixadas estrangeiras no Rio de Janeiro ao Itamaraty. Maço temático ostensivo 41.102, AHI-BSB.

<sup>882</sup> Telegrama de Truman a Vargas, 06.06.1945. GV c 1945.04.30. Disponível em: <[www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/16376](http://www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/16376)>. Acesso em: 22.09.2021.

<sup>883</sup> Maço temático ostensivo 41.102, AHI-BSB.

<sup>884</sup> Telegrama do embaixador da China no Brasil para o chanceler interino, Macedo Soares, 07.06.1945. Maço temático ostensivo 41.102, AHI-BSB.

<sup>885</sup> Telegrama 18, da embaixada do Brasil em Chungking para a Secretaria de Estado, 09.06.1945. Maço temático ostensivo 41.102, AHI-BSB.

e afeto ao Brasil". No Rio de Janeiro, o embaixador português expressou reiteradamente “sentimentos de afeto e solidariedade”, bem como o "apoio" português à atitude do Brasil.<sup>886</sup>

A reação britânica foi particularmente interessante. Já no dia 5 de junho, o embaixador no Brasil, Donald Gainer, acompanhou o primeiro-ministro de Nova Gales do Sul (Austrália), William McKell, em audiência com Vargas, que informou da assinatura do decreto 18.811, a ser publicado no dia seguinte. Ao reportar a Londres, Gainer comentou que "cannot avoid the impression that this action has been taken chiefly for reasons of internal policy". No *Foreign Office*, os diplomatas aventaram a possibilidade de Vargas querer prolongar seu mandato enquanto durasse a guerra com o Japão e não deixaram de notar que a medida era tardia ("the Brazilians have taken long enough over this step"). Lembraram, ainda, o fato de o chanceler Pedro Leão Velloso ter presidido, na conferência de Chapultepec, a Comissão sobre Intensificação do Esforço Bélico, sem que o Brasil estivesse em guerra contra o Japão.<sup>887</sup>

Assim, quando receberam notificação formal da declaração de guerra pelo embaixador José Joaquim de Lima e Silva Moniz de Aragão — que ficou sabendo da novidade pela imprensa londrina —,<sup>888</sup> os britânicos limitaram-se a uma resposta sóbria e protocolar, segundo a qual a notícia “has been received by His Majesty’s Government in the United Kingdom with all the interest and satisfaction which it deserves.”<sup>889</sup> A linguagem ambígua revelava a completa falta de entusiasmo. O diretor do Departamento de América do Sul, Victor Perowne, lembrou que mensagem do Secretário de Estado Anthony Eden, entregue a Aranha por ocasião do aniversário de um ano da entrada do Brasil na guerra, nunca havia sido respondida, e, recordando que o Brasil “lagged behind all the other nations in the Western Hemisphere”, o *Foreign Office* avaliou que não era o caso de nenhuma mensagem especial, a despeito das calorosas palavras que Truman enviara a Vargas.

Tampouco terá contribuído para a causa brasileira a atitude de Moniz de Aragão, que, ao não ser recebido imediatamente pelo Vice-Secretário de Estado, Richard Law, que acumulava temporariamente a pasta da Educação, “flew into a rage and said he would telegraph to his government that the Foreign Office refused to receive him.” Quando, finalmente,

---

<sup>886</sup> Ver diversas comunicações entre o Itamaraty e a embaixada do Brasil em Lisboa, de um lado, e a chancelaria portuguesa e a embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, de outro. Maço temático ostensivo 41.102, AHI-BSB.

<sup>887</sup> Maço FO 371/44854, TNA. Disponível em: <<https://discovery.nationalarchives.gov.uk/details/r/C2802143>>. Acesso em: 23.09.2021.

<sup>888</sup> Telegrama 221, da embaixada do Brasil em Londres para a Secretaria de Estado, 07.06.1945. Maço 29-5-8, AHI-RJ.

<sup>889</sup> Ofício 235, da embaixada do Brasil em Londres para a Secretaria de Estado, 11.06.1945. Maço temático ostensivo 41.102, AHI-BSB.

acomodou-se a audiência na agenda de Law, em pleno sábado, Moniz de Aragão disse que não estaria em Londres no final de semana. Apenas quando Gainer ponderou que uma omissão poderia dar a impressão de desinteresse pela guerra contra o Japão, Londres autorizou-o a transmitir ao governo brasileiro a mensagem que julgasse apropriada.<sup>890</sup> Ele então enviou ao Itamaraty uma nota informando que Londres recebeu a notícia da declaração de guerra "with special gratification".<sup>891</sup>

Por fim, cumpre registrar a lacônica reação do Japão. O governo imperial foi formalmente notificado da declaração de guerra do Brasil pela diplomacia portuguesa, tanto em Lisboa, quanto em Tóquio.<sup>892</sup> As preocupações do país, porém, eram outras: a marinha e o exército sofriam seguidas derrotas (os EUA já haviam tomado Okinawa e estavam prestes a invadir as ilhas principais do arquipélago), Tóquio vinha sendo bombardeada regularmente desde novembro de 1944 (e com particular intensidade em março de 1945), a população passava fome, e a denúncia do pacto de neutralidade pela URSS, em abril, fazia pairar sobre o país a ameaça de um novo *front*.<sup>893</sup> Em meio a tantas preocupações, a imprensa oficialista limitou-se a reproduzir um despacho da sucursal da agência japonesa *Domei* em Lisboa, que transmitia o anúncio formal da declaração de guerra.<sup>894</sup> E o governo japonês sequer respondeu à declaração de guerra do Brasil.<sup>895</sup>

---

<sup>890</sup> Maço FO 371/44854, TNA. Disponível em: <<https://discovery.nationalarchives.gov.uk/details/r/C2802143>>. Acesso em: 23.09.2021. Moniz de Aragão já não estava em bons termos com o *Foreign Office*, que, em 1944, havia retirado-lhe imunidades diplomáticas, gerando protesto de Aranha (Telegrama 2, de Oswaldo Aranha para Getúlio Vargas, 20.04.1944. Caixa 500: Confidencial, Particulares, Vargas, AHI-BSB).

<sup>891</sup> Nota 74, da embaixada do Reino Unido no Rio de Janeiro para o Itamaraty, 16.06.1945. Maço temático ostensivo 41.102, AHI-BSB.

<sup>892</sup> Ofício 163, da embaixada do Brasil em Lisboa para a Secretaria de Estado, 07.06.1945. Maço temático ostensivo 41.102, AHI-BSB. O Itamaraty também havia notificado, por "deferência especial", a diplomacia sueca, que respondia pela proteção dos interesses japoneses no Brasil. A Suécia, porém, alegou que não estava incumbida dos interesses brasileiros junto ao Japão e só transmitiu a informação ao Japão no dia 11 de junho, depois de o Itamaraty ter dado instruções veementes a seu representante em Estocolmo: "é claro que deve insistir no pedido podendo informar que o fazemos por cortesia com esse governo" (Maço temático ostensivo 41.102, AHI-BSB).

<sup>893</sup> Diário do ministro suíço em Tóquio, Camille Gorgé. p. 329-330, 341-343. Disponível em: <[dodis.ch/50633](https://dodis.ch/50633)>. Acesso em: 24.09.2021. Em junho de 1945, o governo português informou que "a casa onde se encontravam os móveis de propriedade brasileira foi completamente incendiada em virtude de recente bombardeio." (Telegrama 188, da embaixada do Brasil em Lisboa para a Secretaria de Estado, 08.06.1945. Maço temático ostensivo 46.406, AHI-BSB).

<sup>894</sup> *Brazil Declares War*, Nippon Times, 09.06.1945.

<sup>895</sup> Embora seja logicamente impossível demonstrar a ausência de resposta japonesa à declaração de guerra brasileira, há forte evidência nesse sentido. Ao analisar a questão das reparações de guerra, por exemplo, recordou-se dentro do Itamaraty que "o Japão não respondeu à declaração de guerra do Brasil" (Memorando do chefe do Departamento Político e Cultural, George Alvares Maciel, 21.07.1952) e que "o Japão não chegou sequer a responder à declaração de guerra do Brasil" (Parecer do consultor jurídico, Hildebrando Accioly, 01.08.1952). Maço temático ostensivo 47.632, AHI-BSB.

\*\*\*

Com a entrada do Brasil na guerra, em 1942, o aparelho repressor do Estado Novo redobrou sua vigilância sobre os súditos do Eixo. Ainda assim, a comparação com o tratamento dispensado aos "inimigos" no resto do continente americano, bem como no Japão, mostra que os japoneses no Brasil poderiam ter estado em condições muito piores. Não se trata, evidentemente, de fechar os olhos para as inúmeras arbitrariedades cometidas em nome da defesa contra o suposto "perigo amarelo" ou de menosprezar o sofrimento das vítimas — pelo contrário, buscou-se documentá-las neste capítulo —, mas a contextualização se impõe, sob pena de cometerem-se anacronismos.

A mesma análise vale para a relação do governo brasileiro com os que velavam — muito diligentemente, como se viu — pelo bem-estar dos japoneses. Apesar das dificuldades inerentes a um regime de exceção, a diplomacia espanhola e a Cruz Vermelha conseguiam acesso razoável aos detentos e internos — pelo menos em comparação com os obstáculos impostos aos diplomatas estrangeiros encarregados dos interesses de terceiros países, e à própria Cruz Vermelha, no Japão.

À medida que o avanço militar dos Aliados ia se revelando incontestável, uma declaração de guerra do Brasil ao Japão era cada vez mais esperada, no plano externo. No plano interno, o desejo de ver as eleições postergadas, bem como considerações jurídicas, também favoreciam-na. Por que, então, o Brasil não declarou guerra mais cedo, por exemplo, por ocasião da "onda" de declarações de guerra que antecedeu a conferência de Chapultepec, em fevereiro de 1945? Por que postergou uma medida que atenderia aos próprios interesses do governo, ao dar lastro jurídico para as restrições impostas aos nacionais do Eixo?

A razão mais factível que se vislumbra é o desejo de usar a declaração de guerra como moeda de troca. Isso explicaria os acenos dúbios de Vargas, com referências ao uso das bases militares no Brasil e ao envio de tropas para o Pacífico, como se jogasse uma isca; bem como a insistência do Itamaraty, até o último momento, no sentido de que os EUA pedissem que o Brasil entrasse na guerra. Em Washinton, a compreensão da atitude brasileira explica o verdadeiro "xeque-mate" que constituiu o argumento segundo o qual a cessação do *Lend-Lease* seria consequência legal do fim da guerra na Europa.

Os EUA não morderam a "isca" porque, em 1945, a situação era muito diferente do que havia sido no começo da guerra, quando a "equidistância pragmática" havia rendido benefícios

ao Brasil. À medida que se aproximava de Washington, ao longo da guerra, o Rio de Janeiro comprometia sua capacidade de ação independente, que, em 1945, era praticamente inexistente, inclusive porque os olhos dos EUA voltavam-se para a ameaça comunista na Europa e na Ásia.<sup>896</sup> Em outras palavras, "the closer Brazil drew to the United States the more its importance declined."<sup>897</sup> Também terá contribuído para enfraquecer a causa brasileira em Washington o fato de que os protagonistas da aproximação entre os dois países — Roosevelt, Aranha, Caffery e Nelson Rockefeller, entre outros — não estavam mais em cena.<sup>898</sup>

A mudança no peso relativo do Brasil perante os EUA parece não ter sido apreendida por todos os atores envolvidos. O embaixador do Brasil em Washington, Carlos Martins Pereira e Souza, que esteve na conferência de São Francisco, escreveria ao chanceler Leão Velloso, meses mais tarde, que, "quando o Secretário de Estado americano julgou que para fortificar a posição política dos Estados Unidos seria desejável a declaração de guerra do Brasil ao Japão, o Governo brasileiro acedera imediatamente."<sup>899</sup> Ou seja, acreditava que o Rio de Janeiro havia atendido magnanimamente a um pedido de Washington. A menos que estivesse inebriado pelo sentimento de revolta contra o embaixador Berle, que havia dado declarações sobre as eleições e instituições brasileiras, consideradas por muitos como inapropriadas.<sup>900</sup>

O fato é que, embora a guerra ainda estivesse em andamento no Oriente, já estava em curso o "alinhamento sem recompensa" que caracterizaria a presidência de Dutra.<sup>901</sup> Essa nova realidade foi prontamente apreendida pela diplomacia britânica, como revelam anotações em documentos internos do *Foreign Office*. Sobre a solidariedade continental como razão para a

---

<sup>896</sup> ALVES, op. cit., p. 74, 87-88. HILTON, 1979: p. 230-231. McCANN, Frank D. *Brazil, the United States, and World War II: A Commentary. Diplomatic History*, vol. 3, no. 1, 1979, pp. 59-76. Disponível em: [www.jstor.org/stable/24909955](http://www.jstor.org/stable/24909955). Acesso em: 21.03.2022, p. 60. MOURA, op. cit., p. 253-257. PERAZZO, op. cit, p. 338.

<sup>897</sup> McCANN, op. cit., p. 67.

<sup>898</sup> MORGENFELD, op. cit., p. 164. HILTON, 1979: p. 224. PERAZZO, op. cit, p. 333-334.

<sup>899</sup> Telegrama de Carlos Martins para Pedro Leão Velloso, 06.10.1945. GV c 1945.10.01/3. Disponível em: [www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/16648](http://www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/16648)>. Acesso em 21.09.2021.

<sup>900</sup> Em 29 de setembro de 1945, Berle fez discurso, com ampla repercussão, em que opinou sobre as eleições marcadas para 2 de dezembro e o caminho institucional que o Brasil seguiria (ADOLF AUGUSTUS BERLE JUNIOR. Disponível em: [www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/adolf-augustus-berle-junior](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/adolf-augustus-berle-junior)>. Acesso em 28.01.2022).

<sup>901</sup> MOURA, op. cit., p. 21-22. O alinhamento com os EUA pode ser ilustrado pelo que o enviado especial do presidente Truman à posse de Dutra narrou ter ouvido do chanceler João Neves da Fontoura: "Brazil will follow the foreign policy of the United States (...) It would be helpful if we knew just what is the policy." (Memorandum from President Harry S. Truman to Secretary of State James F. Byrnes with attached memorandum from Mayor LaGuardia to the President related to Brazil, 15.02.1946. Disponível em: [www.trumanlibrary.gov/node/409298](http://www.trumanlibrary.gov/node/409298)>. Acesso em 24.06.2021).

entrada do Brasil na guerra contra o Japão, um diplomata britânico anotou “this explanation is rather weak”, ao que outro emendou “in other words: Brazil did what the US told her to.”<sup>902</sup>

**Figura 18:** Reações do *Foreign Office* à declaração de guerra brasileira (1945)

1945 <b>AS</b> BRAZIL	<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content; margin: auto;"> <b>AS 3309</b>          27 JUN 1945       </div>
Registry Number <b>AS 3309/2970/6</b> FROM <b>Sir D. Gainer</b> (Rio de Janeiro) No. 110 Dated 7th June, 1945 Received in Registry 27th June 1945 AS: Brazil	<p><u>Brazilian declaration of war against Japan.</u>          Refers to Rio de Janeiro telegram No. 249 of 5th June (AS 2970/2970/6).          Transmits text of Presidential Decree declaring that a state of war exists between Brazil and Japan. Comments thereon.          (Copied to Washington and all Latin American posts).</p>
<b>Last Paper.</b> AS 3133	(Minutes.) <p style="text-align: center;">This explanation is rather weak.</p> <p style="text-align: center;">Copy M.O. (Mr Bonham-Carter).          J. McQuillen          28/6          J. Anderson          28/6</p>
<b>References.</b>	<p style="text-align: center;">In other words: Brazil did what the U.S. told her to.</p>
(Print.) See America vol 27	<p style="text-align: center;">F. E. [unclear] 7/7</p>
(How disposed of.) 8/ M.O. J (Mr B-Carter) A.M. Admty W.S. 2 July	<p style="text-align: center;">P. Allen          June 29          Print for vol.:          copy <del>sent</del> also to          Foreign Dept. info          29/vi</p>
(Action completed.) [Signature] 1/7	(Index.) [Signature] 1/7
<b>Next Paper.</b> AS 3310	26513 F.O.P.

Anotações de diplomatas britânicos em telegrama sobre a declaração de guerra do Brasil contra o Japão.

**Fonte:** Maço FO 371/44854, TNA. Disponível em:

<<https://discovery.nationalarchives.gov.uk/details/r/C2802143>>.

<sup>902</sup> Maço FO 371/44854, TNA. Disponível em: <<https://discovery.nationalarchives.gov.uk/details/r/C2802143>>.

Acesso em: 23.09.2021.

## IV. Do fim da guerra ao restabelecimento de relações (1945 - 1952)

*S. Ex. O Sr. Presidente dos Estados Unidos do Brasil poderá, se assim lhe aprouver, acreditar um Agente diplomático junto ao Governo do Japão, e S.M. o Imperador do Japão poderá igualmente, se o julgar conveniente, fazer residir um Agente diplomático no Brasil.*

*(Artigo 2º do Tratado Brasil-Japão de Amizade, Comércio e Navegação)<sup>903</sup>*

Meio século depois de estabelecerem relações diplomáticas, Brasil e Japão estavam formalmente em guerra. Os dois países haviam combatido do mesmo lado na Primeira Guerra Mundial, mas, em meados de 1945, viam diante de si a possibilidade de suas tropas se encontrarem em lados opostos do *front*, à medida que pilotos brasileiros preparavam-se para lutar no Pacífico. A abrupta capitulação do Império japonês, porém, fazia com que o estado de guerra não passasse de uma efêmera formalidade.

### IV.1) O Brasil e o Japão rendido e ocupado

Dois meses depois da declaração de guerra brasileira, o Japão sucumbiu. A rendição formal seria assinada no dia 2 de setembro de 1945, mas o desfecho do conflito foi selado no início de agosto. No dia 6, Hiroshima foi arrasada com uma bomba nuclear, e, no dia 9, foi a vez de Nagasaki. Os bombardeios davam sentido à ameaça contida no último parágrafo da Declaração de Potsdam, de 26 de julho, em que os Aliados “call upon the government of Japan to proclaim now the unconditional surrender of all Japanese armed forces” e explicavam que “the alternative for Japan is prompt and utter destruction.”<sup>904</sup> Com efeito, no dia 15, os japoneses ouviram no rádio o imperador dizer, embora sem mencionar "rendição" ou termos similares,

---

<sup>903</sup> Tratado de Amizade, Comércio e Navegação firmado em Paris pelos Estados Unidos do Brasil e o Império do Japão, 05.11.1895. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/212>>. Acesso em 18.02.2022.

<sup>904</sup> Potsdam Declaration, 26.07.1945. Disponível em: <[www.ndl.go.jp/constitution/e/etc/c06.html](http://www.ndl.go.jp/constitution/e/etc/c06.html)>. Acesso em 26.01.2022.

que era hora de cessar os combates, uma vez que "the enemy has begun to employ a new and most cruel bomb".<sup>905</sup>

Poucas horas antes do bombardeio de Nagasaki, no dia 9, a União Soviética declarou guerra ao Japão e iniciou ofensiva sobre forças imperiais na Manchúria, na Península Coreana e na Ilha Sacalina. Tóquio estava tentando que Moscou intermediasse negociações de paz com os Aliados, de modo que a surpresa foi grande, e alguns estudiosos consideram o ataque soviético tão ou mais decisivo que as bombas atômicas para a rendição japonesa.<sup>906</sup> O próprio imperador mencionou "the entrance of the Soviet Union into the war" em mensagem dirigida às tropas, no dia 17.<sup>907</sup>

Qualquer que tenha sido o efeito da ofensiva soviética sobre as decisões tomadas em Tóquio, a posição brasileira perante a situação foi mais uma confirmação de que "o despacho da FEB foi o último grande ganho do Brasil como 'aliado especial'" dos EUA, e que, desde então, Washington e o Rio de Janeiro estavam progressivamente se distanciando.<sup>908</sup> O compromisso de Stalin de atacar o Japão após a rendição alemã remontava à conferência de Yalta (fevereiro de 1945), que, supostamente, o secretário de Estado Edward Stettinius tinha ido ao Brasil relatar a Vargas. A documentação que se encontrou sobre o assunto, porém, indica que o ataque soviético foi uma completa surpresa para o Brasil.

Em abril de 1945, quando informou o Rio de Janeiro que a URSS havia denunciado o pacto de neutralidade com o Japão, o embaixador do Brasil nos EUA, Carlos Martins Pereira e Souza, não fez qualquer menção ao que Roosevelt e Stalin haviam combinado em Yalta.<sup>909</sup> Mesmo o embaixador em Londres, José Joaquim de Lima e Silva Moniz de Aragão, "que tinha previsto, anteriormente, de acordo com informações seguras" a denúncia do pacto, afirmou apenas que, em Yalta, "ficou combinado que se a Rússia facilitasse as operações militares anglo-americanas contra o Japão, seria recompensada pelo protetorado sobre a Alta-Mongólia,

---

<sup>905</sup> JACAR B18090012400, p. 5-6.

<sup>906</sup> HASEGAWA, Tsuyoshi. The Atomic Bombs and the Soviet Invasion: What Drove Japan's Decision to Surrender? *The Asia-Pacific Journal | Japan Focus*, vol. 5, n. 8, 01.08.2007. Disponível em: <<https://apjff.org/-Tsuyoshi-Hasegawa/2501/article.html>>. Acesso em: 26.08.2021.

<sup>907</sup> JACAR B18090012400, p. 8.

<sup>908</sup> MOURA, Gerson. **Relações Exteriores do Brasil 1939-1950: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p. 153.

<sup>909</sup> Telegrama da embaixada do Brasil em Washington para a Secretaria de Estado, 05.04.1945. Maço temático ostensivo 43.014, AHI-BSB.

e Manchúria e a Coreia, sendo-lhe restituída a estrada de ferro Trans-Mandchúria", também sem qualquer menção à previsão de entrada de Moscou na guerra contra Tóquio.<sup>910</sup>

A falta de informação foi agravada pela falta de representante brasileiro em Moscou. O país vinha de restabelecer relações diplomáticas com a União Soviética,<sup>911</sup> mas o primeiro embaixador, Mario de Pimentel Brandão, só chegaria a Moscou em meados de 1946.<sup>912</sup> Assim, o Rio de Janeiro contava apenas com relatos de segunda mão, como os informes de Carlos Martins e Moniz de Aragão, para quem a declaração de guerra ao Japão foi uma reação da URSS ao uso da bomba atômica:

Stalin foi prevenido do emprego da bomba atômica e, ao que parece, não deu muito crédito. Agora, devido ao resultado devastador obtido por essa extraordinária arma, resolveu intervir na luta, para não ficar ausente no momento do ajuste de contas com o Japão, o que não deve tardar.<sup>913</sup>

De fato, o fim da guerra não tardou, mas, ainda que breve, a luta contra os soviéticos custou caro ao Japão. Foram 90 mil mortes (80 mil militares e 10 mil civis), principalmente na Manchúria.<sup>914</sup> Cessados os combates, centenas de milhares de civis e militares ficaram retidos na União Soviética como trabalhadores forçados, e os primeiros contingentes só retornaram ao Japão em dezembro de 1946; dezenas de milhares nunca voltaram.<sup>915</sup> O avanço das tropas soviéticas, já depois da declaração do imperador de 15 de agosto de 1945, levou o governo japonês a apelar aos EUA para frear a ofensiva na Manchúria.<sup>916</sup> Com efeito, os russos tentaram angariar tanto território quanto puderam e só não ocuparam parte das ilhas principais do arquipélago por causa da firme resistência de Washington, que não estava disposta a repetir no Japão a divisão do país em zonas de ocupação que se fez na Alemanha.<sup>917</sup> O resultado foi que,

---

<sup>910</sup> Telegrama 99, da embaixada do Brasil em Londres para a Secretaria de Estado, 06.04.1945. Maço temático ostensivo 43.388, AHI-BSB.

<sup>911</sup> As relações foram formalmente restabelecidas por troca de notas entre os embaixadores de ambos os países junto aos EUA, Carlos Martins Pereira e Sousa e Andrei Gromyko, no dia 2 de abril de 1945. Maço temático confidencial 538, AHI-BSB.

<sup>912</sup> Embaixadas do Brasil: Histórico dos chefes de legações e embaixadas. Disponível em: <[www.funag.gov.br/postos](http://www.funag.gov.br/postos)>. Acesso em 13.10.2021.

<sup>913</sup> Telegrama 356, da embaixada do Brasil em Londres para a Secretaria de Estado, 09.08.1945, GV c 1945.08.09. Disponível em: <[www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/16566](http://www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/16566)>. Acesso em 07.11.2021. Grifo nosso.

<sup>914</sup> KOSHIRO, Yukiko. Japan's World and World War II. **Diplomatic History**, vol. 25, no. 3, 2001, pp. 425–441, p. 437.

<sup>915</sup> DOWER, John W. **Embracing Defeat: Japan in the wake of World War II**. Nova York: W. W. Norton & Company, 1999, p. 51-52.

<sup>916</sup> KOSHIRO, op. cit., p. 440-441.

<sup>917</sup> ACHESON, Dean. **Present at the Creation: My Years in the State Department**. Nova York e Londres: W. W. Norton & Company, 1969, p. 427. O general Douglas MacArthur chegou a ameaçar prender todos os oficiais russos em Tóquio, caso as tropas soviéticas avançassem sobre o Japão (MACARTHUR, Douglas. **Reminiscences**. Annapolis: Naval Institute Press, 2001, p. 285).

embora formalmente conduzida por todos os Aliados, "from start to finish the United States alone determined basic policy and exercised decisive command over all aspects of the occupation."<sup>918</sup>

Ainda que sem saber do compromisso de Stalin em Yalta, alguns observadores brasileiros anteviam a possibilidade de entrada da União Soviética na guerra contra o Japão. Um deles era o major Lima Figueiredo, que havia sido observador militar do conflito sino-japonês em 1938-1939 (vide capítulo 1). Em livro publicado em 1944, ele já ponderava que o Japão poderia atacar a URSS, mas, que "será mais provável o reverso da medalha — a Rússia atacar o Japão. Isto quando os canhões emudecerem na Europa."<sup>919</sup> O ex-embaixador no Japão (1939-1942) Frederico de Castello Branco Clark era outro. Em julho de 1944, ele já se colocava "entre os que acreditam ser inevitável um choque entre a União das Repúblicas dos Soviets Socialistas e o Japão." Assim como Lima Figueiredo, Clark também contemplava a possibilidade de um ataque japonês, mas "minha convicção é de que será a Rússia que tomará a iniciativa da agressão, mais cedo ou mais tarde, conforme suas conveniências, logo que terminar vitoriosamente a guerra contra a Alemanha."<sup>920</sup> Em 1944, ele foi designado embaixador junto à França de De Gaulle,<sup>921</sup> após a dissolução do regime de Vichy, e, mesmo de Paris, seguiu escrevendo sobre o conflito no Extremo Oriente. Em abril de 1945, quando a URSS denunciou o pacto de neutralidade com o Japão, avaliou que "começa a se delinear a evolução que previ no meu memorando confidencial de 21 de julho de 1944, sobre a crise ministerial japonesa, com a denúncia do pacto de neutralidade russo nipônico pela U.R.S.S."<sup>922</sup> Em julho, voltou a recordar sua análise de um ano antes:

É evidente que a evolução prevista em meu memorando confidencial de 21 de julho de 1944, ao Presidente da República, precisa-se cada vez mais, podendo-se antecipar que, como resultado da conferência de Potsdam, será a Rússia obrigada a participar de uma forma direta ou indireta na guerra do Pacífico contra o Japão, o qual, para amainá-la, poderia até consentir em lhe fazer concessões no Manchukuo e noutras regiões. Se a Rússia, apesar disso,

---

<sup>918</sup> DOWER, op. cit., p: 73.

<sup>919</sup> FIGUEIREDO, José de Lima. **O Japão por dentro**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1944, p. 297.

<sup>920</sup> Memorandum do embaixador Frederico de Castello-Branco Clark, 21.07.1944. Maço temático ostensivo 45.988, AHI-BSB.

<sup>921</sup> Clark apresentou suas cartas credenciais ao general De Gaulle em outubro (*Journal Officiel de la République Française*, 25.10.1944 p. 1087. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9695928g/f1>. Acesso em 23.10.2021.).

<sup>922</sup> Telegrama 80, da embaixada do Brasil em Paris para a Secretaria de Estado, 07.04.1945. Maço temático ostensivo 43.388, AHI-BSB.

continuar ameaçadora, o Japão em desespero de causa será levado a reeditar o golpe de Pearl Harbour, atacando Vladivostok.<sup>923</sup>

Finalmente, em agosto, ao ver concretizados seus prognósticos, Clark não escondeu o entusiasmo: "a declaração de guerra da Rússia ao Japão encerra o ciclo previsto no meu relatório de julho de 1944, confirmado pelos meus telegramas ns. 80 e 150 do ano corrente. Permita-me Vossa Excelência que exprima, a esse respeito, minha satisfação."<sup>924</sup>

A falta de informação sobre a entrada da URSS na guerra ilustra como o Brasil estava distante das decisões cruciais relativas à guerra na Ásia, embora estivesse considerando tomar parte naquele teatro. Restou-lhe apenas desmobilizar quaisquer planos de envio de tropas depois de acompanhar, como espectador, o fim dos combates no Pacífico, oficializado com a assinatura do ato de rendição japonesa, no dia 2 de setembro de 1945.

Curiosamente, em resposta a uma consulta que tinha por objetivo "decidir da aplicação da lei penal militar do tempo de guerra", o Itamaraty informou ao Exército que o Japão havia se rendido em 31 de agosto.<sup>925</sup> De todo modo, a guerra só foi formalmente encerrada no Brasil em 16 de novembro. Possivelmente em razão das turbulências políticas que culminaram com a queda de Vargas, no final de outubro, só nessa data é que foram revogados, pelas mãos do presidente José Linhares, os dois decretos que haviam estabelecido o estado de guerra no Brasil, um de agosto de 1942 e outro de junho de 1945.<sup>926</sup>

O lapso do Itamaraty ilustra o quão alheia era a guerra contra o Japão, que acabou não sendo mais do que uma formalidade. A Força Expedicionária já havia sido desmobilizada, e muitos pracinhas já tinham voltado da Itália, de modo que a rendição do Japão "não foi um fato

---

<sup>923</sup> Telegrama 150 da embaixada do Brasil em Paris para a Secretaria de Estado, 27.07.1945. Maço temático ostensivo 43.388, AHI-BSB.

<sup>924</sup> Telegrama 160, da embaixada do Brasil em Paris para a Secretaria de Estado, 10.08.1945. Maço temático ostensivo 43.388, AHI-BSB 43.388. Lima Figueiredo e Clark não eram os únicos que, mesmo sem saber do compromisso de Stalin, apostavam na entrada da URSS na guerra. Em abril de 1945, o ministro suíço em Tóquio anotou "Comme il fallait s'y attendre, l'URSS a décidé de ne pas renouveler son traité d'amitié avec le Japon"; e, em agosto, quando do ataque soviético: "tout le monde s'y attendait plus au moins" (Diário do ministro suíço em Tóquio, Camille Gorgé. p. 345 e 383. Disponível em: [dodis.ch/50633](http://dodis.ch/50633). Acesso em 21.10.2021).

<sup>925</sup> Ofício do secretário-geral interino do Itamaraty ao auditor da 1ª Auditoria da 1ª Região Militar, 20.09.1945. Maço temático ostensivo 41.102, AHI-BSB.

<sup>926</sup> Decreto nº 19.955, 16.11.1945. Disponível em: [www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-19955-16-novembro-1945-327104-publicacaooriginal-1-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-19955-16-novembro-1945-327104-publicacaooriginal-1-pe.html). Embora expressamente revogados em novembro de 1945, os decretos que haviam estabelecido o estado de guerra no Brasil (decreto nº 10.358, de 1942, e decreto nº 18.811, de 1945) foram incluídos em lista de milhares de decretos revogados conjuntamente pelo decreto nº 11, de 18.01.1991 (disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d0011.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0011.htm)), por sua vez, revogado pelo decreto nº 761, de 19.02.1993 (disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D0761.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0761.htm)). Acesso em 02.02.2022.

que afetasse os brasileiros. Não havia nada de diferente nas ruas."<sup>927</sup> A própria liberação dos prisioneiros do Eixo começou em agosto de 1945, antes, portanto, da rendição formal do Japão.<sup>928</sup> Um ano mais tarde, ninguém menos que o interventor federal em São Paulo, José Carlos de Macedo Soares, chegaria a dizer, em tentativa de apaziguar a violência dos fanáticos da *Shindo Renmei* contra os "derrotistas", que "o Brasil não fez guerra ao Japão" — guerra esta declarada por seu próprio irmão, José Roberto de Macedo Soares, quando respondia interinamente pelo Itamaraty.<sup>929</sup>

O processo de desmobilização, porém, ainda tomaria tempo, e, em setembro de 1945,

ainda existiam mais de 400 alemães internados no Brasil, em julgamento ou cumprindo pena. Entre eles existiam (...) indivíduos declaradamente absolvidos pelo STN, mas que continuavam presos pelas polícias estaduais 'como medida de segurança' e, por fim, oficiais e tripulantes de antigos navios alemães, 'internados no Brasil sem culpa averiguada'.<sup>930</sup>

No Japão, a desmobilização também caminhava em ritmos diferentes nos diversos órgãos do governo. Após o pronunciamento do imperador, civis e militares mudaram radicalmente de comportamento, trocando a devoção à guerra, em nome da qual haviam feito os maiores sacrifícios, pela causa da reconstrução, em cooperação com o ocupante.<sup>931</sup> Poucos dias após a rendição formal, a população já não demonstrava qualquer hostilidade aos estrangeiros, até pouco tempo antes tidos como ameaças. As tropas estadunidenses foram bem recebidas, de modo que, apesar de todas as desconfianças, o único empecilho à tomada de Tóquio foi um tufão que atrasou em 48 horas o desembarque. Pouco depois da capitulação, o barão Kijuro Shidehara, proeminente figura política que ocupou diversos cargos ministeriais antes e depois da guerra, e o embaixador Mamoru Shigemitsu, ministro dos Negócios Estrangeiros que assinou o instrumento de rendição a bordo do *USS Missouri*, manifestaram satisfação de ver afastados os militares que haviam levado o país à guerra.<sup>932</sup> Possivelmente, traduziam o sentimento de parte considerável da população, cuja exaustão física, moral em

---

<sup>927</sup> CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Geração Editorial/Edusp, 2000, p. 170.

<sup>928</sup> PERAZZO, Priscilla Pereira. **Prisioneiros da Guerra: os "súditos do Eixo" nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)**. São Paulo: Editora Humanitas, 2009, p. 104.

<sup>929</sup> *Os Nipões, nos Campos Elíseos, exigiram e obtiveram fossem riscadas da ata as palavras "derrota" e "rendição incondicional"*. Correio Paulistano, 20.07.1946, p. 6. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/090972\\_09/29359](http://memoria.bn.br/DocReader/090972_09/29359)>. Acesso em 14.11.2021.

<sup>930</sup> PERAZZO, op. cit., p. 340.

<sup>931</sup> BENEDICT, op. cit., p. 305.

<sup>932</sup> Diário do ministro suíço em Tóquio, Camille Gorgé. p. 389, 429-434, 410, 451. Disponível em: <[dodis.ch/50633](http://dodis.ch/50633)>. Acesso em 21.10.2021

queda e prostração psicológica era tamanha que esse estado geral de letargia recebeu uma designação própria (*kyodatsu*).<sup>933</sup>

Assim, já em 30 de agosto de 1945, as tropas imperiais não esboçaram qualquer resistência quando o general Douglas MacArthur, comandante supremo das potências aliadas (SCAP, na sigla em inglês), desembarcou no Japão — pelo contrário, prestaram-lhe reverência. Cerca de 30 mil soldados armados perfilarão-se ao longo dos 25 km que o general percorreu entre a base aérea de Atsugi, onde desembarcou, e o hotel onde se hospedaria, em Yokohama. Na véspera do pronunciamento pelo qual Hirohito anunciou a derrota, oficiais contrários à rendição haviam tentado tomar de assalto o palácio imperial para destruir a gravação que seria transmitida no dia seguinte. Assim, tanto japoneses quanto aliados temiam pela segurança da pequena comitiva de MacArthur, a ponto de seu desembarque ser sido considerado por Churchill "the outstanding accomplishment of any commander during the war".<sup>934</sup>

Ao contrário do exército e da marinha imperiais, porém, as forças de segurança interna pareciam não digerir a rendição. Mesmo sob ocupação, o Ministério da Justiça japonês insistia em dar continuidade a detenções arbitrárias de estrangeiros acusados de espionagem em favor, justamente, do ocupante.<sup>935</sup> Em setembro de 1945, o Ministério do Interior seguia censurando a imprensa.<sup>936</sup> E, em outubro, ainda havia milhares de prisioneiros políticos no país, "most of them Marxists and Communists, intellectuals as well as politicians."<sup>937</sup>

Os diplomatas japoneses também nutriam a expectativa de manter algum controle sobre os rumos da política externa. Ou melhor, de recuperar a influência perdida ao longo dos anos anteriores.<sup>938</sup> Afinal de contas, os militares e militaristas que haviam tomado as rédeas da política externa haviam sido alijados, e, ao contrário do que aconteceu na Europa, onde a ocupação se fez presente em todos os níveis de poder, o SCAP centralizava apenas as decisões, incumbindo a burocracia japonesa — liderada pelo imperador, que se manteve no trono — de implementá-las.<sup>939</sup> Assim, os diplomatas japoneses pediram às forças de ocupação autorização

---

<sup>933</sup> DOWER, op. cit., p. 87-89.

<sup>934</sup> MACARTHUR, op. cit., p. 267-271.

<sup>935</sup> Diário do ministro suíço em Tóquio, Camille Gorgé. p. 418-420. Disponível em: <dodis.ch/50633>. Acesso em 22.10.2021.

<sup>936</sup> DOWER, op. cit., p. 292.

<sup>937</sup> KOSHIRO, op. cit., p. 430.

<sup>938</sup> Desde o final dos anos 1930, o Gaimusho foi perdendo influência, tendo suas competências transferidas para outras agências governamentais e vendo seu quadro de pessoal ser reduzido pela metade (Japan's Wartime and Postwar Periods Recorded. Disponível em: <www.jacar.go.jp/english/glossary\_en/tochikikohen/column/column2.html>. Acesso em 31.01.2022. 2021).

<sup>939</sup> BENEDICT, op. cit., p. 298

para seguir se relacionando com os países neutros com os quais o Império mantinha relações ao final da guerra (Afeganistão, Irlanda, Portugal, Suécia, Suíça e Vaticano), além da China, mas agora sob o comando de Chiang Kai-shek, e não mais Wang Jingwei. Washington, porém, não aprovou a ideia e, no final de outubro, determinou a suspensão das relações diplomáticas do Japão com o mundo exterior.<sup>940</sup> Assim, restou aos japoneses receber instruções do quartel-general de MacArthur, cuja instalação, ilustrativamente, desalojou a chancelaria do prestigioso Hotel Imperial, onde se havia estabelecido após a sede do Gaimusho ter sido bombardeada.<sup>941</sup> Embora as grandes decisões tenham passado a ser tomadas pelo ocupante, considerações práticas parecem ter prevalecido em algumas situações, de modo que potências neutras continuaram a responder pelos interesses japoneses junto a determinados países.<sup>942</sup> Foi o caso do Brasil.

O governo sueco chegou a cogitar abandonar a proteção dos interesses japoneses no Brasil, mas acabou voltando atrás.<sup>943</sup> De modo que as repartições da Suécia no Brasil seguiram se encarregando dos interesses do Japão até 1952, quando o país readquiriu sua soberania.<sup>944</sup> Permaneceram mobilizadas não apenas a legação no Rio de Janeiro, que contava com toda uma seção voltada ao assunto, mas também os consulados em São Paulo, Santos (ambos com funcionários japoneses), Recife, Porto Alegre e Salvador, além de um delegado em Belém, especialmente dedicado aos interesses japoneses.<sup>945</sup> Com o fim da guerra, porém, seus meios foram reduzidos.

---

<sup>940</sup> ROMERO HOSHINO, op. cit., p. 60. Japan's Wartime and Postwar Periods Recorded. Disponível em: <[www.jacar.go.jp/english/glossary\\_en/tochikiko-henten/column/column2.html](http://www.jacar.go.jp/english/glossary_en/tochikiko-henten/column/column2.html)>. Acesso em 16.11.2021. A perda formal da soberania custou à diplomacia japonesa a guarda de todos os bens no exterior, inclusive arquivos, que foi transferida aos Aliados. Vide, por exemplo, ofício 4, da embaixada do Brasil junto à Santa Sé para a Secretaria de Estado, 10.01.1946. Maço temático ostensivo 60.632, AHI-BSB.

<sup>941</sup> Diário do ministro suíço em Tóquio, Camille Gorgé. p. 408, 415. Disponível em: <[dodis.ch/50633](http://dodis.ch/50633)>. Acesso em 22.10.2021.

<sup>942</sup> ROMERO HOSHINO, op. cit., p. 60.

<sup>943</sup> PERAZZO, op. cit., p. 313-314.

<sup>944</sup> Maço temático ostensivo 108.066, AHI-BSB. Em outros países, os interesses japoneses parecem ter ficado órfãos. Em 1949, o governo japonês, com anuência do SCAP, começou a enviar cópias de jornais e revistas para comunidades residentes no exterior "with the sole purpose of letting Japanese residents in the above mentioned countries know the actual conditions of the new Japan". Tóquio pediu a consulados suecos em São Paulo e em Lima que fizessem chegar o material à comunidade; na Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, México, Paraguai e Uruguai, porém, os impressos foram endereçados a associações ou diretamente a líderes comunitários (Correspondência do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão para a Secretaria de Estado, 05.04.1949. Maço temático ostensivo 42.123).

<sup>945</sup> Memorandum da Legação da Suécia no Rio de Janeiro para o Itamaraty, 03.08.1949. Maço temático ostensivo 60.663, AHI-BSB

Em conjunto com as representações da China e do Reino Unido, a embaixada dos EUA no Rio de Janeiro se apoderou dos bens japoneses, até então sob custódia sueca, inclusive US\$ 134 mil em espécie, que foram depositados em uma conta conjunta em nome dos três governos.<sup>946</sup> A assistência aos japoneses ficou comprometida, e a legação da Suécia não teve alternativa senão recorrer à Comissão de Reparações de Guerra instituída pelo governo brasileiro, para acessar aqueles mesmos recursos.<sup>947</sup>

Se a guerra havia trazido algum conforto aos súditos do Eixo no Brasil — ao garantir-lhes proteção, ainda que limitada, sob o direito internacional —, a paz privou-os de parte da assistência que recebiam, sem, por outro lado, devolver-lhes os bens congelados em março de 1942.<sup>948</sup> Não apenas as representações suecas viram-se tolhidas de seus meios, mas também a Cruz Vermelha teve sua atuação drasticamente alterada. Com a rendição do Eixo, não havia mais base legal para visitas a campos de detenção e concentração, por mais que demorassem a ser extintos. Tampouco havia recursos financeiros (como os que tinham sido doados aos indigentes japoneses, em 1944), uma vez que, cessados os combates, a prioridade daquela organização internacional passou a ser o cuidado e a repatriação dos feridos nos campos de batalha, dos prisioneiros de guerra e dos refugiados civis, inclusive japoneses.<sup>949</sup> Após longos anos de guerra e ocupação, havia cerca de 6,5 milhões de súditos do Império espalhados pela Ásia, além de 1,4 milhão de estrangeiros no Japão, sobretudo coreanos.<sup>950</sup> Nesse contexto, a atuação da Cruz Vermelha no Brasil reduziu-se significativamente, e encontrou-se apenas

---

<sup>946</sup> Equivalentes a US\$ 2 milhões em valores atuais (CPI Inflation Calculator, disponível em: <[www.bls.gov/data/inflation\\_calculator.htm](http://www.bls.gov/data/inflation_calculator.htm)>. Acesso em 16.11.2021). Segundo relataria um diplomata japonês anos mais tarde, "ingleses e norte-americanos entraram na Embaixada do Japão e se apoderaram integralmente dos arquivos, dicionários, documentos pessoais, etc., lá não deixando papel sequer sobre as mesas, que também foram vendidas." (memorando do chefe interino da Divisão Política, 20.02.1953. Memorandos Confidenciais, 1953. Seção de Correspondência Especial (SCE), AHI-BSB). Em 1954, a embaixada dos EUA no Rio de Janeiro devolveria "bens em dinheiro" à embaixada do Japão (reaberta em 1952), que, no entanto, se queixaria ao Itamaraty de que ainda estaria faltando a entrega do "arquivo dos documentos relativos a esses bens em dinheiro" (Nota da embaixada do Japão no Rio de Janeiro para o Itamaraty, 06.12.1954, e nota do Itamaraty para a embaixada dos EUA no Rio de Janeiro, 20.12.1954. Maço temático ostensivo 60.663, AHI-BSB).

<sup>947</sup> A Comissão de Reparações de Guerra autorizou sucessivos saques, não sem alertar para os prejuízos que poderiam trazer ao fundo de indenização de guerra estabelecido pelo decreto-lei 4.166, de 1942, que instituiu o confisco de bens de pessoas físicas e jurídicas de Alemanha, Itália e Japão. Maço temático ostensivo 60.663, AHI-BSB.

<sup>948</sup> Os bens dos italianos começariam a ser liberados em 1946 (decreto-lei 9.123, de 03.04.1946, disponível em: <[www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-9123-3-abril-1946-417138-publicacaooriginal-1-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-9123-3-abril-1946-417138-publicacaooriginal-1-pe.html)>). Os dos alemães e japoneses, só em 1950 (lei 1.224, de 04.11.1950, disponível em: <[www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1224-4-novembro-1950-363541-publicacaooriginal-1-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1224-4-novembro-1950-363541-publicacaooriginal-1-pl.html)>). Acesso em 01.02.2022.

<sup>949</sup> PERAZZO, op. cit., p. 342-348.

<sup>950</sup> A repatriação desses enormes contingentes ainda levaria anos. DOWER, op. cit., p. 48-58. ACHESON, op. cit., p. 132.

registro de encaminhamento de mensagens aos japoneses residentes no Brasil, entre as quais o teor da célebre declaração de 15 de agosto de 1945, pela qual o imperador conclamou seus súditos a cessar os combates.<sup>951</sup>

**Figura 19:** Repatriação de japoneses (1943, 1945)



Milhões de japoneses, civis e militares, estavam espalhados pela Ásia e tiveram que ser repatriados durante e, sobretudo, depois da guerra. À esquerda, prisioneiros de guerra embarcam na Nova Zelândia; à direita, civis na Manchúria.

**Fonte:** Esquerda: World War II. Featherston. Repatriation of Japanese prisoners of war. Disponível em: <<https://avarchives.icrc.org/Picture/18101>>. Direita: Guerre 1939-1945. Rapatriement de civils japonais de Mandchourie. Disponível em: <<https://avarchives.icrc.org/Picture/15271>>.

Os japoneses ficavam, assim, largados à própria sorte no Brasil. E, com o afrouxamento das restrições, algumas das quais implementadas antes mesmo da rendição japonesa,<sup>952</sup> e a derrocada do Estado Novo, a maior ameaça acabou vindo justamente de outros japoneses. Se, durante a guerra, alguns agricultores tiveram suas plantações de seda e menta destruídas por compatriotas que acreditavam que esses produtos contribuía para o esforço de guerra inimigo, a rendição levou a um acirramento das tensões. Boa parte dos súditos duvidou da derrota do Japão, e essa ilusão levaria anos para ser dissipada. Em 1949, quatro em cada dez japoneses residentes no Brasil ainda acreditava ter o Império ganhado a guerra, o que levou um membro da colônia a viajar à terra natal "unicamente para filmar aspectos da atual situação deste país, para mostrar aos seus patrícios, no Brasil, que efetivamente o Japão foi derrotado e que até

<sup>951</sup> JACAR B18090012400, p. 38.

<sup>952</sup> A necessidade de salvo-conduto para viajar, por exemplo, foi abolida em maio de 1945 (CYTRYNOWICZ, op. cit., p. 165).

agora continua sob o regime de ocupação militar." Nesse contexto, algumas famílias japonesas deixaram de cultivar suas lavouras, venderam seus bens e seguiram para Santos e o Rio de Janeiro, de onde supostamente seriam repatriadas por navios da vitoriosa marinha imperial.<sup>953</sup>

Agravando a situação, elementos mais radicais começaram a perseguir os "derrotistas", que acreditavam na vitória aliada. Entre o fim de 1945 e o início de 1946, os atentados se multiplicaram e ganharam a imprensa internacional.<sup>954</sup> A repercussão foi tamanha que as autoridades japonesas se mobilizaram para tentar apaziguar os ânimos. A Cruz Vermelha e a diplomacia sueca encarregaram líderes comunitários de convencer os "vitoristas" da derrota japonesa, valendo-se da mensagem imperial de 15 de agosto de 1945.<sup>955</sup> Como a autenticidade do comunicado fosse questionada, o primeiro-ministro Shigeru Yoshida enviou um telegrama aos japoneses no Brasil, tentando convencê-los de que o Japão perdera a guerra.<sup>956</sup>

A perseguição dos "vitoristas" levou elementos da própria colônia japonesa a procurar as autoridades brasileiras, clamando para que pusessem fim àquilo.<sup>957</sup> Os diplomatas suecos também se esforçaram para acabar com a violência. Transmitiram ao Itamaraty informações sobre os terroristas japoneses, para que o governo brasileiro tomasse "as necessárias providências."<sup>958</sup> E tentaram convencer os "vitoristas" da realidade, em conjunto com as autoridades do estado de São Paulo, onde vivia a maior parte da colônia japonesa. O esforço, no entanto, revelou-se um fracasso.

Tentando evitar um confronto direto com os "vitoristas", o interventor federal em São Paulo, José Carlos de Macedo Soares, atenuou o discurso e evitou menções diretas à rendição,

---

<sup>953</sup> 40 Per Cent of Brazil Japanese Do Not Believe in Surrender, Nippon Times, 15.12.1949. E também ofício 23, da missão diplomática do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 19.12.1949. Maço temático ostensivo 48.472, AHI-BSB.

<sup>954</sup> BRAZIL: Honorable Homicide, Revista TIME, 26.08.1946. Disponível em: <<http://content.time.com/time/subscriber/article/0,33009,933563,00.html>>. Acesso em 20.11.2021. E também recortes de imprensa da Espanha, Peru e República Dominicana, no maço temático ostensivo 48.828, AHI-BSB.

<sup>955</sup> FUKUNAGA, Patrick Makoto. *The Brazilian experience : the Japanese immigrants during the period of the Vargas regime and the immediate aftermath, 1930-1946*. 1983. Tese (Doutorado em História) — Universidade da Califórnia, Santa Barbara, p. 150.

<sup>956</sup> COMISSÃO de Elaboração da História dos 80 anos da Imigração Japonesa no Brasil. **Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: HUCITEC e Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992. Disponível em:

<[www.imigrantesjaponeses.com.br/iminbrasil/UMA%20EPOPEIA%20MODERNA%2080ANOS.pdf](http://www.imigrantesjaponeses.com.br/iminbrasil/UMA%20EPOPEIA%20MODERNA%2080ANOS.pdf)>. Acesso em 15.03.2022, p. 300.

<sup>957</sup> Ver diversas comunicações de cidadãos comuns a autoridades brasileiras. Maço temático ostensivo 48.828, AHI-BSB.

<sup>958</sup> Ofício DPo 18, do Secretário-Geral das Relações Exteriores ao Chefe de Polícia, 05.04.1946. Maço temático ostensivo 43.520, AHI-BSB.

o que só reforçou a convicção dos fanáticos.<sup>959</sup> O testemunho do ex-diplomata japonês Suetaka Hayao tampouco convenceu. Um de seus filhos havia servido na Força Aérea Brasileira, e ele não tinha credibilidade junto aos radicais, tanto que estava na lista da *Shindo Renmei* de pessoas a serem assassinadas, razão pela qual contava com proteção policial.<sup>960</sup>

O convencimento não funcionou, e a violência só arrefeceria no início de 1947, com a captura e o envio dos terroristas ao presídio da Ilha Anchieta, ao largo de Ubatuba, a mais de 200 km da capital paulista.<sup>961</sup> Até que tudo se acalmasse, contudo, ainda haveria mais mortes, não apenas de japoneses, mas também de brasileiros. Enquanto os embates entre “vitoristas” e “derrotistas” vitimavam apenas japoneses, havia certa indiferença na opinião pública nacional. No final de julho de 1946, porém, isso mudou, e os ânimos se inflamaram depois que um caminhoneiro brasileiro foi morto por um japonês, no interior de São Paulo. Seguiram-se protestos e linchamentos, que só foram contidos com a intervenção do exército.<sup>962</sup>

A comoção não se limitou ao estado de São Paulo, inclusive porque, àquela altura, repercutiam também notícias sobre a prisão de supostos membros da *Shindo Renmei* em Lima. Os suspeitos teriam atravessado o Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul) e a Bolívia para levar ao Peru a ideologia fanática segundo a qual o Japão teria vencido a guerra, o que evidenciaria a atuação internacional da rede terrorista.<sup>963</sup> Diante dessa situação, o presidente Eurico Gaspar Dutra determinou a expulsão de 80 japoneses, em 10 de agosto.<sup>964</sup>

---

<sup>959</sup> *Os Nipões, nos Campos Elíseos, exigiram e obtiveram fossem riscadas da ata as palavras "derrota" e "rendição incondicional"*. Correio Paulistano, 20.07.1946, p. 6. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/090972\\_09/29369](http://memoria.bn.br/docreader/090972_09/29369)>. Acesso em 14.11.2021.

<sup>960</sup> *A prisão do chefe do "Dragão Negro"*, A Noite, 11.04.1946, p. 1. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/348970\\_04/39354](http://memoria.bn.br/DocReader/348970_04/39354)>. Acesso em 20.11.2021. A hostilidade dos "vitoristas" sucedia à desconfiança dos aliados, que, durante a guerra, haviam acusado Suetaka Hayao de espionagem em favor do Japão (Comunicação da embaixada do Reino Unido no Rio de Janeiro ao Itamaraty, 03.03.1942. Maço temático ostensivo 43.520, AHI-BSB).

<sup>961</sup> Nem no presídio, os japoneses pararam com a violência: em dezembro de 1946, amotinaram-se (Ofício DIJ/DAP/SE/P. 31 269-46/N. 764, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para o Itamaraty, 17.01.1947. Maço temático ostensivo 48.828, AHI-BSB).

<sup>962</sup> COMISSÃO, op. cit., p. 290-291.

<sup>963</sup> Ofício DPo/80, do Secretário-Geral das Relações Exteriores para o Interventor Federal em São Paulo, 09.09.1946, bem como recortes de imprensa no maço temático ostensivo 48.828, AHI-BSB. E também COMISSÃO, op. cit., p. 371-373.

<sup>964</sup> *Expulsão de Japoneses*, Jornal do Commercio, 11.08.1946 p. 9. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_13/31979](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_13/31979)>. Acesso em 21.11.2021. O problema ainda se arrastaria, devido à dificuldade em transportar esses japoneses para o Japão (maço temático ostensivo 48.828, AHI-BSB. E também Note Verbale on the expulsion of certain Japanese citizens in Brazil, 19.10.1946. Disponível em: <[www.ndl.go.jp/brasil/e/data/L/M008/M008-0011.html](http://www.ndl.go.jp/brasil/e/data/L/M008/M008-0011.html)>. Acesso em 28.11.2021). A falta de transporte também afetaria a repatriação de alemães internados no Brasil, inclusive 46 "indesejáveis", cuja expulsão só pôde ser levada a cabo em 1946 graças a navio colocado à disposição pelo governo dos EUA (PERAZZO, Priscilla Pereira. **Prisioneiros da Guerra: os “súditos do Eixo” nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)**. São Paulo: Editora Humanitas, 2009, p. 339, 342).

Figura 20: Combate à Shindo Renmei (1946)

# DESMASCARANDO AS ATIVIDADES das sociedades secretas japonesas em São Paulo

EXPLORAM O MISTICISMO E A BOLSA DE TODA A COLONIA NIPONICA — PRESOS MAIS TRES CRIMINOSOS, RESPONSAVEIS PELA MORTE DO INDUSTRIAL AMARELO

A "SHINDO-REMMER" TEM MAIS DE 100 MIL SOCIOS — RELAÇÃO DE SUAS FILIAIS EM TODO O ESTADO — APRENDIDO FARTO MATERIAL DE PROPAGANDA E UM RECEPTOR CLANDESTINO NA SEDE DA SOCIEDADE — NOTAS

As últimas notícias que conseguiram obter, depois de um esforço inaudito nos meios policiais, se não mudam a feição dos acontecimentos até agora noticiados, pelo menos apresentam novos aspectos de grande interesse.

Desenvolve a Segurança Pessoal, diante do crime do industrial japonês Nomura, intensa atividade que estirpa a cada instante com fatos políticos e inconfessáveis e inescrutáveis interesses econômicos que um grupo de charapadas, mionores, defendida com unhas e dentes, chegando ao ponto de eliminar patriotas que, por sua inflexibilidade, contrariavam os diabólicos planos que tinham posto em prática.

Diante dessa realidade, que as diligências do Sr. Alencar de Azevedo trouxeram à baila, e o caso de se perguntar se seriam realmente o espírito místico dos japoneses e o seu arredado amor à pátria, principal motivo de tanto desbaratamento, o espírito nacionalista não desapareceu, mas um servido de tudo para "exaurir".

Ha um grupo grande que se aproveita da crença que se espalhou de que o Japão não foi derrotado para fazer, até agora impunemente, sacrificando muitas economias de trabalhadores nipônicos em extorquindo vultosas importâncias de japoneses ricos.

**OS ASSASSINOS TÊM MUITO DINHEIRO**

Em poder dos dois japoneses que tentaram contra a vida do ex-embai-

mento da existência das sociedades secretas japonesas.

que seu país não fora aniquilado pelos americanos, foi fornecido a polícia política de outros Estados.

que seu país não fora aniquilado pelos americanos, foi fornecido a polícia política de outros Estados.

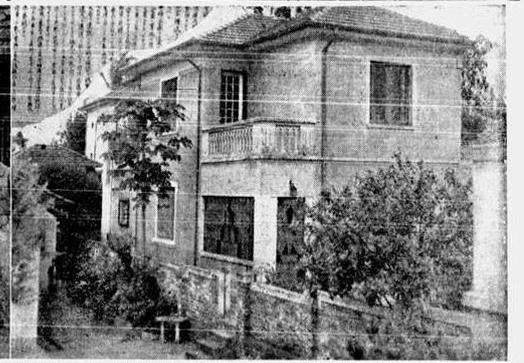
que seu país não fora aniquilado pelos americanos, foi fornecido a polícia política de outros Estados.

que seu país não fora aniquilado pelos americanos, foi fornecido a polícia política de outros Estados.

que seu país não fora aniquilado pelos americanos, foi fornecido a polícia política de outros Estados.

## CORREIO PAULISTANO

ANO XCII | S. PAULO — Quinta-feira, 4 de Abril de 1946 | N. 27.613



Dois aspectos colhidos na sede sociedade "Shindo-Remmei", vendo-se a prisão, de um japonês suspeito e o prédio onde foram apreendidos poderoso receptor e o farto material de propaganda japonesa.



Membros da Shindo Renmei e outros japoneses considerados terroristas foram presos e enviados para o presídio da Ilha Anchieta, no litoral de São Paulo.

Fonte: Acima: *Desmascarando as atividades das sociedades secretas japonesas em São Paulo*, Correio Paulistano, 04.04.1946, p. 16. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/090972\\_09/27900](http://memoria.bn.br/DocReader/090972_09/27900)>. Abaixo: 100 years of Japanese Emigration to Brazil. Disponível em: <[www.ndl.go.jp/brasil/e/index.html](http://www.ndl.go.jp/brasil/e/index.html)>.

Nesse contexto, a Assembleia Constituinte foi palco de acalorados debates sobre uma emenda que proibia "a entrada no país de imigrantes japoneses de qualquer idade e de qualquer procedência". A proposta tinha como autores os deputados José Augusto e Miguel Couto Filho, cujo pai fora um dos proponentes da restrição à imigração japonesa na constituinte de 1934, e foi derrotada, no dia 27, graças ao voto de minerva do presidente da assembleia, Fernando de Melo Viana. Sua derrubada deveu-se menos a qualquer simpatia pelos asiáticos do que à convicção, inclusive de constituintes contrários à imigração japonesa, de que o assunto deveria ser objeto de dispositivos infra-constitucionais.<sup>965</sup> Com efeito, a Carta aprovada continha o seguinte dispositivo, em seu artigo 162: "A seleção, entrada, distribuição e fixação de imigrantes ficarão sujeitas, na forma da lei, às exigências do interesse nacional."<sup>966</sup>

Apesar de a constituição não a ter proibido, a imigração japonesa para o Brasil — e até mesmo a repatriação de brasileiros nipodescendentes e/ou com dupla nacionalidade que estavam no Japão — continuava enfrentando fortes resistências políticas e ainda levaria anos para ser retomada. A legação de Portugal em Tóquio era procurada por "vários cidadãos brasileiros, no intuito de regressarem ao seu país"<sup>967</sup>, mas, no Itamaraty, a Secretaria-Geral estava novamente a cargo do embaixador Hildebrando Accioly, ferrenho opositor da imigração japonesa (vide capítulo 1).<sup>968</sup> Suas críticas não se limitavam à ausência de vedação à imigração, mas também ao fato de que "por uma disposição desarrazoada da nossa Constituição de 1946, alguns desses menores [brasileiros, filhos de japoneses, que se mudaram para o Japão] não terão perdido a nacionalidade brasileira". Para ele, era preciso "contrariar, quanto possível, a vinda de tal gente para cá, ou o seu retorno ao Brasil", uma vez que "parece provado que a imigração nipônica não nos convém de forma alguma". Tal diretriz contrariava instrução anterior do Itamaraty, segundo a qual deveriam ser concedidas "todas as facilidades aos brasileiros que já tenham obtido passe de saída do alto Comando Americano".<sup>969</sup>

---

<sup>965</sup> COMISSÃO, op. cit., p. 306-309. E também *100 years of Japanese Emigration to Brazil*. Disponível em: <[www.ndl.go.jp/brasil/e/index.html](http://www.ndl.go.jp/brasil/e/index.html)>. Acesso em 06.02.2022.

<sup>966</sup> Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 18.09.1946. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm)>. Acesso em 06.02.2022.

<sup>967</sup> Ofício 141 da embaixada do Brasil em Lisboa para a Secretaria de Estado, 10.05.1946. Maço temático ostensivo 43.965, AHI-BSB.

<sup>968</sup> Depois de retornar do Vaticano, onde fora embaixador de 1939 a 1944, Accioly foi o primeiro diretor do Instituto Rio Branco, inaugurado em 1945, e, em dezembro de 1946, tornou-se Secretário-Geral, cargo que já havia ocupado justamente antes de ir para o Vaticano (Galeria de Diretores do Instituto Rio Branco. Disponível em: <[www.institutoriobranco.itamaraty.gov.br/galeria-de-diretores](http://www.institutoriobranco.itamaraty.gov.br/galeria-de-diretores)>. Embaixadas do Brasil - Histórico dos chefes de legações e embaixadas. Disponível em: <[www.funag.gov.br/postos/](http://www.funag.gov.br/postos/)>. Acesso em 28.11.2021).

<sup>969</sup> Telegrama 114, da Secretaria de Estado para a embaixada do Brasil em Lisboa, 19.09.1947. Maço temático ostensivo 43.965, AHI-BSB. Ver também documento em que Accioly denuncia "uma articulação, em grande

Embora reveladora do ambiente político no Brasil, essa resistência à imigração não teve efeitos práticos nos primeiros anos após o fim da guerra, uma vez que, de acordo com as regras impostas pela ocupação estadunidense, a saída de japoneses do Japão era extremamente regulada, e a emigração, proibida.<sup>970</sup> De resto, as prioridades japonesas eram outras: o país estava devastado, pessoas morriam de fome, e faltava de tudo, a tal ponto que autoridades de Osaka chegaram a recomendar que a população complementasse a dieta com serragem.<sup>971</sup> Nesse contexto, as primeiras interações entre Brasil e Japão depois da guerra não se deveram aos laços humanos estabelecidos pela imigração, mas à vontade dos EUA de reintegrar o antigo inimigo à comunidade internacional, começando pelo comércio.

No início da ocupação, Washington determinou uma ampla agenda de reformas com o objetivo de "demilitarization and democratization", que, embora bem recebidas por parte significativa da população, eram formuladas, decididas e implementadas sem que os japoneses tivessem influência.<sup>972</sup> Na política, as reformas incluíram a legalização do partido comunista e a ampliação do direito de voto, e o resultado foi um aumento da participação da esquerda e das mulheres no Parlamento.<sup>973</sup> Em 1946, a eleição de uma prostituta incomodou políticos tradicionais, que se queixaram junto ao general MacArthur.<sup>974</sup>

Na economia, o plano incluía o desmembramento dos antigos oligopólios familiares, o fortalecimento de sindicatos — vistos por MacArthur como antídoto contra a ameaça econômica que a indústria japonesa, com mão-de-obra barata, poderia vir a representar —<sup>975</sup> e

---

escala, de elementos de relevo da colônia japonesa radicada no Brasil, com personalidades brasileiras, no sentido de ser reiniciada a imigração", a qual o Itamaraty continuava a considerar "indesejável e inoportuna" (ofício do secretário-geral do Itamaraty, Hildebrando Accioly, para o secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, general de brigada João Valdetaro, 23.09.1948. Maço temático confidencial 3.767, AHI-BSB).

<sup>970</sup> Telegrama 165, da embaixada do Brasil em Washington para a Secretaria de Estado, 02.03.1948. Maço temático ostensivo 41.560, AHI-BSB. E também DOWER, op. cit., p. 118.

<sup>971</sup> DOWER, op. cit., p. 89-93.

<sup>972</sup> Ibidem, p. 65-84. A relação entre ocupante e ocupado talvez tenha sido mais bem captada pela célebre foto em que o general Douglas MacArthur recebe o imperador Hirohito em uniforme de campanha, sem maiores formalidades. Para a maioria dos japoneses, ouvir a voz do soberano no dia 15 de agosto de 1945 já havia sido um fato perturbador. Saber que um mortal, estrangeiro, colocava-se em pé de igualdade, senão em posição de superioridade, com a semi-divindade só não terá sido mais ultrajante que descobrir que também se aproximaram do monarca uma mulher e uma criança: embora oficialmente apenas o intérprete tivesse acompanhado a conversa entre MacArthur e Hirohito, a esposa e o filho do general "were peeking behind the red curtains." (MACARTHUR, op. cit., p. 287-288).

<sup>973</sup> KOSHIRO, op. cit., p. 429.

<sup>974</sup> MACARTHUR, op. cit., p. 305.

<sup>975</sup> Diário do ministro suíço em Tóquio, Camille Gorgé. p. 439. Disponível em: <dodis.ch/50633>. Acesso em 31.01.2022. Qualquer que tenha sido a motivação de Washington, a sindicalização dos operários japoneses foi um sucesso: ao final de 1945, as organizações de trabalhadores já contavam com mais de 1 milhão de membros, número que saltaria para 5,6 milhões em 1946 e 6,7 milhões em 1948 (DOWER, op. cit., p. 256-257).

uma reforma agrária.<sup>976</sup> As greves eram autorizadas, mas, na maior parte das vezes, os trabalhadores, ao invés de cruzarem os braços, preferiam “occupy the plant, continue work and make management lose face by increasing production.”<sup>977</sup>

Para garantir o sucesso de reformas tão ambiciosas e evitar convulsões sociais em meio à escassez reinante, os EUA trataram de restabelecer fluxos mínimos de comércio, controlados por empresas estadunidenses. Desse modo, sem que mantivesse relações formais com qualquer país, “de 1946 a 1947, Japón había comercializado azúcar y productos alimenticios, así como materias primas básicas provenientes de Brasil, Cuba, México y el Sudeste de Asia.”<sup>978</sup> As primeiras trocas entre Brasil e Japão no pós-guerra terão, assim, antecedido o restabelecimento formal do comércio, que só viria em 1948 (ainda sob controle do SCAP).<sup>979</sup>

Em 1947, o estímulo à retomada econômica do Japão ganhou novo ímpeto. Em reação a conflitos na Grécia e na Turquia, o presidente Harry Truman fez um discurso, tido por muitos como marco inicial da Guerra Fria, em que defendia que os EUA assumissem a defesa de governos ameaçados pelo comunismo.<sup>980</sup> No Japão, o novo objetivo de luta anti-comunista fez com que o SCAP deixasse de lado a agenda de reformas e “reversed course and began rearming their erstwhile enemy as a subordinate Cold War partner in cooperation with the less liberal elements of society.”<sup>981</sup> Sob o pretexto de contribuir com o esforço de reconstrução do país, o SCAP libertou figuras políticas que haviam sido expurgadas no início da ocupação, para insatisfação dos partidos de esquerda, que “afirmaram serem claras as intenções de um Governo que, enquanto executa o expurgo de elementos vermelhos, permite a volta à vida pública de indivíduos colaboracionistas.”<sup>982</sup> No plano externo, Washington começou a sondar países latinoamericanos, inclusive o Brasil,<sup>983</sup> a respeito da retomada formal do comércio e

---

<sup>976</sup> STUDWELL, Joe. **How Asia Works**. Londres: Profile Books Ltd., 2013, p. 16-20.

<sup>977</sup> BENEDICT, Ruth. **The Chrysanthemum and the Sword**. Boston/Nova York: Houghton Mifflin Company, 2005, p. 310.

<sup>978</sup> ROMERO HOSHINO, Isami. ¿Reencuentro fortuito? Japón, América Latina y la ocupación. **ISTOR: Revista de Historia Internacional**, vol. 51, 2012, pp. 59-90, p. 66-67.

<sup>979</sup> Estudo da Seção de Estudos e Política Econômica sobre conjuntura econômica do Japão, 29.10.1953. Maço temático ostensivo 62.474, AHI-BSB.

<sup>980</sup> PRESIDENT HARRY S. TRUMAN'S ADDRESS BEFORE A JOINT SESSION OF CONGRESS, MARCH 12, 1947. Disponível em: <[https://avalon.law.yale.edu/20th\\_century/trudoc.asp](https://avalon.law.yale.edu/20th_century/trudoc.asp)>. Acesso em 12.12.2021.

<sup>981</sup> DOWER, op. cit., p. 23. Ver também KOSHIRO, op. cit., p. 431.

<sup>982</sup> Carta-telegrama 70, da missão diplomática do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 26.10.1950. Maço temático ostensivo 43.520, AHI-BSB.

<sup>983</sup> The Acting Secretary of State to the Embassy in Brazil, 25.08.1947. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1947v06/d259>>. Acesso em 12.12.2021.

preparó un gigantesco paquete de ayuda para fortalecer la economía japonesa. De igual manera, se abandonó la política de desmilitarización y se persuadió al primer ministro Yoshida para que rearmara Japón. Finalmente, el SCAP puso freno a las reformas democráticas, encarcelando a varios líderes comunistas y liberando a muchos políticos conservadores acusados de crímenes de guerra."<sup>984</sup>

A abrupta mudança na postura dos EUA não passou despercebida ao inimigo de longa data. De volta à China, de onde havia sido repatriado em 1942, pelo *Conte Verde* e pelo *Gripsholm*, o diplomata José Osvaldo de Meira Penna classificou o "ressurgimento nipônico" como a principal preocupação externa do governo de Chiang Kai-shek, que via "desfavoravelmente a tentativa americana de usar o Japão como uma base potencial de ataque contra a União Soviética." Fazendo referência ao livro *America's Strategy in World Politics*, do acadêmico Nicholas Spykman, Meira Penna ponderava, profeticamente, que "talvez seja o Japão, e não a China, o eixo futuro da diplomacia americana na Ásia."<sup>985</sup>

Para o Brasil, o "ressurgimento nipônico" era uma realidade distante e, num primeiro momento, significou apenas um aumento na modesta demanda comercial, sempre por intermédio dos EUA. Não deixa de ser curioso, nesse sentido, que os primeiros brasileiros a obter autorização para viajar ao Japão, até onde se encontrou registro, não foram motivados pelo comércio ou pela política, mas pela fé cristã. Em maio de 1948, partiram para Tóquio os missionários jesuítas Sebaldo Bruxel, Arcádio Schwade, Leopoldo Weber e Benno Wagner, todos do Colégio Cristo Rei, de São Leopoldo (RS).<sup>986</sup> Apenas em dezembro do mesmo ano é que se encontrou registro da primeira demanda de empresário brasileiro para viajar ao Japão (em setembro de 1947, o SCAP havia afrouxado algumas restrições sobre importações e exportações japonesas e dado início à emissão de autorizações de entrada para particulares, com objetivos comerciais<sup>987</sup>). Theophilo Badin, sócio e diretor-geral da Th. Badin de Minérios Ltda,

---

<sup>984</sup> ROMERO HOSHINO, op. cit., p. 67-69. Com a eclosão da Guerra da Coreia, os EUA chegariam a pedir, secretamente, que o antigo inimigo formasse um exército com até 350 mil homens, mas o governo japonês resistiu (DOWER, op. cit., p. 548).

<sup>985</sup> Ofício 41, da embaixada do Brasil em Nanquim para a Secretaria de Estado, 17.11.1947. Maço temático ostensivo 43.283, AHI-BSB.

<sup>986</sup> Maço temático ostensivo 81.093, AHI-BSB. Ver também *Jesuítas brasileiros para o Japão*, O Jornal, 16.05.1948, p. 1. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/110523\\_04/43523](http://memoria.bn.br/DocReader/110523_04/43523)>. *Vida católica*, Correio da Manhã, 16.05.1948, p. 26. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/089842\\_05/41477](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_05/41477)>. Em outubro de 1949, uma freira brasileira, descendente de japoneses, também partiria para o Japão, como missionária (*4 Sisters Arrive in Japan from Brazil, Italy, Philippines*, Catholic News Service, 03.10.1949, p. 14. Disponível em: <<https://thecatholicnewsarchive.org/?a=d&d=cns19491003-01.1.14>>). Acesso em 12.12.2021.

<sup>987</sup> The Acting Secretary of State to the Embassy in Brazil, 25.08.1947. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1947v06/d259>>. Ofício 274, do Secretário-Geral do Itamaraty, Hildebrando Accioly, ao Diretor-Geral do Conselho Federal de Comércio Exterior, Aníbal de Saboia Lima, 13.09.1947. Maço temático ostensivo 62.474, AHI-BSB.

queria viajar ao Japão para "reencetar as transações que, antes da guerra, mantinha com firmas Japonesas e que consistiam essencialmente na exportação de pedras em bruto e na importação de manufaturas". A autorização do SCAP veio em abril de 1949, via governo português, mas Badin acabou desistindo de fazer a viagem.<sup>988</sup>

Não se encontraram razões que explicassem a desistência de Badin, mas o fato é que o comércio ainda era incipiente e altamente dependente dos governos. Tanto assim que uma das principais demandas por produtos brasileiros a serem embarcados ao Japão, em 1948, veio da estatal estadunidense *Commodity Credit Corporation*, que buscava açúcar para suprir as forças de ocupação.<sup>989</sup> E, em 1949, nada menos que 80% das exportações e 49% das importações do Japão tinham como destino ou origem países com os quais Tóquio mantinha instrumentos bilaterais de comércio.<sup>990</sup>

MacArthur sabia disso e tratou de redobrar esforços que levariam à assinatura de acordos comerciais com 20 países até 1952, ano em que o Japão recuperaria sua soberania.<sup>991</sup> Em fevereiro de 1949, o Departamento de Estado deu sinal verde para proposta de negociações com países da América Latina, com prioridade para Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Peru, México, Uruguai e Venezuela. Em abril, comitiva liderada pelo chefe do departamento de Comércio do SCAP, Frank Pickelle, partiu para o México, primeiro destino.<sup>992</sup>

A missão atingiu seus objetivos na maioria dos países que visitou. O governo brasileiro, porém,

no aceptó firmar un tratado comercial y sólo accedió a firmar un documento de tipo financiero. De este modo, el 2 de junio de 1949, se aprobó el Acuerdo Financiero Preliminar con Brasil. El Banco de Brasil abriría una cuenta en dólares para dar un crédito que incentivaría el comercio con el Japón ocupado.

---

<sup>988</sup> Troca de correspondência entre a Secretaria de Estado e a embaixada do Brasil em Lisboa, bem como documentos internos do Itamaraty, dezembro de 1948 a abril de 1949 (Maço temático ostensivo 45.738, AHI-BSB).

<sup>989</sup> Correspondência GP 16/48, do Instituto do Açúcar e do Alcool ao Itamaraty, 02.02.1948. Maço temático ostensivo 78.616, AHI-BSB.

<sup>990</sup> Estudo da Seção de Estudos e Política Econômica sobre conjuntura econômica do Japão, 29.10.1953. Maço temático ostensivo. 62.474, AHI-BSB.

<sup>991</sup> SHIMIZU, Masako. **Reabertura do comércio entre o Brasil e o Japão após a segunda Guerra Mundial : (1949-1959)**. 1987. Dissertação (Mestrado em História) Disponível em: <<https://hdl.handle.net/1884/27113>>. Acesso em 30.09.2021, p. 50.

<sup>992</sup> ROMERO HOSHINO, op. cit., p. 72-73. Havia pelo menos um técnico japonês, Hiroichi Takagi, na delegação (telegrama 301, da embaixada do Brasil em Montevideú para a Secretaria de Estado, 24.05.1949. Maço temático ostensivo 62.391, AHI-BSB).

De igual manera, se buscaría dar un crédito a Japón para que importara productos brasileños. El tratado se renovarí­a cada año.<sup>993</sup>

Apesar do alcance limitado do acordo, o comércio bilateral disparou a partir de 1949,<sup>994</sup> impulsionado também pelo crescente interesse de empreendedores que, desde o ano anterior, procuravam as autoridades portuguesas no Japão com o intuito de exportar artigos japoneses para o Brasil.<sup>995</sup> O ano de 1949 marca também o retorno dos diplomatas brasileiros ao Japão, menos em função das relações bilaterais e mais como efeito colateral da guerra civil na China.

#### **IV.2) Os primeiros contatos oficiais**

Tão logo rendeu-se o inimigo comum, o conflito entre nacionalistas e comunistas reavivou-se, na China. Em novembro de 1945, "a guerra civil já é agora uma realidade nas províncias do norte do país."<sup>996</sup> A embaixada do Brasil, que havia sido restabelecida no início de 1944, acompanhava tudo de perto e avaliaria que a invasão japonesa foi apenas um breve hiato em meio ao verdadeiro conflito, que era a luta interna: "os treze ou quinze anos em que o Japão desempenhou um papel saliente na política externa chinesa não constituem senão um episódio superficial do drama mais profundo dessa revolução."<sup>997</sup>

À medida que o conflito alterava o mapa do país, a embaixada ia se mudando. Primeiramente instalada em Chungking, trasladou-se para Nanquim, em 1946. Em 1949, diante do avanço das tropas comunistas, voltou para Chungking e, finalmente, instalou-se em Xangai.<sup>998</sup> Àquela altura, as embaixadas dos EUA e do Reino Unido já haviam aconselhado

---

<sup>993</sup> Ibidem, p. 74. Para o teor do Ajuste Bancário de Pagamentos entre o Banco do Brasil S/A e o Comando das Potências Aliadas no Japão, bem como documentos referentes à sua negociação, ver maço temático ostensivo 40.641, AHI-BSB.

<sup>994</sup> Em 1948, Brasil e Japão comercializaram 2,5 mil toneladas; em 1949, 8,0 mil; em 1950, 11,9 mil; em 1951, 43,2 mil; e, em 1952, ano do restabelecimento formal das relações diplomáticas, 72,5 mil — volume ainda inferior aos últimos registros antes da guerra: 112,1 mil toneladas em 1939; e 111,4 mil toneladas em 1940 (estudo da Seção de Estudos e Política Econômica sobre conjuntura econômica do Japão, 29.10.1953. Maço temático ostensivo 62.474, AHI-BSB).

<sup>995</sup> Memorando da encarregada do expediente da Divisão Consular ao Chefe do Departamento Econômico e Consular, 29.11.1948. Maço temático ostensivo 44.239, AHI-BSB.

<sup>996</sup> Ofício 55, da embaixada do Brasil em Chungking para a Secretaria de Estado, 14.11.1945. Maço temático ostensivo 46.565, AHI-BSB.

<sup>997</sup> Ofício 41, da Embaixada do Brasil em Nanquim para a Secretaria de Estado, 17.11.1947. Maço temático ostensivo 43.283, AHI-BSB.

<sup>998</sup> Embaixadas do Brasil - Histórico dos chefes de legações e embaixadas. Disponível em: <www.funag.gov.br/postos>. Acesso em 14.12.2021.

seus nacionais "sem necessidade absoluta de permanência" a deixar o país.<sup>999</sup> Os estrangeiros eram hostilizados pelos comunistas, e nem os agentes consulares e diplomáticos eram poupados da violência.<sup>1000</sup> O Brasil seguia reconhecendo apenas o governo de Chiang Kai-shek, e, com a tomada de Xangai pelas tropas de Mao Zedong, a permanência do embaixador Gastão Paranhos do Rio Branco<sup>1001</sup> e do cônsul Oswaldo Tavares tornou-se insustentável.

O secretário Meira Penna, que havia relatado as preocupações chinesas com o "ressurgimento nipônico", retornou ao Rio de Janeiro em julho de 1949, mas permaneceu atento ao que acontecia do outro lado do mundo. Em agosto, submeteu à chefia um memorando em que alertava para o "grande prejuízo tanto para o prestígio de nosso país quanto para as relações de ordem econômica que já se estão desenvolvendo com essa parte do mundo" que adviria do fechamento da embaixada na China, "uma vez que as Missões e Consulados mais próximos se encontram a alguns milhares de quilômetros, na Austrália, na África do Sul e na Índia." Conhecedor da Ásia, o diplomata enxergou uma oportunidade na ameaça que pairava sobre os colegas em Xangai:

os acontecimentos que se registram atualmente na China e a política americana que procura reintegrar o Japão na comunidade internacional, com ou sem Tratado de Paz, tornam cada vez mais importante a posição desse país no Extremo-Oriente, exigindo assim a presença em Tóquio de pelo menos um representante do Governo brasileiro.<sup>1002</sup>

A sugestão foi acatada, e o Itamaraty instruiu a embaixada em Washington a pedir ao governo estadunidense autorização para estacionar diplomatas em Tóquio. A demanda foi transmitida ao Departamento de Estado, que informou, por sua vez, que a "resposta definitiva" dependeria de consulta ao general MacArthur. Tendo sido ele próprio repatriado de uma Xangai

---

<sup>999</sup> Telegrama da embaixada do Brasil em Nanquim para a Secretaria de Estado, 11.11.1948. Maço temático ostensivo 39.669, AHI-BSB.

<sup>1000</sup> Carta do encarregado de negócios da Suíça em Nanquim para o ministro da Suíça em Londres, 14.07.1949. Disponível em: <<https://dodis.ch/4200>>. Acesso em 28.01.2022.

<sup>1001</sup> Sobrinho de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores de 1902 a 1912. Em 1943, chefiava a Divisão e Atos, Congressos e Conferências do Itamaraty e, nessa qualidade, presidiu a cerimônia de assinatura do acordo de 1943 entre Brasil e China, mencionado no capítulo 3 (*Um tratado de amizade entre o Brasil e a China*, Correio da Manhã, 21.08.1943, p. 8. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/089842\\_05/17138](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_05/17138)>. Acesso em 10.01.2022).

<sup>1002</sup> Memorandum para o Sr. Chefe da Divisão Política, 12.08.1949. Maço temático ostensivo 80.244, AHI-BSB. A representação brasileira na China era a última fonte de informação no leste asiático, inclusive porque a embaixada em Moscou, reaberta em 1946, havia sido fechada em 1947, após novo rompimento de relações diplomáticas (Embaixadas do Brasil: Histórico dos chefes de legações e embaixadas. Disponível em: <[www.funag.gov.br/postos](http://www.funag.gov.br/postos)>. Acesso em 01.02.2022). Em março de 1949, por exemplo, foi da embaixada em Washington que o Itamaraty recebeu informações segundo as quais MacArthur não descartava a possibilidade de ataque soviético ao Japão (telegrama 153, da embaixada do Brasil em Washington para a Secretaria de Estado, 09.03.1949. Maço temático ostensivo 40.430, AHI-BSB).

sem lei, à mercê dos invasores japoneses, sete anos antes, Meira Penna sabia que qualquer demora poderia ser fatal e, no dia 30 de agosto, redigiu novo memorando, reiterando a urgência de que os colegas fossem para Tóquio — e não para Hong-Kong, outra possibilidade aventada, mas "que está superlotado e já ameaçado pelos exércitos comunistas vitoriosos" —, onde aguardariam novas instruções. Na mesma linha, o Itamaraty, insistiu, no dia 16 de setembro, com a embaixada em Washington para que obtivesse a autorização necessária ao desembarque no Japão dos dois diplomatas vindos da China.<sup>1003</sup>

Finalmente, no dia 25, Rio Branco e Tavares saíram de Xangai, a bordo do *General Gordon*.<sup>1004</sup> Tal qual Meira Penna, Rio Branco também já tinha sido repatriado em situação de guerra. Em 1942, representava o governo brasileiro junto à Dinamarca, então sob ocupação alemã. Com o rompimento de relações entre o Brasil e o Eixo, teve que deixar o país e só retornou ao Rio de Janeiro em julho, após uma tensa travessia do Atlântico, em meio à onda de ataques de submarinos alemães que levaria à declaração de guerra.<sup>1005</sup> Terá, assim, ficado particularmente aliviado em deixar, novamente, uma zona de guerra.

Não houve empecilho ao embarque de bagagem pesada no *General Gordon*, de modo que, possivelmente, os representantes brasileiros terão conseguido salvar pelo menos parte da mobília da legação em Pequim, que resistiu à guerra e foi recuperada em 1948.<sup>1006</sup> E partiram em boa hora, como constatou quem ficou para trás. Um compatriota que residia em Xangai havia 17 anos preferiu permanecer na cidade para liquidar seus interesses comerciais e vender sua empresa, mas acabou partindo sem conseguir nada disso em abril de 1950. Nem mesmo os representantes de governos estrangeiros escaparam ao caos: o cônsul da Bélgica em Xangai foi

---

<sup>1003</sup> Troca de correspondência entre a Secretaria de Estado e a embaixada do Brasil em Washington, bem como documentos internos do Itamaraty, agosto e setembro de 1949. Maço temático ostensivo 80.244, AHI-BSB. A consulta a MacArthur ilustra o quanto o comandante do SCAP concentrava poderes, como constatou também o secretário de Estado Dean Acheson, que declinou assim o convite do presidente Truman para acompanhá-lo no que seria seu primeiro encontro com o general, em outubro de 1950: "While General MacArthur had many of the attributes of a foreign sovereign, I said, and was quite as difficult as any, it did not seem wise to recognize him as one." (ACHESON, op. cit., p. 456).

<sup>1004</sup> The Consul at Shanghai (McConaughy) to the Secretary of State, 25.09.1949. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1949v09/d1390>>. Acesso em 16.12.2021. Ver também maço temático ostensivo 60.135, AHI-BSB.

<sup>1005</sup> PITILLO, João Claudio Platenik e SANTOS, 2020, p. 59-64. *Chegam afinal os nossos representantes nos países do Eixo!*, O Radical, 10.07.1942, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/830399/24063>>. RIO BRANCO, GASTAO PARANHOS DO. FGV-CPDOC. Disponível em: <[www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rio-branco-gastao-paranhos-do](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rio-branco-gastao-paranhos-do)>. Acesso em 08.01.2022.

<sup>1006</sup> The Consul at Shanghai (McConaughy) to the Secretary of State, 25.09.1949. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1949v09/d1390>>. Acesso em 16.12.2021. Ver também maço temático ostensivo 39.669, AHI-BSB.

um entre tantos que tiveram que partir em desespero, "abandonando todos os seus haveres, inclusive móveis e objetos de arte."<sup>1007</sup>

No dia 1º de outubro, os diplomatas brasileiros chegaram a Tóquio, onde, a julgar pelo registro que constou do relatório anual do Itamaraty, cumpriram plenamente o objetivo de dotar o Brasil de uma representação junto ao SCAP:

Considerando a importância do Japão e dadas as vantagens de ter o Brasil um representante no Extremo Oriente, o Embaixador brasileiro retirado da China foi designado como agente do Governo brasileiro junto ao Supremo Comando das Potências Aliadas no Japão.<sup>1008</sup>

A realidade, porém, era mais complexa. A saída de Xangai foi feita de maneira tão apressada que, quando os recém-chegados a Tóquio solicitaram verba para fazer frente às despesas correntes, o representante da delegacia do Tesouro em Nova York, que processava os pagamentos às missões diplomáticas e consulares, solicitou "comunicar-me que ato legal criou a Missão Brasileira em Tóquio".<sup>1009</sup> A resposta do Rio de Janeiro foi mais elucidativa do que o relatório anual do Itamaraty:

trata-se de providência de emergência provocada pela Guerra Civil na China. Embaixador Gastão Paranhos do Rio Branco e Secretário Oswaldo Tavares passaram a servir na "Missão Diplomática Brasileira no Japão" tal qual os outros países representados junto ao Supremo Comando em nome das Potências Aliadas (SCAP). Estamos cogitando formalizar criação da Missão por decreto.<sup>1010</sup>

As dificuldades burocráticas eram as menores. Quatro anos depois da rendição, o Japão ainda estava destroçado, e, em Tóquio, faltava de tudo. Nesse sentido, a primeira comunicação do embaixador Rio Branco é reveladora:

DOMINGO - 12h00 - Hospedado no Hotel Imperial, muito agradeceria a Vossa Excelência providências urgentes para poder mandar telegramas "collet". Amanhã registrarei o endereço telegráfico "BRASEMB". Peço autorização para contratar intérprete e datilógrafo. A vida, excepcionalmente

---

<sup>1007</sup> Além do referido empresário, quatro missionárias brasileiras também recusaram oferta de evacuação pelo *General Gordon*, pois "se viam obrigadas a cumprir o dever até o limite extremo de suas forças." (Ofício 75, da missão diplomática do Brasil em Tóquio, 19.04.1950. Maço temático ostensivo 39.666, AHI-BSB).

<sup>1008</sup> Relatório do Ministério das Relações Exteriores, 1949, p. 28. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/zb0028/11572>>. Acesso em 16.12.2021. Não se tratava de embaixada, uma vez que seus integrantes não estavam acreditados junto ao Japão, mas ao SCAP, e a representação foi designada "missão brasileira em Tóquio", o que não impediu que algumas comunicações registrassem, equivocadamente, "embaixada do Brasil em Tóquio".

<sup>1009</sup> Telegrama 90, da Delegacia do Tesouro em Nova York para a Secretaria de Estado, 05.11.1949. Maço temático ostensivo 41.756, AHI-BSB.

<sup>1010</sup> Telegrama 233, da Secretaria de Estado para a Delegacia do Tesouro em Nova York, 07.11.1949. Maço temático ostensivo 41.756, AHI-BSB.

cara e desconfortável, obriga-me a procurar casa, seguindo o exemplo das demais missões aqui, contando receber a verba para aluguel de casa da Embaixada na China, onde continuo acreditado.<sup>1011</sup>

O alto custo de vida seria uma constante nas comunicações de Rio Branco. E não sem razão. A inflação no Japão estava em três dígitos desde o início da ocupação, e, com o controle de preços imposto pelo SCAP, muitos produtos só eram encontrados no mercado clandestino, a pelo menos o dobro do preço oficial.<sup>1012</sup> Outros simplesmente não eram encontrados no país. A mobília para a missão brasileira, por exemplo, foi importada de Londres.<sup>1013</sup> Mas o problema que mais consumiria energia dos diplomatas brasileiros seria a procura por um imóvel para abrigar a missão.

A casa onde ficava a embaixada antes da guerra havia sido "bombed out completely".<sup>1014</sup> E a oferta de imóveis em Tóquio já era reduzida desde antes da guerra.<sup>1015</sup> De modo que, ao dar anuência ao estabelecimento da missão brasileira em Tóquio, os EUA já tinham avisado que "as forças americanas de ocupação não poderão cuidar das questões de suprimento, nem de obtenção de casas para funcionários brasileiros."<sup>1016</sup> O resultado é que, quando chegaram a Tóquio as primeiras missões estrangeiras, "no se les habían podido brindar suficientes lugares para vivir."<sup>1017</sup> E os brasileiros não foram exceção.

---

<sup>1011</sup> Telegrama 1, do embaixador Gastão Paranhos do Rio Branco, para a Secretaria de Estado, 01.10.1949. Maço temático ostensivo 58.201, AHI-BSB.

<sup>1012</sup> DOWER, op. cit., p. 115-116. Ver também Estudo da Seção de Estudos e Política Econômica sobre conjuntura econômica do Japão, 29.10.1953. Maço temático ostensivo 62.474, AHI-BSB. A concentração de altos oficiais dava mais combustível à inflação, agravando ainda mais a situação da população pobre, em um caso típico do que viria a ser conhecido, nas décadas seguintes, como *White Car Syndrome*, em alusão à cor dos veículos usados pelas missões de paz da ONU (POWER, Samantha. **Chasing the Flame: One Man's Fight to Save the World**. Nova York: Penguin Books, 2008, p. 115-133). Os brasileiros recém-chegados provavelmente ainda não sabiam, mas receberiam do SCAP acesso, ainda que limitado, a produtos subsidiados, de modo que o embaixador Júlio Augusto Barboza-Carneiro, sucessor de Rio Branco em Tóquio, avaliaria, em 1952, que "para os diplomatas estrangeiros o fim da Ocupação foi desastroso." (ofício 243, da embaixada do Brasil em Tóquio, para a Secretaria de Estado, 07.11.1952. Maço temático ostensivo 41.798, AHI-BSB).

<sup>1013</sup> Ver diversas comunicações entre a missão diplomática do Brasil em Tóquio e a Secretaria de Estado, de novembro de 1949 a abril de 1950. Maço temático ostensivo 46.406, AHI-BSB.

<sup>1014</sup> 334: Brazil, Binder No. 1, 1 Jan 1949 - 31 Dec 1950. Disponível em <<https://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/11032735>>. Acesso em 15.12.2021.

<sup>1015</sup> Diário do ministro suíço em Tóquio, Camille Gorgé. p. 12, 76 e 122. Disponível em: <[dodis.ch/50633](http://dodis.ch/50633)>. Acesso em 16.12.2021.

<sup>1016</sup> Telegrama 362, da embaixada do Brasil em Washington para a Secretaria de Estado, 15.09.1949. Maço temático ostensivo 60.135, AHI-BSB.

<sup>1017</sup> ROMERO HOSHINO, op. cit., p. 76. Os hotéis também estavam lotados, a tal ponto que, em alguns casos, famílias eram separadas, e seus membros, direcionados pelo SCAP para grandes dormitórios só de homens ou só de mulheres (telegrama 64, da missão diplomática do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado. Maço temático ostensivo 43.184, AHI-BSB). Além do Brasil, havia outro país latinoamericano com representante junto ao SCAP, em 1949: o Uruguai (334: Diplomatic Agent of Uruguay, Binder No. 1, 1 Jan 1949 - 1950, disponível em: <<https://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/11032779>>. Acesso em: 31.01.2022). Naquele ano, o México também

Apesar do aviso, o SCAP se dispôs a ajudar Rio Branco, e ofereceu-lhe 10 casas, "none of which he considers suitable". De fato, os melhores imóveis eram reservados aos países que compunham a Comissão do Extremo Oriente (*Far Eastern Commission*, FEC), da qual o Brasil não era membro. Em meio ao impasse, Rio Branco chegou a ameaçar deixar o Japão,<sup>1018</sup> indignado com o tratamento recebido, "não obstante as exceções feitas à Noruega, Dinamarca e Bélgica, que nunca pertenceram àquela Comissão." No fim das contas, permaneceu hospedado no Hotel Imperial até sua partida do Japão, em 1952, tendo encontrado imóvel apenas para o funcionamento do escritório da missão diplomática, e não sem dificuldades:

A Chancelaria que foi encontrada e que até a presente data é a mesma, foi conseguida unicamente graças ao empenho do Senhor Silvino da Silva, cidadão brasileiro que se naturalizou norte-americano, o qual exercia, então, importante cargo na seção do SCAP encarregada de superintender os hotéis de Ocupação destinados a civis e o aluguel de escritórios.<sup>1019</sup>

Interessa notar que a declaração de guerra ao Japão não parece ter trazido qualquer vantagem ao Brasil na acirrada disputa não apenas por imóveis, mas por todo o pacote de benefícios que eram estendidos aos militares estadunidenses e aos demais membros da FEC, como gratuidade de aluguéis e de serviços correlatos, como água, luz, telefone, calefação e até empregados domésticos.<sup>1020</sup> Mais revelador ainda, o próprio Rio Branco, ao elencar argumentos que poderiam justificar uma exceção para o Brasil, omitiu qualquer referência à declaração de guerra:

Nem mesmo o fato de ser o Brasil o único país latinoamericano que possui representação diplomática em Tóquio, além da parte ativa que tomou na guerra, comoveu a insensibilidade ou demoveu dos seus severos propósitos, por exceção, os militares norteamericanos da Ocupação, rigidamente apegados aos regulamentos existentes.<sup>1021</sup>

---

consultou o SCAP sobre a possibilidade de estabelecer representação em Tóquio (334: Mexican, Binder No. 1, 1 Jan 1949 - 1950. Disponível em: <<https://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/11032755>>. Acesso em 31.01.2022).

<sup>1018</sup> 334: Brazil, Binder No. 1, 1 Jan 1949 - 31 Dec 1950. Disponível em <<https://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/11032735>>. Acesso em 15.12.2021.

<sup>1019</sup> Ofício 243, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 07.11.1952. Maço temático ostensivo 41.798, AHI-BSB. Mesmo do Hotel Imperial o embaixador Rio Branco teve que sair, temporariamente, em 1950, "devido à guerra na Coreia que força grande deslocação de oficiais que necessitam alojamento" (ofício 297, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 30.12.1950. Maço temático ostensivo 46.406, AHI-BSB).

<sup>1020</sup> Ofício 141, da missão diplomática do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 29.06.1951. Maço temático ostensivo 41.798, AHI-BSB. Por trás da "gratuidade" desses serviços estava o governo japonês, a quem o SCAP repassava boa parte dos custos da ocupação (DOWER, op. cit., p. 115).

<sup>1021</sup> Ofício 141, da missão diplomática do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 29.06.1951. Maço temático ostensivo 41.798, AHI-BSB. Entende-se que a participação "ativa" na guerra referia-se ao conflito na Europa, como fica claro em outro trecho do mesmo ofício: "O Brasil não tomou parte na guerra contra o Japão e, portanto, não pertence à Comissão do Extremo Oriente."

A busca por imóveis para abrigar a embaixada e a questão do alojamento tanto do embaixador quanto de outros funcionários brasileiros continuaria por anos consumindo energias de Rio Branco e de seus sucessores.<sup>1022</sup> Mas isso não impediu a nova missão diplomática de começar a trabalhar.

Em abril de 1950, com os móveis importados de Londres e uns poucos objetos que resistiram à guerra e a furtos ao prédio do antigo consulado em Yokohama, foi inaugurado o serviço consular da missão brasileira.<sup>1023</sup> A novidade era oportuna, na medida em que cresciam demandas de lado a lado pelo fortalecimento do comércio Brasil-Japão. No Brasil, empresas dirigiam-se ao governo solicitando informações e autorizações tanto para importar quanto para exportar.<sup>1024</sup> E, para os EUA, a reinserção do Japão no circuito internacional — ou, pelo menos, ocidental — de comércio tornava-se cada vez mais prioritária, à medida que se acirravam as tensões da Guerra Fria.

Em sua mensagem de ano novo, dirigida ao povo japonês no último dia de 1949, MacArthur enfatizou os benefícios que a retomada do comércio exterior vinha trazendo ao Japão.<sup>1025</sup> No início de 1950, os EUA convidaram o Japão a abrir escritórios de representação em seu território (Nova York, São Francisco, Los Angeles e Honolulu) e, na sequência, em outros países, "primarily Brazil, Argentina, India, Pakistan and Thailand".<sup>1026</sup> Oficialmente, Tóquio seguiria dialogando apenas com o SCAP, mas tais escritórios facilitariam a comunicação informal com outros governos e agilizariam todo tipo de trâmite.

No dia 13 de dezembro de 1950, chegou ao Rio de Janeiro a primeira leva de diplomatas japoneses, encabeçada por Kaoru Hara, funcionário experiente que já havia trabalhado no consulado em São Paulo e estava incumbido de abrir o escritório no Rio de Janeiro.<sup>1027</sup> Pelo

---

<sup>1022</sup> Maços temáticos ostensivos 41.798 e 43.184, AHI-BSB.

<sup>1023</sup> Telegrama 8, da missão brasileira em Tóquio para a Secretaria de Estado, 20.10.1949 (Maço temático ostensivo 62.818, AHI-BSB). Nota Verbal 85, do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal para a embaixada do Brasil em Lisboa, 14.04.1947 (Maço temático ostensivo 47.564, AHI-BSB). E também maço temático ostensivo 46.406, AHI-BSB.

<sup>1024</sup> Ver comunicação da Companhia Siderúrgica Nacional para o Itamaraty, 20.05.1950, e outras correspondências no maço temático ostensivo 39.946 B, AHI-BSB.

<sup>1025</sup> *MacArthur's Message for New Year to Japan*, The New York Times, 01.01.1950. Maço temático ostensivo 45.988, AHI-BSB.

<sup>1026</sup> Memorandum by the Director of the Office of Northeast Asian Affairs (Allison) to the Consultant to the Secretary (Dulles), 26.04.1950. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v06/d709>>. Japan's Wartime and Postwar Periods Recorded. Disponível em: <[www.jacar.go.jp/english/glossary\\_en/tochikiko-henten/column/column2.html](http://www.jacar.go.jp/english/glossary_en/tochikiko-henten/column/column2.html)>. Acesso em 17.12.2021. Maço temático ostensivo 45.796, AHI-BSB.

<sup>1027</sup> *Missão nipônica para cuidar dos interesses da colônia japonesa*, O Jornal, 14.12.1950, p. 8. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/110523\\_05/5470](http://memoria.bn.br/DocReader/110523_05/5470)>. *Chega a primeira missão diplomática japonesa*, Correio da

mesmo navio, seguiu viagem até Santos, onde desembarcou dois dias depois, outro diplomata que já havia trabalhado no Brasil antes da guerra e que tinha a incumbência de estabelecer o escritório na capital paulista, Masakatsu Nozaki.<sup>1028</sup> Pouco mais de oito anos depois da repatriação dos embaixadores Itaro Ishii e Frederico de Castello Branco Clark e dos demais agentes diplomáticos e consulares, Brasil e Japão voltavam a ter representantes no território um do outro. Nenhum desses diplomatas tinha interlocução formal com o outro governo, mas sua presença era evidência do desejo mútuo de reaproximação — a título de comparação, no Peru, outro país que abrigava colônia significativa de japoneses, os primeiros diplomatas nipônicos só chegariam em junho de 1952 —<sup>1029</sup> e contribuía para a reaproximação entre os dois países, que, impulsionada pelo comércio, caminhava a passos largos.

De Tóquio, a missão diplomática do Brasil remetia número crescente de mensagens sobre oportunidades comerciais para diversos produtos, como arroz, algodão e café.<sup>1030</sup> Diferentemente de anos anteriores, quando o Brasil apenas recebia demandas transmitidas pelos EUA, as comunicações agora eram contextualizadas, continham análises prospectivas e informações sobre países concorrentes. Assim, o embaixador Rio Branco alertava sobre a ameaça que Colômbia, Indonésia, Índia e, em menor medida, Argentina representavam para produtos com grande potencial para o Brasil, como café e algodão.<sup>1031</sup> No caso do café, suas observações recordavam o sucesso que, a duras penas, o grão brasileiro havia conquistado nos anos 1930:

É de se supor que o povo japonês venha a pensar que os Estados Unidos da América sejam o maior produtor de café do mundo. Outrossim, estão se tornando conhecidas as marcas americanas, com o sabor de uma bebida que mal lembra o autêntico café. O novo costume constitui, por certo, séria ameaça para uma futura exportação direta (e não via Estados Unidos da América) do café brasileiro puro para o Japão, pela apresentação de um produto com marcas desconhecidas do povo nipônico e cuja origem só é lembrada por uma minoria.<sup>1032</sup>

---

Manhã, 14.12.1950, p. 4. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/089842\\_06/6754](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/6754)>. Acesso em 20.12.2021.

<sup>1028</sup> *Restabelecimento das relações comerciais nipo-brasileiras*, Correio Paulistano, 16.12.1950, p. 8. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/090972\\_10/4493](http://memoria.bn.br/DocReader/090972_10/4493)>. Acesso em 20.12.2021.

<sup>1029</sup> Ofício 108, da embaixada do Brasil em Lima para a Secretaria de Estado, 10.06.1952. Maço temático ostensivo 58.035, AHI-BSB.

<sup>1030</sup> Ver diversas comunicações nos maços temáticos ostensivos 66.103, 78.459 e 78.490, AHI-BSB.

<sup>1031</sup> SHIMIZU, op. cit., p. 27, 97-100.

<sup>1032</sup> Telegrama 65, da missão diplomática do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 04.10.1950. Maço temático ostensivo 78.459, AHI-BSB.

Com vistas a remediar tal situação, Rio Branco sugeriu, em junho de 1950, o envio ao Brasil de missão comercial japonesa, sob a tutela do SCAP,<sup>1033</sup> uma vez que, "cinco anos decorridos do término da guerra e praticamente assegurada a reconstrução", as autoridades monetárias brasileiras já não concediam a remessas ao Japão as isenções e autorizações de doações a título humanitário.<sup>1034</sup> De modo que o comércio era a única maneira de fazer chegar ao Japão produtos brasileiros, mesmo em pequenas quantidades.

A proposta acabou atropelada pela eclosão da Guerra da Coreia, uma semana depois. O que não impediu as relações comerciais de seguirem se aprofundando, inclusive porque, além de desalojar o diplomata brasileiro do Hotel Imperial, o conflito trouxe um verdadeiro "boom" à economia japonesa.<sup>1035</sup> Com efeito, nesse mesmo mês de junho, teve início a construção de nove petroleiros encomendados pelo governo brasileiro junto a estaleiros japoneses.<sup>1036</sup> Os navios receberam o nome de um plano econômico apresentado pelo governo Dutra em 1948 — SALTE, em referência às quatro principais áreas contempladas: saúde (S), alimentação (AL), transporte (T) e energia (E) —<sup>1037</sup> e foram entregues a partir do ano seguinte, quando responderam por nada menos que 19% das importações brasileiras do Japão, atrás apenas de máquinas de costura (37%).<sup>1038</sup> Sua construção foi supervisionada pelo capitão de corveta Ayres Cunha de Andrade, da Comissão de Aquisições de Petroleiros, que chegou ao Japão em outubro de 1950.<sup>1039</sup> À sua longa permanência no país somaram-se as de diversos marinheiros que viajaram ao Japão para tripular os navios, uma vez entregues, no trajeto ao Brasil.<sup>1040</sup> O aprendizado desses técnicos nos estaleiros japoneses certamente terá contribuído para o

---

<sup>1033</sup> ROMERO HOSHINO, op. cit., p. 79.

<sup>1034</sup> Ofício DIRAN 50/293-48, do Banco do Brasil para o Itamaraty, 13.06.1950. Maço temático ostensivo 78.490, AHI-BSB.

<sup>1035</sup> O *boom* veio devidamente acompanhado de "extraordinário aumento dos preços" (Estudo da Seção de Estudos e Política Econômica sobre conjuntura econômica do Japão, 29.10.1953. Maço temático ostensivo 62.474, AHI-BSB).

<sup>1036</sup> Telegrama 23, da Secretaria de Estado para a missão diplomática do Brasil em Tóquio, 29.09.1950. Maço temático ostensivo, 43.184. *Petroleiros japoneses para o Brasil*, Correio da Manhã, 22.06.1950, p. 2. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/089842\\_06/3433](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/3433)>. Acesso em 19.12.2021.

<sup>1037</sup> Plano Salte. Disponível em: <[www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-salte](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-salte)>. Acesso em 31.01.2022.

<sup>1038</sup> Estudo da Seção de Estudos e Política Econômica sobre conjuntura econômica do Japão, 29.10.1953. Maço temático ostensivo 62.474, AHI-BSB.

<sup>1039</sup> Como o capitão Cunha de Andrade não se encaixava em nenhuma das categorias previstas para residentes estrangeiros, o embaixador Rio Branco pediu ao SCAP seu credenciamento como adido naval da missão brasileira (telegrama 77, da missão diplomática do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 07.11.1950. Maço temático ostensivo, 43.184). *Navios petroleiros encomendados a estaleiros japoneses*, Diário de notícias, 30.08.1950, p. 4. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/093718\\_03/4790](http://memoria.bn.br/DocReader/093718_03/4790)>. Acesso em 19.12.2021.

<sup>1040</sup> Ver diversas comunicações sobre pedidos de visto para ingresso das tripulações brasileiras no Japão ocupado. Maço temático ostensivo, 43.184.

desenvolvimento da indústria naval brasileira e para a instalação da Ishikawajima do Brasil Estaleiros S. A. (ISHIBRAS), em 1959.<sup>1041</sup>

**Figura 21:** Petroleiros japoneses para o Brasil (1951)



Em 1950, começaram a ser construídos vários petroleiros encomendados pelo Brasil a estaleiros japoneses. Na foto, o *Salte 54* em teste na baía de Yokohama, em 1951, antes de ser entregue à tripulação brasileira.

**Fonte:** Salte 54 - IMO 5295923. Disponível em: <[www.shipspotting.com/gallery/photo.php?lid=2863796](http://www.shipspotting.com/gallery/photo.php?lid=2863796)>.

Em meio às sucessivas entregas de petroleiros, o intercâmbio seguia crescendo, e não mais apenas por impulsos governamentais. No final de 1950, o brasileiro Carlos Anunciato de Campos, sócio da fabricante de máquinas de costura Manoel Ambrósio Filho S.A., foi ao Japão em "viagem de negócios que visa à compra de mercadorias para as quais já obteve do Banco do Brasil as licenças de importação (...) no valor global de US\$ 372.500,00."<sup>1042</sup> Em março do ano

<sup>1041</sup> Ao final da década de 1950, o Japão desbancaria o Reino Unido como maior construtor naval do planeta (ofício 28, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 31.01.1957. Maço temático ostensivo 57.645, AHI-BSB. E também *Tilted marine*, *The Economist*, 09.08.2014. Disponível em: <[www.economist.com/finance-and-economics/2014/08/09/tilted-marine](http://www.economist.com/finance-and-economics/2014/08/09/tilted-marine)>. Acesso em 30.09.2021).

<sup>1042</sup> Telegrama 32, da Secretaria de Estado para a missão diplomática do Brasil em Tóquio, 13.08.1950. Maço temático ostensivo 103.657, AHI-BSB. Os US\$ 372.500,00 correspondem a cerca de US\$ 4 milhões, em valores atuais (CPI Inflation Calculator, disponível em: [www.bls.gov/data/inflation\\_calculator.htm](http://www.bls.gov/data/inflation_calculator.htm). Acesso em 10.02.2022)

seguinte, a *Osaka Shosen Kaisha* restabeleceu linha de navegação regular entre o Brasil e o Japão, até então assegurada apenas pela holandesa *Royal Interocean Lines*.<sup>1043</sup>

A viagem ao Japão de um brasileiro, em particular, é bastante ilustrativa de como o interesse mútuo foi transcendendo a esfera comercial. Em janeiro de 1951, a direção da revista "O Cruzeiro" solicitou os bons ofícios do Itamaraty para pleitear junto às autoridades estadunidenses visto de entrada para que um de seus repórteres fizesse "cobertura jornalística da entrega de navios petroleiros adquiridos pelo Brasil".<sup>1044</sup> As embarcações, porém, constaram apenas do primeiro parágrafo de uma longa reportagem, ilustrada com muitas fotos, que misturava relato de viagem e observações sobre o exotismo da cultura japonesa, com especial ênfase no comportamento das mulheres.<sup>1045</sup>

Figura 22: Japão na imprensa brasileira (1951)



Em 1951, um jornalista d'O Cruzeiro viajou ao Japão para cobrir a construção de petroleiros para o Brasil, mas sua reportagem acabou tendo como foco observações sobre o exotismo do país e o comportamento das mulheres.

**Fonte:** *No Japão é assim*, O Cruzeiro, 13.10.1951, p. 60. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/003581/78499>>.

<sup>1043</sup> SHIMIZU, op. cit., p. 28. *Chega ao Rio o "Daikai Maru N. 2"*, A Noite, 31.08.1951, p. 11. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/348970\\_05/8611](http://memoria.bn.br/DocReader/348970_05/8611)>. Acesso em 20.12.2021.

<sup>1044</sup> Correspondência d'O Cruzeiro para o Itamaraty, 24.01.1951. Maço temático ostensivo, 43.184.

<sup>1045</sup> *No Japão é assim*, O Cruzeiro, 13.10.1951, p. 60. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/003581/78499>>. Acesso em 19.12.2021.

Também data de 1951 o início das tratativas que culminariam na retomada do movimento que havia motivado os primeiros contatos entre o Rio de Janeiro e Tóquio, ainda no século XIX: a imigração.<sup>1046</sup> Enterrada a fantasia de que o Japão teria vencido a guerra, a maioria dos imigrantes abandonou o objetivo de regressar à terra natal e tratou de seguir suas vidas no Brasil, onde, de resto, estavam cada vez mais integrados. Em 1948, por exemplo, Yukishigue Tamura tornou-se o primeiro vereador nipodescendente de São Paulo.<sup>1047</sup>

Nesse contexto, dois japoneses instalados no Brasil, Kotaro Tsuji e Yasutaro Matsubara, começaram, por iniciativas independentes, a trabalhar com o objetivo de trazer compatriotas para trabalhar nas lavouras do Norte e do Centro-Oeste do Brasil.<sup>1048</sup> Matsubara conhecia Getúlio Vargas de longa data, de modo que sua volta à presidência, em 1951, terá contribuído para a retomada da imigração. Com efeito, “o povo japonês vibrou de contentamento com o retorno de Vossa Excelência ao poder supremo do Brasil”, segundo carta do Conselho Promotor da Emigração do Japão, entidade que congregava empresários, políticos, acadêmicos e outras lideranças interessadas no assunto.<sup>1049</sup> À parte a hipérbole, o fato é que, em fevereiro de 1951, o presidente recebeu outro japonês interessado em reiniciar o fluxo migratório, o ex-deputado Kaju Nakamura, que esteve em viagem ao Brasil.<sup>1050</sup> E, pouco depois, autorizou o envio de agricultores japoneses à Amazônia, para “grande satisfação” das autoridades japonesas.<sup>1051</sup> Em 1953, chegariam as primeiras famílias japonesas atraídas pelos empreendimentos de Tsuji e Matsubara, bem como 51 indivíduos que tinham parentes no Brasil.<sup>1052</sup> Havia, assim, uma massa crítica de interesses em estreitar as relações bilaterais quando da assinatura do Tratado de Paz em São Francisco, em setembro de 1951.

---

<sup>1046</sup> Ver comunicação da agência do governo japonês no Rio de Janeiro, bem como documentos internos do Itamaraty, maio de 1951. Maço temático ostensivo 41.560, AHI-BSB.

<sup>1047</sup> COMISSÃO, op. cit., p. 376. Tamura viria a ser também o primeiro descendente de japoneses na Assembleia Legislativa de São Paulo e na Câmara dos Deputados (Yukishigue Tamura, disponível em: <[www.imigracaojaponesa.com.br/index.php/entrevistas/politicos-nikkeis/yukishigue-tamura](http://www.imigracaojaponesa.com.br/index.php/entrevistas/politicos-nikkeis/yukishigue-tamura)>. Acesso em 01.02.2022).

<sup>1048</sup> COMISSÃO, op. cit., p. 382.

<sup>1049</sup> Carta de Gastão Paranhos do Rio Branco a Lourival Fontes, 22.01.1952. GV c 1952.01.23/2. Disponível em: <[www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV4/4739](http://www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV4/4739)>. Acesso em: 20.12.2021.

<sup>1050</sup> Ofícios 54 (16.03.1951) e 59 (02.04.1951), da missão diplomática do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado. Maço temático ostensivo 41.560, AHI-BSB.

<sup>1051</sup> Telegrama 88, da missão diplomática do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 21.08.1951. Maço temático ostensivo 57.645, AHI-BSB. Ver também carta de Gastão Paranhos do Rio Branco a Lourival Fontes, 22.01.1952. GV c 1952.01.23/2. Disponível em: <[www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV4/4739](http://www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV4/4739)>. Acesso em: 20.12.2021.

<sup>1052</sup> COMISSÃO, op. cit., p. 382-383.

**Figura 23:** Vargas e a retomada da imigração (1952)



Getúlio Vargas na fazenda de Yasutaro Matsubara, promotor da imigração japonesa ao Brasil, em setembro de 1952.

**Fonte:** 100 years of Japanese Emigration to Brazil. Disponível em: <[www.ndl.go.jp/brasil/e/index.html](http://www.ndl.go.jp/brasil/e/index.html)>.

### **IV.3) O Tratado de São Francisco e o restabelecimento de relações diplomáticas**

Tão logo o Japão capitulou, colocou-se a questão de um tratado de paz, cujos detalhes teriam que ser cuidadosamente negociados, de maneira que fosse amplamente aceito e cumprisse o objetivo de “show the people of Asia that the United States was not a conqueror but a friend”, como ambicionava o general MacArthur.<sup>1053</sup> Quem assinaria pela China? Ou pela Coreia? E quais seriam os termos do acordo? Um instrumento punitivo demais, ainda que pudesse ser imposto pelo ocupante, não angariaria apoio japonês e frustraria o desejo dos EUA de fazer do antigo inimigo um aliado na luta contra o comunismo. Um texto conciliador, por outro lado, dificilmente seria aceito pelos demais países da Ásia, vítimas da agressão imperial.

---

<sup>1053</sup> MACARTHUR, op. cit., p. 383.

A negociação mais difícil, porém, aconteceu em Washington. Em dezembro de 1949, mais de quatro anos depois do fim da guerra, o Secretário da Defesa e os principais comandantes militares ainda julgavam “premature” o tratado de paz que o Departamento de Estado queria começar a negociar.<sup>1054</sup> A resistência dos militares foi superada justamente por um colega de farda, o homem que mais perderia poder com um acordo que pusesse fim à ocupação. “The sooner the Peace treaty and the end of the occupation, the better for everyone”, sentenciou MacArthur.<sup>1055</sup> As tratativas dentro do governo estadunidense foram iniciadas, mas, só em setembro de 1950, depois de iniciada a Guerra da Coreia, o Departamento de Estado e o Pentágono puseram-se de acordo sobre os princípios gerais que deveriam reger as negociações.<sup>1056</sup>

O governo japonês almejava um tratado abrangente, que selasse a paz com todos os antigos inimigos, a exemplo do que acontecera com a Itália.<sup>1057</sup> O tratado pelo qual Roma normalizara suas relações internacionais, porém, havia sido assinado em fevereiro de 1947, antes do discurso de Truman que marcou o início da Guerra Fria e do bloqueio soviético a Berlim Ocidental. A atmosfera de entendimento ainda vigente permitia, assim, que, ao longo de 90 artigos e 17 anexos, o texto acordado dispusesse em detalhes sobre demarcação de fronteiras (e suas consequências sobre a nacionalidade de pessoas em territórios que mudaram de soberania), indenizações e reparações, julgamento de criminosos de guerra e restrições às forças armadas italianas.<sup>1058</sup>

Quando as negociações entre os EUA e o Japão começaram, a Guerra Fria já era uma realidade, e logo ficou claro que não seria viável repetir o mesmo formato. Não apenas o bloco comunista rechaçaria um instrumento que mantivesse Tóquio tão umbilicalmente ligada a Washington, como mesmo entre os aliados dos EUA havia interesses muito divergentes. A solução que se encontrou foi uma combinação de "several treaties and agreements, all contributing to a settlement with Japan." Reparções e outras demandas, inclusive o desejo

---

<sup>1054</sup> ACHESON, op. cit., p. 426-431.

<sup>1055</sup> MACARTHUR, op. cit., p. 323.

<sup>1056</sup> ACHESON, op. cit., p. 434.

<sup>1057</sup> DOWER, op. cit., p. 552.

<sup>1058</sup> O texto incluía até uma lista nominal dos navios de guerra que a Itália poderia conservar (Traité de paix conclu entre l'Australie, la Belgique, la Biélorussie, le Brésil, le Canada, la Chine, les États-Unis d'Amérique, l'Éthiopie, la France, la Grande-Bretagne, la Grèce, l'Inde, la Nouvelle-Zélande, les Pays-Bas, la Pologne, la Tchécoslovaquie, l'Ukraine, l'U.R.S.S, l'Union sud-africaine et la Yougoslavie, d'une part, et l'Italie, d'autre part, accord signé ou adopté le 10/02/1947. Disponível em: <[https://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/vue-consult/mae\\_internet\\_\\_traites/TRA19470008](https://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/vue-consult/mae_internet__traites/TRA19470008)>. Acesso em 10.02.2022).

estadunidense de manter bases militares no Japão soberano, seriam negociadas bilateralmente com Tóquio.<sup>1059</sup>

O tratado principal, embora devesse ser firmado por dezenas de países, foi essencialmente negociado entre o Japão e os EUA, além de uns poucos "key allies"<sup>1060</sup>. Só em meados de 1951, é que os rascunhos começaram a ser amplamente compartilhados com os potenciais signatários, alguns dos quais levantaram objeções.<sup>1061</sup> Dois dias após receber a consulta, o México questionou o artigo que dispunha sobre o uso de bens confiscados aos japoneses como reparações de guerra, por entender que isso seria um assunto doméstico. No dia seguinte, o Peru apresentou queixas quanto ao mesmo dispositivo, que previa reparações apenas para países que tivessem sido atacados pelas forças imperiais, o que excluiria toda a América Latina.<sup>1062</sup> Filipinas, Países Baixos e o próprio Japão também questionariam tais disposições, e as tratativas se arrastariam até as vésperas da assinatura do tratado, com as delegações já em São Francisco.<sup>1063</sup>

O artigo 14 do tratado finalmente assinado dispõe que "Japan should pay reparations to the Allied Powers for the damage and suffering caused by it during the war", mas seu parágrafo primeiro restringe os países que fariam jus a tais reparações: "Japan will promptly enter into negotiations with Allied Powers so desiring, whose present territories were occupied by Japanese forces and damaged by Japan."<sup>1064</sup> Seguiam-se, ainda, outras cláusulas, especificando condições e exceções para as reparações, que o Brasil entendeu amparar as medidas tomadas contra bens de pessoas e empresas japonesas. Na exposição de motivos pela qual submeteu o tratado à apreciação do Congresso Nacional, o Executivo sustentaria que "essas disposições não prejudicam, contudo, o direito das Potências Aliadas de liquidar ou dispor, salvo algumas

---

<sup>1059</sup> DOWER, op. cit., p. 552. ACHESON, op. cit., p. 432-435.

<sup>1060</sup> ACHESON, op. cit., p. 434.

<sup>1061</sup> The Secretary of State to Certain Diplomatic Offices, 18.07.1951. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1951v06p1/d645>>. Acesso em 03.02.2022.

<sup>1062</sup> ROMERO HOSHINO, op. cit., p. 80.

<sup>1063</sup> Foreign Relations of the United States, 1951, Asia and the Pacific, Volume VI, Part 1 - Editorial Note. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1951v06p1/d717>>. Memorandum of Conversation, by the Officer in Charge of Economic Affairs in the Office of Northeast Asian Affairs (Hemmendinger), 03.09.1951. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1951v06p1/d723>>. Memorandum of Conversation, by the Deputy Director of the Office of British Commonwealth and Northern European Affairs (Satterthwaite), 03.09.1951. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1951v06p1/d724>>. Acesso em 06.02.2022.

<sup>1064</sup> Treaty of Peace with Japan (with two declarations). Signed at San Francisco, on 8 September 1951. Disponível em: <<https://treaties.un.org/doc/publication/unts/volume%20136/volume-136-i-1832-english.pdf>>. Acesso em 20.12.2021. Grifo nosso.

exceções, de bens, direitos e interesses japoneses em seu território", entendimento que viria a ser acolhido pelo Legislativo.<sup>1065</sup> Os japoneses, contudo, questionariam tal interpretação, e o tema continuaria sendo debatido até depois da entrada em vigor do tratado.<sup>1066</sup>

O fato é que, quando foi consultado pelos EUA, o Brasil se absteve de fazer comentários à minuta do tratado. Talvez o Itamaraty não tenha sequer vislumbrado a brecha que viria a ser utilizada pelos japoneses; ou já tinha a convicção que viria a expressar quando do envio do texto ao Congresso. O contexto de Guerra Fria, em que qualquer discordância em relação aos EUA podia ser vista como atitude pró-soviética, acirrava os ânimos no plano doméstico e dificultavam as negociações externas.<sup>1067</sup> Ademais, a pouca margem de manobra de que o Brasil dispunha já estava empenhada em outras frentes.

Desde que voltara ao poder, em janeiro de 1951, Vargas estava tentando negociar ajuda econômica e cooperação militar em troca do pedido dos EUA de envio de tropas à Coreia. Washington havia sondado o Rio de Janeiro no ano anterior, mas, em final de mandato, Dutra havia optado por não assumir compromisso.<sup>1068</sup> Após a troca de governo no Brasil, os EUA voltaram à carga: em abril de 1951, o próprio Truman redigiu uma carta a Vargas; e, em junho, o pedido de tropas foi reiterado, desta vez pelo secretário-geral da ONU, o norueguês Trygve Lie.<sup>1069</sup>

Menos de uma década antes, a iniciativa do envio de tropas para lutar ao lado das forças estadunidenses havia partido do Brasil. A Guerra da Coreia, no entanto, era um conflito longínquo, e não tinha havido agressão ao continente americano nem afundamento de navios brasileiros. Vargas sabia, assim, que o envio de uma força expedicionária não teria respaldo na opinião pública ou no Congresso, que estava fechado quando se organizou a FEB. Fiel a seu estilo, o presidente preferiu não dar uma resposta negativa. Em vez disso, decidiu enviar o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Pedro Aurélio de Góes Monteiro, a Washington,

---

<sup>1065</sup> PL 1518/1951. Disponível em: [www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=193113](http://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=193113). Acesso em 06.02.2022.

<sup>1066</sup> Os bens dos japoneses residentes no Brasil haviam sido liberados em 1950, mas não os dos residentes no exterior. O cerne da discórdia residia em estabelecer se, mesmo não tendo praticado ato de guerra contra o Brasil, o Japão podia ser responsabilizado pelas agressões de seus aliados, como pretendia o decreto-lei que estabelecera o confisco, em 1942 (ver memorando da Divisão Política, 21.07.1952, e outros documentos no maço temático ostensivo 47.632, AHI-BSB).

<sup>1067</sup> ALVES, Vágner Camilo. **Da Itália à Coreia: decisões sobre ir ou não à guerra**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007, p.156-159.

<sup>1068</sup> PONTES, Kassius Diniz da Silva. **A parceria frustrada: JK e os Estados Unidos**. 2019. Tese (Doutorado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, p. 21-23.

<sup>1069</sup> ALVES, op. cit., p.139-142.

com o objetivo de barganhar contrapartidas às tropas que, na realidade, o Brasil nunca mandaria.<sup>1070</sup>

O país já não gozava do mesmo prestígio de que dispunha antes da guerra, como pôde constatar Góes Monteiro: se, em missão a Washington antes da guerra, o general havia almoçado a sós com o presidente Roosevelt por duas ocasiões, em 1951, negociou com o segundo e o terceiro escalões nos Departamento de Estado e de Defesa.<sup>1071</sup> Na mesma linha, o país não foi objeto de qualquer deferência especial, por exemplo, quando o Departamento de Estado reuniu chefes de missões diplomáticas em Washington para explicar os procedimentos que governariam a conferência de São Francisco; a única menção específica foi ao México, "which as everyone knows had a fighting contingent in the Japanese theater".<sup>1072</sup> Nesse contexto, seria contraproducente abrir nova frente de negociação, sobre um tratado já em discussões avançadas entre os EUA e os principais aliados.

O Brasil resignou-se, então, a tomar nota do rascunho de tratado apresentado pelos EUA e preparou-se para assiná-lo. A constituição de 1946 conferia ao Congresso a prerrogativa de "autorizar o Presidente da República a declarar a guerra e a fazer a paz."<sup>1073</sup> Assim, no início de agosto de 1951, Vargas submeteu a questão ao Legislativo, que formalizou sua anuência no fim do mês, quando a delegação brasileira à conferência já tinha chegado aos EUA.<sup>1074</sup>

O Brasil, aliás, foi um dos poucos países não representados em São Francisco pelo embaixador junto aos EUA. Assinaram o tratado Carlos Martins Pereira e Sousa, que havia sido embaixador nos EUA de 1939 a 1948, e o segundo diplomata na hierarquia da embaixada em

---

<sup>1070</sup> Depois da missão do general Góes Monteiro, viriam a ser assinados dois acordos militares e um compromisso para a venda de minerais raros aos EUA. ALVES, op. cit., p. 144, 171.

<sup>1071</sup> The Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs (Miller) to the Ambassador in Brazil (Johnson), 23.10.1951. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1951v02/d721>>. Acesso em 06.02.2022.

<sup>1072</sup> Memorandum by the Deputy Director of the Office of Regional American Affairs (Burrows), 24.08.1951. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1951v06p1/d705>>. Acesso em 11.02.2022. O México enviou pilotos para lutar no Pacífico (ver, por exemplo, *When the Mexican Air Force Went to War Alongside America*, The New York Times Magazine, 27.05.2020. Disponível em: <[www.nytimes.com/2020/05/27/magazine/world-war-ii-mexican-air-force.html](http://www.nytimes.com/2020/05/27/magazine/world-war-ii-mexican-air-force.html)>. Acesso em: 11.02.2022).

<sup>1073</sup> Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 18.09.1946. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm)>. Acesso em 06.02.2022.

<sup>1074</sup> Carta de João Neves da Fontoura a Getúlio Vargas, 02.08.1951, GV c 1951.08.02/2 (disponível em: <[www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV4/2224](http://www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV4/2224)>). Decreto legislativo 29, 29.08.1951 (disponível em: <[www2.camara.leg.br/legin/fed/declleg/1950-1959/decretolegislativo-29-29-agosto-1951-351352-norma-pl.htm](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declleg/1950-1959/decretolegislativo-29-29-agosto-1951-351352-norma-pl.htm)>). Acesso em 08.01.2022.

Washington, Afrânio de Mello Franco Filho.<sup>1075</sup> No início de 1951, o titular do posto, embaixador Mauricio Nabuco, já havia avisado o Rio de Janeiro que queria se aposentar, e a escolha de seu antecessor como representante em São Francisco, da qual só foi inforamdo às vésperas da conferência, contribuiu para seu retorno ao Brasil, pouco mais de um mês depois da assinatura do tratado.<sup>1076</sup>

Carlos Martins chegou a cogitar apresentar reservas ao texto, mas acabou atendendo a pedido do secretário de Estado, Dean Acheson, no sentido de que, se fossem inevitáveis, tais reservas fossem formuladas no momento da ratificação — e não da assinatura. Do contrário, explicou o embaixador a Vargas, "abriremos precedente para os demais Governos e assim daremos aos russos uma oportunidade para fazer reservas substanciais, ou mesmo de todos os artigos, ficando assim mutilado o Tratado, e ridicularizada a Conferência."<sup>1077</sup>

Embora reveladora das disputas políticas que caracterizavam o governo democrático de Vargas, a ausência do embaixador Mauricio Nabuco foi das menos relevantes em São Francisco. Sem acordo sobre se deveria ser representada pelo governo de Mao Zedong ou de Chiang Kai-shek, a China sequer foi convidada. Apesar de ter declarado guerra ao Japão em julho de 1945,<sup>1078</sup> a Itália tampouco foi chamada a participar, uma vez que os EUA "do not deem it appropriate for former Axis partner to be put in position of victor over another Axis partner."<sup>1079</sup> A Índia foi convidada, mas optou por não enviar representante e preferiu assinar acordo bilateral com o Japão, concluído em 1952.<sup>1080</sup>

---

<sup>1075</sup> Treaty of Peace with Japan (with two declarations). Signed at San Francisco, on 8 September 1951. Disponível em: <<https://treaties.un.org/doc/publication/unts/volume%20136/volume-136-i-1832-english.pdf>>. Acesso em 20.12.2021.

<sup>1076</sup> NABUCO, Maurício. **Maurício Nabuco e o diário secreto da diplomacia brasileira (1919-1977)**. Manuscrito, 2020, p. 85-91.

<sup>1077</sup> Carta de João Neves da Fontoura a Getúlio Vargas, 05.09.1951, GV c 1951.08.02/2. Disponível em: <[www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV4/2225](http://www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV4/2225)>. Reservas foram apresentadas no momento da ratificação por Equador e El Salvador (inclusive sobre o controverso artigo 14, referente às reparações), além dos próprios EUA. Treaty of Peace with Japan, done at San Francisco September 8, 1951. Disponível em: <[www.state.gov/treaty-of-peace-with-japan-san-francisco](http://www.state.gov/treaty-of-peace-with-japan-san-francisco)>. Acesso em 08.01.2022.

<sup>1078</sup> The Italian Ambassador (Tarchiani) to the Acting Secretary of State, 14.07.1945. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1945v04/d914>>. Acesso em 08.01.2022.

<sup>1079</sup> The Secretary of State to the United States Political Adviser to SCAP (Sebald) 16.07.1951. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1951v06p1/d644>>. Acesso em 06.02.2022.

<sup>1080</sup> Japan-India Relations (Basic Data), 18.11.2021. Disponível em: <[www.mofa.go.jp/region/asia-paci/india/data.html](http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/india/data.html)>. A Índia apresentou objeções substantivas ao texto (Memorandum by Mr. William L. S. Williams of the Office of South Asian Affairs, 29.08.1951. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1951v06p1/d712>>). Há, também, evidência de que a decisão de não tomar parte no tratado deva-se a considerações geopolíticas relativas às relações com a China, a URSS e outros países asiáticos (The Chargé in India (Steere) to the Department of State, 24.09.1951. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1951v06p1/d747>>). Acesso em 06.02.2022.

A ausência mais notável, embora em alguma medida previsível, foi a da URSS. O fato de Moscou e seus aliados aceitarem o convite foi uma surpresa para Washington.<sup>1081</sup> Possivelmente, acreditavam que conseguiriam alterar o texto, mas, claramente, não se deram conta de que as regras de procedimentos adotadas no início da conferência não contemplavam a possibilidade de emendas. O próprio Acheson envolveu-se pessoalmente na negociação de tais regras, aparentemente burocráticas, mas que acabaram blindando o texto e assegurando o sucesso da conferência. Derrotado, o bloco comunista simplesmente deixou de comparecer ao último dia da conferência, não sem antes protagonizar episódio que, além de pitoresco, ilustra a tensão da Guerra Fria. Pouco depois de ser informado da impossibilidade de emendas ao acordo, o delegado soviético, Andrei Gromyko (que, como Carlos Martins, havia sido embaixador junto aos EUA), levantou-se para ir ao banheiro; ato contínuo, todos os representantes dos países comunistas, que acharam que ele estava se retirando da conferência em protesto, também se levantaram, apenas para retomarem seus lugares depois da procissão ao sanitário masculino, no qual só não entrou a representante da Tchecoslováquia.<sup>1082</sup> Tóquio e Moscou restabeleceriam relações diplomáticas somente em 1956, mas, sem acordo sobre as disputas territoriais — que, até hoje, permanecem sem solução —, houve apenas uma declaração conjunta.<sup>1083</sup>

Finalmente, na manhã do dia 8 de setembro de 1951, o tratado foi assinado nas luxuosas dependências da Ópera de São Francisco, que, seis anos antes, havia sediado a conferência da qual se originara a Organização das Nações Unidas (ONU). Além do Japão, firmaram o instrumento nada menos que 48 países, alguns dos quais sequer existiam durante a guerra, como Laos, Paquistão e Vietnã.<sup>1084</sup>

A paz com o Japão era apenas uma das peças no tabuleiro da política de segurança dos EUA na Guerra Fria. Os compromissos do secretário de Estado para o resto do dia 8 de setembro formam uma metáfora da estratégia mais ampla para conter o avanço comunista no Leste da

---

<sup>1081</sup> Memorandum by the Deputy Director of the Office of Regional American Affairs (Burrows), 24.08.1951. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1951v06p1/d705>>. Acesso em: 06.02.2022.

<sup>1082</sup> ACHESON, op. cit., p. 542-547. E também *Na Conferência de Paz de S. Francisco*, Correio Paulistano, 14.09.1951, p. 1. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/090972\\_10/7839](http://memoria.bn.br/DocReader/090972_10/7839)>. Acesso em 20.12.2021.

<sup>1083</sup> Northern Territories Issue. Disponível em: <[www.mofa.go.jp/region/europe/russia/territory/overview.html](http://www.mofa.go.jp/region/europe/russia/territory/overview.html)>. Acesso em 07.02.2022.

<sup>1084</sup> Treaty of Peace with Japan, done at San Francisco September 8, 1951. Disponível em: <[www.state.gov/treaty-of-peace-with-japan-san-francisco](http://www.state.gov/treaty-of-peace-with-japan-san-francisco)>. Acesso em 20.12.2021.

Ásia: depois de visitar feridos da Guerra da Coréia no *Veteran's Hospital*, Acheson assinou o Tratado de Defesa com o Japão.<sup>1085</sup>

**Figura 24:** Assinatura do Tratado de São Francisco (1951)



O embaixador Carlos Martins Pereira e Sousa e o primeiro-ministro Shigeru Yoshida assinaram o Tratado de Paz de São Francisco, em 8 de setembro de 1951.

**Fonte:** Esquerda: *Na Conferência de Paz de S. Francisco*, Correio Paulistano, 14.09.1951, p. 1. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/090972\\_10/7839](http://memoria.bn.br/DocReader/090972_10/7839)>. Direita: Treatment of Takeshima in the San Francisco Peace Treaty. Disponível em: <[https://www.mofa.go.jp/a\\_o/na/takeshima/page1we\\_000062.html](https://www.mofa.go.jp/a_o/na/takeshima/page1we_000062.html)>.

Negociado em paralelo ao tratado de paz, o acordo bilateral de segurança fazia do antigo inimigo uma ponta de lança das tropas estadunidenses na Ásia, com o objetivo de não apenas garantir a estabilidade na região, mas também "put down large scale internal riots and disturbances in Japan, caused through instigation or intervention by an outside power or powers."<sup>1086</sup> A soberania parecia voltar apenas parcialmente, mas era o preço que o governo japonês se dispunha a pagar, até porque o país não contava com forças armadas, e o contexto regional era ameaçador: não bastassem os conflitos na China e na Coreia, o Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua firmado entre Pequim e Moscou, em fevereiro de 1950, era visto em Tóquio como "virtually a military alliance aimed at Japan."<sup>1087</sup> O que os japoneses não sabiam é que a fatura ainda não estava totalmente quitada.

<sup>1085</sup> ACHESON, op. cit., p. 549

<sup>1086</sup> Security Treaty Between the United States and Japan, 08.09.1951. Disponível em: <[https://avalon.law.yale.edu/20th\\_century/japan001.asp](https://avalon.law.yale.edu/20th_century/japan001.asp)>. Acesso em 07.02.2022.

<sup>1087</sup> Carta do primeiro-ministro Shigeru Yoshida para o embaixador John Foster Dulles, 24.12.1951. *The Department of State Bulletin*, vol. XXVI, n. 657, 28.01.1953, p. 120. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/2027/mdp.39015077177981?urlappend=%3Bseq=120%3Bownerid=42783500-119>>. Acesso em 07.02.2022.

Embora não tenha havido representante da China em São Francisco, o Tratado de Paz mencionava nominalmente o país como nação habilitada a reparações.<sup>1088</sup> Em teoria, caberia ao Japão decidir se entraria em negociações com os comunistas ou os nacionalistas, mas o senado estadunidense condicionou a ratificação do Tratado de São Francisco a que Tóquio optasse pelo governo de Chiang Kai-shek.<sup>1089</sup> Não que, com sua segurança nas mãos dos EUA, o Japão pudesse preferir Taiwan, com quem, aliás, já estava em negociações, desde antes da conferência de São Francisco, para abrir escritório de representação similar aos que havia instalado em outros países, inclusive o Brasil.<sup>1090</sup> O que não estava claro é que o país teria que aderir ao embargo comercial imposto pelos EUA à China continental, medida que "shocked Japanese businessmen and economic planners, who had taken the China market for granted."<sup>1091</sup>

De todo modo, o Japão ratificou o Tratado de São Francisco — bem como o acordo bilateral com os EUA — em 19 de novembro de 1951.<sup>1092</sup> O Brasil só o fez em maio de 1952, e “este retraso se debió a los problemas burocráticos y a algunas fricciones que hubo entre el presidente Getúlio Vargas (1951-1954) y el Congreso.”<sup>1093</sup> Sinal dos tempos, Vargas precisou de oito meses para selar a paz, ao passo que, em 1942 e em 1945, bastara-lhe reunir seus ministros para decidir pelas declarações de guerra. Só em dezembro de 1951 — depois, portanto, da ratificação japonesa —, o texto do tratado foi submetido ao Legislativo, que formalizou sua anuência à ratificação em maio do ano seguinte.<sup>1094</sup>

Para os países que já o haviam ratificado, o acordo entrou em vigor no dia 28 de abril de 1952 — às 08h30 de Washington e às 22h30 de Tóquio —, quando os EUA depositaram o

---

<sup>1088</sup> Treaty of Peace with Japan (with two declarations). Signed at San Francisco, on 8 September 1951. Disponível em: <<https://treaties.un.org/doc/publication/unts/volume%20136/volume-136-i-1832-english.pdf>>. Acesso em 20.12.2021.

<sup>1089</sup> ACHESON, op. cit., p. 603-604.

<sup>1090</sup> Memorandum of Conversation, by the Third Secretary of the Mission in Japan (Finn), 28.06.1951. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1951v06p1/d612>>. O escritório da *Japanese Overseas Agency* em Tiwan foi instalado em novembro de 1951 (The Chargé in the Republic of China (Rankin) to the Secretary of State, 25.10.1951. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1951v06p1/d764>>). Acesso em 13.02.2022.

<sup>1091</sup> DOWER, op. cit., p. 552.

<sup>1092</sup> Role of the United States in the negotiation and conclusion of the treaty of peace with Japan; conclusion of a bilateral security treaty; progress toward an administrative agreement; policy of the United States regarding rearmament of Japan; occupation and control of Japan - Editorial Note. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1951v06p1/d735>>. Acesso em 20.12.2021.

<sup>1093</sup> ROMERO HOSHINO, op. cit., p. 85. No plano interno, o Tratado só foi promulgado pelo decreto 30.948, de 05.06.1952 (disponível em: <[www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-30948-5-junho-1952-338324-norma-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-30948-5-junho-1952-338324-norma-pe.html)>. Acesso em 15.12.2021).

<sup>1094</sup> Decreto legislativo 29, 05.05.1952. Disponível em: <[www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1950-1959/decretolegislativo-29-5-maio-1952-350075-norma-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1950-1959/decretolegislativo-29-5-maio-1952-350075-norma-pl.html)>. Acesso em 15.12.2021.

instrumento de ratificação.<sup>1095</sup> O Brasil não quis ficar para trás e agiu como se já fosse parte do acordo. No próprio dia 28, o conselheiro Oswaldo Tavares "passei nota a este Governo anunciando haver sido designado Encarregado de Negócios interino, ficando restabelecidas as relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão e passando esta Missão à categoria de Embaixada."<sup>1096</sup> O Japão, que reencontrava sua soberania após quase sete anos de ocupação, também tinha todo interesse em normalizar as relações com o Brasil e incluiu Tavares entre os representantes estrangeiros a serem recebidos pelo novo chanceler, Katsuo Okazaki (que assumiu o cargo no dia 30 de abril), no dia 1º de maio.<sup>1097</sup> As audiências diplomáticas, porém, não foram o fato mais marcante do dia.

A insatisfação com o que percebiam como subordinação excessiva aos EUA levou mais de um milhão de japoneses às ruas, no que ficaria conhecido como o "primeiro de maio sangrento". Houve violentos confrontos, que deixaram dois mortos e centenas de feridos, além de prejuízos materiais, inclusive de propriedade de estadunidenses.<sup>1098</sup> Embora a agitação pareça ter sido alimentada por comunistas, o movimento tinha lastro na sociedade: pesquisa de opinião revelaria pouco depois que apenas 41% dos entrevistados consideravam o Japão uma nação efetivamente independente.<sup>1099</sup>

---

<sup>1095</sup> O texto do Tratado previa entrada em vigor quando fosse ratificado pelos EUA e mais cinco dos seguintes signatários: Austrália, Canadá, Filipinas, França, Indonésia, Nova Zelândia, Países Baixos, Paquistão, Reino Unido e Sri Lanka (então Ceilão). Três signatários (Colômbia, Indonésia e Luxemburgo) nunca depositaram o instrumento de ratificação (Treaty of Peace with Japan, done at San Francisco September 8, 1951. Disponível em: <[www.state.gov/treaty-of-peace-with-japan-san-francisco](http://www.state.gov/treaty-of-peace-with-japan-san-francisco)>. Acesso em 20.12.2021).

<sup>1096</sup> Telegrama 35, da missão diplomática brasileira em Tóquio para a Secretaria de Estado, 29.04.1952. Maço temático ostensivo 60.135, AHI-BSB.

<sup>1097</sup> Telegrama 30, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 30.04.1952. Maço temático ostensivo 58.033, AHI-BSB. O embaixador Rio Branco permanecia em Tóquio, mas o Brasil preferiu não acreditar junto ao governo japonês, provavelmente porque já havia um sucessor designado.

<sup>1098</sup> *Demonstração comunista em Tóquio*, Diário de Notícias, 03.05.1952, p. 1. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/093718\\_03/16297](http://memoria.bn.br/DocReader/093718_03/16297)>. Acesso em 07.02.2022.

<sup>1099</sup> DOWER, op. cit., p. 553.

Figura 25: Restabelecimento formal de relações (1952)

Emb. Tóquio/104/949.(56)920.1(42)(56)/1952/Anexo único.

OPIA.

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL  
Tokyo, 28th April 1952.

Nº 1

Excellency,

I have the honour to inform Your Excellency, in accordance with instructions received from my Government, that I have been appointed as Brazilian Chargé d'Affaires ad interim.

2. I shall therefore wholeheartedly support the resolution taken with one accord by the governments of Brazil and Japan, so that the normal relations between our two countries may be resumed with the entry into force of the Peace Treaty, and the revival of the Brazilian representation into the category of Embassy.

3. I beg leave of Your Excellency to say that I consider it a privilege that it has been my lot to be the agent in the restoration of the good relations which previously existed between Brazil and Japan, and to express at the same time my best wishes that those relations will become more closely knit together in the reciprocal interest of both countries.

I avail myself of this opportunity to express to Your Excellency the assurances of my highest consideration.

(as.) Oswaldo Tavares

His Excellency  
Shigeru Yoshida,  
Minister for Foreign Affairs.

E' cópia fiel:

*Alfredo Rainho da Silva Neves*  
Alfredo Rainho da Silva Neves,  
Terceiro Secretário

Cópia da Nota Verbal nº 1, da embaixada do Brasil em Tóquio para o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão, que marcou o restabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, antes mesmo que o Brasil ratificasse o Tratado de São Francisco.

Fonte: Maço temático ostensivo 47.564, AHI-BSB.

Tavares foi recebido no Gaimusho de manhã, antes que as manifestações degenerassem, e ouviu fartos elogios do chanceler japonês ao Brasil, inclusive por ter "reatado relações mesmo antes da ratificação do Tratado." Okazaki afirmou, ainda, que "considera o posto do Rio de Janeiro um dos mais importantes do serviço diplomático a ser agora reorganizado."<sup>1100</sup>

**Figura 26:** "Primeiro de maio sangrento" (1952)



Em 1952, japoneses contrários à presença estadunidense protestaram no dia que viria a ser conhecido como "primeiro de maio sangrento". Naquela manhã, o encarregado de negócios do Brasil, conselheiro Oswaldo Tavares, foi recebido pelo chanceler japonês, Katsuo Okazaki, no primeiro encontro oficial entre os dois países desde o rompimento de relações, em 1942.

**Fonte:** The May Day Riots, disponível em: <[https://arsof-history.org/articles/v8n1\\_mayday\\_riots\\_page\\_1.html](https://arsof-history.org/articles/v8n1_mayday_riots_page_1.html)>.

<sup>1100</sup> Telegrama 38, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 01.05.1952. Maço temático ostensivo 57.645, AHI-BSB.

De fato, a embaixada no Rio de Janeiro foi logo restabelecida. No dia 29 de setembro de 1952, chegou ao Rio de Janeiro o embaixador Shin Kimitsuka, grande conhecedor do Brasil, que, antes da guerra, havia vivido 11 anos em Campinas como empresário (não era diplomata de carreira).<sup>1101</sup> Em 14 de outubro, apresentou suas cartas credenciais ao presidente Getúlio Vargas, em cerimônia solene no palácio do Catete.<sup>1102</sup> Com isso, as relações bilaterais voltaram ao patamar formal em que se encontravam antes da guerra, uma vez que, em Tóquio, também já havia um novo embaixador.

No final de 1951, então à frente da embaixada do Brasil no Chile, Júlio Augusto Barboza Carneiro foi escolhido para suceder o embaixador Rio Branco como representante junto ao SCAP. Em março de 1952, porém, Rio Branco alertou que a entrada em vigor do Tratado de Paz era iminente, de modo que, além da já obtida anuência do SCAP ao nome de seu sucessor, seria prudente solicitar desde logo o *agrément* do governo japonês. Esta última nomeação, diferentemente da primeira, dependia da aprovação do Senado, que só veio em maio. Barboza Carneiro teve, assim, que passar várias semanas no Rio de Janeiro, onde planejava apenas uma breve escala no caminho de Santiago a Tóquio, e só chegou ao Japão em 7 de agosto, mês que, tradicionalmente, o imperador passava longe do calor estival da capital. Assim, só pôde fazer-lhe a entrega das cartas credenciais em 12 de setembro.<sup>1103</sup>

Na manhã daquela sexta-feira, Barboza Carneiro foi ao encontro do soberano que, no trono desde 1926, já havia recebido os embaixadores Silvino Gurgel do Amaral (1931-1934), Carlos Martins Pereira e Sousa (1934-1935), Pedro Leão Velloso (1935-1939) e Frederico de Castello Branco Clark (1939-1942), para mencionar apenas aqueles que estão nominalmente citados neste trabalho.<sup>1104</sup> Obedecendo ao rígido protocolo imperial — com regras sobre como curvar-se perante sua majestade, fazer a entrega das cartas credenciais e afastar-se sem dar-lhe as costas —, Barboza Carneiro deixou o Hotel Imperial, onde estava hospedado, em carruagens da corte, "berlindas de fins do século passado, forradas de cetim creme," e, no palácio imperial,

---

<sup>1101</sup> *No Rio o novo embaixador do Japão*, Correio da Manhã, 30.09.1952, p. 4. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/089842\\_06/20744](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/20744)>. *Não é um estranho, mas um amigo que retorna com propósitos de cooperação recíproca*, A Noite, 30.09.1952, p. 8. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/348970\\_05/14893](http://memoria.bn.br/DocReader/348970_05/14893)>. Acesso em 21.12.2021.

<sup>1102</sup> Ata da entrega de credenciais do embaixador de sua majestade o imperador do Japão, outubro de 1952. Maço temático ostensivo 70.282, AHI-BSB.

<sup>1103</sup> Vide documentação no maço temático ostensivo 61.678, AHI-BSB. Nesse meio tempo, já tinha sido reaberto o consulado-geral do Brasil em Kobe (telegrama 1, do consulado-geral do Brasil em Kobe para a Secretaria de Estado, 06.06.1952. Maço temático ostensivo 63.109, AHI-BSB).

<sup>1104</sup> Embaixadas do Brasil: Histórico dos chefes de legações e embaixadas. Disponível em: <[www.funag.gov.br/postos](http://www.funag.gov.br/postos)>. Acesso em 13.02.2022.

cumpriu praticamente o mesmo ritual que seus antecessores. Duas pequenas diferenças, porém, são reveladoras das grandes mudanças por que o Japão havia passado desde a guerra.<sup>1105</sup>

Assim como Hirohito conservou o trono mas se viu despido de algumas de suas prerrogativas, o palácio imperial, como que numa metáfora, também foi majoritariamente preservado, porém não saiu ileso. "O salão onde, antes da guerra, o Imperador recebia os Diplomatas, encontrava-se na parte do edifício destruída pelo bombardeio aéreo," e a cerimônia das credenciais de Barboza Carneiro teve lugar em outra ala. Além disso, as carruagens que conduziram o novo embaixador brasileiro foram acompanhadas por "um pelotão da Cavalaria da Polícia que faz às vezes do extinto exército, o qual outrora dava tal escolta."<sup>1106</sup> Com efeito, a nova constituição proibiu ao Japão a guerra ou a ameaça de uso da força como instrumento de política externa e, nesse sentido, banuiu a existências de forças armadas.<sup>1107</sup> Ao selarem a paz, em 1952, Brasil e Japão já não eram os mesmos países que haviam rompido relações 10 anos antes.

---

<sup>1105</sup> Ofício 219, da embaixada do Brasil em Tóquio para a Secretaria de Estado, 15.09.1952. Maço temático ostensivo 61.678, AHI-BSB.

<sup>1106</sup> Ibidem.

<sup>1107</sup> The Constitution of Japan. Disponível em: <<https://www.ndl.go.jp/constitution/e/etc/c01.html>>. Acesso em 26.01.2022. Até hoje, o Japão não dispõe, formalmente, de exército, marinha ou aeronáutica; conta, contudo, com modernas "forças de auto-defesa".

Figura 27: Primeiros embaixadores no pós-guerra (1952)



À esquerda: o embaixador Júlio Augusto Barboza Carneiro na carruagem que o levou ao palácio imperial, onde se apresentou formalmente ao imperador Hirohito, no dia 12 de setembro de 1952. À direita: chegada ao Rio de Janeiro do primeiro embaixador do Japão no pós-guerra, Shin Kimitsuka, em 29 de setembro do mesmo ano.

**Fonte:** *Envoy Presents Credentials*, Nippon Times, 13.09.1952. Maço temático ostensivo 61.678, AHI-BSB. *Embaixador do Japão*, Diário Carioca, 30.09.1952, p. 12. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/093092\\_04/16199](http://memoria.bn.br/DocReader/093092_04/16199)>.

\*\*\*

A rendição inaugurou uma nova era para o Japão. A ocupação estadunidense não apenas dissolveu as forças armadas, mas trouxe mudanças em todos os aspectos da vida do país, da política à cultura, passando pela culinária.<sup>1108</sup> Para o Brasil, a capitulação significou, antes de mais nada, o engavetamento de quaisquer planos de envio de tropas ao Pacífico, o que acabou transformando a tardia declaração de guerra em mera formalidade — pelo menos no plano internacional.

<sup>1108</sup> DOWER, op. cit.

No plano doméstico, o fim da guerra marcou o início da batalha entre “vitoristas” e “derrotistas”, na colônia japonesa. Os assassinatos e outros atos terroristas só estancaram no início de 1947, quando iniciava-se outra luta, que acabaria contribuindo para a reconciliação entre Brasil e Japão.

A Guerra Fria fez o SCAP relegar a segundo plano as reformas impostas ao Japão desde 1945 e levou MacArthur a acelerar a reabertura do país ao comércio exterior, com reflexos sobre o Brasil. O anticomunismo já havia sido traço comum entre Tóquio e o Rio de Janeiro nos anos 1930, e, em 1949, foi justamente o avanço das tropas de Mao Zedong que deu novo impulso à reaproximação entre os dois países — desta feita, de maneira muito mais prosaica, ao levar à saída de Xangai daqueles que seriam os primeiros diplomatas brasileiros a pisar no Japão desde 1942.

A volta de Vargas ao poder, em 1951, e sua anuência à retomada da imigração, constituíram mais um estímulo à reaproximação que se verificava, cada vez mais, no comércio, em especial na área da construção naval. A entrada em vigor do Tratado de Paz, em 1952, a despeito de o Brasil ainda não tê-lo ratificado, revelou o desejo mútuo de formalizar prontamente a normalização das relações bilaterais. Esse mesmo desejo, aliado à cortesia diplomática, terá contribuído para apagar a mancha da guerra do relacionamento bilateral. Na carta pela qual acreditou o embaixador Barboza Carneiro como seu representante no Japão, Vargas chamou o imperador Hirohito de “Grand et Bon Ami” e omitiu qualquer referência ao rompimento de relações ou à declaração de guerra:

Le désir de maintenir et de resserrer les liens de bonne amitié qui ont toujours heureusement existé entre nos deux pays m'a déterminé à accréditer auprès de Votre Majesté Monsieur Julio Augusto Barboza Carneiro en qualité d'Ambassadeur Extraordinaire et Plénipotentiaire.<sup>1109</sup>

Estavam, assim, formalmente encerrados os “10 anos de lacuna” iniciados em janeiro de 1942.<sup>1110</sup>

---

<sup>1109</sup> Getúlio Dornelles Vargas, président de la République des États Unis do Brésil, à sa majesté Hirohito, Empereur du Japon, 20.05.1952. Maço temático ostensivo 61.678, AHI-BSB. Grifo nosso.

<sup>1110</sup> Ninomiya, 2016: p. 45.

## Conclusão

O período envolvendo a Segunda Guerra Mundial — desde as tensões que a antecederam até os desdobramentos do fim dos combates e o restabelecimento da paz — constitui lacuna no estudo das relações político-diplomáticas entre Brasil e Japão. Esse hiato historiográfico poderia dar a impressão de inexistirem no período eventos dignos de nota, o que esta dissertação demonstra não ser o caso.

Quando a guerra começou na Europa, as exportações brasileiras para o Japão estavam em franca expansão, capitaneadas pelo algodão, que, em grande medida, era produzido justamente por imigrantes japoneses estabelecidos no interior paulista. O prolongamento da guerra na China tornava o Império nipônico dependente das matérias-primas do Brasil, e esse comércio enchia os porões dos navios japoneses que faziam a ligação marítima entre os dois países. As empresas de navegação beneficiavam-se também do transporte de migrantes — nos dois sentidos, uma vez que as restrições impostas pelo Estado Novo aos estrangeiros, especialmente a proibição do ensino em idioma que não o português, levavam várias famílias a enviar suas crianças para o Japão. Essa “febre do regresso” fez com que, nos últimos anos antes da interrupção da rota marítima, em 1941, houvesse mais japoneses saindo do Brasil do que entrando.

Mesmo assim, não se calaram as vozes contrárias à imigração japonesa, inclusive dentro do governo, e só não houve uma proibição por intervenção de Vargas. Fazendo jus à fama de pragmático, o ditador parece ter sido um das poucas autoridades brasileiras a apreciar o quanto uma medida discriminatória poderia ser mal percebida em Tóquio.

Se deu sobrevida às boas relações bilaterais, o pragmatismo de Vargas nada podia frente à investida dos EUA na América Latina. Em meio a discursos de união continental e promessas de ajuda financeira, Washington costurou uma rede de acordos de fornecimento exclusivo de matérias-primas que consolidou sua influência econômica na região, uma vez que o comércio com a Europa já estava comprometido pela guerra naquele continente.

Se estava alijado do comércio com o continente americano quando atacou Pearl Harbor, em dezembro de 1941, o Japão não permaneceu inerte no terreno diplomático. Pelo contrário, Tóquio já trabalhava com Roma e Berlim na tentativa de fazer frente à influência de Washington, e os representantes do Eixo redobram esforços para evitar um rompimento de relações unânime na III Reunião de Consultas entre Ministros das Relações Exteriores das

Repúblicas Americanas, no Rio de Janeiro, em janeiro de 1942. O objetivo foi atingido, graças à postura intransigente de Argentina e Chile, que não abriram mão da neutralidade.

Essa vitória diplomática teve efeitos muito práticos, na medida em que permitiu às potências do Eixo manter representantes em Buenos Aires e Santiago. Como tinham contato com pessoas que cruzavam as fronteiras, esses diplomatas seguiam colhendo informações de primeira mão sobre os países da região, e o Brasil em particular. O Japão — cujos interesses no Brasil estavam formalmente a cargo da Espanha — pôde, assim, contar com um segundo canal de informações acerca da situação dos cerca de 200 mil nacionais residentes no Brasil.

O rompimento de relações diplomáticas foi seguido de desconforto adicional na relação Brasil-Japão. Antes de serem repatriados, os diplomatas brasileiros que se encontravam no Império, assim como os representantes de outros países, sofreram vários tipos de maus tratos nas mãos de seus anfitriões. O comportamento das autoridades japonesas não terá sido uma surpresa, uma vez que a própria embaixada brasileira relatava, havia anos, "incidentes" envolvendo estrangeiros, inclusive diplomatas. Além disso, as provações impostas aos brasileiros não foram sombra das crueldades infligidas pelas tropas imperiais às populações subjugadas ou aos prisioneiros de guerra. Mesmo assim, o episódio terá deixado marca nas relações bilaterais, não apenas porque afrontava a prática diplomática, mas também porque a situação em Tóquio contrastou com o tratamento que os japoneses receberam em países de onde tiveram que retornar, inclusive o Brasil. E, como o Brasil não se envolveu nos combates do Pacífico, os seis meses entre o ataque a Pearl Harbor e a repatriação dos diplomatas constituíram a única ocasião, ao longo da guerra, em que brasileiros tiveram contato direto com o estado policial (felizmente, apenas com a face civil) em que o Japão havia se transformado.

O Brasil não apenas não retaliou, como, pouco depois da chegada ao Rio de Janeiro dos diplomatas brasileiros repatriados, poupou o Japão da declaração de guerra de agosto de 1942, dirigida apenas à Alemanha e à Itália. A ausência de agressão japonesa foi a justificativa apresentada para a decisão brasileira, que, no entanto, parece ter sido motivada por um cálculo político. A solidariedade continental perante a agressão japonesa aos EUA tinha sido, afinal de contas, a razão para a ruptura de relações com o Eixo. Não por acaso, foi ao Japão que as primeiras repúblicas americanas declararam guerra, logo após o ataque a Pearl Harbor e antes mesmo que a Alemanha e a Itália declarassem guerra aos EUA, no dia 11 de dezembro de 1941. Por que, então, o Brasil olhou apenas para a agressão sobre si mesmo quando decidiu abandonar a neutralidade e entrar no conflito?

Desde sua chegada ao poder, Vargas preocupava-se em melhor equipar as forças armadas. Até o início da Segunda Guerra Mundial, negociava, inclusive, a compra de material bélico da Alemanha, mas o rompimento de relações com o Eixo fez dos EUA o único fornecedor viável, o que reduziu o poder de negociação brasileiro. Sem alternativas, o ditador redobrou as pressões, inclusive em suas correspondências com Roosevelt, pela entrega de armas e por outras concessões, como o envio da FEB à Europa. Nesse contexto, percebeu que, se declarasse guerra também ao Japão, estaria consumando o alinhamento do Rio de Janeiro com Washington e, como num jogo de pôquer, preferiu não mostrar todas as cartas de uma vez. Pôde fazê-lo por duas razões.

Em primeiro lugar, embora estivesse se aproximando dos EUA, o Brasil ainda dispunha de margem de manobra perante aquela grande potência. Chile e Argentina seguiam mantendo relações com o Eixo, de modo que os EUA não poderiam descuidar de um aliado do porte do Brasil. Também contribuiu para a jogada de Vargas o fato de a guerra ter sido declarada de supetão, em reação aos afundamentos de navios brasileiros, e sem consulta a Washington. Tivesse Roosevelt ficado sabendo que Vargas planejava entrar na guerra, é lícito supor que teria pressionado o brasileiro a contemplar os perpetradores do ataque que gravou o dia 7 de dezembro de 1941 como uma “data que viverá na infâmia”.

O resultado é que o Brasil colocou-se na inusitada posição de estar em guerra contra a Alemanha e a Itália, mas não contra o Japão. Entre os latinoamericanos, talvez só a Colômbia — que declarou guerra apenas à Alemanha em 1943 — tenha ficado em situação comparável. O resto do continente seguiu o padrão de declarar guerra a todas as potências do Eixo simultaneamente. Assim fizeram diversos países centroamericanos e caribenhos já em 1941; México, após ter navios afundados por submarinos alemães, em 1942; Bolívia, em 1943; várias nações sulamericanas às vésperas de Chapultepec, em fevereiro de 1945; e, finalmente, Argentina, em março daquele mesmo ano.

Enquanto o mundo olhava para os campos de batalha, a ausência de declaração de guerra brasileira ao Japão não chamava a atenção. Afinal, o destino da guerra era incerto, e, de resto, o Brasil estava decididamente engajado na luta, por meio da FEB. À medida que se consolidava a superioridade militar dos Aliados e que seus líderes dedicavam-se crescentemente à política que governaria o pós-guerra, porém, a posição do Rio de Janeiro fazia-se notar cada vez mais. Foi nesse contexto que Vargas tentou tirar da manga sua última carta.

Por meio de acenos dúbios, o Brasil tentou extrair dos EUA alguma concessão em troca da entrada na guerra contra o Japão. Isso talvez fosse possível em 1943 ou 1944, quando a vitória sobre a Alemanha ainda era incerta, e Argentina e Chile não tinham engrossado as fileiras dos Aliados.

Em maio/junho de 1945, contudo, a oportunidade já não se apresentava mais. Todo o continente já havia declarado guerra ao Japão, inclusive os relutantes Chile e Argentina, de modo que a eventual entrada do Brasil no conflito seria vista por muitos como manobra para dar sobrevida ao Estado Novo. Uma das figuras que denunciaram tal expediente foi ninguém menos que o ex-chanceler Oswaldo Aranha — o que permite especular se não teria ele próprio constituído obstáculo à declaração de guerra ao Japão, se ainda estivesse no governo.

Em Washington, os militares eram indiferentes à eventual contribuição militar brasileira, e entre as lideranças civis o Rio de Janeiro já não gozava do mesmo prestígio que antes. Nesse contexto, bastou a ameaça de suspensão do *lend-lease* para que o Brasil abandonasse qualquer tentativa de negociação e corresse para declarar guerra a um país que não o tinha agredido e cujo ataque ao continente americano dera-se três anos e meio antes. Talvez nenhum outro episódio ilustre tão claramente a corrosão da relevância do Rio de Janeiro aos olhos de Washington.

A análise da declaração de guerra ao Japão — a última do Brasil — é relevante não apenas do ponto de vista histórico, mas também por seu significado atual. Segundo o artigo 74 da constituição de 1937, vigente em 1945, competia ao presidente “declarar a guerra depois de autorizado pelo Poder Legislativo, e, independentemente de autorização, em caso de invasão ou agressão estrangeira.”<sup>1111</sup> No Itamaraty, a questão foi submetida ao consultor jurídico, para quem o ataque a Pearl Harbor já constituía fundamento para que se declarasse guerra ao Japão.<sup>1112</sup> O argumento é questionável, uma vez que as ilhas do Havaí estão a milhares de quilômetros do território brasileiro. A discussão poderia envolver a responsabilidade do Japão como aliado da Alemanha e da Itália, que, de fato, atacaram navios brasileiros; bem como a solidariedade do Brasil para com os EUA, mas não houve debate, posto que o congresso estava fechado, a imprensa não era livre e, de todo modo, o Japão capitulou pouco depois.

---

<sup>1111</sup> Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 10.11.1937. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm)>. Acesso em 04.03.2022. Grifo nosso.

<sup>1112</sup> Parecer do consultor jurídico do Itamaraty, Sebastião do Rêgo Barros, 09.05.1945. Maço temático ostensivo 41.102, AHI-BSB. Em 1952, em meio a discussões sobre reparações de guerra, outro parecer também sustentaria que “o ato de hostilidade que nos conduziu à guerra foi o praticado pelo Japão em Pearl Harbor.” (Parecer do consultor jurídico do Itamaraty, Hildebrando Accioly, 01.08.1952. Maço temático ostensivo 47.632, AHI-BSB).

Ora, a constituição atual é praticamente idêntica à de 1937 no que se refere a declarações de guerra. Segundo o artigo 84, é competência do presidente “declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional”.<sup>1113</sup> O paralelismo entre os textos torna o precedente de 1945 altamente relevante na hipótese de o Brasil voltar a entrar em guerra. O que, exatamente, constitui uma “agressão estrangeira”? Teria ela que ser dirigida diretamente ao Brasil ou também a algum aliado? São perguntas que não foram adequadamente respondidas em 1945, uma vez que mal foram formuladas.

Para o Japão, a guerra foi devastadora. O país foi destruído não apenas literalmente, mas também institucionalmente — o que alguns japoneses comemoraram quando Tóquio ainda eram só escombros. Embora o país só viesse a recobrar sua soberania em 1952, o fim da guerra permitiu que os diplomatas japoneses, que vinham sendo alijados do processo decisório desde a década de 1930, começassem a retomar as rédeas da política externa das mãos dos dirigentes civis e militares do período da guerra.

Durante o conflito, o Gaimusho praticamente ateu-se a zelar pela diáspora japonesa, inclusive no Brasil. Com recursos limitados, Tóquio lançou mão de expedientes pouco ortodoxos, como o contrabando de pérolas e pedras preciosas, para financiar as atividades de suas missões no exterior.<sup>1114</sup> No Brasil, os japoneses viveram um drama à parte, menos pelas arbitrariedades do Estado Novo — que eram comuns no mundo de então, inclusive no Japão — e mais pela violência de alguns compatriotas, que insistiam que o Império havia ganho a guerra. A trajetória de um diplomata, em particular, parece sintetizar os desafios e as contradições da colônia japonesa no Brasil, bem como sua relação com o governo imperial.

Trabalhando na embaixada do Japão no Rio de Janeiro desde os anos 1920, Suetaka Hayao foi testemunha privilegiada da aproximação entre os dois países no final dos anos 1930. Quando o embaixador Itaro Ishii e os demais diplomatas japoneses foram repatriados, em 1942, Hayao permaneceu no Rio de Janeiro. Despedido das imunidades diplomáticas, passou a trabalhar

---

<sup>1113</sup> Constituição da República Federativa do Brasil, 05.10.1988. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 04.03.2022. Grifo nosso.

<sup>1114</sup> RODAO GARCÍA, Florentino. La difícil (des)protección: la España de Franco y la representación de intereses japoneses en América Latina durante la Guerra del Pacífico. **Cuadernos de la Confederación Académica Nipona, Española y Latinoamericana (CANELA)**, [S. l.], v. 26, p. 24-39, 2015. Disponível em: <[www.cuadernoscanela.org/index.php/cuadernos/article/view/33](http://www.cuadernoscanela.org/index.php/cuadernos/article/view/33)>. Acesso em: 08.12.2020, p. 459-460. MORISHIMA, Morito. **Pearl Harbor, Lisboa, Tóquio – memórias de um diplomata**. Lisboa: Ad Literam, 2017, p. 150-151.

pela proteção dos interesses de seus compatriotas, na embaixada da Espanha. Possivelmente, nunca terá tomado conhecimento de que o contrabando de pérolas e pedras preciosas terá facilitado, senão mesmo financiado diretamente, suas atividades de assistência aos concidadãos. Embora tivesse vindo ao Brasil como diplomata, Hayao casou-se e teve filhos com uma brasileira, de modo que sua trajetória aproximou-se do caminho de gerações de imigrantes japoneses que se enraizaram no país. Simbolizando a progressiva integração dos nipodescendentes, o filho mais velho de Hayao ingressou na Força Aérea Brasileira e acabou morrendo em acidente aéreo em São Paulo, em 1944. Essa devoção à terra que o acolhera não foi suficiente para desfazer os preconceitos ou dissipar o receio do “perigo amarelo”, e, durante a guerra, Hayao foi acusado de espionagem. Por outro lado, ao sustentar que o Império tinha capitulado em 1945, Hayao entrou na lista de “derrotistas” a serem assassinados pela *Shindo Renmei*. Esse verdadeiro “fogo cruzado” ilustra como era complexa a situação dos japoneses no Brasil, que, mesmo após o fim da guerra, tiveram que esperar anos para começar a reaver os bens confiscados.

O que Hayao não viu — o doloroso processo de repatriação dos diplomatas brasileiros — também não deixa de ser ilustrativo de como, ao restabelecerem-se as relações bilaterais, o protocolo diplomático parece ter preferido não lembrar o episódio. De maneira análoga, o fato de ele estar fora do serviço diplomático japonês remete à ausência de resposta de Tóquio à declaração de guerra do Rio de Janeiro; seja porque o país estava perto do colapso, seja por uma decisão consciente, o fato é que o Japão nunca declarou guerra ao Brasil. Por fim, a ausência de Hayao nas negociações sobre o Tratado de São Francisco alude a como o Brasil foi apenas colocado diante da possibilidade de assinar ou não o instrumento, sem poder influenciar seu teor.

Depois de anos em que sua vida e sua carreira se entrelaçaram, sintetizando muitos aspectos da relação entre Brasil e Japão no período objeto desta dissertação, Hayao protagonizou uma singela cerimônia no Itamaraty, que simbolizou a reconciliação entre sua pátria de origem e o país que o acolheu. Em dezembro de 1953, ano em que foi retomada a imigração, recebeu a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul das mãos do chanceler Vicente Rao.<sup>1115</sup>

---

<sup>1115</sup> Condecorado um diplomata japonês, *Diário da Noite*, 22.12.1953, p. 12. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/221961\\_03/31601](http://memoria.bn.br/DocReader/221961_03/31601)>. A reconciliação da família Hayao com o Brasil seria consolidada em 1957, com a promoção póstuma a segundo-tenente e a primeiro-tenente de Otto Hayao, o filho de Suetaka morto em 1944 (*Jornal do Brasil*, 29.10.1957, p. 14. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_07/80416](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_07/80416)>. Acesso em 10.03.2022.).

**Figura 28:** Condecoração de Suetaka Hayao (1953)



Acusado de espionagem pelos Aliados e ameaçado de morte pela *Shindo Renmei*, o diplomata japonês Suetaka Hayao, que teve um filho morto em acidente quando servia à Força Aérea Brasileira, recebeu a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul das mãos do chanceler Vicente Rão, em dezembro de 1953.

**Fonte:** *Diplomata japonês condecorado com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul*, A Noite, 22.12.1953, p. 7. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/348970\\_05/22121](http://memoria.bn.br/DocReader/348970_05/22121)>.

## Fontes

### A) Fontes Primárias

#### 1. Arquivos e repositórios

The American Presidency Project (EUA). Disponível em: <[www.presidency.ucsb.edu](http://www.presidency.ucsb.edu)>.

The Avalon Project - Documents in Law, History and Diplomacy. Disponível em: <<https://avalon.law.yale.edu>>.

BRASIL. Arquivo Histórico do Itamaraty em Brasília (AHI-BSB).

\_\_\_\_\_. Arquivo Histórico do Itamaraty no Rio de Janeiro (AHI-RJ).

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados: Boletins, Diários e Anais. Disponível em: <[www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/diariosdacamara](http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/diariosdacamara)>.

\_\_\_\_\_. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>>.

\_\_\_\_\_. Relatórios do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <[www.crl.edu/brazil/ministerial/rela%C3%A7oes\\_exteriores](http://www.crl.edu/brazil/ministerial/rela%C3%A7oes_exteriores)>.

\_\_\_\_\_. Senado Federal - Anais. Disponível em: <[www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/PQ\\_Pesquisar.asp](http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/PQ_Pesquisar.asp)>.

Cadernos do Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD). Disponível em: <<https://funag.gov.br/biblioteca-nova/categoria/cat/4>>.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <[cpdoc.fgv.br](http://cpdoc.fgv.br)>.

Documents Diplomatiques Suisses (Suíça). Disponível em: <[www.dodis.ch](http://www.dodis.ch)>.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. The National Archives (EUA). Disponível em: <[www.archives.gov](http://www.archives.gov)>.

\_\_\_\_\_. Historical Documents - Office of the Historian do Departamento de Estado. Disponível em: <[history.state.gov](http://history.state.gov)>.

FRANÇA. Bibliothèque Diplomatique Numérique do Ministério da Europa e dos Assuntos Estrangeiros. Disponível em: <[bibliotheque-numerique.diplomatie.gouv.fr](http://bibliotheque-numerique.diplomatie.gouv.fr)>.

The Franklin D. Roosevelt Library and Museum (EUA). Disponível em: <[www.fdrlibrary.org/digital-collections](http://www.fdrlibrary.org/digital-collections)>.

The Harry S. Truman Presidential Library & Museum (EUA). Disponível em: <[www.trumanlibrary.gov](http://www.trumanlibrary.gov)>.

Hoji Shinbun Digital Collection - Hoover Institution Library & Archives (EUA). Disponível em: <<https://hojishinbun.hoover.org/>>.

JAPÃO. Biblioteca da Dieta Nacional (Tóquio).

\_\_\_\_\_. Japan Center for Asian Historical Records Disponível em: <[www.jacar.go.jp](http://www.jacar.go.jp)>.

The "Magic" Background To Pearl Harbor (EUA). Disponível em: <[www.history.navy.mil/research/library/online-reading-room/title-list-alphabetically/m/magic-background-pearl-harbor.html](http://www.history.navy.mil/research/library/online-reading-room/title-list-alphabetically/m/magic-background-pearl-harbor.html)> e <[www.ibiblio.org/pha/magic](http://www.ibiblio.org/pha/magic)>.

PORTUGAL. Arquivo Nacional Torre do Tombo. Disponível em: <<https://digitarq.arquivos.pt>>.

REINO UNIDO. The National Archives. Disponível em: <[www.nationalarchives.gov.uk](http://www.nationalarchives.gov.uk)>.

## 2. Diários, Memórias e Relatos

ACHESON, Dean. Present at the Creation: **My Years in the State Department**. Nova York e Londres: W. W. Norton & Company, 1969.

BAHIANA, Henrique Paulo. **O Japão que eu vi**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

FIGUEIREDO, José de Lima. **Um ano de observação no extremo oriente**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1941a.

\_\_\_\_\_. **No Japão foi assim...** Rio de Janeiro: Editora Século XX, 1941b.

\_\_\_\_\_. **O Japão por dentro**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1944.

GREW, Joseph. **Ten Years in Japan**. Hesperides Press, 2014. E-book.

KRUSENSTERN, Adam Johann von. **Voyage Round the World, in the Years 1803, 1804, 1805, & 1806, By order of His Imperial Majesty Alexander the First, on board the ships Nadeshda and Neva, under the command of Captain A. J. von Krusenstern, of the Imperial Navy. In two volumes. Translated from the original German by Richard Belgrave Hoppner, Esq. Vol. I**. Londres: Printed by C. Roworth, for John Murray, 1813. Disponível em <[https://archive.org/details/bub\\_gb\\_QgTI9yOecisC](https://archive.org/details/bub_gb_QgTI9yOecisC)>. Acesso em 14.03.2022.

KUNITAKE, Kume. **Japan Rising: The Iwakura Embassy to the USA and Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. E-book.

LANGSDORFF, Georg Heinrich von. **Voyages and travels in various parts of the world, during the years 1803, 1804, 1805, 1806, and 1807**. Carlisle: Printed by George Philips, 1817. Disponível em <<https://archive.org/details/voyagesandtrave00langgoog>>. Acesso em 14.03.2022.

MIRANDA, Mario Botelho de. **Um Brasileiro no Japão Em Guerra**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

MACARTHUR, Douglas. **Reminiscences**. Annapolis: Naval Institute Press, 2001.

MORISHIMA, Morito. **Pearl Harbor, Lisboa, Tóquio – memórias de um diplomata**. Lisboa: Ad Literam, 2017.

OLIVEIRA, Nelson Tabajara de. **Roteiro do Oriente**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

PENNA, José Flávio de Meira. **Uma Recordação**. Boletim da Associação dos Diplomatas Brasileiros, ano I, nº 4, p. 6-7, agosto de 1993. Disponível em <<https://adb.org.br/wp-content/uploads/pdf/revista-adb-4.pdf>>. Acesso em: 18.03.2022.

STETTINIUS JR, Edward R. **Lend-Lease: weapon for victory**. Nova York: Pocket Books, 1944.

\_\_\_\_\_. **The diaries of Edward R. Stettinius, Jr., 1943-1946**. Nova York: New Viewpoints, 1975.

VARGAS, Getúlio. **Diário, Volume I: 1930-1936**. São Paulo: Siciliano / Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995a.

\_\_\_\_\_. **Diário, Volume II: 1937-1942**. São Paulo: Siciliano / Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995b.

## **B) Fontes Secundárias**

### 1. Artigos e capítulos de livros

BERTOLLI FILHO, Claudio. O JAPÃO como modelo: relatos de dois viajantes brasileiros na década de 1930. **Cadernos de Estudos Culturais**, v. 15, p. 21-34, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article/view/3589>>. Acesso em 15.03.2022.

BUENO, Clodoaldo. O Tratado de 1895 e o Início das Relações Brasil-Japão. In: HASHIMOTO, Francisco; TANNO, Janete Leiko; OKAMOTO, Mônica Setuyo (Orgs.). **Cem Anos da Imigração Japonesa – História, Memória e Arte**. São Paulo: UNESP, 2008.

CARVALHO, Alfredo de. Uma visita á Santa Catharina em 1803--1804. **Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**, Florianópolis, vol. IV, I a IV trimestres, p. 3-32, 1915. Disponível em: <[http://fortalezas.org/impressao1.php?ct=bibliografia&id\\_bibliografia=2029&muda\\_idioma=PT](http://fortalezas.org/impressao1.php?ct=bibliografia&id_bibliografia=2029&muda_idioma=PT)>. Acesso em: 22.03.2022.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. Paraguai, Uruguai, a II Guerra Mundial e o reequilíbrio de forças no Rio de Prata. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)**, Rio de Janeiro, a. 181(483): p. 269-302, mai./ago. 2020. Disponível em: <[https://doi.org/10.23927/issn.2526-1347.RIHGB.2020\(483\):269-302](https://doi.org/10.23927/issn.2526-1347.RIHGB.2020(483):269-302)>. Acesso em 22.03.2022.

FAUSTO, Boris. A vida política. In GOMES, Angela de Castro (coord). **Olhando para Dentro: 1930-1964**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

FENWICK, Charles G. The Third Meeting of Ministers of Foreign Affairs at Rio De Janeiro. **The American Journal of International Law**, vol. 36, no. 2, 1942, pp. 169–203. Disponível em <[www.jstor.org/stable/2192629](http://www.jstor.org/stable/2192629)>. Acesso em: 17.03.2022.

FRANCIS, J. Michael. The United States at Rio, 1942: The Strains of Pan-Americanism. **Journal of Latin American Studies**, vol. 6, n. 1, p. 77-95, maio 1974. Disponível em <[www.jstor.org/stable/156649](http://www.jstor.org/stable/156649)>. Acesso em: 17.03.2022.

GAUDIOSO, Tomoko Kimura. Kankai Ibun - Informações exóticas ouvidas na viagem ao redor do mundo - tradução. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito**, Volume Especial, p. 19-35, novembro de 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.22456/2317-8558.48589>>. Aceso em 11.04.2021.

HASEGAWA, Tsuyoshi. The Atomic Bombs and the Soviet Invasion: What Drove Japan's Decision to Surrender? **The Asia-Pacific Journal | Japan Focus**, vol. 5, n. 8, 01.08.2007. Disponível em: <<https://apjjf.org/-Tsuyoshi-Hasegawa/2501/article.html>>. Acesso em: 26.08.2021.

HIDEKI YAMAMURA, Roberto Jimmy. O Estabelecimento das Relações Brasil - Japão no Século XIX. **T.E.X.T.O.S DE H.I.S.T.Ó.R.I.A. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB**, v. 4, n. 1, p. 125-148, 19 dez. 2011.

HILTON, Stanley. Brazilian Diplomacy and the Washington-Rio de Janeiro "Axis" during the World War II Era. **The Hispanic American Historical Review**, Vol. 59, No. 2 (mai. 1979), pp. 201-231. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/2514412>>. Acesso em 16.03.2022.

IACOBELLI, Pedro. Japan's Intelligence Network in Chile During the Second World War. **Journal of Contemporary History**. 2021; 56(1):77-95. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0022009419884631>>. Acesso em 28.05.2021.

IACOBELLI DELPIANO, Pedro. La "neutralidad" chilena en la Segunda Guerra Mundial (1939-1943): Un análisis historiográfico con énfasis en la literatura sobre las relaciones Chile-Japón. **Revista de Historia y Geografía**. n. 34, p. 95-018, 13 setembro 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.29344/07194145.34.356>>. Acesso em 22.03.2022.

IACOBELLI, Pedro e CAMINO, Nicolás. Diplomacia pública japonesa en la prensa chilena durante la Segunda Guerra Mundial. **Cuadernos de Historia**, n. 49, p. 73-97, dezembro 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4067/S0719-12432018000200073>>. Acesso em: 22.06.2020.

KITAOKA, Shinichi. Diplomacy and the Military in Showa Japan. **Daedalus**, vol. 119, no. 3, 1990, pp. 155–176. Disponível em: <[www.jstor.org/stable/20025322](http://www.jstor.org/stable/20025322)>. Acesso em: 17.03.2022.

KOIFMAN, Fábio e ODA, Humberto Manabu. **A declaração brasileira de guerra ao Japão**. XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal. Anais... Associação Nacional de História (ANPUH), 2013. Disponível em: <[https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548875806\\_b4ab823e9690b5fe705d931a1ba0014b.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548875806_b4ab823e9690b5fe705d931a1ba0014b.pdf)>. Acesso em 27.06.2020.

KOSHIRO, Yukiko. Japan's World and World War II. **Diplomatic History**, vol. 25, no. 3, 2001, pp. 425–441. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/0145-2096.00276>>. Acesso em 22.03.2022.

KOTARO, Horisaka. **Diplomacia empresarial entre o Japão e o Brasil: os passos das reuniões conjuntas da CNI e do Keidanren em 40 anos**. In: UEHARA, Alexandre Ratsuo (Org.). 120 Anos: Construindo os Alicerces para o Futuro das Relações Brasil-Japão. São Paulo: Lexia, 2016.

LABORDE CARRANCO, Adolfo A., **Japón: una revisión histórica de su origen para comprender sus retos actuales en el contexto internacional**. "En-claves del Pensamiento", ano V, no. 9 (2011): p.111-130. Disponível em: <[www.redalyc.org/articulo.oa?id=141119877007](http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=141119877007)>. Acesso em: 16.03.2022.

LENSEN, George Alexander. Early Russo-Japanese Relations. **The Far Eastern Quarterly**, vol. 10, No. 1, nov., 1950, p. 2-37. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/2049650>>. Acesso em: 22.03.2022.

McCANN, Frank D. Brazil, the United States, and World War II: A Commentary. **Diplomatic History**, vol. 3, no. 1, 1979, pp. 59–76. Disponível em: <[www.jstor.org/stable/24909955](http://www.jstor.org/stable/24909955)>. Acesso em: 21.03.2022.

MORGENFELD, Leandro. La neutralidad argentina y el sistema interamericano: Panamá, La Habana y Río de Janeiro (1939-1942). **Ciclos en la Historia, la Economía y la Sociedad**. Buenos Aires, año XIX, v. XVIII, n. 35-36, p. 145-172, 2009. Disponível em: <[http://bibliotecadigital.econ.uba.ar/econ/collection/ciclos/document/ciclos\\_v18\\_n35-36\\_06](http://bibliotecadigital.econ.uba.ar/econ/collection/ciclos/document/ciclos_v18_n35-36_06)>. Acesso em: 17.03.2022.

NINOMIYA, Masato. **10 Anos de Lacuna: 1942-1952**. In: UEHARA, Alexandre Ratsuo. (Org.). 120 Anos: Construindo os Alicerces para o Futuro das Relações Brasil-Japão. São Paulo: Lexia, 2016a.

\_\_\_\_\_. **A nacionalidade brasileira de Thomas Wasaburo Otake**. In: RAMOS, André de Carvalho (Org.). Direito internacional privado: questões controvertidas. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016b.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. O café brasileiro no mercado japonês. **Estudos Japoneses**, 2, p. 5-22, 1979. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2447-7125.v2i0p5-22>>. Acesso em: 16.03.2022.

\_\_\_\_\_. São Paulo, o algodão e o japonês na década de trinta. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [S. l.], n. 26, p. 9-26, 1986. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i26p9-26>>. Acesso em: 16.03.2021.

NUNES, Paulo Henrique Faria. As relações Brasil-Japão e seus reflexos no processo de ocupação do território brasileiro. **Geografia**, v. 17, n. 1, jan./jun. 2008 – Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5433/2447-1747.2008v17n1p137>>. Acesso em 15.07.2020.

PITILLO, João Claudio Platenik e SANTOS, Roberto Santana. **1942: A Diplomacia Brasileira em Guerra no Oceano Atlântico**. Revista Navigator, v. 16, n. 32, 2020. Disponível em: <[www.revistanavigator.com.br/navg32/dossie/N32\\_dossie4.html](http://www.revistanavigator.com.br/navg32/dossie/N32_dossie4.html)>. Acesso em 29.07.2021.

PORTO, Luiz de Almeida Nogueira. Estranhas histórias de além mar. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)**, Rio de Janeiro, vol 238 p. 430-434, jan-mar. 1958.

RANDIG, Rodrigo Wise. Argentina, primeiro país a reconhecer a independência do Brasil. **Cadernos do Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD)**, ano 16, número 31, segundo semestre 2017.

RODAO GARCÍA, Florentino. La difícil (des)protección: la España de Franco y la representación de intereses japoneses en América Latina durante la Guerra del Pacífico. **Cuadernos de la Confederación Académica Nipona, Española y Latinoamericana (CANELA)**, [S. l.], v. 26, p. 24-39, 2015. Disponível em: <[www.cuadernoscanela.org/index.php/cuadernos/article/view/33](http://www.cuadernoscanela.org/index.php/cuadernos/article/view/33)>. Acesso em: 08.12.2020.

RODAO, Florentino. Japan and the Axis, 1937-8: Recognition of the Franco Regime and Manchukuo. **Journal of Contemporary History**, vol. 44, no. 3, 2009, pp. 431–447. Disponível em <[www.jstor.org/stable/40543042](http://www.jstor.org/stable/40543042)>. Acesso em 16.03.2022.

ROMERO HOSHINO, Isami. ¿Reencuentro fortuito? Japón, América Latina y la ocupación. **ISTOR: Revista de Historia Internacional**, vol. 51, 2012, pp. 59-90.

QUINTANEIRO, Tania. Plantando nos campos do inimigo: japoneses no Brasil na Segunda Guerra Mundial. **Estudos Ibero-Americanos**. v. 32, n. 2, p. 155-169. 19 dez. 2006. Disponível em <<https://doi.org/10.15448/1980-864X.2006.2.1361>>. Acesso em: 18.03.2022.

SEIZELET, Éric. **Le Conseil privé et la politique étrangère du Japon à l'ère du "gouvernement des partis" (1920- 1930)**. Histoire@Politique, n° 41, set-dez 2020. Disponível em: <[www.histoire-politique.fr/index.php?numero=42&rub=autres-articles&item=127](http://www.histoire-politique.fr/index.php?numero=42&rub=autres-articles&item=127)>. Acesso em: 15.03.2022.

TAKEUCHI, Marica Yumi. A diplomacia brasileira diante da imigração japonesa (1897-1942). **Estudos Japoneses**, [S. 1.] n. 28, p. 99-112, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2447-7125.v0i28p99-112>>. Acesso em: 15.03.2022.

## 2. Dissertações e teses

BRASIL, Bernardo Henrique Penha. **Brasil e Japão: O rompimento de relações diplomáticas e a declaração de guerra. Estudo histórico, diplomático e cultural**. 2003. Dissertação (Mestrado em Diplomacia) — Instituto Rio Branco, Brasília.

CAMARGO, Fernando Furquim de. **O Brasil e a Guerra Civil Espanhola: fluxos econômicos e negociações officiosas (1936-1939)**. 2016. Tese (Doutorado em História Econômica) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <[www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-09032017-113715/pt-br.php](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-09032017-113715/pt-br.php)>. Acesso em: 16.03.2022.

CASSIDY, Eugene S. **Germanness, Civilization, and Slavery: Southern Brazil as German Colonial Space (1819-1888)**. 2015. Tese (Doutorado em História) — Universidade de Michigan, Michigan. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2027.42/116675>>. Acesso em: 15.03.2022.

FAVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a segunda guerra em Santa Catarina**. 2002. Tese (Doutorado em História) — Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/82826>>. Acesso em: 18.03.2022.

FUKUNAGA, Patrick Makoto. **The Brazilian experience : the Japanese immigrants during the period of the Vargas regime and the immediate aftermath, 1930-1946**. 1983. Tese (Doutorado em História) — Universidade da Califórnia, Santa Barbara.

LESSA, Antonio Carlos Moraes. **A parceria bloqueada: as relações entre França e Brasil, 1945-2000**. 2000. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília (UnB). Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/5590>>. Acesso em: 17.03.2022.

LOTTAZ, Pascal. **Neutral States and Wartime Japan: The Diplomacy of Sweden, Spain and Switzerland toward the Empire**. 2018. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Security and International Studies Program, The National Graduate Institute for Policy Studies (GRIPS), Tóquio (Japão). Disponível em: <<http://id.nii.ac.jp/1295/00001653/>>. Acesso em: 17.03.2022.

LUVIZOTTO, Rodrigo. **Os diários de Langsdorff: prelúdios paisagísticos**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia Física) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-26022013-120021/pt-br.php>>. Acesso em 14.03.2022.

MAKINO, Rogério. **As Relações Nipo-Brasileiras (1895-1973): o lugar da imigração japonesa**. 2010. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) — Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/7842>>. Acesso em 15.03.222.

NADER, Rundsthen Vasques de. **Eclipses e trânsitos planetários no século XIX: a modernização da astronomia observacional no Brasil de 1850 ao final do segundo império**. 2015. Tese (Doutorado em História das Ciências) — Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://www.hcte.ufrj.br/docs/teses/2015/rundsthen\\_vasques\\_de\\_nader.pdf](http://www.hcte.ufrj.br/docs/teses/2015/rundsthen_vasques_de_nader.pdf)>. Acesso em: 15.03.2022.

PONTES, Kassius Diniz da Silva. **A parceria frustrada: JK e os Estados Unidos**. 2019. Tese (Doutorado em História) — Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/38441>>. Acesso em 22.03.2022.

RODAO GARCÍA, Florentino. **Relaciones Hispano-Japonesas, 1937-1945**. 1993. Tese (Doutorado em História Contemporânea) — Faculdade de Geografia e História, Universidade Complutense de Madri, Madri. Disponível em <<https://eprints.ucm.es/24308/>>. Acesso em 08.12.2020.

SCHIAVON, Carmem Burgert. **Estado Novo e relações luso-brasileiras (1937-1945)**. 2007. Tese (Doutorado em História) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia

Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em <<https://hdl.handle.net/10923/3950>>. Acesso em: 18.03.2022.

SHIMIZU, Masako. **Reabertura do comércio entre o Brasil e o Japão após a segunda Guerra Mundial : (1949-1959)**. 1987. Dissertação (Mestrado em História) Disponível em: <<https://hdl.handle.net/1884/27113>>. Acesso em 30.09.2021.

SHIZUNO, Elena Camargo. **Bandeirantes do Oriente ou Perigo Amarelo: os imigrantes japoneses e a DOPS na década de 40**. 2001. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) — do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível Em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/24690>>. Acesso em: 15.03.2022.

SILVA, Maria Helena Chaves. **Vivendo com o Outro: os alemães na Bahia no período da II Guerra Mundial**. 2007. Tese (Doutorado em História) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: <[https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/5\\_vivendo\\_com\\_o\\_outro\\_os\\_alemaes\\_na\\_bahia\\_no\\_periodo\\_da\\_ii\\_guerra\\_mundial.pdf](https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/5_vivendo_com_o_outro_os_alemaes_na_bahia_no_periodo_da_ii_guerra_mundial.pdf)>. Acesso em 18.03.2022.

SOUZA, Ismara Izepe de. **Caminhos que se cruzam: relações históricas entre Brasil e Espanha (1936-1960)**. 2009. Tese (Doutorado em História Social) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <[www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-26042010-100713/pt-br.php](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-26042010-100713/pt-br.php)>. Acesso em: 16.03.2022.

### 3. Livros

ALVES, Vágner Camilo. **Da Itália à Coreia: decisões sobre ir ou não à guerra**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

BANCO AMÉRICA DO SUL (ed.). **Breve história do Banco América do Sul S.A.** Tóquio: Gráfica Hossokawa Ltda, 1960. Disponível em: <[www.imigrantesjaponeses.com.br/iminbrasil/BREVE%20HISTORIA%20DO%20BANCO%20AMERICA%20DO%20SUL.pdf](http://www.imigrantesjaponeses.com.br/iminbrasil/BREVE%20HISTORIA%20DO%20BANCO%20AMERICA%20DO%20SUL.pdf)>. Acesso em: 16.03.2022.

BEEVOR, Antony. **A Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

BENEDICT, Ruth. **The Chrysanthemum and the Sword**. Boston/Nova York: Houghton Mifflin Company, 2005.

CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

COMISSÃO de Elaboração da História dos 80 anos da Imigração Japonesa no Brasil. **Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: HUCITEC e Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992. Disponível em: <[www.imigrantesjaponeses.com.br/iminbrasil/UMA%20EPOPEIA%20MODERNA%2080A%20NOS.pdf](http://www.imigrantesjaponeses.com.br/iminbrasil/UMA%20EPOPEIA%20MODERNA%2080A%20NOS.pdf)>. Acesso em 15.03.2022.

CONN, Stetson e FAIRCHILD, Byron. **The Framework of Hemisphere Defense**. Washington: Center of Military History, 1980. Disponível em: <<https://history.army.mil/html/books/004/4-1>>. Acesso em 21.03.2022.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Geração Editorial/Edusp, 2000.

DOWER, John W. **Embracing Defeat: Japan in the wake of World War II**. Nova York: W. W. Norton & Company, 1999.

DRUMOND, Cosme Degenar. **Salgado Filho - Uma biografia**. São Paulo: Editora de Cultura, 2016.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 1998.

GARCIA, Eugênio Vargas. **O Sexto Membro Permanente: o Brasil e a criação da ONU**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

HASTINGS, Max. **Inferno - O mundo em guerra 1939-1945**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012.

HILTON, Stanley. **O Ditador e o Embaixador**. Rio de Janeiro: Record, 1987.

\_\_\_\_\_. **Oswaldo Aranha: Uma biografia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

HOLLOWAY, Thomas H. **Immigrants on the Land: Coffee and Society in Sao Paulo, 1886-1934**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1980.

JANSEN, Marius B. **The making of modern Japan**. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

KERSHAW, Ian. **Hitler**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LEÃO NETO, Valdemar Carneiro. **A crise da imigração japonesa no Brasil (1930-1934): contornos diplomáticos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989.

LEPORE, Jill. **Estas verdades: a história da formação dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

MITTER, Rana. **China's War with Japan, 1937-1945: The Struggle for Survival**. Londres: Allen Lane, 2013.

MORAIS, Fernando. **Corações Sujos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MOURA, Gerson. **Relações Exteriores do Brasil 1939-1950: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

NABUCO, Maurício. **Maurício Nabuco e o diário secreto da diplomacia brasileira (1919-1977)**. Manuscrito, 2020.

NINOMIYA, Masato e NINOMIYA, Sonia Regina Longhi. **Laços: A Família Imperial e o Brasil**. São Paulo: Intercultural, 2019.

PERAZZO, Priscilla Pereira. **Prisioneiros da Guerra: os “súditos do Eixo” nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)**. São Paulo: Editora Humanitas, 2009.

PEREIRA, Bernardo Futscher. **A Diplomacia de Salazar (1932-1949)**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2012.

POWER, Samantha. **Chasing the Flame: One Man's Fight to Save the World**. Nova York: Penguin Books, 2008.

SASAKI, Daniel Leb. **Pouso forçado: a história por trás da destruição da Panair do Brasil pelo regime militar**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SCOMAZZON, Marli Cristina e FRANCO, Jeff. **Primeira Circum-navegação brasileira e primeira missão Brasil à China (1879)**. Florianópolis: Dois por Quatro, 2020.

SEITENFUS, Ricardo. **A Entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

SILVA, Hélio. **1942: Guerra no continente**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1972.

SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento e e ACCIOLY, Hildebrando. **Manual de Direito Internacional Público**, 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

STUDWELL, Joe. **How Asia Works**. Londres: Profile Books Ltd., 2013.